

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 01/2023**

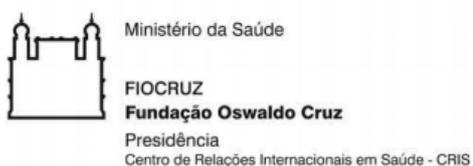
**06 de dezembro de 2022 a 06 de fevereiro de 2023**



**Publicação Digital**

**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**

**Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2023**



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação	- Paulo M. Buss e Pedro Burger
<b><u>Sistema Nações Unidas</u></b>		
12	O fio condutor	- <i>Santiago Alcázar</i>
17	O Brasil está de volta; a ciência está de volta	- <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>
22	2023: Implementação, Determinação e Esperança para o Clima, a Natureza e a Redução da Poluição	- <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>
29	Perspectivas sociais e do emprego no mundo: relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta tendências pessimistas para 2023	- <i>René Mendes</i>
40	Migrações, refúgio e saúde global	- <i>Rafael França, Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>
44	Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes: o ano é novo, mas os problemas são antigos	- <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>
53	A volta do Brasil à agenda internacional de segurança alimentar e nutricional e as prioridades e necessidades nacionais nos atuais momentos de transformação	- <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell e Juliana Ubarana</i>
59	Os caminhos do ensino superior	- <i>Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues</i>
63	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia	- <i>Isis Pillar Cazumbá</i>
69	Multilateralismo em crise: perspectivas para o bem comum global em saúde e comércio	- <i>Claudia Chamas</i>
<b><u>Movimentos sociais globais e saúde</u></b>		
74	Entre perspectivas e realidades: os desafios persistentes das Organizações da Sociedade Civil na agenda global	- <i>Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice de Jesus Alves Pires, Marciglei Brito Moraes, Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza</i>
<b><u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u></b>		
88	Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul	- <i>Regina Ungerer</i>
115	Novas lideranças nos grupos de países em 2023: G7, G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	- <i>Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar</i>
122	BRICS na saúde global e diplomacia da saúde	- <i>Claudia Hoirisch</i>

- 124 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 139 A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 155 Na Europa, nada de novo no front... - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 157 Policrise em 2023: riscos e cenários para Ásia Pacífico e Oriente Médio - *Lúcia Marques*
- 173 De portas abertas - *André Costa Lobato*
- 177 USA e saúde global – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 179

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 182

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 183

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 01/2023 – 06 de dezembro de 2022 a 06 de fevereiro de 2023

#### APRESENTAÇÃO

O Brasil está de volta de inúmeras formas com o novo governo do presidente Lula, inclusive na sua política exterior e na diplomacia da saúde. Temos a primeira ministra da saúde da história do país, Nísia Trindade, e inúmeras mulheres ocupando ministérios e cargos importantes na República. Ministérios dos Povos Indígenas, Direitos Humanos, Mulher, Igualdade Racial, entre outros, trazem, com força e clareza, populações e temas negligenciados nos últimos 4 anos como prioridades no cenário político nacional. Neste primeiro número de 2023 dos **Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/Fiocruz** saudamos estas tonificantes novas da vida política nacional e da presença internacional do Brasil.

Contudo, e por tais conquistas, há que manter a vigilância em defesa da democracia, ameaçada pela tentativa de golpe pelos sediciosos e terroristas de 8 de janeiro, e tão bem defendida pelos três poderes constituídos da República, pelos governantes das três esferas de governo e pela sociedade civil, numa partitura cívica que soou harmônica e resolutiva.

Desde o **discurso de posse**<sup>1</sup>, passando pela **mensagem presidencial ao Congresso Nacional**<sup>2</sup> na semana passada, a saúde e a recuperação do SUS aparecem como prioridades do novo governo. Desenvolvimento social e garantia de direitos, desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania são os pilares do compromisso para a reconstrução do país contidos no histórico documento entregue ao parlamento. A mensagem presidencial foi lida no plenário na quinta-feira, 2 de fevereiro, um dia depois da posse de deputados e de novos senadores e da eleição das mesas das duas casas legislativas e de suas comissões mais importantes.

O documento afirma que “a **área social** será reforçada para que os compromissos assumidos pelo Presidente sejam cumpridos: superar a fome, melhorar a qualidade da educação básica e fortalecer o Sistema Único de Saúde. Para isso, serão reforçadas as áreas de assistência e desenvolvimento social e os sistemas de saúde e educação. A pandemia evidenciou ainda mais a importância de um Estado capaz de coordenar a resposta para grandes crises. Quando isso falta, a população sofre. Ficou clara a importância do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, da *Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*, do Instituto Butantã, dos institutos de pesquisa brasileiros, do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), das instituições de ensino e pesquisa, e de tantas outras organizações públicas que se envolveram na resposta à crise decorrente da Covid-19”.

A retomada do *Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea)* e do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (CDES)* (conhecido como Conselho) garantem uma importante parcela da participação social no controle das políticas públicas. O governo assegura também que, na Esplanada como um todo, serão reativados os conselhos de

---

<sup>1</sup> Ver: <https://lula.com.br/discursos-de-posse-lula-2023/>

<sup>2</sup> Ver: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023/mcn-2023-digital-web-arte-final.pdf>

participação social e demais mecanismos de interação com organizações, lideranças e movimentos sociais.

Durante a transição, um grande e expressivo grupo político e técnico preparou uma ampla análise da situação encontrada e construiu propostas a serem implementadas pelo novo governo, em geral<sup>3</sup>, e em setores específicos, inclusive o da saúde<sup>4</sup>. O relatório será fundamental para a elaboração do Plano Nacional de Saúde e para as discussões da 17ª Conferência Nacional de Saúde. No discurso de posse como ministra da saúde<sup>5</sup>, Nísia Trindade traduziu as prioridades iniciais do governo e explicitou as prioridades a longo prazo. A restauração plena do programa nacional de imunização, da Farmácia Popular, da Saúde da Família e o enfrentamento das longas filas para procedimentos de média e alta complexidade acumuladas pela pandemia e pela omissão do governo anterior, constituem as prioridades iniciais, que já se encontram em implementação.

A restauração do **pacto federativo** na área da saúde foi reafirmada na reunião da nova ministra com Estados e Municípios, no âmbito da Comissão Intergestora Tripartite (CIT). Em visita ao **Conselho Nacional de Saúde** a ministra reafirmou a importância do controle social e seu compromisso com a realização da 17ª. Conferência Nacional de Saúde.

Na política exterior, a mensagem “o Brasil está de volta” soou forte nos discursos e declarações de Lula, desde o primeiro momento após a vitória eleitoral, em 30 de outubro. O retorno à *Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)* foi o primeiro ato formal forte que materializa o retorno do Brasil à arena internacional. Mudanças de embaixadores em áreas chave do multilateralismo, como a missão junto às Nações Unidas, em Nova York, e em alguns dos principais postos no mundo, como a embaixada nos Estados Unidos, sinaliza a disposição de novos posicionamentos do Brasil. A primeira visita do presidente Lula foi à Argentina, e o anúncio de visitas oficiais aos Estados Unidos e à China logo no primeiro trimestre do ano, prenunciam o retorno da ‘diplomacia presidencial’, que foi tão importante nos governos Lula I e II.

As repercussões desta guinada se refletem também na área da saúde, com a criação da *Divisão de Saúde Global no Ministério das Relações Exteriores*, e a transformação da AISA em *Assessoria Especial de Diplomacia da Saúde (ADISA)*, na estrutura do Ministério da Saúde.

A ministra Nísia manifestou no seu discurso de posse que *“o Brasil está de volta. O Ministério da Saúde (MS) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) são os espaços estruturantes da governança da diplomacia da saúde no governo federal, onde é imprescindível, no campo político, coordenar as posições para a participação coerente do Brasil nos diversos espaços políticos globais, regionais e sub-regionais antes mencionados, e em muitos outros, nos quais a saúde está presente. Outra dimensão essencial na diplomacia da saúde é a cooperação internacional. No campo político, a orientação é recuperar o protagonismo do Brasil no espaço da saúde global e regional, valendo-se dos princípios da construção de soluções comuns, da solidariedade internacional e da equidade na saúde.”*

Sem tempo a perder, o Brasil participou como membro titular do Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra, de 30 de janeiro a 7 de fevereiro, onde

---

<sup>3</sup> Ver: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>

<sup>4</sup> Ver: [http://conselho.saude.gov.br/images/noticias/2023/GT-Saude\\_Relatorio\\_Final\\_1.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/noticias/2023/GT-Saude_Relatorio_Final_1.pdf)

<sup>5</sup> Ver: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/confira-o-discurso-da-ministra-da-saude-nisia-trindade-durante-a-cerimonia-de-posse>

propôs uma inédita resolução sobre “*Saúde dos Povos Indígenas*”, a ser examinada na Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2023), na qual pede um plano mundial para a proteção e atenção à saúde destes povos que sofrem maiores taxas de morbimortalidade e têm a atenção à saúde mais prejudicadas. Apoiou também a priorização da agenda dos determinantes sociais da equidade na saúde, por meio de resolução específica sobre o tema. Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, a ministra Nísia anunciou a instalação da Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde, proposta também contida no documento de transição.

A todo este quadro nacional e regional favorável, soma-se a eleição do médico sanitário brasileiro Jarbas Barbosa como diretor-geral da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), cargo que assumiu em 31 de janeiro, em Washington, quando foi saudado pela ministra Nísia Trindade. No seu discurso de posse<sup>6</sup>, apontou que os países das Américas enfrentam um cenário epidemiológico complexo, com a persistência de doenças transmissíveis, o risco de surtos e epidemias, o aumento das doenças não transmissíveis, as lesões causadas pelos acidentes de trânsito e pela violência e os impactos da mudança do clima. Além disso, a região enfrenta desigualdades significativas entre e dentro dos países e uma transição demográfica acelerada na América Latina e no Caribe.

Assinalou que essa situação exige que os sistemas nacionais de saúde respondam urgentemente com uma ampla gama de ações integradas, que incluem melhor vigilância e prevenção de doenças, uma atenção primária à saúde (APS) forte e renovada, hospitais e serviços especializados de qualidade e uma força de trabalho de saúde robusta e bem capacitada. OPAS é uma organização essencial para a saúde das Américas. Para apoiá-los vai dirigir nos próximos 5 anos os trabalhos da OPAS, que considera uma organização essencial para a saúde das Américas.

No seu informe sobre a **situação global, Alcazar** destaca um conjunto de eventos que marcaram o mundo em 2022. Sinaliza que nada indica uma solução da policrise global, que reúne a pandemia, mudanças climáticas, catástrofes naturais, recessões e inflação alta, pressões sobre a segurança alimentar e energética, tensões geopolíticas, ameaças à democracia, que se agravam com a desigualdade, pobreza e fome, da mesma forma que o faz Lúcia Marques ao analisar Oriente Médio e Extremo Oriente.

O **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** é um órgão intergovernamental dentro do sistema das Nações Unidas composto por 47 Estados responsáveis pela promoção e proteção de todos os direitos humanos em todo o mundo. Tem competência de discutir todas as questões e situações temáticas de direitos humanos que requeiram sua atenção ao longo do ano. Reporta-se à Assembleia Geral e seu último relatório<sup>7</sup> reúne as principais discussões e decisões de 2021 e 2022. Reúne-se na sede da ONU em Genebra, em três sessões anuais. A primeira sessão de 2023 (52ª. sessão regular) realiza-se de 27 de fevereiro a 4 de abril e será reportada por nosso analista **De Negri Filho** no próximo Caderno CRIS.

A **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, como faz tradicionalmente, reúne seu Comitê Executivo (CE), composto por 34 membros, no mês de janeiro de cada ano (neste ano, de 30/01 a 7/02). O CE prepara a agenda e as respectivas resoluções a serem apreciadas e debatidas pelos representantes dos 193 Estados-membros integrantes da OMS na Assembleia Mundial de Saúde

<sup>6</sup> Ver: <https://www.paho.org/pt/documentos/discurso-do-dr-jarbas-barbosa-em-sua-posse-como-diretor-da-opas-31-janeiro-2023>

<sup>7</sup> Ver: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/468/91/PDF/G2246891.pdf?OpenElement>

que, em 2023, se realizará de 21 a 30 de maio, em Genebra. O ano de 2023 começa com agenda cheia nos âmbitos da OMS e suas regionais. **Reges, Bermudez e Galvão** reportam os principais itens da agenda do CE: a aprovação do relatório do Diretor Geral, que trouxe o reforço a política dos 5 "Ps"; a geopolítica e envolvimento da OMS em temas como a Guerra na Ucrânia; o trabalho do Órgão Negociador Intergovernamental (INB, em sua sigla em inglês) sobre o tratado pandêmico; e do Grupo de Trabalho sobre o Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR, idem). Com o novo governo brasileiro, houve a oportunidade de retomar o protagonismo do país no cenário da Diplomacia da Saúde Global. Além do trabalho em vários campos e de articulação, o Brasil trouxe ao CE a proposta de Resolução sobre Saúde dos Povos Indígenas, assunto de extrema importância e que jamais contara com uma resolução no âmbito da Organização. Nesta última quinzena ainda ocorreu a posse do novo diretor da PAHO/OPAS, o brasileiro Jarbas Barbosa, que tem como desafio as complexidades da região das Américas.

Na área de **ambiente e saúde**, nossos analistas **Magalhães e Galvão** prepararam um informe sintético sobre as perspectivas de 2023, que será um ano de implementação dos acordos ambientais firmados em 2022. Segundo eles, embora continuemos em um mundo desestruturado pela Covid-19 e pela guerra, será preciso muito engajamento e determinação por parte dos países para de fato adotarem os planos ambiciosos que se comprometeram. Dezembro de 2022 foi marcado pelo novo Pacto Global para Conservação da Biodiversidade (GBF) na COP-15, que visa crescimento e prosperidade em comunhão com a natureza, e para isso propõe a proteção de pelo menos 30% de todas as terras e oceanos até 2030, além de 23 metas específicas. Na floresta mais biodiversa do mundo, garimpeiros executavam por 4 anos um plano genocida, causando a morte de mais de 500 crianças e centenas de adultos por envenenamento, desnutrição e doenças. As políticas indigenistas voltam a ser prioridade no Brasil, bem como o reconhecimento da importância dos povos indígenas para a conservação da natureza e como acumuladores de saberes milenares.

Segundo **Mendes**, o último mês de 2022 e o primeiro mês de 2023 foram marcados, no âmbito mundial, por uma alternância de mensagem de esperança com mensagens de pessimismo e desalento. No "mundo do trabalho", estreitamente dependente da economia mundial, não foi diferente, tendo prevalecido, infelizmente, o pessimismo. Principalmente após a divulgação do relatório elaborado pela **OIT**, *Word Employment and Social Outlook: Trends 2023*, em 16 de janeiro, que o pesquisador analisa no informe que preparou para este Caderno.

O grupo de **migrações e refugiados**, liderado por **França e Ventura**, destaca neste informe a criação do Grupo de Trabalho direcionado para a *Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia*, pelo Ministério da Justiça do novo governo, como também a instalação do "Programa de Atenção e Aceleração de Políticas de Refúgio para Pessoas Afrodescendentes", que tentará agilizar os processos na concessão das solicitações de refúgio e a instauração do Observatório Moïse Kabagambe – Observatório da Violência contra Refugiados, em homenagem ao congolês assassinado lutando por seus direitos laborais. Além disso, destaca alguns dados do relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), da UnB. Como perspectivas para 2023, teremos o prazo para cumprimento dos objetivos estabelecidos no 13º Programa Geral de Trabalho (2019-2023), que envolvem as metas de "triplo bilhão": a OMS quer mais de um bilhão de pessoas beneficiadas pela cobertura universal de saúde, melhor protegidas de emergências de saúde e usufruam da saúde e do bem-estar.

**Massari e grupo** da área de **Saúde da Mulher, Criança e Adolescente**, examinaram as atividades da **ONU Mulher**, que preparou guia sobre *consultas seguras com sobreviventes de violência contra mulheres e meninas*, assim como o informe do programa sobre sua participação

em Davos (*Agenda Global e Perspectivas 2023 para Mulheres, Crianças e Adolescentes*). Da **OMS**, destaca o manual sobre *Respostas aos maus-tratos infantis*, assim como as *Recomendações sobre cuidados maternos e à recém-nascidos para um experiência pós-natal positiva*. Da **UNFPA**, as autoras trazem o *Relatório Geral de Ação Humanitária 2023* e da **OPS** o *E-learning sobre Vacinas COVID-19 na Gravidez e Amamentação*, com resultados publicados a partir de estudos baseados em dados de vigilância da Covid-19. Do **UNICEF**, apresenta e comenta *Transformando a Educação com Financiamento Equitativo*, bem como a *Política e Estratégia de Inclusão da Deficiência da UNICEF (Disability Inclusion Policy and Strategy - DIPAS) 2022-2030*.

O grupo de **Segurança Alimentar**, constituído por **Nilson, Oliveira-e-Silva, Eli e Ubarana**, discute a revisão da agenda nacional e global de segurança alimentar e nutricional entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, além das suas perspectivas para este ano. Analisam documentos recentes e declaração da **FAO e PMA** em relação à prioridade global que deve ser dada para o combate à fome e para a redução das desigualdades, a partir da reflexão das transformações necessárias aos sistemas alimentares, que deve afastar-se dos modelos hegemônicos, predatórios à saúde humana, animal e planetária, para uma perspectiva de direitos e que garanta saúde, sustentabilidade, resiliência e inclusão.

O primeiro relatório de 2023 sobre a **UNESCO**, educação, cultura e saúde, preparado por **Sanglard, Gaspar e Rodrigues**, traz a reflexão sobre o ensino superior e as mudanças necessárias pelas quais ele deve passar para atingir os objetivos da Agenda 2030. Tais questões estão sendo apresentadas no Seminário de Educação Superior que a UNESCO está organizando em sua sede, em Paris. Partindo de eventos ocorridos em 2021 e 2022, verifica-se que muitas das questões tiveram como mola propulsora a pandemia da Covid-19, o que inclui novos desenhos para o ensino superior, no qual as rígidas fronteiras disciplinares abrem espaço para novas formas de apresentar o conhecimento.

O discurso do novo presidente do **BID**, que prometeu priorizar as questões sociais, climáticas e de infraestrutura na América Latina e Caribe e os relatórios com as perspectivas econômicas globais do **Banco Mundial** e do **FMI** são as partes integrantes do informe de nossa analista **Isis Cazumbá**.

**Chamas**, no seu informe sobre a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** sinaliza que a reforma da Organização está entre as prioridades do novo governo brasileiro. O Brasil está comprometido com o fortalecimento e a modernização do Sistema Multilateral de Comércio e da OMC. Na interface entre propriedade intelectual e saúde, a decisão sobre possível extensão da Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e terapêuticas no combate à Covid-19 ainda é item pendente na OMC.

**Souza e grupo** que analisam a **sociedade civil global** para os Cadernos, reúne manifestações públicas de 30 organizações da sociedade civil (OCS) de interesse público e privado, que atuam na arena da saúde global. No conjunto, há um esforço de chamar a atenção para os principais problemas e desafios que afligem as populações em diversas partes do mundo, com alguns ensaios retrospectivos e prospectivos, que se voltam ao passado e se lançam sobre o futuro. As temáticas que estiveram em destaque no ano de 2022 seguem em pauta no início de 2023: doenças infecciosas e acesso a vacinas, doenças crônicas não transmissíveis, pobreza e vulnerabilidade social, guerras e crises humanitárias, desigualdade de gênero, transtornos mentais e crise climática. Relativamente a todos estes temas, são constantes os apelos por mudanças estruturais efetivas. Também continuam em destaque as questões

relativas à governança em saúde, incluindo a elaboração de tratados internacionais, e às patentes. Por fim, vale mencionar que o genocídio lanomami, no Brasil, recentemente divulgado, foi repercutido internacionalmente pelo Greenpeace.

Na área da **cooperação sul-sul**, o ano novo trouxe novas mudanças no **UNOSSC**, com a nomeação da nova diretora Dima Al-Khatib, uma profissional com mais de 25 anos de experiência na área de desenvolvimento sustentável e saúde ambiental, que assumirá suas funções no dia 01 de março de 2023. **Ungerer** reporta ainda mudanças importantes também no **G-77**, no qual assume a presidência, pela primeira vez, a República de Cuba, que se propõe mostrar que o Sul existe, que representa dois terços do mundo e que é preciso consolidar projetos cooperativos do Sul nas áreas de saúde, biotecnologia, educação, combate às mudanças climáticas e prevenção de desastres, que possam ser um exemplo de unidade, complementaridade e influência nos numerosos e relevantes processos multilaterais que ocorrerão em 2023. Quanto ao **MNA**, o movimento jovem celebrou a semana mundial da harmonia inter-religiosa entre 1 e 7 de fevereiro de 2023, destacando que a harmonia entre os povos é uma necessidade urgente para contribuir efetivamente para a paz do mundo.

No **G7**, o destaque do início de 2023 vai para a rotação da presidência do grupo das sete maiores economias do mundo, que agora passa a ser ocupada pelo Japão. Os objetivos da nova presidência giram em torno dos temas: cooperação multilateral para impulsionar a recuperação econômica, mitigação da mudança climática, saúde pública e não-proliferação de armas nucleares. No **G20**, com nova presidência pro-tempore (Índia) desde dezembro de 2022, realizam-se os primeiros eventos do ano, buscando consolidar suas metas e prioridades, principalmente no que tange às agendas da saúde, finanças e desenvolvimento. Como futuro PPT, o Brasil participa da *tróika* que dirige o G20, ao lado de Índia (atual PPT) e Indonésia (anterior). Na **OCDE**, a adoção de um acordo intergovernamental sobre a salvaguarda da privacidade no cumprimento da lei e no acesso aos dados de segurança nacional, alterações de cargos estratégicos na organização e duas publicações de temas relacionados à saúde foram os destaques. Sobre a relação do Brasil com a Organização, também se fez presente a indicação da intenção pela parte brasileira para o processo de promoção de mudanças em seu pedido de adesão. Estas as novidades captadas por nossos analistas **Burger, Esteves e grupo**.

Em seu discurso de posse, Lula disse que é preciso fortalecer o **BRICS** e as organizações multilaterais para buscar a soberania e romper o isolamento a que o país foi relegado. **Hoirisch** reporta que a África do Sul presidirá o BRICS nesse ano sob o lema "*BRICS e África: parceria para crescimento mutuamente acelerado, desenvolvimento sustentável e multilateralismo inclusivo*", cuja Cúpula ocorrerá em agosto em Durban. A PPT da África do Sul busca o reforço das relações entre os membros do grupo e a parceria com os principais atores do Sul Global em questões relacionadas à governança global e sua reforma, e ao desenvolvimento. Espera-se que a presidência sul-africana aborde a possível expansão do BRICS. O MRE russo, Lavrov, indicou que os países do BRICS irão analisar a iniciativa de criação de uma moeda comum nessa próxima Cúpula. A Índia lançou sua primeira vacina nasal contra a Covid-19, a INCOVACC da Bharat Biotech. Enquanto os EUA vêm fazendo provocações à China, em dezembro, Putin e Xi saudaram os "melhores laços de sua história" e comprometeram-se em aprofundar as relações de seus países em meio a suas respectivas tensões com o Ocidente.

No seu primeiro informe de 2023 sobre **América Latina e Caribe**, os analistas **Tobar e Minayo** destacam a *VII Cúpula da CELAC*, realizada em janeiro, em Buenos Aires, que marcou um festejado retorno do Brasil à iniciativa, abordando com especial atenção o tema da saúde na Declaração Final da Cúpula. Apresentam breve análise sobre o *contexto político regional* e seus

possíveis desdobramentos. Fazem ainda um relato do cenário político atual do *Ecuador* e do *Peru*, marcados por fortes instabilidades. Observam também a proposta da *CEPAL* sobre políticas de cluster para superar a armadilha do baixo crescimento em que se encontram a América Latina e o Caribe e referem-se à IV Conferência Ibero-Americana de Gênero.

Na **África**, nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** destacam a 2ª edição da *Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África*, que contou com alguns Chefes de Estado, Ministros da Saúde e pesquisadores com grande destaque do BAD. O Ministro de Relações Exteriores da China participou da inauguração da *nova sede do CDC África*. O BAD anunciou que vai alocar grandes recursos financeiros para impulsionar a produção alimentar no continente. A *EU e 26 países africanos* constituíram uma aliança de Ministros do Comércio para o clima. O chefe da diplomacia chinesa terminou périplo por África para consolidar *presença chinesa* no continente. O *Banco Mundial* anunciou mais de 18 milhões de dólares para vigilância e preparação contra epidemias na África Ocidental. Realizada em Luanda a *10ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Organização dos Estados Africanos, Caribe e do Pacífico*. Os Estados-Membros comprometem-se a reforçar a segurança alimentar e nutricional em África. A reunião de *Institutos Nacionais de Estatística* concluiu que o continente precisa reformar o sistema estatístico dos países para garantir capacidades de produção e divulgação de informação de qualidade. Uma desaceleração no progresso contra a mortalidade materna e infantil é projetada na Região Africana da *OMS*.

Na **Europa**, reporta **Freire**, o ano de 2023 promete ser uma reprise de 2022. A guerra na Ucrânia segue longe de um desfecho, as crises energética e inflacionária se aprofundam e a Covid-19 segue caracterizada como uma emergência sanitária global. Um grande terremoto sacudiu a Turquia, produzindo milhares de mortes, e produziu mobilização de todos os países europeus, que acorreram em socorro humanitário.

**Marques**, no seu informe sobre **Oriente Médio e Ásia-Pacífico**, sinaliza que à medida que o ano começa, o mundo já enfrenta um conjunto de riscos. Todos os desafios que serão tendência no mundo no próximo ano estão acoplados, como uma série de engrenagens interligadas. A policrise junta pandemias, mudanças climáticas, catástrofes naturais, recessões e inflação alta, pressões sobre a segurança alimentar e energética, tensões geopolíticas, ameaças à democracia e se agrava com a desigualdade, pobreza e fome. Como já sinalizado, 2023 não será um ano fácil. A imprevisibilidade é o novo normal. Mas, segundo nossa analista, **Ásia e Oriente Médio** já vinham cavando as oportunidades para reduzir os riscos e avançar nas boas relações. O final de 2022 confirmava o deslocamento do centro do mundo para a Ásia, embora não sob um único líder. Em 2023, a lógica da rivalidade entre grandes potências continua, mas ganhou novos *players* mundiais e regionais, com poderes regionais assertivos. E a guerra na Ucrânia tem sido responsável por alguns posicionamentos, especialmente do Sul Global, não a favor da guerra, mas contra a condução do Ocidente, especialmente da América, no enfrentamento à Rússia. E Índia, praticando uma nova política externa, terá papel importante para os países do Sul Global.

Passando um período temporário na **China**, nosso analista **André Lobato** reporta que o fim da política de Covid-Zero melhora expectativas econômicas na China e cria grande otimismo para o mercado global, mas tensões geopolíticas continuam a criar dificuldades para uma concertação internacional entre as duas maiores economias do mundo. Governo brasileiro inicia preparativos para visita de Lula à China nos próximos meses. Há esperança de que Lula contribua para a reorganização das frentes multilaterais entre países em desenvolvimento e seja capaz de retomar elementos estratégicos da cooperação bilateral.

Nosso analista **Guto Galvão** destaca que o Departamento de Estado dos **EUA** começa o ano realizando a reunião sobre o *Plano de Ação Global (GAP) da Covid-19* e anunciando a criação de um novo Escritório de Segurança e Diplomacia da Saúde Global na sua estrutura. De outro lado, sinaliza que as armas de fogo se tornaram a causa número um de morte de crianças nos EUA.

Ano que começa, esperanças renovadas, compromissos reafirmados. É assim que o grupo de pesquisadores que se dedicam a produção dos **Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde** do **CRIS Fiocruz** sentem-se ao lançar o primeiro número de 2023. Estão planejados 22 fascículos ao longo de 2023, com previsão de cerca de 4 mil páginas de descrição, análise, comentários sobre os principais momentos da saúde global e diplomacia da saúde dos mais importantes atores políticos da cena global.

Um mundo complexo nos espera a todos: política, social, econômica, ambiental e eticamente. Esperamos que ao longo do ano possamos trazer aos leitores um conjunto de informações que seja capaz de ajudá-lo a entender e atuar para torna-lo melhor para viver.

Boa leitura, e até a próxima!

**Rio de Janeiro, Manginhos, 07 de fevereiro de 2023**

***Paulo M. Buss e Pedro Burger***  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**  
**(com Érica Kastrup)**

## O fio condutor

**Santiago Alcázar**

Escrever para o 1º Caderno CRIS de 2023 é uma oportunidade para revisitar os eventos que mais prenderam a atenção em 2022. Não há pretensão em ser exaustivo como um algoritmo, nem preciso como um relojoeiro suíço. Aqui se trata somente de tentar conectar de maneira impressionista pontos da memória com a circunstância presente e com a perspectiva de futuro. Do início da guerra na Ucrânia, em fevereiro, à realização da COP-27 em Sharm El-sheikh, em novembro, há um fio condutor que convém explorar, ainda que de maneira perfunctória.

A Rússia invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro. Cada um dos lados no conflito segue uma lógica que resulta incompatível com a do outro.

Na lógica de Moscou, tratou-se de uma reação a uma ação anterior, como na 3ª Lei de Newton – *a cada ação corresponde uma reação*. A ação anterior foi a expansão da OTAN a leste e o descumprimento dos Acordos de Minsk, pelos quais se garantiria a autodeterminação das províncias de maioria russa, uso da língua, respeito aos direitos sociais adquiridos, entre os quais caberia mencionar direito à aposentadoria, assistência à saúde, relações comerciais, entre outros. Desde 2014, Kiev, com apoio de potências ocidentais não somente ignorou os termos dos acordos, como passou a enfrentar militarmente aquelas províncias. Seguiram-se ataques com mísseis e o avanço de tropas do exército ucraniano, algumas das quais exibiam, em seus uniformes, insígnias nazistas. Cidades inteiras foram destruídas. O número de civis mortos e feridos, até 2022 é muito grande. Em oito anos, Kiev rejeitou qualquer solução de paz e continuou com os seus ataques brutais contra a população daquelas províncias. É nesse contexto que se lança a Operação Militar Especial em fevereiro de 2022, com o objetivo de desmilitarizar a Ucrânia e, assim frustrar a expansão da OTAN a leste, bem como desnazificar o poder político, que permite e defende a utilização de símbolos nazistas em suas forças militares.

Na lógica das potências ocidentais, a invasão obedeceria às ambições imperiais da Rússia. Hoje a Ucrânia, amanhã os países bálticos e mais tarde os países a leste da antiga cortina de ferro. A extemporaneidade da ambição configuraria grau de loucura, que deveria ser denunciada, cancelada, atacada e vencida no campo de batalha para impedir de uma vez por todas esses brotes de insensatez que tanto mal causam à humanidade. Faz-se menção à violação do princípio de inviolabilidade das fronteiras, mas não se recorda o princípio da autonomia dos povos, que têm ambos a mesma hierarquia.

Como se pode ver, as duas lógicas são incompatíveis. No primeiro caso, trata-se de uma reação mecânica, que começa e acaba em si mesma. Não contém componentes de natureza moral e por essa razão não faz sentido dizer que a Rússia não deveria ter atacado a Ucrânia, com ênfase no *não deveria*, que talvez denote raízes da ética protestante ou de algum imperativo kantiano. A questão, na lógica russa, situa-se além do bem e do mal. Na lógica das potências ocidentais, ao contrário, a questão é fundamentalmente moral. A Rússia fez um mal e por isso tem que ser punida com a derrota derradeira no campo de batalha. Trata-se, em última instância, de uma disputa entre o Bem e o Mal com feições de guerra santa e envio de missionários a diferentes quadrantes do mundo com o propósito de converter os infiéis: temos o dever de defender a liberdade e a democracia. Por isso temos que ser claros – *os que não estão conosco estão contra nós*.

Uma das consequências da guerra na Ucrânia foi a elevação generalizada do custo de vida. A retomada das atividades econômica e o reposicionamento das cadeias de suprimento, em 2021, causaram uma primeira onda inflacionária. No ano seguinte, em 2022, a guerra acentuou o fenômeno por conta da mais grave crise de energia desde os anos de 1970. As sanções econômicas impostas à Rússia produziram um efeito bumerangue que atingiu os países europeus de maneira mais severa. Impedidos do acesso ao gás russo, os países europeus, dependentes de energia importada, tiveram que recorrer ao gás liquefeito dos EUA, significativamente mais caro, contribuindo assim para a elevação do custo de produção de suas respectivas indústrias e reduzindo a respeitável competitividade de seus produtos. Com as restrições impostas, o preço do barril de petróleo subiu acentuadamente, provocando a alta dos preços dos combustíveis que desencadeou a alta generalizada em diversos setores da economia. Outro efeito foi a necessidade de retomar, mediante generosos subsídios, o uso do carvão para alimentar suas indústrias, levantando assim sérias dúvidas sobre a possibilidade de efetivamente manter a média global de temperatura até no máximo 1.5º C acima do nível pré-industrial.

As sanções econômicas iriam afetar também a produção de alimentos, uma vez que a Rússia é um dos mais importantes exportadores de fertilizantes. A crise de alimentos que se observa, no entanto, não é produto da guerra na Ucrânia. Ela vem de antes, por uma série de fatores, entre os quais caberia mencionar a quase universalização do plantio de transgênicos, que afeta principalmente os pequenos agricultores, em grande parte responsáveis, em todo o mundo, pela comida que se põe na mesa. A guerra, mas sobretudo as restrições impostas sobre os fertilizantes, penalizariam de maneira cruel os pequenos agricultores que, de súbito, encontraram-se impedidos de plantar e alimentar os segmentos da sociedade mais vulneráveis. Nesse cenário, a fome e a pobreza extrema voltaram a aumentar após décadas de declínio e a comprometer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Não resta dúvida de que guerra acompanhada das sanções econômicas trouxe dor e sofrimento em quantidade, mas como nunca nada é suficiente, produziu também ironia. Sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas e os bons ofícios do Presidente da Turquia, Rússia e Ucrânia decidiram concluir acordo que permitiria o escoamento da produção de grãos e fertilizantes desses dois países pelo Mar Negro. Celebrado como importante gesto humanitário, quis a ironia que 60% dessas exportações fossem para países europeus, 20% para países da Ásia e somente os restantes 20% para países de África gravemente afetados pela fome.

É difícil explicar essa curiosa repartição de alimentos, em nada assemelhada ao milagre da multiplicação de pães. Talvez o espírito de generosidade e solidariedade europeia, tão bem exemplificado na figura de Olof Palme, tenha-se esgotado com o avanço de partidos de extrema direita, nacionalistas, anti-imigração e inclinados a adotarem políticas de corte individualista. A depressão econômica e os fluxos migratórios podem, de fato, incentivar sentimentos mesquinhos no seio da população, mas há, ademais, o começo de uma percepção de traição e abandono que começa a tomar contornos claros: o de que foram (os europeus) deixados de lado pelo seu principal aliado, os EUA. São eles, com efeito, que lucram com as exportações de gás liquefeito e como se isso não bastasse adotaram medidas unilaterais para combater a inflação que podem ter impacto sobre a UE.

Com efeito, para combater a inflação, o Governo norte-americano adotou pacote de medidas reunidas na chamada *Inflation Reduction Act*. Entre as medidas figura a clássica elevação dos juros, que torna mais atrativa a moeda norte-americana e força os outros países a seguirem o passo. A situação, no entanto, não é simétrica. As indústrias europeias, endividadas

por conta do aumento do custo de produção em razão da elevação do preço do gás e do petróleo, veem-se pressionadas pelo aumento dos juros. O pacote de medidas não se limita, no entanto, aos mecanismos da política monetária. Inclui também incentivos bilionários para as indústrias de energia e para ações de mitigação dos efeitos climáticos. Uma dessas ações é a concessão de créditos impositivos para as fábricas que produzirem veículos elétricos nos EUA. Bruxelas teme que as suas célebres marcas de automóveis, atraídas por esses incentivos, decidam abandonar o velho continente para instalar-se nos EUA.

Traição e sensação de abandono, alto custo dos combustíveis e dos alimentos é o que sentem os líderes, que preferem dizer que o que está em jogo é a necessidade de conservar o mesmo nível de igualdade para todos os concorrentes do mercado. Nesse ambiente de desconfiança e frustração, preocupa que Bruxelas responda em conformidade com a 3ª Lei de Newton, sem considerar os impactos globais de uma guerra comercial e que à semelhança da lógica russa com respeito à Ucrânia situar-se-ia, também, além do Bem e do Mal.

No plano multilateral, em seguimento à invasão da Rússia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se, em 23 de fevereiro com o propósito de adotar projeto de resolução, pelo qual condenava-se aquele país e solicitava-se o fim do conflito. O projeto não prosperou por conta do veto da Rússia e a abstenção da China. O Conselho de Segurança então adotaria, em 27 daquele mês, a convocação da 11ª Sessão Especial de Emergência das Nações Unidas para tratar do assunto, por 11 votos a favor, 1 em contra e 3 abstenções. É importante registrar que a convocação de uma sessão especial de emergência da Assembleia Geral é extremamente rara. Não deixa de chamar a atenção que a Covid-19, os seus impactos e desdobramentos, não tenham parecido suficientemente graves para provocar a sua convocação.

As reuniões ao abrigo da Sessão Especial de Emergência foram ocasião para crescente polarização, alimentada pela incompatibilidade das lógicas utilizadas. No exercício de retóricas inflamadas de lado a lado, perderam-se a ponderação e a prudência, as boas práticas da diplomacia, a civilidade e a cabeça. Insultos grosseiros nunca foram substitutos para a racional busca da verdade. A mídia ocidental foi expulsa da Rússia, assim como a mídia russa já havia sido bloqueada em Ocidente. O resultado foi o desdobramento de uma guerra no escuro, sem notícias on-line, com muito poucas ou nenhuma informação efetivamente verificável. Na ausência de fatos, recorreu-se a narrativas, heroicas, de crueldade, mortes e violências de todo tipo, como nos relatos épicos de Homero e Virgílio.

O lado ocidental, melhor articulado e detentor da língua mais falada no mundo apropriou-se dos meios de comunicação e passaram a reproduzir à exaustão a sua própria narrativa e chamando de mentirosa a de seu adversário. Como nos tempos antigos, à noite, sentados em volta ao fogueira, para ouvir relatos engrandecedores da própria comunidade e vis os da comunidade inimiga, hoje recorre-se às plataformas digitais, os mais jovens, e às cadeias de transmissão contínua, os mais velhos, para saber o que se passa, aqui e no mundo, mas com o mesmo viés imemorial.

No início de abril de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou resolução que suspende a Rússia do Conselho de Direitos Humanos. É difícil entender o que se conseguiu com essa medida, mas parece indubitável que ao tomar essa decisão a AGNU e o Conselho tomaram partido explícito em um conflito que levanta mais dúvidas que certezas. Aonde foi a procura da verdade, poder-se-ia perguntar, não importa quão dura, quão terrível possa ser. Mais importante, talvez, seja questionar a validade e a credibilidade de um sistema multilateral que parece pregar a divisão e a exclusão. Não era esse, certamente, o espírito dos que fizeram a

Carta de São Francisco, nem deveria ser esse o espírito dos que decidiram, em 2015, por em marcha a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mapa de caminho para o desenvolvimento em bases mais justas e menos desiguais.

Felizmente, a Declaração Ministerial que emanou da sessão 2022 do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), em julho, seguiu a prática correta de focar suas lentes na descrição atual do estado do mundo, no impacto da Covid-19 sobre as metas da Agenda 2030, bem como nos pontos específicos dos ODS, previamente escolhidos para exame mais aprofundado. O mesmo não se pode dizer da 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, em maio, que adotou resolução descabida, altamente politizada, com acusações contra a Rússia, prejudicando a credibilidade da Organização como máxima instância de saúde no plano multilateral. Não tem cabimento que a OMS se pronuncie sobre assuntos estranhos a sua competência.

A OMC continuou surda aos apelos para flexibilizar as regras de PI durante a pandemia, que por sinal ainda não acabou, bem como para facilitar a produção local de medicamentos, insumos e equipamentos de saúde em países em desenvolvimento, à luz da necessidade de melhor preparar os sistemas nacionais de saúde para a ocorrência de novas pandemias ou emergências sanitárias.

Veio novembro e a realização da COP-27. O otimismo tomou conta de todos com o anúncio da criação de fundo para cobrir danos e perdas dos países mais afetados pelos impactos da mudança climática. É preciso, no entanto, ter cautela, uma vez que a mobilização de US\$ 100 bilhões para ações de adaptação, prometidos, em 2020, pelos países industrializados aos países em desenvolvimento, não saiu do lugar. Preocupa também a informação contida no Plano de Implementação de Sharm El-sheikh, segundo a qual a transformação global para energias baixas em emissão de carbono deverá requerer investimentos da ordem de US\$ 4 a 6 trilhões, o que certamente implicará a transformação do próprio sistema financeiro internacional, tarefa desafiadora, ainda que não impossível. Será necessário, no entanto, que a transformação financeira venha precedida por uma transformação moral, o que parece tão provável quanto encontrar água em deserto.

Na ocasião, na reunião de líderes, o Presidente eleito Lula, festejado por todos os presentes, anunciou a volta do Brasil ao cenário internacional, do qual havia se excluído por vontade própria. O anúncio causou alívio e esperança de que a voz do Brasil nos assuntos afetos à mudança de clima seria novamente ouvida e respeitada. Afinal de contas, o mundo todo assistiu impotente à inexplicável destruição da floresta amazônica, com impactos talvez irreparáveis sobre a biodiversidade, a degradação ambiental e a mudança global do clima.

No plano doméstico, setores da sociedade brasileira contestaram o resultado das eleições e não tiveram pudor em externar suas frustrações misturadas à estranha vontade pela volta de um regime militar, antidemocrático por tanto. O que seguiu à vitória de Lula foi marcado pelo ineditismo: não reconhecimento do resultado pelo candidato derrotado; bloqueio de estradas; acampamento em frente a quartéis, com direito a convescotes e segurança 24h; tentativa de invasão do prédio da Polícia Federal em Brasília, seguida de atos de vandalismo, na noite de 12 de dezembro; atentado frustrado próximo ao aeroporto de Brasília, na véspera de Natal; ataque selvagem e francamente estúpido às sedes dos Três Poderes da República, no dia 8 de janeiro.

O que quer essa gente, apoiada por setores das Forças Armadas, da Polícia e financiada por pessoas sobre as quais nada se sabe, por enquanto? Intervenção militar, como se disse

acima. Com que fim? Qual é o projeto de país que defendem? É espantoso descobrir que não há projeto algum. O único norte que usam para guiar-se é uma deficiente noção de liberdade para fazer o que se quer, obedecendo aos mais baixos instintos, deixando o uso da razão de lado e usando o poder das armas se necessário, como nos velhos tempos do faroeste americano. Nega-se tudo aquilo que pode constituir estorvo: pandemia, medidas sanitárias, lisura das urnas eletrônicas, democracia, estado de direito, independência dos poderes. Os que são carne de canhão têm que criar o caos, depois viriam seus controladores para pôr ordem e assumir o Poder. Para fazer o quê? Não se sabe ao certo, mas provavelmente para repetir os erros e crimes cometidos durante a pandemia, aumentar a pobreza e a fome na fila do osso e opor-se à humanidade, à solidariedade, à decência e ao bom senso. A tragédia dos Yanomami é um exemplo do que fizeram e certamente continuariam fazendo, uma vez que a bússola que os guia aponta para destruir, desfazer, matar. No caso da tragédia dos Yanomami trata-se de crime de genocídio que não pode ficar impune. Não é possível anistia para os responsáveis por mais esse crime hediondo.

O Brasil precisa recuperar-se, voltar-se para erradicar a fome e a pobreza extrema e dedicar-se à construção de um país mais justo e igual. A Agenda 2030 e os 17 ODS são reconhecidos internacionalmente como o único mapa de caminho para a construção de um mundo mais justo e igual. Nada nos deve frear na consecução desse objetivo.

2022 foi marcado pela guerra na Ucrânia, que consome e desvia recursos que poderiam servir para a erradicação da fome e da pobreza extrema, bem como para dar partida à mobilização dos recursos prometidos pelos países industrializados para ações de adaptação à mudança climática e à reparação por perdas e danos causados por desastres ambientais. É preciso quebrar a espiral da violência e a única maneira de fazê-lo é por meio da busca da paz. É preciso abandonar tudo que não for conducente à paz. É preciso promover a paz e deter o envio de armas para a Ucrânia, que somente aumenta a tensão e impede qualquer solução negociada. O problema é que assim pode-se alcançar um ponto de não-retorno que abre para a possibilidade real de uma guerra nuclear.

Todas as nossas vidas dependem da paz. Toda a agenda multilateral de 2023 também. O fio condutor que nos trouxe até aqui pode terminar aqui.

## **O Brasil está de volta; a ciência está de volta**

***Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão***

### **Brasil no EB 152**

O Conselho Executivo (EB) da Organização Mundial da Saúde é composto por 34 membros tecnicamente qualificados, eleitos para mandatos de três anos. A reunião anual do Conselho é realizada em janeiro, quando os membros concordam com a agenda da Assembleia Mundial da Saúde e as resoluções a serem consideradas pela Assembleia a seguir. Este ano, de 30 de janeiro a 7 fevereiro, aconteceu a 152 edição da reunião.

O calendário da OMS propõe ainda uma segunda reunião mais curta, que ocorre em maio/junho, no seguimento da Assembleia Mundial da Saúde (Data ainda não confirmada - possivelmente de 30/05 - 01/06).

As principais funções do Conselho são implementar as decisões e políticas da Assembleia, aconselhar e, em geral, facilitar seu trabalho. Este corpo diretivo também toma decisões em nome da Assembleia sobre o trabalho do Secretariado da OMS.

A composição do EB (países e não nominalmente) é marcada por períodos de mandatos variados entre os ocupantes, mas sempre cursa por 3 anos. No caso do Brasil, a renovação do assento se deu em 2022.

A 152ª sessão do Conselho Executivo foi aberta com o relatório do Diretor-Geral destacando seus esforços em relação aos "5Ps" (Promoting, Providing, Protecting, Powering and Performing for health), ou seja, promover, fornecer, proteger, fortalecer e atuar para a saúde. Relatou também o trabalho da OMS durante a pandemia de Covid-19 e fornecendo uma visão geral do impacto da pandemia nos sistemas de saúde e na economia dos países ao redor do mundo. O acesso a serviços essenciais diminuiu à medida que os sistemas de saúde priorizaram as medidas de resposta ao Covid-19, incluindo grande redução nas coberturas de vacinação infantil de rotina.

A geopolítica também esteve fortemente presente. Tomando a palavra para responder ao relatório do DG, muitos Estados-Membros, em sua maioria da UE e outros países do Norte Global, aproveitaram a oportunidade para discutir o conflito russo-ucraniano. A UE e os EUA, entre outros, condenaram a "invasão" da Ucrânia pela Rússia, enquanto a Federação Russa condenou os comentários sobre suas "operações especiais" na Ucrânia.

Muitos Estados Membros também aproveitaram a ocasião para apontar as prioridades políticas dos governos recém-eleitos e como eles diferem de seus antecessores. Os Estados Unidos, por exemplo, foram assertivos em proteger o direito à saúde da comunidade LGBTQ+, em contraste com a posição que esta delegação assumiu durante o governo Trump.

Este ano a delegação brasileira foi liderada pelo Embaixador da Missão Permanente do Brasil ante as Nações Unidas em Genebra, Tovar Nunes, e teve como representante altermo o Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde, Carlos Gadelha.

São vários os momentos emblemáticos do evento em perspectivas internacionais, mas sobretudo o Brasil, representou o retorno do país à figura de protagonismo no cenário da Diplomacia em saúde global, como anunciou o secretário no discurso de abertura: "Brazil is back. Science is back.". Tomado por reconhecimento de diversas outras entidades, organizações da

sociedade civil e estados membros, o tom foi dado pela retomada do Brasil de nova fase em sua história, uma fase em que democracia, saúde e respeito aos direitos humanos, equilíbrio de gênero, igualdade racial e direitos dos povos indígenas andam de mãos dadas.

O Brasil mostrou-se comprometido em trabalhar com a OMS, outros Estados Membros e parceiros, bem como com atores não estatais, para garantir o acesso desimpedido a medicamentos, fabricação local e regional de produtos de saúde, acesso e cobertura universal de saúde, atenção primária à saúde e proteção contra emergências de saúde. Reconheceu a urgência de avançar nas agendas de saúde digital, saúde mental, segurança e proteção alimentar, melhoria da força de trabalho em saúde e combate a doenças negligenciadas, doenças raras, entre outras;

Foi salientado ainda, que na figura de membro do escritório do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) para redigir e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional sob a Constituição da OMS para fortalecer a prevenção, preparação, resposta e recuperação de pandemias, o embaixador Tovar trouxe a garantia de discussões equilibradas, inclusivas e transparentes com uma abordagem de toda a sociedade que leve em consideração as perspectivas de todos os Estados Membros, em particular dos países em desenvolvimento, que ainda são os mais afetados pelas pandemias;

Ao trabalhar arduamente para melhorar a situação da saúde global, o Brasil trabalhará com todos os outros parceiros para melhorar o respeito aos direitos humanos, em particular quando se trata de igualdade de gênero e raça, direitos sexuais e reprodutivos, combate ao estigma, discriminação e violência com base em orientação sexual e identidade de gênero e promoção dos direitos dos povos indígenas e das pessoas com deficiência;

Foi ainda proposto pelo Brasil uma resolução sobre a saúde dos povos indígenas, tema nunca antes abordado diretamente pela Assembleia Mundial da Saúde e prioridade para o Brasil, com o objetivo de garantir que estas populações gozem do seu direito à saúde, de acordo com suas próprias necessidades, especificidades e sob sua própria administração. O país fez assim um chamado de apoio aos Estados Membros, a OMS, bem como outras organizações internacionais e todos aqueles que se preocupam em não deixar ninguém para trás para dar o devido reconhecimento a esta importante questão tantas vezes negligenciada.

### **Os muitos tons do EB152**

O primeiro item substantivo da discussão foi a preparação para pandemias. Em princípio, todos os Estados Membros manifestaram apoio à melhoria da arquitetura global de emergência em saúde, porém houve divergência sobre se as propostas do Secretariado promoveriam ou não maior fragmentação. Assim, muitos comentários de países em desenvolvimento se concentraram na necessidade de fortalecer os sistemas de saúde como fundamentais para garantir o sucesso de uma arquitetura de preparação e resposta a pandemias.

Neste sentido, o Brasil destacou a iniquidade de acesso a vacinas de covid-19, lembrando que em junho do ano passado, enquanto alguns países aplicavam reforços vacinais ao público em geral, em países de baixa renda, apenas 37% dos profissionais de saúde haviam recebido um esquema completo de vacinação primária.

Ressaltou também a importância de sinergia e complementaridade entre os trabalhos do Grupo de Trabalho para a revisão do Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR) e o INB, ambos processos que estão entrando em fases críticas este ano.

A reunião do EB foi marcada por discussões ao redor da politização da OMS com relação ao conflito armado na Ucrânia. A delegação Russa pressionou a Organização a revisar um relatório relacionado à sua resposta de emergência na Ucrânia, provocando uma troca tensa com o diretor-geral da OMS. Acusou o Secretariado da OMS de preparar um relatório unilateral sobre sua resposta de emergência na Ucrânia, com a referência à operação militar russa como invasão.

O [relatório sobre a resposta da OMS à emergência na Ucrânia](#) foi executado como acompanhamento de uma resolução da Assembleia Mundial da Saúde de maio 2022 condenando a guerra da Rússia contra a Ucrânia. O relatório foi considerado na sessão do EB de 04 de fevereiro, juntamente com um relatório mais amplo da OMS, que se referiu à Ucrânia como uma das oito emergências agudas de saúde global entre as 50 emergências às quais a OMS estava respondendo.

Defendendo a si mesmo e seu escritório contra as acusações de politização, Dr Tedros, diretor-geral da OMS, assegurou à assembleia que o relatório foi escrito com "sinceridade e de boa fé" e instou qualquer país membro a comparecer ao Secretariado com qualquer preocupação se sentir que há questões ou fatos específicos que estão errados. Tedros defendeu veementemente o uso da palavra "invasão" no relatório de resposta humanitária e de emergência à saúde para descrever o que aconteceu na Ucrânia.

No ano passado, a [resolução da WHA](#) condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia foi aprovada por 88 votos a 12 – mas as 53 abstenções refletiram o desconforto de muitos membros, particularmente em países de baixa e média renda, com o debate que eles perceberam como polarizador do corpo global de saúde.

No link a seguir, é possível encontrar o resumo diário das discussões do EB, em Inglês e Espanhol e Francês feitos pela equipe do People's Health Movement -> [Daily brief PHM](#) .

### **Resolução sobre Saúde dos Povos Indígenas**

A delegação brasileira anunciou, tanto em sua fala de abertura, como na intervenção sobre o ponto de agenda de Determinantes Sociais da Saúde, o interesse de apresentar uma resolução sobre saúde dos povos indígenas a ser debatida entre os países membros nos próximos meses e aprovada na 76a Assembleia Mundial da Saúde.

Destacou-se que a situação de vulnerabilidade dos Povos Indígenas reflete a perversidade e exclusão social enfrentada por essas populações, o que caracteriza um problema de saúde global, e não algo específico do país. Com base no envolvimento da OPAS nessa questão no passado, o Brasil ressaltou que agora é hora de a AMS aborde o tema também.

A resolução também foi discutida em uma reunião paralela do Grupo dos Estados Membros da Região das Américas (GRUA), onde foi muito bem recebida por todos os delegados presentes. Os participantes parabenizaram o Brasil pela iniciativa e destacaram a importância de ser uma proposta vinda da região que já trata do tema há décadas, como é o caso da Iniciativa de Saúde dos Povos Indígenas da OPAS, lançada em 1993.

Alguns dados impactantes relacionados à saúde de populações indígenas foram destacados, como o fato de que eles possuem uma expectativa de vida 20 anos menor do que a média da população mundial, 50% dos indígenas adultos possuem Diabetes tipo 2, além de experimentarem níveis desproporcionalmente altos de mortalidade materna e infantil, desnutrição, doenças cardiovasculares, HIV/AIDS e outras doenças infecciosas, como malária e tuberculose.

Dentre outras ações relevantes, a proposta de resolução pede:

- a elaboração de um Plano Global para a Saúde dos Povos Indígenas, em consulta com os Estados Membros;
- o fornecimento de apoio técnico para o desenvolvimento de planos nacionais com estratégias específicas voltadas para territórios e comunidades indígenas;
- a proteção e melhoria da saúde dos povos indígenas;
- o incentivo à pesquisas sobre a saúde dos povos indígenas;
- a incorporação de uma abordagem intercultural no desenvolvimento de políticas públicas;
- o fortalecimento dos sistemas tradicionais de saúde dos povos indígenas;
- a promoção de mecanismos de consulta prévia aos povos indígenas para a tomada de decisões sobre questões que os afetem.

#### **Novo diretor da OPAS/PAHO**

Tomou posse em Washington, DC em 31 de janeiro o Dr. Jarbas Barbosa como o novo Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), comprometendo-se a trabalhar em parceria com os Estados membros para acabar com a pandemia e garantir que os sistemas de saúde da região se recuperem mais fortes do que antes. Ele tomará posse em 1º de fevereiro de 2023.

Dr Jarbas é médico formado pela Universidade Federal de Pernambuco e especialista em Saúde Pública e Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e foi diretor adjunto da OPAS.

Em seu discurso de posse pontuou que os países das Américas enfrentam um cenário epidemiológico complexo, com a persistente persistência de doenças transmissíveis, o risco de surtos e epidemias, o aumento de doenças não transmissíveis, os danos causados por acidentes de trânsito e violência e os impactos da mudança climática. É preciso sistemas de saúde fortes e resilientes que possam desempenhar adequadamente todas as Funções Essenciais de Saúde Pública.

Para abordar as desigualdades significativas entre e dentro dos países, o mandato de Dr Jarbas se concentrará em cinco pilares estratégicos:

- Acabar com a pandemia com as ferramentas de que os países dispõem, incluindo vigilância e vacinas;
- Aplicar as lições aprendidas com a pandemia para se preparar para futuras emergências de saúde;
- Garantir acesso rápido e equitativo a inovações em saúde para todos os países da região;

- Construir sistemas nacionais de saúde resilientes com base na Atenção Primária à Saúde;
- Fortalecer a capacidade da OPAS para ajudar os Estados membros.

O evento de posse contou com a presença de diversas autoridades. A predecessora do Dr. Jarbas, Carissa F. Etienne, apontou que para a execução do novo mandato, a experiência técnica excepcional, habilidade de formulação de políticas astutas, pragmatismo e a sabedoria dos anos de experiência de trabalho no Brasil e fora dele são pontos fortes do novo diretor. Já a Ministra da Saúde do Brasil, Dra Nísia Trindade, ressaltou em sua fala os pontos de Jarbas ser um pensador e também um construtor, alguém que transforma ideias em práticas intuitivas duradouras. Como especialista em saúde pública, sempre lutou para defender os princípios de uma reforma sanitária brasileira e trabalhar por uma sociedade inclusiva e solidária que coloca a saúde como um direito universal.

## **2023: Implementação, Determinação e Esperança para o Clima, a Natureza e a Redução da Poluição**

*Danielly Magalhaes & Guto Galvão*

Nosso planeta está enfrentando uma profunda crise enraizada em uma série de desafios globais interconectados que incluem doenças infecciosas como a COVID-19, mas também mudanças climáticas, perda de biodiversidade e colapso financeiro. Esses desafios não respeitam fronteiras físicas ou nacionais e resultam principalmente de atividades humanas como o desmatamento, a queima de combustíveis fósseis, a expansão de terras agrícolas e o aumento da caça e do comércio de animais selvagens.

Para a área ambiental, 2023 será o ano para colocar o trem nos trilhos. O ano passado marcou a retomada das reuniões presenciais após a pandemia, culminando em uma série de acordos e negociações globais que estavam paralisados. Dessa forma, o ano de 2023 será um ano de **implementação** dos acordos ambientais. Embora continuemos em um mundo desestruturado pela COVID-19 e pela guerra, será preciso muito engajamento e **determinação** por parte dos países para de fato adotarem os planos ambiciosos que se comprometeram. Financiamento é sempre a palavra da vez, e continua um desafio. Com a necessidade de os países ricos arcarem com suas responsabilidades pela atual destruição do planeta. As prioridades precisam mudar urgentemente, os sinais estão claros: uma pandemia potencialmente causada por spillover de um vírus de animal para humanos, secas, enchentes, furacões, mortes por ondas de calor e aumento de dengue e de malária causada pelas mudanças climáticas, além de uma crise energética e alimentar impulsionadas pela Guerra na Ucrânia.

Mas falando de **esperança**, o país mais biodiverso do mundo, volta a respirar, ainda com respiradores, mas já saímos do coma. Inicia-se em 2023 um novo governo que já determinou em seu plano de governo que todos os ministérios tenham comprometimento com as questões ambientais. Voltaremos a ser voz nas COPs e voltaremos a fortalecer a voz das Américas e do Sul Global, para cobrar a responsabilidade financeira do Norte.

### **Novo acordo Global para combate a perda da Biodiversidade**

Desde 1970, houve um declínio de 68% na vida animal na Terra. Estamos diante da sexta extinção em massa, dessa vez não por causas naturais, mas por ações humanas destruidoras e irresponsáveis – cerca de 1 milhão de espécies na Terra estão em risco de extinção até 2050 se permanecermos em nosso curso atual.

Especialistas em clima alertam ainda que o suprimento de alimentos de todo o mundo se tornará inseguro devido à perda de biodiversidade. Essas e outras projeções científicas semelhantes sobre a perda de biodiversidade acrescentam certa seriedade às medidas que tomamos agora para reverter os danos ao meio ambiente, pois são literalmente essenciais para a sobrevivência humana no futuro.

Com tantas espécies em risco de extinção devido à queda da biodiversidade, toda a vida na Terra está em sério risco. Cientistas que estudaram o declínio por meio da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) são da opinião de que a biodiversidade está se deteriorando a uma taxa tão impressionante que somente a conservação efetiva de 30-50% de todos os recursos terrestres e marítimos globais serão suficientes para garantir um ambiente sustentável de suporte à vida na Terra.

E é isso que se propõe o novo acordo Global para a Biodiversidade. Em 19 de dezembro de 2022, representantes de 188 países adotaram um novo acordo na Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas (“ONU”) em Montreal, Canadá, para orientar a ação global sobre a natureza. [1] O acordo, Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF), é o resultado de vários anos de negociações sob os auspícios da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica, a primeira cúpula ocorreu em Kunming, China, em outubro de 2021. O GBF visa “interromper e reverter” a perda de biodiversidade por meio de uma série de metas e objetivos específicos. Sua principal meta é a conservação 30% das terras do mundo e 30% dos oceanos do mundo até 2030, amplamente conhecido como promessa 30 × 30.

Ao adotar essa estrutura, os participantes forneceram um roteiro para alcançar os três objetivos principais da CDB: conservar a diversidade biológica; calibrar o consumo sustentável dos componentes da diversidade biológica; e facilitar uma distribuição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos. Em um avanço significativo, os participantes se comprometeram a garantir a proteção de pelo menos 30% de todas as terras e oceanos até 2030.

Neste acordo, além do conhecimento científico, foram incorporados os vários saberes sociais e de comunidades tradicionais. Os direitos dos povos indígenas e suas contribuições para a conservação da biodiversidade são reconhecidos e respeitados nos termos do acordo.

### **Histórico da COP15**

A reunião da Conferência das Partes (“COP”) da CDB ocorre a cada dois anos com o objetivo de avançar nos objetivos da Convenção. A CDB, que foi aberta para assinatura em 1992 na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro [9] e entrou em vigor em 1993, é um tratado internacional com três objetivos—(i) a conservação da diversidade biológica; (ii) o uso sustentável dos componentes da biodiversidade; e (iii) a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. [10] A CDB tem participação quase universal, com 196 Estados Partes, incluindo Bélgica, Brasil, China, França, Alemanha, Cingapura, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido. Os Estados Unidos assinaram o tratado em 1993, mas não o ratificaram. (Os EUA, no entanto, participam das COPs e, a COP15 tem implicações para as entidades dos EUA e outras organizações globais.)

Em 2010, na COP10 em Nagoya, Japão, as Partes adotaram um Plano Estratégico para a Biodiversidade revisado e atualizado, incluindo as Metas de Biodiversidade de Aichi para 2011–2020 (Metas de Aichi), para atingir a meta de “viver em harmonia com a natureza” até 2050.

Em 2019, no entanto, um relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) concluiu que a natureza estava diminuindo globalmente a taxas sem precedentes na história da humanidade. Em 2020, o Global Biodiversity Outlook 5, um relatório da CDB, constatou que, apesar do progresso em algumas áreas, os governos falharam em cumprir as Metas de Aichi - nenhuma das metas foram alcançadas.

As metas do GBF (das quais nove incorporam metas específicas para 2030) abrangem as seguintes áreas:

	<b>Meta</b>	<b>Resumo do meta</b>
1	<b>Meta</b>	Planejamento espacial para trazer a perda de áreas de alta importância para a biodiversidade para <b>perto de zero</b> até 2030
2	<b>Meta</b>	<b>Restauração</b> efetiva de <b>pelo menos 30%</b> dos ecossistemas terrestres, aquáticos interiores e costeiros/marinhos degradados até 2030
3	<b>Meta</b>	<b>Conservação</b> efetiva de <b>pelo menos 30%</b> dos ecossistemas degradados terrestres, de águas interiores e costeiros/marinhos até 2030 (ou seja, 30 x 30), reconhecendo territórios indígenas e tradicionais, quando aplicável
4	<b>Meta</b>	Assegurar ações de gestão urgentes para impedir a extinção de espécies induzida pelo homem e restaurar a diversidade genética
5	<b>Meta</b>	Garantir que o uso, colheita e comércio de espécies silvestres seja sustentável, seguro e legal e reduza o risco de disseminação de patógenos
6	<b>Meta</b>	Eliminar, reduzir ou mitigar os impactos de espécies exóticas invasoras na biodiversidade
7	<b>Meta</b>	Reduzir os riscos de poluição e o impacto negativo da poluição “ <i>de todas as fontes</i> ” para níveis não nocivos até 2030, incluindo a redução do excesso de nutrientes perdidos em pelo menos 50%, inclusive por meio de um ciclo e uso mais eficiente de nutrientes, reduzindo o “ <i>risco geral de pesticidas e produtos altamente perigosos produtos químicos</i> ” em pelo menos 50%, inclusive por meio do manejo integrado de pragas e trabalhando para “ <i>eliminar a poluição plástica</i> ”
8	<b>Meta</b>	Minimizar o impacto das mudanças climáticas e da acidificação dos oceanos na biodiversidade
9	<b>Meta</b>	Assegurar que a gestão e uso de espécies silvestres seja sustentável, apoiando assim especialmente aqueles mais dependentes da biodiversidade
10	<b>Meta</b>	Garantir que as áreas de agricultura, aquicultura, pesca e silvicultura sejam geridas de forma sustentável
11	<b>Meta</b>	Restaurar, manter e melhorar as contribuições para as pessoas, como regulação do ar, água e clima, saúde do solo, polinização e redução do risco de doenças, por meio de soluções baseadas na natureza e abordagens baseadas no ecossistema

12	<b>Meta</b>	Aumentar significativamente a área, qualidade e conectividade de acesso e benefícios de espaços verdes e azuis em áreas urbanas e densamente povoadas, inclusive garantindo o planejamento urbano inclusivo da biodiversidade, melhorando a biodiversidade nativa, a conectividade ecológica e a integridade
13	<b>Meta</b>	Adotar medidas legais, políticas, administrativas e de capacitação eficazes para garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios das fontes genéticas
14	<b>Meta</b>	Assegurar a plena integração da biodiversidade em políticas e regulamentos, incluindo avaliações de impacto ambiental (“ <b>EIAs</b> ”), em todos os níveis de governo e setores, e alinhar progressivamente todas as atividades públicas e privadas, fluxos fiscais e financeiros com o GBF
15*	<b>Meta</b>	Adotar medidas legais, administrativas ou políticas para incentivar e permitir que empresas grandes e transnacionais e instituições financeiras “ <i>monitorem, avaliem e divulguem com transparência</i> ” seus riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade por meio de suas operações, portfólios, suprimentos e cadeias de valor, incluindo fornecendo mais informações aos consumidores e relatando a conformidade com os regulamentos
16	<b>Meta</b>	Garantir que as pessoas sejam encorajadas a fazer escolhas sustentáveis de consumo, inclusive estabelecendo políticas de apoio, estruturas legislativas e regulatórias e, até 2030, reduzir “ <i>a pegada global do consumo</i> ”, reduzir pela metade o desperdício global de alimentos e reduzir a geração de resíduos
17	<b>Meta</b>	Estabelecer, fortalecer a capacidade e implementar medidas de biossegurança
18	<b>Meta</b>	Eliminar ou reformar os incentivos que são “ <i>prejudiciais à biodiversidade</i> ” (por exemplo, subsídios) até 2050, reduzindo-os progressivamente em pelo <b>menos US\$ 500 bilhões por ano até 2030</b> , enquanto amplia os incentivos positivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade
19	<b>Meta</b>	Aumentar o nível de recursos financeiros para implementar estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação mobilizando <b>pelo menos US\$ 200 bilhões</b> por ano (de fontes públicas e privadas) e aumentando os fluxos financeiros internacionais de países desenvolvidos para países em desenvolvimento para <b>pelo menos US\$ 20 bilhões</b> por ano até 2025 e <b>US\$ 30 bilhões</b> até 2030
20	<b>Meta</b>	Fortalecer a capacitação, acesso e transferência de tecnologia e P&D para a conservação e uso sustentável da biodiversidade

21	<b>Meta</b>	Garantir que os melhores dados, informações e conhecimentos disponíveis sejam acessíveis aos tomadores de decisão e ao público para orientar a governança, a conscientização, a educação, o monitoramento e a gestão de P&D
22	<b>Meta</b>	Garantir a representação e participação plena, equitativa e inclusiva com perspectiva de gênero na tomada de decisões relacionadas à biodiversidade
23	<b>Meta</b>	Garantir a igualdade de gênero na implementação do GBF

### Os próximos passos da CDB

A próxima conferência de biodiversidade da ONU será realizada na Turquia em 2024. Nesse ínterim, os órgãos subsidiários da CBD continuarão a se reunir e desenvolver as bases científicas, de relatórios e monitoramento para o GBF. Enquanto isso, o Global Environment Facility (**GEF**) criará um novo fundo fiduciário específico para a biodiversidade, conforme descrito no acordo final.

Paralelamente, no nível doméstico, espera-se que os Estados Membros da CDB revisem suas Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (“NBSAPs”) para “alinhá-los” com os objetivos e metas estabelecidos no GBF (Art. 34( a)) até a COP16— a próxima cúpula da biodiversidade. A COP15 também concordou que as Partes da CDB devem apresentar relatórios nacionais contendo indicadores principais acordados em 2026 e 2029.

A implementação do GBF, no entanto, provavelmente continuará fora do contexto restrito da CDB. Por exemplo, cerca de 60% da superfície oceânica da Terra está fora das jurisdições nacionais – e fora do alcance da legislação nacional. Para preservar a biodiversidade em alto mar (e no fundo do mar), os Estados precisariam adotar conjuntos complementares de regras e metas de biodiversidade. Isso poderia assumir a forma de um instrumento de tratado separado, como Biodiversity Beyond National Jurisdictions (“**BBNJ**”), que está sendo negociado atualmente no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (“**UNCLOS**”), enquanto a exploração do fundo do mar seria regida pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

### Importância da inclusão dos Povos Indígenas na conservação da Biodiversidade e os Yanomami no Brasil

Grande parte das atividades que levam a perda da biodiversidade acontecem nos territórios dos povos indígenas sem o seu consentimento livre, prévio e informado. O contínuo não reconhecimento e abuso dos direitos territoriais dos povos indígenas e, conseqüentemente, a destituição de 80% da biodiversidade global, devem ser colocados no centro dos desafios globais presentes e futuros - Embora representem menos de 5% da população mundial, os povos indígenas protegem 80% da biodiversidade da Terra nas florestas, desertos, pastagens e ambientes marinhos nos quais vivem há séculos.

O crescente foco no conhecimento tradicional, que as comunidades têm utilizado pacificamente para coexistir com seus ambientes, está se tornando de interesse significativo em processos internacionais. Isso inclui a Convenção sobre Diálogos Temáticos Globais sobre Diversidade Biológica para Povos Indígenas e Comunidades Locais sobre o Quadro de Biodiversidade Global Pós-2020, a plataforma da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Comunidades Locais e Povos

Indígenas, o IPBES e o trabalho de muitas ONGs, o Banco Mundial, entre outros . Por último, mas não menos importante, o COVID-19 lançou uma luz brilhante sobre a importância da natureza e que vem chamando a atenção também do setor privado.

Por exemplo, territórios ancestrais geralmente fornecem excelentes exemplos de um projeto paisagístico que resista aos efeitos negativos das mudanças climáticas. Por centenas de anos, os Povos Indígenas têm desenvolvido modelos de adaptação ao clima. Eles também desenvolveram variedades de plantas medicinais e raças de animais com uma maior gama de genes naturais que possuem resistência à variabilidade climática e ecológica.

Em Maio de 2022, o relatório Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo demonstrava que o garimpo nas terras indígenas Yanomami havia crescido 46% em 2021, impactando diretamente 56% dos indígenas. O cenário se repete ao da década de 80, quando as terras Yanomami foram invadidas por 40 mil garimpeiros. Em 2014, iniciou-se nova ocupação no território, mas foram contidas pela fiscalização do Ibama e da Polícia Federal, mas nos 4 anos anteriores, as ações foram interrompidas, havendo hoje mais de 20 mil garimpeiros ilegais na região.

Os garimpos mudam o curso dos rios, afugentando os animais utilizados como caça pelos indígenas, e diminui as fontes de alimentos naturais. Em troca, os índios são presenteados com alimentos industrializados, já surgindo casos de hipertensão, diabetes, desnutrição e obesidade. Há também relatos de índios pedindo ajuda aos garimpeiros para se alimentarem que exigem em troca ter relações sexuais com mulheres adolescentes, além de relatos de estupro de crianças.

Além da contaminação crônica da água e solo por mercúrio que se acumula no corpo, causando efeitos neurológicos em todos os estágios de vida, mas principalmente nos estágios de desenvolvimento, desde o útero até a primeira infância, as áreas remexidas tornam-se criadouros de mosquito. A malária aumentou de 5.225 casos em 2016 para 27.087 casos em 2020 e 23.655 casos em 2021. Jovens indígenas estão sendo aliciados e estão deixando as escolas para trabalharem na área indígena.

Os garimpos ilegais são a maior fonte de contaminação por mercúrio e combater o uso de mercúrio nessa prática faz parte da Convenção de Minamata sobre Mercúrio. A COP-4 resultou na Declaração de Bali não vinculativa, que visa fortalecer a cooperação e colaboração internacional para combater o comércio ilegal de mercúrio, observado na mineração artesanal e de pequeno porte de ouro (*artisanal and small-scale gold mining* - ASGM). Globalmente, 10-20 milhões de pessoas trabalham no setor ASGM e muitas delas usam mercúrio diariamente. Como resultado, 838 toneladas de mercúrio foram lançadas no ar em 2015 somente pelas ASGM, cerca de 38% do total global, tornando o setor o maior contribuinte para as emissões antropogênicas do metal, de acordo com as estimativas mais recentes da União Internacional para a Conservação da Natureza. A região da América do Sul é a segunda maior em consumo de mercúrio devido às atividades de ASGM.

O novo governo Lula está comprometido na proteção das áreas indígenas, inibindo as ações dos garimpeiros (muitos já deixaram as áreas), e na saúde indígena, tendo em vista a morte de mais de 500 crianças vítimas de envenenamento, doenças e desnutrição, vítimas de uma política de descaso e abandono dos últimos 4 anos de governo Bolsonaro.

## **Agenda preliminar de eventos ambientais para 2023**

### **Fevereiro**

7 FEV 2023 - 8 FEV 2023 - Sixth Meeting of the Global Leaders Group on Antimicrobial Resistance

7 FEV 2023 - Global Leaders Group Press Conference to launch Antimicrobial Resistance Report

27 FEV 2023 - 03 MAR 2023 Fourth meeting of the intersessional process considering the Strategic Approach and sound management of chemicals and waste beyond 2020 (IP4)

### **Março**

07 MAR 2023 - 09 MAR 2023: Promotion of Community Resilience Against Plastic Pollution and Climate Change in the Mekong River Basin

22 MAR 2023 - 24 MAR 2023 - UN 2023 Water Conference

27 MAR 2023 - 28 MAR 2023 Regional Stakeholder Consultations: advancing solutions towards a nature-positive trade

30 MAR 2023 International Day of Zero Waste 2023

### **Mai**

01 MAI 2023 - 12 MAI 2023: Meetings of the conferences of the Parties to the Basel, Rotterdam and Stockholm conventions in 2023

18 MAI 2023 - 19 MAI 2023 : High-Level Meeting of the UNGA on the Midterm Review of the Implementation of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction

22 MAI 2023 International Day for Biological Diversity 2023

29 MAI 2023 - 02 JUN 2023: Second session of Intergovernmental Negotiating Committee to develop an international legally binding instrument on plastic pollution, including in the marine environment

### **Junho**

05 JUN 2023: World Environment Day 2023

## Perspectivas sociais e do emprego no mundo: relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta tendências pessimistas para 2023

*René Mendes*

### Introdução

O último mês de 2022 e o primeiro mês de 2023 foram marcados, no âmbito mundial, por uma alternância de mensagem de esperança com mensagens de pessimismo e desalento. No “mundo do trabalho”, estreitamente dependente da Economia mundial, não foi diferente, tendo prevalecido, infelizmente, o pessimismo. Principalmente após a divulgação do relatório elaborado pela OIT, **Word Employment and Social Outlook: Trends 2023**, em 16 de janeiro<sup>8</sup>.

Os “releases” oficiais da própria OIT foram escritos em tons preocupantes, para não dizer alarmantes. Buscaremos resumir as mensagens de lançamento, e fazer uma síntese do conteúdo do Relatório, a partir de seu texto completo, em inglês<sup>9</sup> e de seu Resumo Executivo publicado em espanhol<sup>10</sup>, entre outros idiomas oficiais utilizados pela OIT.

Com efeito, os “releases” de lançamento trazem como título principal: “Desaceleração econômica pode forçar trabalhadores a aceitar empregos de qualidade inferior”, e como subtítulo: “O crescimento vacilante do emprego global e a pressão sobre condições decentes de trabalho correm o risco de minar a justiça social, de acordo com o relatório World Employment and Social Outlook: Trends 2023 da OIT”.

E assim começa o texto, datado em 16 de janeiro deste ano: “a atual desaceleração econômica global provavelmente forçará mais trabalhadores a aceitar empregos de baixa qualidade e mal remunerados, sem segurança no emprego e proteção social, acentuando assim as desigualdades exacerbadas pela crise da COVID-19, de acordo com um novo relatório internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. A matéria prossegue, informando que o World Employment and Social Outlook da OIT: Tendências 2023 (WESO Trends), também projeta que o crescimento global do emprego será de apenas 1,0 por cento em 2023, menos da metade do nível em 2022. O desemprego global está programado para aumentar ligeiramente em 2023, cerca de 3 milhões, para 208 milhões (o que corresponde a uma taxa de desemprego global de 5,8 por cento). O tamanho moderado desse aumento projetado deve-se em grande parte à oferta restrita de mão-de-obra nos países de alta renda. Isso marcaria uma reversão do declínio no desemprego global visto entre 2020-2022. Isso significa que o desemprego global permanecerá 16 milhões acima do valor de referência pré-crise (estabelecido em 2019).

Além do desemprego, prossegue a matéria de divulgação da OIT, “a qualidade do emprego continua a ser uma preocupação fundamental”, refere o relatório, acrescentando que “o trabalho digno é fundamental para a justiça social”. Uma década de progresso na redução da pobreza vacilou durante a crise da COVID-19. Apesar de uma recuperação nascente durante

---

<sup>8</sup> [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_865256/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_865256/lang--en/index.htm)

<sup>9</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_865332.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_865332.pdf)

<sup>10</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_865368.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_865368.pdf)

2021, a escassez contínua de melhores oportunidades de emprego provavelmente piorará, diz o estudo.

A atual desaceleração significa que muitos trabalhadores terão que aceitar empregos de qualidade inferior, muitas vezes com salários muito baixos, às vezes com horas insuficientes. Além disso, como os preços aumentam mais rapidamente do que os rendimentos nominais do trabalho, a crise do custo de vida corre o risco de empurrar mais pessoas para a pobreza. Essa tendência se soma a quedas significativas na renda observadas durante a crise da COVID-19, que em muitos países afetou mais os grupos de baixa renda.

O relatório também identifica uma nova e abrangente medida (indicador) de necessidades não atendidas de emprego – a ‘lacuna global de empregos’. Para além dos desempregados, esta medida inclui as pessoas que querem emprego, mas não procuram emprego ativamente, seja por desânimo ou por terem outras obrigações, como responsabilidades de cuidado. A lacuna global de empregos ficou em 473 milhões em 2022, cerca de 33 milhões acima do nível de 2019.

Com efeito, a deterioração do mercado de trabalho se deve principalmente às tensões geopolíticas emergentes e ao conflito na Ucrânia, à recuperação desigual da pandemia e aos contínuos gargalos nas cadeias globais de suprimentos, afirma o WESO Trends. Juntos, eles criaram as condições para a estagflação – simultaneamente alta inflação e baixo crescimento – pela primeira vez desde a década de 1970.

Mulheres e jovens estão se saindo significativamente pior nos mercados de trabalho. Globalmente, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho ficou em 47,4% em 2022, em comparação com 72,3% dos homens. Essa diferença de 24,9 pontos percentuais significa que, para cada homem economicamente inativo, existem duas dessas mulheres.

Os jovens (de 15 a 24 anos) enfrentam sérias dificuldades para encontrar e manter um emprego decente. Sua taxa de desemprego é três vezes maior que a dos adultos. Mais de um em cada cinco – 23,5 por cento – dos jovens não estão empregados, não estudam nem seguem qualquer formação (‘NNN’).

“A necessidade de mais trabalho decente e justiça social é clara e urgente. Mas se quisermos enfrentar esses múltiplos desafios, devemos trabalhar juntos para criar um novo contrato social global”, afirma Gilbert F. Hounqbo, Diretor-Geral da OIT. “Mas se quisermos enfrentar esses múltiplos desafios, devemos trabalhar juntos para criar um novo contrato social global. A OIT fará campanha por uma Coalizão Global pela Justiça Social para obter apoio, criar as políticas necessárias e nos preparar para o futuro do trabalho.”

“A desaceleração no crescimento global do emprego significa que não esperamos que as perdas sofridas durante a crise da COVID-19 sejam recuperadas antes de 2025”, disse Richard Samans, diretor do Departamento de Pesquisa da OIT e coordenador do relatório. “A desaceleração no crescimento da produtividade também é uma preocupação significativa, pois a produtividade é essencial para enfrentar as crises interligadas que enfrentamos no poder de compra, sustentabilidade ecológica e bem-

Em suma, um ambiente de alta e persistente incerteza emergiu globalmente, deprimindo o investimento empresarial, especialmente de pequenas e médias empresas, corroendo os salários reais e empurrando os trabalhadores de volta ao emprego informal. O progresso na redução da pobreza alcançado na década anterior vacilou em grande parte e a

convergência nos padrões de vida e na qualidade do trabalho está parando, à medida que o crescimento da produtividade diminui em todo o mundo, tornando os déficits de trabalho decente mais difíceis de superar.

### **Alguns destaques específicos extraídos do relatório da OIT**

Como mencionado na Introdução, o texto a seguir foi extraído do Resumo Executivo das versões em inglês<sup>11</sup> e em espanhol<sup>12</sup>, e seguem a sistematização temática adotada

### **Os mercados de trabalho enfrentam enormes desafios**

**As perspectivas globais para os mercados de trabalho deterioraram-se significativamente durante 2022.** As tensões geopolíticas emergentes, o conflito na Ucrânia, uma recuperação desigual da pandemia e os contínuos estrangulamentos nas cadeias de suprimentos criaram as condições para um episódio estagflacionário, o primeiro período de inflação alta e crescimento baixo, simultaneamente, desde a década de 1970. Os formuladores de políticas enfrentam um dilema desafiador ao lidar com a inflação elevada em um ambiente de recuperação incompleta do emprego. A maioria dos países ainda não retornou aos níveis de emprego e horas trabalhadas observados no final de 2019, antes do início da crise de saúde da COVID-19. No entanto, uma série de choques de oferta, predominantemente nos mercados de alimentos e commodities, elevou os preços ao produtor, causando picos na inflação dos preços ao consumidor e levando os principais bancos centrais a uma postura de política mais restritiva. Na ausência de aumentos correspondentes na renda do trabalho, a crise do custo de vida ameaça diretamente os meios de subsistência das famílias e corre o risco de deprimir a demanda agregada. Muitos países acumularam uma quantidade significativa de dívidas, em parte para lidar com as graves consequências da pandemia. O risco de uma crise global da dívida, portanto, é grande, colocando em risco a frágil recuperação em muitos mercados de fronteira.

**Em meio a essas circunstâncias desafiadoras, grandes déficits de trabalho decente persistem em todo o mundo, minando a justiça social.** Centenas de milhões de pessoas não têm acesso a empregos remunerados. Os que estão empregados muitas vezes não têm acesso à proteção social e aos direitos fundamentais no trabalho, sendo a maioria dos trabalhadores informais ou incapazes de expressar seus interesses por meio do diálogo social. As rendas são distribuídas de forma altamente desigual, de modo que muitos trabalhadores não conseguem escapar da pobreza. As perspectivas do mercado de trabalho são altamente desiguais, não apenas entre os países, mas também dentro deles. Existem disparidades de gênero em todas as áreas do mundo do trabalho, e os jovens enfrentam desafios específicos.

**A informalidade e a pobreza no trabalho aumentaram ainda mais com a crise da COVID-19.** Apesar da recuperação iniciada em 2021, é provável que a atual escassez de melhores oportunidades de emprego se agrave com a desaceleração projetada, empurrando trabalhadores para empregos de pior qualidade e privando outros de proteção social adequada. A renda real do trabalho cai quando os preços superam a renda nominal. A resultante pressão descendente sobre a demanda em países de alta renda afeta os países de baixa e média renda, através das cadeias globais de suprimento. Além disso, as persistentes interrupções nas cadeias de suprimento ameaçam as perspectivas de emprego e a qualidade do emprego, especialmente

---

<sup>11</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_865332.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_865332.pdf)

<sup>12</sup>[https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_865260/lang-es/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_865260/lang-es/index.htm)

nos mercados fronteiriços, reduzindo ainda mais as perspectivas de uma rápida recuperação do mercado de trabalho.

**Em suma, um ambiente de alta e persistente incerteza emergiu globalmente,** deprimindo o investimento empresarial, especialmente de pequenas e médias empresas, corroendo os salários reais e empurrando os trabalhadores de volta ao emprego informal. O progresso na redução da pobreza alcançado na década anterior estacionou, assim como a convergência nos padrões de vida e na qualidade do trabalho está parando, à medida em que o crescimento da produtividade diminui em todo o mundo, tornando os déficits de trabalho decente mais difíceis de superar.

#### **As condições desafiadoras do mercado de trabalho minam a justiça social**

**O trabalho decente é fundamental para a justiça social.** As famílias dependem predominantemente da renda do trabalho gerada por oportunidades de trabalho decente que oferecem uma renda justa, segurança no local de trabalho e proteção social.

**A lacuna global de empregos ficou em 473 milhões de pessoas em 2022, correspondendo a uma taxa de lacuna de empregos de 12,3%.** A lacuna global de empregos é uma nova medida da necessidade não atendida de emprego no mundo. É composta pelos 205 milhões de desempregados – correspondentes a uma taxa de desemprego de 5,8 por cento – e 268 milhões de pessoas que têm uma necessidade de emprego insatisfeita, mas estão fora da força de trabalho porque não preenchem os critérios para serem considerados desempregados. Essa lacuna de empregos é particularmente grande para as mulheres e nos países em desenvolvimento. Embora homens e mulheres atualmente enfrentem taxas de desemprego global semelhantes, a diferença de empregos para as mulheres é de 15,0%, em comparação com 10,5% para os homens. As responsabilidades pessoais e familiares (incluindo o trabalho de assistência não remunerado), o desânimo pela falta de oportunidades de emprego digno e a escassez de possibilidades de (re)formação podem impedir muitas pessoas de procurar emprego ou limitar a sua disponibilidade para trabalhar a curto prazo. Os países de rendimento baixo e médio-baixo apresentam elevadas taxas de disparidade no emprego, entre 13 e 20 por cento, enquanto os países de rendimento médio-alto apresentam uma disparidade de cerca de 11 por cento e os países de rendimento elevado registam uma disparidade de apenas 8 por cento.

**Globalmente, cerca de 2 bilhões de trabalhadores estavam no emprego informal em 2022.** A incidência do emprego informal caiu 5 pontos percentuais entre 2004 e 2019. A recuperação do emprego após a crise da COVID-19 foi impulsionada principalmente pelo emprego informal, que causou um ligeiro aumento na incidência da informalidade. A informalidade carece de muitas características da relação de emprego formal que são importantes para o avanço da justiça social. Por exemplo, os empregos têm muito menos probabilidade de dar acesso a sistemas de proteção social do que suas contrapartes formais. No geral, apenas 47% das pessoas em todo o mundo estão efetivamente cobertas por pelo menos um benefício de proteção social, o que significa que mais de 4 bilhões de pessoas ainda carecem de qualquer proteção social.

**Em 2022, estima-se que 214 milhões de trabalhadores viviam em extrema pobreza (ganhando menos de US\$ 1,90 por dia por pessoa em termos de paridade de poder de compra [PPC]), correspondendo a cerca de 6,4% das pessoas ocupadas.** Estima-se que os países de baixa renda tenham a mesma taxa de extrema pobreza laboral de 2019 e um número crescente de trabalhadores pobres. Sem um progresso significativo para quebrar essa estagnação, o alcance do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1** – a erradicação da pobreza em

todas as suas formas – será impossível. Como os rendimentos nominais do trabalho não conseguem acompanhar a inflação, a crise do custo de vida corre o risco de colocar mais pessoas na pobreza absoluta ou relativa – onde a “pobreza relativa” equivale a cair abaixo da linha de pobreza nacional. Esse risco é particularmente elevado para aqueles que estão na base da distribuição de renda altamente desigual; a metade inferior dos trabalhadores em todo o mundo ganha apenas cerca de 8% da renda total do trabalho.

**Mulheres e jovens se saem significativamente pior nos mercados de trabalho, um fato indicativo de grandes desigualdades no mundo do trabalho em muitos países.** Globalmente, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho ficou em 47,4% em 2022, em comparação com 72,3% dos homens. A diferença de 24,9 pontos percentuais significa que para cada homem economicamente inativo existem duas dessas mulheres. Os jovens (de 15 a 24 anos) enfrentam sérias dificuldades para conseguir um emprego decente. A sua taxa de desemprego é três vezes superior à dos adultos (25 anos ou mais). Mais de um em cada cinco – 23,5 por cento – dos jovens não está nem estudando, nem trabalhando, nem recebendo qualquer formação (“nem-nem-nem”).

### **Várias crises estão impedindo o crescimento do emprego**

**O impacto contínuo da COVID-19, do custo de vida e das crises geopolíticas está pesando fortemente nas perspectivas do mercado de trabalho.** Os choques de oferta e demanda provocaram aumentos de preços, levando às maiores taxas de inflação em décadas. O conflito na Ucrânia e outros conflitos geopolíticos estão agravando a escassez de suprimentos e aumentando a incerteza. A consequente crise do custo de vida está corroendo o poder de compra do rendimento disponível das famílias e reduzindo a procura agregada. O aperto da política monetária está comprimindo as condições de financiamento não apenas nas economias avançadas, mas também por meio de repercussões nas economias emergentes e em desenvolvimento. Na ausência de uma coordenação política adequada, o risco é que as economias dominantes sigam uma agenda política voltada principalmente para seus desafios domésticos, sem a devida consideração pelos possíveis impactos colaterais. As ofertas de emprego começaram a cair acentuadamente nos países que as informaram; no entanto, eles estão caindo de níveis recordes e em outubro de 2022 permaneceram altos do ponto de vista histórico.

**Além desses desafios imediatos, as mudanças estruturais de longo prazo nos mercados de trabalho globais estão sendo cada vez mais sentidas.** Por exemplo, a mudança climática está contribuindo para uma maior incidência de desastres naturais e eventos climáticos extremos, incluindo inundações, secas, degradação da terra, erosão do solo, ondas de calor e chuvas imprevisíveis. Ajustar-se a essas novas realidades exigirá grandes iniciativas de adaptação, incluindo investimentos significativos em infraestrutura em regiões altamente afetadas. No entanto, essas medidas de adaptação também apresentam oportunidades para a criação de empregos, principalmente em algumas das áreas mais pobres do mundo, inclusive na África. Enquanto isso, o envelhecimento da população em quase todos os países avançados e muitos emergentes acelerou, causando uma depressão na oferta de mão de obra que provavelmente não será compensada pela migração externa de regiões demograficamente mais dinâmicas. Ao mesmo tempo, a mudança tecnológica, especialmente relacionada a novos dispositivos e ferramentas digitais, como a inteligência artificial, ainda não correspondeu às projeções otimistas anteriores sobre seu potencial para aumentar o crescimento da produtividade e aliviar grande parte do trabalho penoso, mas essas inovações são necessárias para resolver alguma futura escassez de mão-de-obra resultante de mudanças demográficas.

**A interação de fatores macroeconômicos, tendências de longo prazo e configurações institucionais varia e afeta o crescimento do emprego de forma diferente entre os grupos de renda do país.** Primeiro, as perspectivas macroeconômicas são pessimistas para países de alta renda, enquanto muitos outros países provavelmente verão uma normalização do crescimento após as taxas de crescimento mais altas de 2021 e 2022. Em segundo lugar, a baixa cobertura de proteção social em baixa renda e média-baixa países de renda significa que muitos trabalhadores não vão parar de trabalhar, mas serão forçados a entrar na economia informal à medida que a atividade econômica desacelera. Por outro lado, os países com esquemas de retenção de empregos testados e comprovados – a maioria dos quais de alta renda – os utilizarão novamente, limitando assim as perdas de empregos. Em terceiro lugar, as empresas em países de alta renda podem enfrentar escassez de mão-de-obra devido ao envelhecimento e contração da força de trabalho, o que as motivará a manter seus trabalhadores, se puderem.

### **O crescimento do emprego deverá abrandar significativamente**

**Prevê-se que o emprego global cresça 1,0% em 2023, uma desaceleração significativa em relação à taxa de crescimento de 2,3% de 2022.** Esta projeção para 2023 é uma notável revisão para baixo de 0,5 pontos percentuais em relação à projeção anterior. Nenhuma grande melhoria é projetada para 2024, quando o crescimento do emprego deverá ter subido para 1,1 por cento. A perspectiva é pessimista para os países de alta renda, com crescimento próximo de zero no emprego. Por outro lado, projeta-se que os países de renda baixa e média-baixa vejam o crescimento do emprego superando sua tendência de crescimento pré-pandêmica.

**A desaceleração do crescimento do emprego significa que as lacunas abertas pela crise do COVID-19, globalmente, não devem ser fechadas nos próximos dois anos.** O forte crescimento do emprego em 2022 elevou a relação emprego-população global para 56,4%, acima dos 54,5% em 2020, mas ainda quase meio ponto percentual abaixo do nível de 2019. O total de horas semanais trabalhadas em 2022 permaneceu abaixo de seu nível no quarto trimestre de 2019 em 1,4 por cento quando ajustado para o crescimento populacional; esse número se traduz no equivalente a 41 milhões de empregos em tempo integral (48 horas semanais). Prevê-se que a média de horas semanais trabalhadas por trabalhador diminua ligeiramente em 2023 como resultado da desaceleração econômica, permanecendo um pouco acima de 41 horas por semana. Essa redução na atividade limita o potencial de ganhos dos trabalhadores e, com toda probabilidade, diminui as oportunidades de transição para empregos de melhor qualidade e bem remunerados.

**O crescimento do emprego em 2021 foi robusto com a reabertura de setores-chave da economia e as condições do mercado de trabalho continuaram a melhorar em 2022.** A relação emprego-população superou seu nível pré-crise na Europa e na Ásia Central em 2022 e recuperou a maioria das suas perdas nas outras regiões. As mulheres, afetadas de forma desproporcional pelas perdas de emprego em 2020, tiveram um crescimento particularmente forte do emprego. Em 2022, sua relação emprego-população havia se recuperado para 0,3 pontos percentuais do nível pré-crise, em comparação com uma diferença de 0,6 pontos percentuais para os homens. No entanto, essa recuperação mais forte foi impulsionada principalmente pelo emprego informal: quatro em cada cinco empregos criados em 2022 para mulheres eram informais, contra apenas dois em três para homens.

**As perspectivas do mercado de trabalho para 2023 variam consideravelmente por região.** A África e os Estados Árabes deverão registrar um crescimento do emprego na ordem dos 3 por cento ou mais. No entanto, com suas crescentes populações em idade ativa, é provável

que ambas as regiões vejam as taxas de desemprego diminuírem apenas modestamente (de 7,4 para 7,3 por cento na África e de 8,5 para 8,2 por cento nos Estados Árabes). Na Ásia e no Pacífico e na América Latina e no Caribe, projeta-se que o crescimento anual do emprego seja da ordem de 1%. Na América do Norte, não haverá ganhos de emprego em 2023 e o desemprego aumentará. A Europa e a Ásia Central são particularmente afetadas pelas consequências econômicas do conflito na Ucrânia. Prevê-se que o emprego diminua em 2023, mas as taxas de desemprego devem aumentar apenas ligeiramente num contexto de crescimento limitado da população em idade ativa. De fato, na Europa e na Ásia Central, a força de trabalho deve diminuir em 2023. Independentemente dessas tendências nos principais indicadores do mercado de trabalho, cada região continuará enfrentando diversos déficits de trabalho decente que provavelmente se agravarão diante da crise econômica global. condições e desafios de longo prazo, como a mudança climática.

**É provável que o crescimento da oferta global de mão-de-obra continue em desaceleração, o que contribuirá para a escassez substancial de mão-de-obra nas economias avançadas, em particular.** Parte dessa desaceleração é esperada porque, na última década, tanto os países em desenvolvimento quanto os emergentes experimentaram níveis de renda crescentes que permitiram que muitos cidadãos mais jovens estendessem seu tempo na educação. No entanto, uma grande parte dos jovens permanece sem emprego, educação ou formação (a chamada 'taxa NNN'), o que afetará negativamente as suas futuras oportunidades no mercado de trabalho. Reduzir essas taxas de 'NNN' continua a ser um desafio significativo que precisa ser enfrentado se a economia global quiser se beneficiar do aumento de jovens no perfil demográfico de muitos países em desenvolvimento. Mesmo fechando parcialmente a lacuna global de empregos, expandindo o emprego remunerado, reduziria os déficits de trabalho decente e impulsionaria a atividade econômica. As economias avançadas fizeram progressos consideráveis nesse sentido, oferecendo oportunidades para os trabalhadores mais velhos, em particular, permanecerem ligados ao mercado de trabalho; este é o único grupo de países onde as taxas de participação na força de trabalho aumentaram ao longo da última década, em vez de diminuir.

**Prevê-se que o desemprego global aumente ligeiramente em 2023, em cerca de 3 milhões, atingindo 208 milhões.** Isso corresponde a uma taxa de desemprego de 5,8%. Apesar das perspectivas econômicas globais negativas, projeta-se que o desemprego global aumente apenas moderadamente, uma vez que grande parte do choque está sendo absorvido pela rápida queda dos salários reais em um ambiente de inflação acelerada. No entanto, embora o desemprego global tenha diminuído significativamente em 2022, de 235 milhões em 2020 para 205 milhões, ainda permaneceu 13 milhões acima do nível de 2019. Em 2022, as taxas de desemprego caíram abaixo do nível pré-crise apenas nas Américas e na Europa e Ásia Central; eles permanecem acima desse nível nas outras regiões.

### **A qualidade do trabalho também está sob pressão**

**Além da lacuna no emprego, a qualidade do emprego continua a ser uma preocupação fundamental.** Sem acesso à proteção social, muitas pessoas simplesmente não podem se dar ao luxo de ficar sem emprego. Frequentemente aceitam qualquer tipo de trabalho, muitas vezes com salários muito baixos e horários inconvenientes ou insuficientes. A desaceleração projetada provavelmente forçará os trabalhadores a aceitar empregos de pior qualidade do que poderiam desfrutar em melhores condições econômicas. Além disso, com os preços subindo mais rapidamente do que os salários nominais, os trabalhadores experimentarão uma queda rápida na renda disponível, mesmo quando puderem manter seus empregos atuais.

**Esses déficits de trabalho decente variam de acordo com a região em forma e gravidade, mas são generalizados.** Nos Estados Árabes, Norte da África e Sul da Ásia, as diferenças relacionadas ao gênero nos indicadores do mercado de trabalho, incluindo as taxas de participação na força de trabalho, são substanciais. Na América Latina e Caribe e na África Subsaariana, taxas elevadas de informalidade inibem o acesso à proteção social e aos direitos fundamentais no trabalho. Todas as regiões são atingidas por uma ou outra forma de déficit de trabalho decente. A atual deterioração das condições econômicas globais provavelmente reverterá o progresso passado e agravará esses déficits em várias direções.

**A inflação tem forte impacto na distribuição da renda real.** Muitos trabalhadores e empresas são incapazes de aumentar sua renda de acordo com a inflação e, portanto, sofrem perdas reais de renda. No entanto, alguns trabalhadores e empresas – por exemplo, as que operam no setor de energia – experimentam ganhos de renda superiores à taxa de inflação, o que aumenta sua renda real. A queda da renda real é particularmente devastadora para as famílias mais pobres, que correm o risco de cair na pobreza e na insegurança alimentar. Na África subsaariana e no sul da Ásia, respectivamente, 60,8% e 34,7% da população empregada em 2021 foram considerados trabalhadores pobres no nível de US\$ 3,10 por dia (PPA per capita).

**As cadeias globais de suprimentos propagam para países de baixa e média renda a desaceleração da demanda observada nos países de alta renda.**

Uma média estimada de 11,3% dos empregos na amostra de 24 países de renda média com dados disponíveis – excluindo aqueles na agricultura e serviços não mercantis – dependem das cadeias globais de suprimentos, que as vinculam aos países de alta renda. Em algumas economias menores, a proporção supera os 20%. Em países de renda média, os setores com maior integração às cadeias globais de suprimento tendem a ter uma parcela maior de empregos assalariados e assalariados, menor incidência de informalidade e menor proporção de trabalhadores mal remunerados – e, portanto, uma possível qualidade de emprego mais alta. Como é provável que uma queda na demanda em países de alta renda desloque o crescimento do emprego em países de renda média para atividades não vinculadas às cadeias globais de suprimento, a qualidade média do emprego pode então diminuir.

**O crescimento da produtividade continua sendo de vital importância**

**A desaceleração de longo prazo no crescimento da produtividade nas economias avançadas se espalhou para as principais economias emergentes. Isso é motivo de muita preocupação, pois o crescimento da produtividade é fundamental para enfrentar as múltiplas crises atuais de poder de compra, bem-estar e sustentabilidade ecológica.** Abordar as ameaças ao trabalho decente e ao bem-estar, incluindo a pobreza generalizada, a informalidade e a falta de locais de trabalho seguros e protegidos, exigirá investimento, inovação e difusão do progresso tecnológico. Por exemplo, o investimento nas habilidades e capacidades das pessoas é amplamente reconhecido como um fator central no crescimento da produtividade do trabalho. Além disso, as metas climáticas do Acordo de Paris exigem uma aceleração do progresso técnico para permitir que as economias cresçam enquanto usam energia e outros recursos naturais com muito mais eficiência e geram emissões de gases de efeito estufa drasticamente menores. As duas últimas décadas, no entanto, assistiram a uma desaceleração gradual no crescimento da produtividade, mais pronunciada nas economias avançadas, mas também cada vez mais evidente nas principais economias emergentes.

**Não apenas o crescimento da produtividade desacelerou, mas os frutos desse crescimento também estão sendo compartilhados de forma menos equitativa.** A parcela global

da renda do trabalho estava em tendência de declínio na década e meia anterior à crise da COVID-19. Décadas de queda dos salários-mínimos (reais), erosão das outrora fortes instituições do mercado de trabalho e incapacidade de reviver o diálogo social em larga escala impediram que os trabalhadores participassem de forma mais plena e equitativa dos benefícios do crescimento econômico. O aumento da concentração industrial em certos setores alimenta ainda mais a desigualdade e dificulta o dinamismo econômico, especialmente entre as pequenas e médias empresas. O agravamento da desigualdade e a desaceleração do crescimento da produtividade se reforçam mutuamente porque concentram os ganhos de renda de uma forma que não estimula o investimento.

**O ritmo da inovação tecnológica na economia digital é alto, mas os benefícios não estão sendo amplamente compartilhados.** A concentração setorial é particularmente prevalente na economia digital devido ao papel substancial dos ativos intangíveis no modelo de negócios, fazendo com que o crescimento da produtividade discrepe entre algumas empresas líderes e o resto. As inovações digitais ainda não produziram repercussões na produtividade em toda a economia que impulsionariam o emprego e o crescimento. Em vez disso, os ganhos de produtividade concentrados desviaram a distribuição de oportunidades de trabalho altamente qualificados para algumas indústrias de base tecnológica, exacerbando tanto a desigualdade quanto a desaceleração (agregada) da produtividade. Ainda faltam avanços tecnológicos que tragam benefícios para toda a sociedade, por exemplo, na gestão da mobilidade ou gestão da rede para a transição para a energia sustentável. Outras oportunidades podem surgir para facilitar a mudança para o trabalho remoto e híbrido e para atender à necessidade de soluções inovadoras para apoiar a colaboração em um mercado de trabalho cada vez mais diversificado. A inovação regulatória e política é necessária para fortalecer o desenvolvimento tecnológico em áreas com altos retornos sociais, usando uma combinação de abordagens de estabelecimento de padrões e de compras públicas e colaborações para aumentar a produtividade entre os parceiros sociais.

**O crescimento da produtividade sofreu com o enfraquecimento do investimento, em parte devido aos altos níveis de incerteza econômica.** Desde a crise financeira global, a incerteza econômica tem sido generalizada, dificultando o investimento, apesar do baixo nível das taxas de juros. Essa desaceleração do investimento tem sido frequentemente acompanhada por uma mudança do investimento comercial para o residencial, que é menos propício a melhorias rápidas de produtividade. Parte do motivo é a volatilidade das condições econômicas gerais decorrentes de crises recentes, que tornaram as empresas relutantes em expandir a capacidade ou iniciar novos empreendimentos. O movimento em direção a um ambiente macroeconômico mais estável provavelmente ajudaria a fechar parte da lacuna de investimento que a pandemia ampliou. Uma ação mais forte para lidar com as desigualdades também ajudaria a estimular a atividade de investimento, levando a aumentos mais generalizados da renda disponível.

**A deterioração das perspectivas do mercado de trabalho e o aumento do emprego informal enfraqueceram ainda mais os incentivos ao investimento produtivo.** Dado o aumento substancial da incerteza quanto ao curso futuro da economia global, a expansão do emprego é mais rápida entre os trabalhadores informais. Isso terá efeitos indiretos sobre as taxas de investimento que continuaram seu declínio de longo prazo, pelo menos nas economias avançadas e independentemente da direção de curto prazo das taxas de juros. Além disso, os aumentos neste tipo de trabalho estão associados a um menor crescimento salarial e incentivos reduzidos para os empregadores investirem na atualização e qualificação da força de trabalho.

Com instituições do mercado de trabalho enfraquecidas, muitos países carecem de mecanismos para limitar ou evitar uma maior erosão dos salários reais e, portanto, para apoiar a demanda agregada e o crescimento econômico equilibrado e inclusivo.

### **Os riscos de contração são consideráveis em 2023**

**As perspectivas do mercado de trabalho são caracterizadas por múltiplos riscos negativos.** A “policrise” de hoje pode empurrar o crescimento econômico global em 2023 para menos de 2%, com sérias implicações para a criação de empregos. Mesmo sem essa desaceleração adicional do crescimento, as perspectivas do mercado de trabalho podem se deteriorar se, por exemplo, as empresas não conseguirem manter os trabalhadores devido a restrições de financiamento ou os governos se encontrarem em uma crise de dívida e incapazes de apoiar os mercados de trabalho. Em países de baixa e média renda, a desigualdade e a queda da renda real diante do aumento dos preços podem suprimir a demanda por bens e serviços produzidos internamente, reduzindo ainda mais o crescimento do emprego, principalmente no setor formal.

**Apesar da desaceleração geral do crescimento do emprego, a escassez de mão de obra qualificada continua sendo um risco em alguns países e setores.** Um grande aumento no investimento em educação e formação é necessário para liberar todo o potencial da força de trabalho global. Atualmente, dois terços da força de trabalho jovem global permanecem sem um conjunto básico de habilidades, uma circunstância que restringe suas oportunidades no mercado de trabalho e os empurra facilmente para formas de emprego de qualidade inferior. De fato, a expansão da participação da força de trabalho nas economias avançadas muitas vezes ocorreu ao preço de um declínio gradual na qualidade média da educação na última década, contribuindo assim para a desaceleração do crescimento da produtividade. No atual ambiente de desafios tanto para a produtividade como para o emprego, é necessária uma iniciativa alargada do mercado de trabalho centrada tanto no emprego como nas competências para que o mercado de trabalho funcione para todos.

### **O espaço político global está fragmentado**

**A pandemia de coronavírus criou desafios de capacidade significativos para as principais instituições de formulação de políticas.** Os bancos centrais de todo o mundo enfrentam difíceis decisões entre apoiar ainda mais a recuperação da pandemia e lidar com a inflação elevada. Embora muitos países ainda não tenham recuperado os níveis pré-pandêmicos em termos de horas trabalhadas, os choques nos preços de energia e alimentos trouxeram a necessidade de normalizar a política e reduzir as medidas de emergência introduzidas durante a pandemia. Os governos que acumularam uma quantidade significativa de dívidas para apoiar empresas e famílias locais agora se veem pressionados a eliminar gradualmente algumas de suas medidas de apoio, caso ainda não o tenham feito.

**Assim como a recuperação da pandemia permaneceu desigual entre os países, o mesmo aconteceu com a exposição a tensões geopolíticas e aumentos de preços decorrentes de interrupções no fornecimento.** Os países europeus estão enfrentando aumentos substanciais e repentinos nos custos de energia que estão contribuindo para uma dinâmica estagflacionária. Entre os países africanos, agravaram-se os aumentos dos preços dos alimentos verificados em anos anteriores; muitos países subsaarianos não são autossuficientes na produção de alimentos e suas importações de alimentos não são bem diversificadas. Em todo o mundo, garantir o acesso a bens e serviços básicos a preços razoáveis tornou-se uma

preocupação nacional, às vezes sem levar em conta os efeitos colaterais internacionais de tal ação.

Em resposta a múltiplas crises econômicas e geopolíticas, a solidariedade internacional é mais crítica do que nunca. O forte compromisso com iniciativas como o **Acelerador Global das Nações Unidas sobre Empregos e Proteção Social para Transições Justas**, bem como o envolvimento próximo dos parceiros sociais em todas as áreas de formulação de políticas nos níveis nacional e internacional são medidas-chave que fortalecerão a coerência das políticas e as parcerias para enfrentar os atuais desafios e responder às tendências de longo prazo no futuro do trabalho.

Em meio a grandes déficits de trabalho decente e justiça social, é necessário um novo contrato social global para aumentar a resiliência das economias e sociedades diante das múltiplas crises de hoje. A Declaração do Centenário de 2019 da OIT e o apelo global à ação de 2021 para uma recuperação centrada no ser humano da crise da COVID-19 que seja inclusiva, sustentável e resiliente enquadram os elementos centrais dessa estratégia nos níveis nacional e internacional. Para esse fim, **em 2023, a OIT promoverá uma Coalizão Global pela Justiça Social** destinada a fortalecer a solidariedade global e melhorar a coerência das políticas, a fim de gerar ações e investimentos em trabalho decente e justiça social.

O progresso acelerado na redução da lacuna global de empregos, no fortalecimento da qualidade dos empregos e na proteção da renda real exigirá coordenação política renovada e diálogo social. **Um contrato social global fortalecido também precisará integrar objetivos de longo prazo**, abordando as ameaças das mudanças climáticas e resolvendo os déficits no desenvolvimento e nos padrões de vida, em parte por meio de um crescimento mais rápido da produtividade. Os governos e os parceiros sociais devem aproveitar o momento para aprofundar a sua colaboração neste sentido.

## Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta,  
Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e  
Deisy de Freitas Lima Ventura*

### **Com homenagem a Moïse, Ministério da Justiça lança programa de políticas de refúgio para solicitantes afrodescendentes**

Em Brasília, no dia 23 de janeiro de 2023, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e a presidenta do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Sheila de Carvalho, prestaram homenagens solenes ao refugiado congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, assassinado há um ano, no dia 24 de janeiro de 2022. Neste evento, o Ministro realizou a assinatura da Portaria nº 290/2023, que instituiu um Grupo de Trabalho direcionado para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Esse trabalho será liderado pelo Departamento de Migrações (Demig), da Secretaria Nacional de Justiça, do MJSP.<sup>13</sup>

No decorrer da solenidade, Sheila de Carvalho anunciou o “Programa de Atenção e Aceleração de Políticas de Refúgio para Pessoas Afrodescendentes”, que incluirá uma maior mobilização com o intuito de agilizar a análise de pedidos de refúgio – em 2022, o Ministério da Justiça contabilizou 49,2 mil solicitações segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), um número expressivo que se junta aos milhares que ainda aguardam na fila para análise de seus pedidos.<sup>14</sup> Além disso, ela também informou a instauração do Observatório Moïse Kabagambe – Observatório da Violência contra Refugiados. A presidenta do Conare esclareceu que ao efetivar o lançamento do programa voltado para políticas de atenção ao refúgio para pessoas afrodescendentes, é importante salientar que ainda existem diversos desafios estruturais na sociedade brasileira a serem superados. Ao desenvolver-se políticas para migrantes e refugiados, nós conseguimos desenvolver políticas de qualidade e melhoria para toda a população.<sup>15</sup>

Davide Torzilli, Representante do ACNUR Brasil, disse que a inauguração do Observatório e a implementação do Grupo de Trabalho no sentido da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia faz com que o Estado brasileiro mantenha em sua lembrança, que a função de assegurar os direitos é sua, além de ter a possibilidade de ampliar as políticas de acesso e proteção às pessoas refugiadas e prover melhores mecanismos de acompanhamento de casos que vão contra os direitos humanos no país, tornando claro o compromisso social que está sendo desenhado com as medidas adotadas pelo ACNUR e demais parceiros.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/01/24/acnur-participa-de-lancamento-do-observatorio-moise-kabagambe-em-brasilia/>

<sup>14</sup>[https://migramundo.com/com-homenagem-a-moise-ministerio-da-justica-lanca-programa-de-politicas-de-refugio-para-solicitantes-afrodescendentes/?fbclid=IwAR0IXDe35ilxYr6VWICqGSUyJSc7g0b\\_cwj7zYXlwiSeDk08U2smYt2\\_hl0](https://migramundo.com/com-homenagem-a-moise-ministerio-da-justica-lanca-programa-de-politicas-de-refugio-para-solicitantes-afrodescendentes/?fbclid=IwAR0IXDe35ilxYr6VWICqGSUyJSc7g0b_cwj7zYXlwiSeDk08U2smYt2_hl0)

<sup>15</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/01/24/acnur-participa-de-lancamento-do-observatorio-moise-kabagambe-em-brasilia/>

<sup>16</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/01/24/acnur-participa-de-lancamento-do-observatorio-moise-kabagambe-em-brasilia/>

A proposta da formação de um observatório para monitorar a violência contra refugiados está dentro do escopo das medidas essenciais para mapear e enfrentar a prática de violência e de xenofobia contra a população solicitante de reconhecimento da condição de refugiado e, também, contra as pessoas refugiadas reconhecidas no país. O Programa tem como objetivo o oferecimento de sugestões de políticas públicas, sendo que em sua construção, são feitas parcerias com organizações da sociedade civil, organizações internacionais, estados e municípios de acordo com a universalização de boas práticas voltadas à população refugiada afrodescendente, que irá precisar tanto das pessoas nacionais de países africanos quanto daquelas que possuem ancestrais nascidos na África.<sup>17</sup>

Vale lembrar que a família de Moïse Kabagambe ainda busca judicialmente respostas pelo crime cometido. Ele sofreu ataques xenofóbicos e racistas, além de ter tido os direitos trabalhistas e humanos violados. Moïse acabou sendo brutalmente assassinado em um quiosque da Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ele não possuía vínculo trabalhista efetivo com o quiosque e teria ido ao local, na data do crime, realizar uma cobrança pelos dois dias de trabalho prestados. Porém, a vítima sofreu agressões por vários homens, que o espancaram usando pedaços de pau e um taco de beisebol. Em fevereiro, três homens foram detidos e se tornaram réus, porém, mesmo um ano após o assassinato, o caso permanece sem desfecho.<sup>18</sup>

### **Relatório OBMigra<sup>19</sup>**

Conforme os dados do relatório de dezembro de 2022 da OBMigra, o observatório das migrações internacionais, há uma sinalização de redução no número de autorização para fins laborais no Brasil pelo segundo mês consecutivo. Contudo, os números de migrantes chineses, italianos e estadunidenses cresceram no mesmo período. Além disso, criaram-se mais postos de trabalho para migrantes no país, principalmente na região sul.

O número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado manteve-se estável, em torno de 4 mil pedidos. Os venezuelanos continuam sendo a principal nacionalidade neste quesito, seguidos por cubanos e angolanos. As principais cidades a receberem os pedidos encontram-se na região norte (especialmente em Roraima, Amazonas e Acre), mas há também cidades como São Paulo, Curitiba e Foz do Iguaçu.

Quanto à permissão de vistos, os angolanos, indianos e chineses são as principais nacionalidades que mais obtiveram vistos para entrar no Brasil. Contudo, houve uma queda de quase 20% na emissão de vistos em dezembro, quando comparado a novembro de 2022. Mas o número de permissões ainda está acima daquele encontrado no começo do ano de 2022 e do patamar do ano de 2021, dado um grande aumento nas emissões de vistos em fevereiro e março deste ano — que se manteve estável.

---

<sup>17</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/01/24/acnur-participa-de-lancamento-do-observatorio-moise-kabagambe-em-brasilia/>

<sup>18</sup>[https://migramundo.com/com-homenagem-a-moise-ministerio-da-justica-lanca-programa-de-politicas-de-refugio-para-solicitantes-afrodescendentes/?fbclid=IwAR0lXDe35ilxYr6VWlCqGSUyjSc7g0b\\_cwj7zYXlWlSeDk08U2smYt2\\_hl0](https://migramundo.com/com-homenagem-a-moise-ministerio-da-justica-lanca-programa-de-politicas-de-refugio-para-solicitantes-afrodescendentes/?fbclid=IwAR0lXDe35ilxYr6VWlCqGSUyjSc7g0b_cwj7zYXlWlSeDk08U2smYt2_hl0)

<sup>19</sup><https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/2-sem-categoria/401655-ano-3-numero-12-dezembro-2022>

## **OMS: Lançamento de guia unificado sobre saúde de migrantes**

Em janeiro de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um guia unificado<sup>20</sup> sobre saúde de migrantes e refugiados, através de uma plataforma virtual, com recursos e ferramentas para apoiar iniciativas globais, regionais e nacionais para implementar políticas voltadas para a migração, considerando o impacto que esse processo tem sobre a saúde de populações em deslocamento.

O guia contém cinco módulos elaborados de acordo com as diretrizes e planos de trabalho da OMS, sendo eles: i) intervenções na saúde pública de curto e longo prazo para promover a saúde de migrantes e refugiados; ii) popularização de temas voltados à migração nas agendas de saúde regionais/nacionais e promoção do acesso a sistemas de saúde inclusivos; iii) trabalho sobre os determinantes sociais de saúde, em especial de trabalhadores migrantes; iv) sistemas de informação em saúde; e v) colaboração e parcerias para implementação dessas agendas.

A plataforma tem como objetivo servir como fonte de informação para tomadores de decisão, planejadores e implementadores e fornecer orientações que podem ser adaptadas para cada contexto, região e comunidade. Assim, a OMS visa contribuir para que governos de países, parceiros das Nações Unidas e agentes não-governamentais utilizem o guia para implementar programas de saúde inclusivos com equidade, além de promover estratégias e projetos já existentes para promover a saúde de pessoas migrantes e em situação de refúgio.

## **OMS: Apelo para financiamento de apoio a número recorde de pessoas em emergências de saúde complexas**

A OMS está lançando um apelo de financiamento<sup>21</sup> para apoiar um número recorde de pessoas em emergências de saúde complexas. A Organização está solicitando US\$2,54 bilhões para assistência humanitária, visto que o número de pessoas em situação de vulnerabilidade aumentou quase 25% em relação ao ano de 2022, chegando a 339 milhões.

Atualmente, a Organização está enfrentando um grande número de crises interseccionais que causaram emergências de saúde, desde desastres relacionados às mudanças climáticas, como as enchentes no Paquistão e a insegurança alimentar no Sahel, até conflitos armados como na Ucrânia, Iêmen, Afeganistão e Síria. Já se somam 54 crises ao redor do mundo, das quais 11 são consideradas de nível 3 (estado mais grave de emergência), cenário que exige uma resposta internacional sem precedentes.

Em 2022, a OMS foi capaz de providenciar medicamentos, treinamento para profissionais de saúde, vacinas, monitoramento de doenças, clínicas móveis, apoio à saúde mental e outros serviços para diversas regiões em situação de emergência, e busca, através da interpelação por recursos, atingir resultados ainda mais impactantes em 2023 para proteger a vida e a saúde das populações.

---

<sup>20</sup><https://www.who.int/news/item/25-01-2023-one-stop-resource-toolkit-launched-on-refugee-and-migrant-health>

<sup>21</sup><https://www.who.int/news/item/23-01-2023-who-launches-funding-appeal-to-help-a-record-number-of-people-in-complex--intersecting-health-emergencies>

## Perspectivas para 2023

Para a Organização Mundial da Saúde, o ano de 2023 significa o prazo para cumprimento dos objetivos estabelecidos no 13º Programa Geral de Trabalho (2019-2023), que envolvem as metas de “triplo bilhão”<sup>22</sup>: a Organização almeja que, até este ano, mais um bilhão de pessoas sejam beneficiadas pela cobertura universal de saúde, melhor protegidas de emergências de saúde e usufruam da saúde e do bem-estar. Essas metas foram criadas tanto como uma métrica quanto como uma estratégia para apoiar países a trabalharem sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, e são mensuradas através de 46 indicadores de resultados.

O ano de 2023 também é o último da implementação do Plano de Ação Global (GAP) para promoção da saúde de migrantes e refugiados<sup>23</sup>, estabelecido em 2017. O plano foi criado com a intenção de aprimorar a saúde global ao endereçar a saúde e o bem-estar de refugiados e migrantes de maneira inclusiva e como parte dos esforços de atender às necessidades da população de maneira holística em diferentes cenários, inclusive a coordenação de esforços internacionais para conectar o cuidado à saúde de migrantes a programas humanitários. O GAP delineou seis prioridades que deveriam ser trabalhadas entre 2019 e 2023, desde a promoção de cuidados à saúde de populações em deslocamento por meio de iniciativas de saúde pública de curto e longo prazo, até aprimorar estratégias para enfrentar os determinantes sociais da saúde.

---

<sup>22</sup> <https://www.who.int/data/stories/the-triple-billion-targets-a-visual-summary-of-methods-to-deliver-impact>

<sup>23</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/WHA72-2019-REC-1>

## Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes: o ano é novo, mas os problemas são antigos

*Maria Teresa Rossetti Massari  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes  
Karinne Marieta Carvalho*

### **ONU Mulheres - Guia: Consultas seguras com sobreviventes de violência contra mulheres e meninas**

A violência contra mulheres e meninas é a forma mais difundida de violação de direitos humanos, enraizada em relações desiguais de poder, desigualdades estruturais, e discriminação. Uma abordagem centrada nas sobreviventes, em suas necessidades e desejos, deve ser o foco central da prestação de serviços.

Com isso em mente, a ONU Mulheres, juntamente com a Global Rights for Women, desenvolveu o guia “Consultas seguras com sobreviventes de violência contra mulheres e meninas”, projetado para fornecer etapas práticas, medidas de segurança e ações para incorporar as vozes das sobreviventes nos esforços para uma reforma sistêmica, por meio de consultas seguras e significativas.

Esta orientação destina-se a ajudar os formuladores de políticas a desenvolver uma programação centrada na sobrevivente para acabar com a violência contra mulheres e meninas que atenda às necessidades de diversos grupos, incluindo aquelas que correm maior risco de sofrer violência e discriminação. É aplicável à programação nos setores de saúde, justiça e policiamento e serviços sociais, bem como na coordenação desses setores.

Para acessar o guia completo, [clique aqui](#).

### **OMS - Manual: Respondendo aos maus-tratos infantis**

O abuso infantil é um importante problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos, incluindo o direito à vida, o direito à proteção contra todas as formas de violência e o direito de usufruir o máximo grau possível de saúde. O abuso infantil é generalizado, porém oculto. Apenas uma parte dos meninos e meninas vítimas de abuso procuram ajuda para contar o que aconteceu com eles e, desses, pouquíssimos recebem o apoio de que precisam.



Os profissionais de saúde estão em uma posição única para ajudar as crianças, meninas e adolescentes vítimas de abuso em sua prática diária, mas nem sempre são treinados para isso.

O treinamento adequado é essencial para mitigar as consequências negativas do abuso e da negligência e evitar mais danos. Os maus-tratos infantis podem ter consequências negativas

A OMS lançou um manual de resposta aos maus-tratos infantis. Ele foi organizado a partir da experiência de muitos profissionais em todo o mundo dedicados à prevenção e resposta aos maus-tratos infantis. Resume as recomendações e diretrizes da OMS sobre:

- Como identificar o abuso infantil na prática diária;
- Como conversar ou abordar de forma segura com meninos, meninas, adolescentes e as pessoas responsáveis por eles, e
- Como adquirir as habilidades necessárias para responder adequadamente ao abuso infantil em todas as suas formas.

Destina-se principalmente a profissionais de saúde da linha de frente que provavelmente atendem crianças em sua prática diária. Estes podem incluir clínicos gerais, enfermeiros, parteiras, ginecologistas, pediatras, profissionais de saúde mental, socorristas, pessoal de atendimento de emergência, dentre outros.

Quantas crianças e adolescentes são afetados por maus-tratos?

- Quase um quarto dos adultos já sofreu abuso físico quando criança, 36% sofreram abuso emocional e 16% sofreram negligência.
- No geral, 18% das meninas e 8% dos meninos sofreram algum tipo de abuso sexual.
- Embora os dados citados acima tenham sido coletados principalmente em países de alta renda, os dados de países de baixa e média renda estão cada vez mais disponíveis. As Pesquisas sobre Violência contra Crianças e Jovens (VACS), que foram implementadas em mais de 20 países na África Subsaariana, Ásia e América Latina, relatam que na maioria dos países dessas regiões, mais de 25% das meninas e 10% dos meninos revelaram violência sexual na infância. As taxas de violência física costumam ser duas vezes maiores em quase todos os países estudados.

Os maus-tratos infantis podem ter consequências graves (se não fatais) de curto e longo prazo para a saúde física, sexual e mental. As consequências para a saúde física incluem lesões, deficiências e distúrbios gastrointestinais, enquanto as consequências para a saúde sexual e reprodutiva incluem infecções sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo o HIV. Os adolescentes podem enfrentar problemas de saúde adicionais, incluindo distúrbios ginecológicos e gravidez indesejada. Os maus-tratos infantis também podem se sobrepor a outras formas de violência contra crianças e violência praticada pelo parceiro íntimo, por exemplo, no contexto do casamento infantil. As consequências para a saúde mental incluem estresse pós-traumático, ansiedade, depressão, sintomas de externalização, distúrbios alimentares, problemas com relacionamentos, distúrbios do sono, autoagressão e pensamentos suicidas. Podem afetar o desempenho cognitivo e acadêmico e estão fortemente associados ao abuso de álcool, drogas e tabagismo – fatores de risco importantes para doenças não transmissíveis (DCNTs), como doenças cardiovasculares, câncer, doenças hepáticas etc. Isso pode levar a comportamentos de risco (incluindo comportamentos que aumentam o risco sexual) e problemas comportamentais e sociais, como violência contra pares, delinquência e crime. Cuidadores que sofreram maus-tratos quando crianças têm maior probabilidade de maltratar seus próprios filhos.

Crianças e adolescentes expostos a maus-tratos muitas vezes não revelam o abuso devido ao medo, estigma ou suposição de que ninguém pode ajudá-los. Identificar maus-tratos,

portanto, muitas vezes requer que o profissional reconheça os sinais, sintomas e comportamentos de crianças e adolescentes. Isso também pode envolver interações entre a criança ou adolescente e seus cuidadores.

Com base em revisões sistemáticas, o National Institute for Health and Care Excellence (NICE) do Reino Unido resumiu mais de 70 “características de alerta” de abuso físico, abuso sexual, abuso emocional ou negligência que devem levar você a suspeitar de maus-tratos (para acessar o documento da NICE, [clique aqui](#)).

Algumas crianças não terão problemas de saúde mental após a exposição à violência, outras podem apresentar sintomas que desaparecem após algum tempo com o mínimo de apoio para voltar às suas rotinas normais. Alguns, no entanto, terão problemas de saúde mental mais graves e precisarão de apoio adicional por toda sua vida.

Para acessar o manual completo [clique aqui](#). Para a versão em espanhol [clique aqui](#).

### **UNFPA - Relatório Geral de Ação Humanitária 2023**

À medida que as crises aumentam, mulheres e meninas estão pagando um preço inaceitável. Em todo o mundo, 2022 viu o aprofundamento de conflitos, fome generalizada e grandes desastres climáticos. Hoje, mais de 100 milhões de pessoas estão deslocadas à força em todo o mundo. A maioria são mulheres e crianças, muitas das quais lutam para sobreviver e enfrentam ameaças diárias à sua saúde, direitos, segurança e dignidade. A UNFPA está fornecendo ajuda humanitária a mais de 60 países.

Em 2022, a UNFPA forneceu assistência para mais de 30 milhões de mulheres, meninas e jovens, com serviços e suprimentos para cuidados obstétricos de emergência para prevenção óbitos maternos e neonatais, planejamento familiar e contracepção de emergência, prevenção e resposta à violência sexual, incluindo o manejo clínico do estupro. Os maiores doadores de recursos em 2022 foram: Estados Unidos, agências do sistema Nações Unidas, Reino Unido, Austrália, Noruega e Canadá.

A agência ressalta que as necessidades estão crescendo e as lacunas permanecem. Em 2023, a UNFPA está buscando US\$1,2 bilhão para fornecer serviços e proteção a aproximadamente 66 milhões de mulheres, meninas e jovens em 65 países. Os países prioritários, que terão maiores investimentos são: Afeganistão, Síria, Ucrânia, Iêmen, Somália, Sudão, Congo, Etiópia, Bangladesh e Paquistão.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

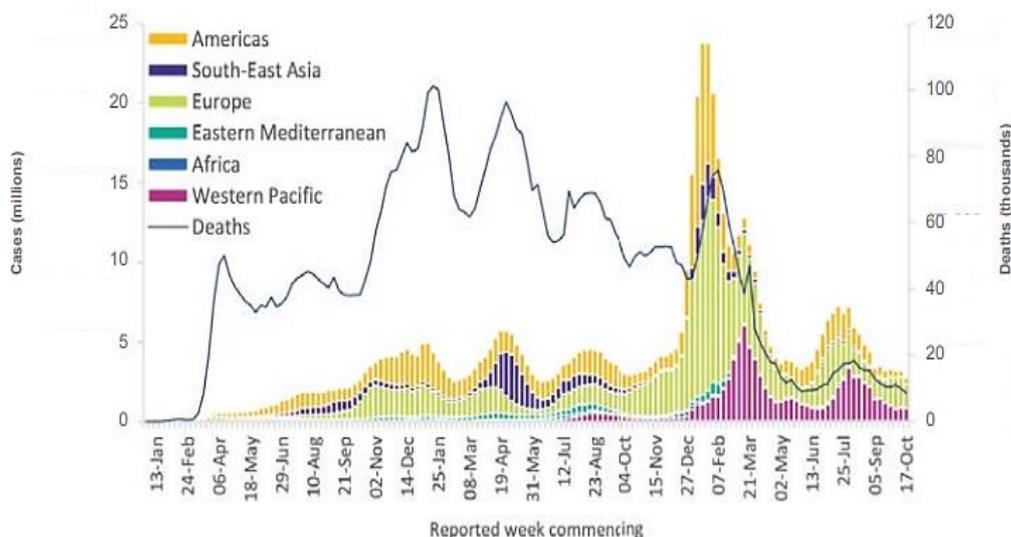
### **OPS - Lança *e-learning* sobre Vacinas COVID-19 na Gravidez e Amamentação - Resultados publicados a partir de estudos baseados em dados de vigilância da COVID-19.**

Mulheres grávidas e lactantes são grupos especiais a serem considerados na vacinação devido ao alto risco de complicações se infectadas com o vírus que causa a Covid-19. Elas podem precisar de observação e cuidados especiais se infectadas pelo vírus ou expostas a outras pessoas adoecidas. Os resultados e estudos publicados com base nos dados de vigilância da Covid-19 indicaram um risco aumentado entre mulheres grávidas de apresentar formas graves da doença e, portanto, de internação e internação em unidades de terapia intensiva (UTI).

As mulheres grávidas com Covid-19 têm maior probabilidade de dar à luz antes da 37ª semana de gravidez (parto prematuro). Além disso, mulheres grávidas com Covid-19 podem ter maior risco de problemas como morte fetal intrauterina e aborto espontâneo. Todas as

mulheres grávidas e puérperas e seus recém-nascidos, incluindo aqueles com infecção confirmada ou suspeita de Covid-19, têm o direito a cuidados de alta qualidade antes, durante e após o parto, incluindo cuidados de saúde mental.

Figura 1 - Casos de COVID-19 reportados por semana, por região da OMS, e mortes globais (23/10/22)



Por este motivo e para romper barreiras sobre vacinação, cuidados e disseminação de notícias falsas, a OPAS lançou o módulo de *e-learning* sobre vacinas Covid-19 na Gravidez e Amamentação, com o objetivo de fornecer educação para profissionais de saúde e gestantes. O objetivo do material é fornecer informações, baseadas nas melhores evidências disponíveis, para mulheres e profissionais de saúde.

Vacina para o Covid-19 durante a gravidez e amamentação - Estudos em países que já vacinaram as mulheres grávidas em larga escala, principalmente com vacinas de mRNA, mostraram alta eficácia, semelhante à eficácia em pessoas não grávidas. Isto demonstra que a vacinação contra a COVID-19 durante a gravidez é segura e oferece uma série de benefícios para as mulheres e seus bebês, especialmente proteção contra doenças graves e morte. A mulher grávida pode e deve receber as vacinas para Covid-19, além de oferecer forte proteção contra formas graves da doença, as vacinas diminuem o risco de dar à luz bebês prematuros. Se ainda não estiverem vacinadas, as mulheres grávidas devem ter acesso às vacinas aprovadas pela OMS.

Estudos mostraram que mulheres grávidas que recebem vacinas contra a COVID-19 desenvolvem anticorpos que estão presentes no sangue do cordão umbilical dos bebês. Isso sugere que bebês podem receber benefícios protetores da vacina, além dos benefícios para mulheres grávidas podendo evitar efeitos de longo prazo e morte.

Vacinas para o Covid-19 e amamentação - A OMS recomenda o uso das vacinas Covid-19 em mulheres lactantes e a continuidade da amamentação após a vacinação.

Mitos sobre a COVID-19 durante a gravidez e Amamentação - O vírus SARS-CoV-2 desencadeou duas pandemias paralelas: uma biológica que se espalhou para todos os países do mundo, e uma pandemia de informação (infodemia) que se espalha por todos os meios de comunicação e em nosso cotidiano. Informações errôneas relacionadas à Covid-19, tentam deliberadamente enganar a população e foram responsáveis por agravar a resistência às

vacinas, minando os esforços de imunização destinados a controlar a pandemia. Para tentar combater este cenário alguns mitos sobre a COVID 19 e as vacinas foram esclarecidos no documento.

Para acessar o *e-learning* completo, [clique aqui](#).

### **OMS - Recomendações da OMS sobre cuidados maternos e à recém-nascidos para um experiência pós-natal positiva**

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Estratégia Global para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, e aplicando uma abordagem baseada em direitos humanos, as iniciativas de cuidados pós-natais precisam se expandir além da cobertura e sobrevivência simples para que incluam a qualidade do atendimento. O objetivo da publicação é melhorar a qualidade dos cuidados pós-natais essenciais e de rotina prestados às mulheres e aos recém-nascidos, com o objetivo final de melhorar a saúde e o bem-estar materno e neonatal.

Os serviços de cuidados pós-natais são um componente fundamental no aspecto de cuidados maternos e neonatais, e são fundamentais para alcançar os ODS sobre saúde reprodutiva, mortalidade materna e infantil, incluindo metas para reduzir as taxas de mortalidade materna e acabar com as mortes evitáveis em recém-nascidos. O período pós-natal, que se inicia imediatamente após o nascimento do bebê e se estende até seis semanas depois (42 dias), é um momento crucial para mulheres, recém-nascidos, parceiros, pais, cuidadores e famílias. Além disso, durante esse período, a carga de mortalidade e a morbidade materna e neonatal permanecem inaceitavelmente altas.

Nesse sentido, a OMS apresentou diretrizes consolidadas e recomendações novas e existentes sobre cuidados pós-natais de rotina para mulheres e recém-nascidos que recebem cuidados pós-natais em saúde ou na comunidade, independente dos recursos disponíveis. Um conjunto abrangente é fornecido de recomendações de cuidados durante o período pós-natal, com ênfase nos cuidados essenciais que todas as mulheres e recém-nascidos devem receber, e prestando a devida atenção à qualidade.

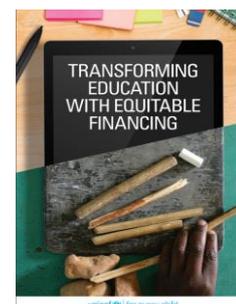
Essas diretrizes atualizam e expandem as Recomendações da OMS de 2014 sobre cuidados pós-natais da mãe e do recém-nascido e complementam as diretrizes atuais da OMS sobre o manejo de complicações pós-natais.

**Público-alvo:** As recomendações feitas nestas diretrizes destinam-se a apoiar o desenvolvimento de políticas de saúde, protocolos clínicos e diretrizes de programas relevantes nos níveis subnacional e nacional. Portanto, os principais destinatários são os responsáveis por essas políticas, implementadores e administradores de programas de saúde materna, neonatal e infantil, gerentes de estabelecimentos de saúde, profissionais de saúde (incluindo parteiras e enfermeiras, enfermeiras obstétricas, obstetras, pediatras, neonatologistas, médicos e agentes comunitários de saúde), organizações não governamentais e associações profissionais envolvidos no planejamento e gestão dos serviços de saúde materno-infantil, o pessoal acadêmico envolvido na formação de profissionais de saúde e grupos de mulheres e pais.

Para acessar o documento completo de recomendações, [clique aqui](#).

### **UNICEF - Transformando a Educação com Financiamento Equitativo**

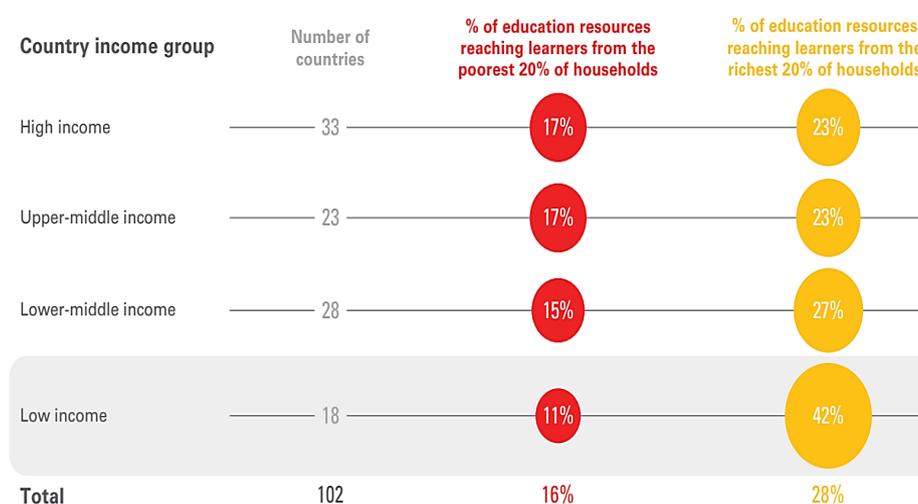
Em setembro de 2022, o Transforming Education Summit (Cúpula para Transformação da Educação) convocou os governos e a comunidade internacional a mobilizar ações para transformar os sistemas educacionais, incluindo o aumento da equidade nos gastos com educação para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, educação de qualidade para todos.



Nesse sentido, o documento publicado apresenta conclusões sobre o financiamento equitativo da educação usando os dados mais recentes de 102 países e territórios, destacando a necessidade urgente de direcionar recursos para alcançar os mais pobres e marginalizados. Ele discute os desafios não apenas da inadequação, mas também da desigualdade nos gastos nacionais com a educação e na ajuda internacional à educação, e explora como o financiamento equitativo da educação pode ajudar a enfrentar a crise global de aprendizagem.

Em alguns países, o financiamento da educação é desigual na medida em que os alunos do o quintil mais pobre recebe 10% ou menos dos gastos com educação pública. Na mesma lógica, os gastos públicos com educação são desproporcionalmente maiores para os alunos das famílias mais ricas. Em 1 em cada 10 países, 20% dos alunos mais ricos recebem quatro ou mais vezes o valor de gastos com educação pública em comparação com aqueles das famílias mais pobres.

Figura - Distribuição média do financiamento da educação pública por histórico de riqueza dos alunos, atualização de 2022



Source: UNICEF calculations of unweighted averages using latest DHS, MICS, UIS and WIDE data retrieved on 1st December 2022. For details, see Annex.

Aumentar 1% da alocação de recursos na educação pública para os mais pobres pode beneficiar 35 milhões crianças em idade escolar primária, tirando-as da pobreza de aprendizagem.

O documento apresenta as principais ações políticas que os governos e as partes interessadas devem tomar com urgência para responder a esses desafios e transformar a educação com financiamento equitativo.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

## **UNICEF - Política e Estratégia de Inclusão da Deficiência da UNICEF (Disability Inclusion Policy and Strategy - DIPAS) 2022-2030**

A estratégia (DIPAS) foi desenvolvida por meio de intensas consultas internas e externas, incluindo agências da ONU, governos, organizações de pessoas com deficiência e jovens com deficiência, e guiado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) e a Estratégia das Nações Unidas para a Inclusão da Deficiência (UNDIS). O objetivo do DIPAS-UNICEF é um mundo mais inclusivo até 2030, onde todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, vivam em comunidades inclusivas e sem barreiras.

O DIPAS estabelece seis prioridades estratégicas:

- Prevenção do estigma e da discriminação;
- Melhoria de serviços, programas e locais de trabalho que incluam deficiências;
- Acesso a cuidados comunitários abrangentes e serviços de apoio;
- Acesso à tecnologia assistiva;
- Ação inclusiva da deficiência em contextos humanitários, de emergência e frágeis; e
- Participação plena e significativa das pessoas com deficiência.

O Compromisso do UNICEF, até 2025:

1. Aumentar em pelo menos 2% de suas despesas orçamentárias organizacionais, para acelerar progressivamente a inclusão de pessoas com deficiência em seus programas e operações, tanto no desenvolvimento quanto na ação humanitária, comprometendo-se com uma meta de 10% das despesas totais até o ano de 2030;
2. Aumentar progressivamente o número de funcionários com deficiência em pelo menos 2% em todos os escritórios, com o objetivo de atingir 7% de representação até 2030;
3. Ter pelo menos um especialista em deficiência em todos os escritórios regionais do UNICEF, dedicado em tempo integral para programas e operações, para coordenar e apoiar a inclusão da deficiência na região;
4. 75% dos funcionários do UNICEF terão recebido treinamento sobre inclusão de deficientes;
5. Gerar evidências a partir de informações e pesquisas de dados por meio de capacidade dedicada (ou seja, o Centro de Excelência em Dados para Crianças com Deficiência) para orientar o design e os investimentos do programa;
6. Integrar sistematicamente a inclusão da deficiência, especificamente de crianças com deficiência, nas comunicações e advocacy dos meios de comunicação; e
7. Até dezembro de 2023, os diretores regionais e da sede do UNICEF terão desenvolvido planos de ação divisionais/regionais sobre DIPAS.

A ação do UNICEF é um passo importante na inclusão de pessoas com deficiência e a agência busca ser um modelo na incorporação de um plano para incluir pessoas com deficiência. O lema da estratégia é “um mundo inclusivo, começa comigo, com você, com todos nós”.

Para acessar o sumário executivo, [clique aqui](#).

### **ONU Mulheres na Agenda de Davos**

Os últimos dados disponíveis do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 mostram que o mundo não está no caminho certo para alcançar a igualdade de gênero até 2030. Levará mais 286 anos para preencher a lacuna global de gênero. Quase 1 em cada 3 mulheres já sofreu

violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida e 85% dos CEOs da Fortune 500 são homens.

Destacando essas questões, a ONU Mulheres esteve em Davos, na reunião anual do Fórum Econômico Mundial, de 16 a 20 de janeiro de 2023. Durante esta semana e sob o guarda-chuva da Generation Equality, a principal iniciativa mundial para acelerar investimento e implementação em igualdade de gênero, a ONU Mulheres liderou conversas focadas em soluções com líderes de governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Os temas abordados nas sessões foram:

- Clima e gênero: uma crise conectada
- Ativando Tecnologia e Inovação para a Igualdade de Gênero
- Garantindo Justiça Econômica para as Mulheres
- HeForShe: a importância da aliança masculina
- Eliminando a violência baseada em gênero por meio da ação de várias partes interessadas

Para acessar as gravações, [clique aqui](#).

### **Agenda Global e Perspectivas para 2023 - Mulheres, Crianças e Adolescentes**

Em relação à vida de mulheres, crianças e adolescentes, alguns temas se destacaram em 2022 e devem continuar em evidência nos próximos meses:

- questões ligadas ao gênero - desde desigualdades salariais, à situações de violência (física, sexual, etc.), à perpetuação de ciclos de vulnerabilidade para meninas e mulheres (fome, pobreza, casamento infantil, mutilação genital feminina) - tendo o componente racial como fator importante para agravar ainda mais essas disparidades;
- saúde sexual e reprodutiva, garantia de direitos, discriminação do aborto e sua estreita relação com a mortalidade materna;
- o impacto desigual que a crise climática e as guerras têm em mulheres, meninas e jovens;
- efeitos e repercussões da pandemia - não só no contexto da saúde física, mas também da saúde mental;
- educação de crianças e jovens - disparidades regionais, acesso à tecnologias e os efeitos positivos de investir na educação de meninas.

### **Nas próximas semanas....**

A 67ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW67 - 2023) será realizada de 6 a 17 de março de 2023. Representantes dos Estados Membros, entidades da ONU e organizações não governamentais (ONGs) credenciadas pelo ECOSOC de todas as regiões do mundo são convidados a contribuir para a sessão.

O tema prioritário de 2023 será: Inovação, mudança tecnológica e educação na era digital para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Também será realizada a revisão do tema: Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas rurais (conclusões acordadas da 62ª sessão).

O Bureau da Comissão desempenha um papel crucial na facilitação da preparação e na garantia do resultado bem-sucedido das sessões anuais da Comissão. Os membros do Bureau servem por dois anos. De acordo com a decisão ECOSOC 2002/234, a Comissão realiza a primeira reunião de sua sessão subsequente, imediatamente após o encerramento da sessão regular, para eleger novos membros do Bureau conforme necessário.

O Bureau para a 67ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (2023) é composto pelos seguintes membros: Sra. Mathu Joyini (África do Sul), Presidente (Grupo dos Estados Africanos); Sra. Antje Leendertse (Alemanha), Vice-Presidente (Grupo da Europa Ocidental e Outros Estados); Sr. Māris Burbergs (Letónia), Vice-Presidente (Grupo dos Estados da Europa de Leste); Sra. Maria del Carmen Squeff (Argentina), Vice-Presidente designada (Grupo de Estados da América Latina e Caribe); Sra. Chimguundari Navaan-Yunden (Mongólia), vice-presidente designada (Grupo de Estados da Ásia e do Pacífico).

Para acessar o site da 67ª CSW, [clique aqui](#).

Nessa mesma linha, o Dia Internacional das Mulheres, comemorado em 8 de Março, terá o tema central: “DigitALL: Inovação e tecnologia para a igualdade de gênero”. A data será marcada por um evento de alto nível na quarta-feira, 8 de março de 2023, das 10h às 11h30 EST. O evento reunirá tecnólogos, inovadores, empreendedores e ativistas pela igualdade de gênero para oferecer uma oportunidade de destacar o papel de todas as partes interessadas na melhoria do acesso a ferramentas digitais e será seguido por um painel de discussão e apresentações musicais.

## **A volta do Brasil à agenda internacional de segurança alimentar e nutricional e as prioridades e necessidades nacionais nos atuais momentos de transformação**

***Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica El e  
Juliana Ubarana***

Durante os informes de 2022, tratamos recorrentemente das crises nos sistemas alimentares hegemônicos, com destaque para sua relação com as zoonoses planetárias, em que se interligam suas consequências à saúde, à nutrição e ao ambiente. Além disso, sempre que possível, buscamos analisar os temas no cenário nacional, destacando o papel esperado do Brasil no campo da segurança alimentar e nutricional, tanto internamente, nas políticas nacionais, quanto na liderança histórica que o país desempenhava.

Nesse sentido, os últimos 6 anos foram caracterizados, em âmbito internacional, por um aumento da insegurança alimentar e nutricional, particularmente nos países de baixa e média renda, que foram agravados pela pandemia de Covid-19 e pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Essa degradação da situação de segurança alimentar das populações foi fortemente refletida internamente no Brasil, onde se somaram aos efeitos das crises internacionais as consequências do desmonte das políticas sociais e de segurança alimentar e nutricional, bem como a crise econômica, as consequências da pandemia e os impactos econômicos, sociais e ambientais do modelo produtivo predatório.

Ainda mais, no contexto das crises provocadas pelos sistemas alimentares hegemônicos, no Brasil houve um grande fortalecimento e priorização da agricultura de commodities ao mesmo tempo em que foram fragilizados ou mesmo descontinuadas políticas de redução do uso de agrotóxicos, de combate ao desmatamento, de estoques reguladores de alimentos básicos e de incentivos à agricultura familiar, particularmente a agricultura orgânica e agroecológica. Em paralelo e, em parte, por consequência desses retrocessos, o Brasil deixou de desempenhar o protagonismo histórico regional e global em áreas como direitos humanos, segurança alimentar e nutricional e compromissos ambientais. Como resultado, houve grande aumento da insegurança alimentar e levou o Brasil de volta ao Mapa da Fome da FAO, junto com o isolamento do país no cenário internacional.

Com as eleições presidenciais de 2022, foi eleito um governo federal progressista, que traz consigo a expectativa da volta dos compromissos internacionais e do protagonismo brasileiro, muito bem representado pelo texto "*After testing times, Brazil is back*", da prof. Deisy Ventura, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em que se destaca a necessidade de reassumir as sinergias entre as políticas nacionais de saúde e a política internacional<sup>24</sup>. No campo da saúde, a nomeação de uma ministra oriunda de uma das principais instituições de pesquisa e ensino em saúde, a Fiocruz, é um importante indicativo do fortalecimento das políticas informadas por evidências em lugar ao negacionismo científico e ao apagão de dados de anos anteriores.

Contudo, em meio à esperança de mudanças em todas as políticas, há um grande desafio imediato de reduzir a pobreza, a fome e as desigualdades, bem como prevenir as doenças associadas ao consumo de uma alimentação inadequada e não saudável e retomar a agenda ambiental no Brasil.

---

<sup>24</sup> <https://www.bmj.com/content/bmj/380/bmj.p48.full.pdf>

Nesse sentido, a transição governamental no Brasil entre os meses de novembro e dezembro trouxe um levantamento da situação de cada área do governo, incluindo saúde e desenvolvimento social, assim como a indicação de prioridades para cada setor<sup>25</sup>. Um primeiro ponto resgatado e que permeia todas as políticas é a retomada da participação social, uma questão crucial na governança, particularmente na segurança alimentar e nutricional, com a priorização a abordagem de direitos, a promoção da igualdade racial e de gênero e da atenção específica a grupos específicos, como os povos originários. Além disso, as questões da fome e do meio ambiente são colocadas como prioridades que se transversalizam na agenda governamental, com vistas a um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Permeando todas essas questões, é fundamental que a questão dos sistemas alimentares seja incorporada em todas as políticas para garantir sejam baseados na saudabilidade, sustentabilidade, inclusão e resiliência, articulados sempre com a agenda dos ODS e outros compromissos internacionais. Passos importantes nessa direção já foram dados em relação à governança da segurança alimentar e nutricional, que incluíram a recriação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, a reativação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Esse cenário demanda ações urgentes, a exemplo do que foi proposto em âmbito internacional, por um conjunto de agências, incluindo FAO, PMA, Unicef, OMS e UNHCR, trazendo, no início de 2023, um chamamento para ação para acelerar a resposta à crise global de alimentação e nutrição, por meio de um Plano de Ação Global das Nações Unidas para a desnutrição infantil grave (emaciação)<sup>26</sup>. Esse chamado, ainda que inicialmente direcionado para os 15 países em situação mais grave no mundo, destaca a importância da múltipla causalidade da insegurança alimentar e nutricional, que exige a articulação de sistemas alimentares, de saúde, de água e saneamento e de proteção social, mas também reflete prioridades em outros países.

Um exemplo claro da dimensão desses problemas no Brasil é a atual grave crise na saúde e segurança alimentar dos indígenas Yanomami, em que agendas de violação de direitos humanos de povos originários, permeadas por invasão do território por garimpeiros, desassistência à saúde, degradação ambiental e abandono estatal, culminaram com aumento da desnutrição infantil severa, contaminação por mercúrio e mortalidade infantil, exigindo medidas emergenciais na região.

Em linha com esse chamamento, o Diretor Geral da FAO, participando da primeira sessão da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), também no início de 2023, destacou que a América Latina pode e deve atuar para enfrentar a crescente fome e desigualdade na região para que possa desempenhar seu papel protagonista na alimentação e na agricultura global<sup>27</sup>. Ainda segundo ele, as instituições multilaterais devem inovar para apoiar o enfrentamento das múltiplas crises e promover o desenvolvimento regional, complementado pelo presidente da Argentina, que destacou a desigualdades no continente americano e a necessidade de trabalho conjunto. Essa integração mostrou-se ainda mais relevante no contexto da pandemia e deve incorporar a expansão do suprimento de alimentos para apoiar a redução

---

<sup>25</sup><https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>

<sup>26</sup> <https://www.childwasting.org/>

<sup>27</sup> <https://www.fao.org/newsroom/detail/latin-america-and-caribbean-can-be-at-the-forefront-of-global-food-and-agriculture-provided-it-first-tackles-hunger-and-inequality/en>

do preço dos alimentos, melhoria de infraestrutura e produção de alimentos em regiões mais suscetíveis a secas e aprimorar o comércio regional de alimentos, numa perspectiva de sistemas alimentares, considerando produção, armazenamento e transporte de alimentos.

Na relação com a Celac, foi proposto que a FAO poderia prover apoio à implementação de iniciativas regionais e nacionais tangíveis e sustentáveis e que possam transformar os sistemas alimentares e fortalecer a agenda dos ODS na região. Contudo, para tanto é necessário eliminar a contradição em que a América Latina e o Caribe, que antes lideravam a redução da pobreza e da fome, tiveram grandes retrocessos desde 2016-2017 nesses indicadores, ameaçando o próprio alcance dos ODS, apesar da região ainda ser uma das que mais produz e exporta alimentos no mundo.

Para enfrentar esses desafios e contradições, o diretor geral também fez um chamamento por priorizar o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia, do aumento da insegurança alimentar e nutricional, do aumento dos preços dos alimentos básicos e de insumos agrícolas, da crise ambiental, da perda de biodiversidade, do desmatamento e da escassez de água, da persistência da pobreza e do crescimento das desigualdades, principalmente nas populações rurais, mulheres, jovens e grupos vulneráveis.

Por fim, destacou que o enfrentamento do atual problema de insegurança alimentar e nutricional requer uma ação coletiva, regional e globalmente, apoiando-se na capacidade dos governos e com o apoio técnico da FAO, mediante a transformação dos sistemas agroalimentares, para que sejam mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. Com isso, fecha suas declarações retomando o marco do Plano Estratégico da FAO para 2022-2031<sup>28</sup>, propondo os “Quatro Melhores” para garantir o alcance dos ODS: melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente, melhor saúde e melhor vida para todos, sem deixar ninguém para trás.

Por melhor produção, entende-se a garantia de padrões de produção e consumo sustentáveis, por meio de cadeias de suprimento de alimentos eficientes e inclusivas em nível local, regional e global e sistemas alimentares resilientes e inclusivos, priorizando a inovação na produção agrícola, particularmente aos pequenos produtores. A melhor nutrição, por sua vez, compreende a prioridade ao combate à fome, a promoção da segurança alimentar e da melhor nutrição a todos, mediante o acesso a alimentos nutritivos e saudáveis, destacando a atenção a grupos vulneráveis, a redução das perdas e desperdícios e a segurança sanitária dos alimentos. No campo do melhor meio ambiente, sinaliza a importância de proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas e combater as mudanças climáticas por meio de sistemas alimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. E, em termos de melhor vida, destaca-se a promoção da inclusão no crescimento econômico mediante a redução das desigualdades raciais, de gênero e urbano-rurais.

A necessidade de fortalecimento regional, cooperação sul-sul e de atuação coletiva, baseada no multilateralismo, no respeito à soberania das nações, na inclusão social e na sustentabilidade ambiental, ecoa imediatamente na abordagem desses fóruns pelo atual governo brasileiro, em linha com o mote “*Brazil is back*”, e em contraste com seu antecessor, que promoveu um isolamento do país nos espaços regionais e globais. Como expectativa, a partir da atual “onda rosa”, particularmente pelos novos governos progressistas na América Latina, temos a construção de um novo momento espelhado na primeira década dos anos 2000,

---

<sup>28</sup> <https://www.fao.org/strategic-framework/en>

em que a integração regional se mostrou um poderoso instrumento para o fortalecimento mútuo dos países envolvidos, promovendo as agendas de interesse local e reduzindo o impacto de crises internacionais na região.

Em âmbito nacional, a sinalização da prioridade ao combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional na agenda do governo federal desde a campanha eleitoral e reforçada recentemente em documentos oficiais como a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional traz mais elementos em termos das diretrizes de atuação. Dentre elas, além da recuperação do principal programa nacional de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família, no campo do desenvolvimento social, há muitos elementos da transformação dos sistemas alimentares no país, a partir da criação de um novo modelo de ocupação e uso da terra, urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica, junto com o restabelecimento da Política Nacional de Abastecimento e retomada dos estoques reguladores de alimentos, bem como ampliando o financiamento e de apoio aos pequenos agricultores e à agricultura orgânica e o estímulo às economias solidária e criativa e ao empreendedorismo social. Além disso, as ações previstas na abordagem da economia e das políticas de meio ambiente, saúde, educação, trabalho e emprego e habitação têm grande potencial para apoiar as transformações nos sistemas alimentares, junto com o fortalecimento das políticas de igualdade racial e para mulheres e povos indígenas.

Essa abordagem baseada nos determinantes sociais e econômicos da insegurança alimentar, em que se reconhece a necessidade momentânea de medidas emergenciais para o enfrentamento da fome, ao mesmo tempo prioriza ações estruturantes que eliminem as causas da pobreza e das desigualdades que estão por trás da fome e, na perspectiva do direito humano à alimentação adequada, reconhece que, mesmo nessas situações emergenciais, deve haver acesso a alimentos saudáveis e não a qualquer alimento ou produto alimentício.

Um exemplo importante da coerência com esse princípio tem sido defendido na abordagem atual à questão da fome nos territórios Yanomami, em que a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) determinaram que as cestas básicas doadas deveriam respeitar a alimentação adequada e saudável e a cultura alimentar dos povos, como forma de impedir a doação de alimentos ultraprocessados<sup>29</sup>. Além da questão direta de saúde e segurança alimentar e nutricional, essa medida é importante para evitar o *social washing* por empresas e entidades ligadas aos alimentos ultraprocessados.

A partir dessas prioridades, observa-se um grande potencial para a retomada do protagonismo brasileiro na agenda de transformação dos sistemas alimentares, com grande alinhamento das políticas nacionais com os preceitos dos ODS e outros compromissos regionais e globais, porém é importante avançar ainda mais em outros campos considerando a múltipla carga da má nutrição que o Brasil enfrenta.

Nesse sentido, mesmo com o aumento da fome e suas consequências no país, também aumentam os efeitos da alimentação inadequada, mesmo entre grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Por exemplo, no Brasil, estima-se que 57 mil mortes prematuras ao ano estão associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados e o preço desses alimentos tem diminuído gradualmente, enquanto o de alimentos frescos e minimamente processados tem crescido, de modo que as diferenças na disponibilidade e acesso

---

<sup>29</sup><https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/publicacoes-tecnicas/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-1-2023-coasi-cgpps-dpds-funai.pdf>

físico e econômico a uma alimentação adequada e saudável tendem a aumentar ainda mais as desigualdades na sociedade brasileira. Em consequência, a morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes e obesidade, crescem mais na população de menor renda.

Na experiência dos últimos 4 anos no Brasil, a predominância dos interesses dos agentes do sistema alimentar hegemônico, como as indústrias de alimentos e o agronegócio, sobre os interesses coletivos na agenda governamental foi um dos responsáveis pelo aumento da insegurança alimentar e da degradação ambiental no país. Esses mesmos agentes incentivaram a liberação, pelo governo anterior, de mais de dois mil agrotóxicos, aumentaram o desmatamento, promoveram ataques ao guia alimentar brasileiro e enfraqueceram e inviabilizaram ou fragilizaram políticas de promoção da alimentação adequada e saudável, por meio de sua interferência na formulação e implementação de políticas e de legislações nacionais e também na atuação internacional do Brasil. Demonstra-se, assim, que ainda há um grande desafio na implementação de sistemas e ambientes alimentares saudáveis, envolvendo também os determinantes comerciais da saúde.

Para o enfrentamento desses determinantes comerciais são necessárias políticas isentas de conflitos de interesses e constituídas de múltiplos componentes para além da saúde, visando a redução no consumo de alimentos ultraprocessados e aumento do consumo de alimentos frescos e minimamente processados, tais como medidas regulatórias e fiscais, mudanças nos sistemas e entornos alimentares, fortalecimento da implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira e investimentos em ações educativas para a população, que encontram forte oposição pelos agentes dos sistemas alimentares hegemônicos.

Vale lembrar, como frequentemente discutido em informes anteriores, que transformações que priorizam os sistemas hegemônicos têm alcance limitado e são baseados em grande parte em medidas paliativas, visto que esses mesmos sistemas estão entre os causadores da desigualdade, da exclusão, da produção insustentável e das doenças relacionadas à alimentação inadequada. As soluções promovidas por esses sistemas baseiam-se na manutenção da lógica financeira para a agricultura e a alimentação, mantendo a trajetória de produção de maior disponibilidade de calorias alimentares, limitando a produção agrícola a um pequeno número de commodities direcionados para a pecuária e para a crescente produção e consumo de alimentos ultraprocessados em substituição à produção e consumo de alimentos tradicionais

Com isso, os sistemas hegemônicos competem diretamente com os sistemas alimentares tradicionais com uma grande assimetria de forças e poder político e econômico, fragilizando suas bases, como o direito humano à alimentação adequada e saudável, da justiça social, a inclusão, a soberania alimentar e a valorização da cultura e patrimônio alimentar dos povos e populações tradicionais.

Portanto, é fundamental, nesse momento, fortalecer o alinhamento e a complementaridade das agendas nacionais e globais, superando a contradição do Brasil ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos e ainda conviver com as mazelas da fome em sua população. Neste sentido, deve-se transformar os sistemas e ambientes alimentares, ampliando o espaço da produção local e dos alimentos tradicionais, eliminando os modelos de produção insustentáveis e não-saudáveis e aprimorando os modelos comerciais que podem ser mantidos.

No momento nacional, usando o termo cunhado pelo educador Paulo Freire, é preciso esperar, com a garantia de direitos, inclusão, equidade e participação social, reformulando as políticas a partir das experiências exitosas do passado e ampliando as políticas nos campos em que ainda é necessário avançar para promover a saúde humana e planetária a partir dos sistemas alimentares. É preciso que o Brasil corresponda à expectativa de ser um líder e um promotor regional desse processo, pois este é o momento e a oportunidade.

## Os caminhos do ensino superior

*Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues*

O ano calendário de 2023 começa com as discussões na UNESCO acerca do ensino superior e a realização de dois seminários com a participação das cátedras chanceladas pelo organismo internacional. No formato virtual o Seminário ocorrerá em datas já estabelecidas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023.

O primeiro deles, ocorrido no dia 25 de janeiro, tem como tema “Beyond Limits: New Ways to Reinvent Higher Education”; o segundo, que ocorrerá no próximo dia 15, tem como tema “Knowledge-driven actions – Transforming higher education for global Sustainability”; e o último, que acontecerá em março, abordará dois temas distintos: “Reimagining Our Futures Together: A new social contract for education” e “Transforming Education: An urgent political imperative for our collective future”.

O primeiro dia do seminário procurou recuperar discussões levantadas na *World Higher Education Conference (WHEC2022)* ocorrida em maio de 2022. A conferência teve como objetivo remodelar as ideias e as práticas no ensino superior, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento durável tanto para o planeta, quanto para a humanidade.

Esta conferência pode ser resumida a partir do seguinte *slide*

O slide apresenta o tema da conferência e suas principais características. No topo, há uma barra azul com o logo da UNESCO, o texto 'WHEC2022 | Section d'enseignement supérieur' e o logo 'Education 2030'. O título principal é 'WHEC2022 | Principaux acteurs et publics'. O conteúdo central é dividido em duas colunas. A esquerda, sob o subtítulo 'Une conversation mondiale sur l'enseignement supérieur', há quatro pontos-chave: 'Disruptive et innovante' (processo contínuo de participação), 'Portée mondiale' (representação de todas as regiões), 'Inclusive' (participação de organizações governamentais, ONGs, etc.) e 'Engagement et responsabilisation des jeunes' (estratégia para envolver jovens). A direita, sob o subtítulo 'Ecosystème de l'enseignement supérieur', indica o local e a data: 'Barcelona, 18-20 mai 2022', o tipo de evento: 'La Fira de Barcelona Évènement hybride', e o número de participantes: '2000 participants +10k streaming' durante a 'Semaine de l'enseignement supérieur Barcelona 2022'. A barra de rodapé é idêntica à do topo.

unesco WHEC2022 | Section d'enseignement supérieur Education 2030

**WHEC2022 | Principaux acteurs et publics**

**Une conversation mondiale sur l'enseignement supérieur**

- Disruptive et innovante**  
Processus de participation continue pour atteindre les objectifs de la conférence (pré-conférence et post-conférence).
- Portée mondiale**  
Représentation et participation de toutes les régions
- Inclusive**  
Organisations gouvernementales et intergouvernementales, réseaux internationaux, universités, ONG, secteur privé, etc.
- Engagement et responsabilisation des jeunes**  
Une stratégie dédiée à impliquer, responsabiliser et inspirer les jeunes

**Ecosystème de l'enseignement supérieur**

**Barcelona, 18-20 mai 2022**  
La Fira de Barcelona  
Évènement hybride

**2000 participants +10k streaming**  
Semaine de l'enseignement supérieur  
Barcelona 2022

unesco WHEC2022 | Section d'enseignement supérieur Education 2030

<https://en.unesco.org/sites/default/files/whec2022-presentation-fr.pdf>

Este primeiro dia do seminário foi fruto de discussões e consultas aos estados membros da UNESCO e procurou trazer respostas, e, sobretudo, reinventar o ensino superior à luz dos desafios e oportunidades associadas às crises mundiais as quais a humanidade tem vivenciado. Aborda as transformações ocorridas nos estabelecimentos de ensino superior, define os principais pontos para pensar o futuro e propõe ações práticas.

Deste primeiro dia participaram: Jamil Salmi (Expert mondial en enseignement supérieur et Professeur émérite, Université Diego Portales, Chile); César Guadalupe (Docteur en éducation, Université du Sussex, Royaume-Uni et Professeur, Universidad del Pacífico, Perú); José Luis Guzmán, Section de l'enseignement supérieur, UNESCO. A sessão foi dirigida por Sobhi Tawil, directeur de l'équipe Futur de l'éducation et innovation à l'UNESCO.

As discussões que ensejaram o segundo dia de discussão foram oficialmente lançadas na conferência de maio de 2022, ocorrida em Barcelona. Para o segundo dia do seminário, chamamos atenção a dois pontos: estão presentes nos pontos 05 e 06 do slide a seguir:



<https://en.unesco.org/sites/default/files/whec2022-presentation-fr.pdf>

E podem ser sintetizadas:

## WHEC2022 | 10 thématiques principales



<https://en.unesco.org/sites/default/files/whec2022-presentation-fr.pdf>

O segundo dia do seminário, procura avançar em um dos pontos discutidos em outubro de 2022 em colaboração com a universidade norueguesa de Berguen e refere-se mais especificamente a relação das IES com a agenda 2030. Em conjunto com professores da instituição e da Unesco, procurou-se responder a quatro questões fundamentais:

- Como as universidades podem contribuir para alcançar os ODS?
- Que tipo de conhecimento é necessário?
- De quem é o conhecimento necessário?
- As universidades estão fazendo as perguntas certas e estão suficientemente equipadas para respondê-las?

Um grupo de 14 experts se dedicaram a discutir como as universidades podem facilitar o desenvolvimento de conhecimento e estratégias para gerar profundas transformações sociais, econômicas e no meio-ambiente propostas pela Agenda 2030. O resultado destas discussões estão do relatório *Knowledge-driven actions: transforming higher education for global Sustainability* disponível em inglês (<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380519.locale=en>) e dedicado a três ações-chave para alcançar a transformação necessária: ultrapassar as fronteiras disciplinares face às ODS; diversificar os modos de produção do conhecimento; e reforçar as parcerias no ensino superior. Este relatório considera imprescindível a mudança no paradigma atual que conforma o ensino superior.

Deste segundo dia participação : Agnes Binagwaho (Cofondatrice et ancienne Vice-chancelière, Université de l'équité en santé mondiale, Rwanda) ; Melody Brown Burkins, Directrice, Institut d'études arctiques ; Directrice associée principale, Centre pour la compréhension internationale John Sloan Dickey; Professeure auxiliaire d'études environnementales, Université de l'Arctique, Dartmouth (États-Unis d'Amérique) ; e Dav Olav Hessen, Professeur de biosciences et Directeur du Centre de biogéochimie de l'Anthropocène, Universidade d'Oslo, Noruega. A sessão será coordenada por Phoebe Kirkup (Section de l'enseignement supérieur, UNESCO).

O último dia do seminário, recupera questões levantadas em 2021 no International Commission on the Futures of Education; e no documento Transforming Education Summit, ocorrido em New York, em setembro de 2022.

<https://www.unesco.org/fr/higher-education/2022-world-conference>

<https://www.whec2022.org/EN/homepage/Roadmap2030>

### **Novos rumos!?**

Em dezembro de 2022, o novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, Ilan Goldfajn, expôs sua visão e prioridades para tornar o Banco o parceiro de desenvolvimento mais confiável, ágil e importante para a América Latina e o Caribe (ALC).

*“Minha visão é aproveitar o legado do Banco para garantir que o BID seja a mais importante instituição multilateral de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe. Devemos ser o parceiro mais confiável da região. Um centro de expertise e conhecimento. Um farol de soluções inovadoras para os desafios da nossa região”.*

O presidente identificou questões sociais, mudanças climáticas e mais investimentos em infraestrutura física e digital sustentável que impulsionarão a integração regional, como áreas prioritárias de sua administração.

Prometeu “aproveitar todas as oportunidades de diálogo” e colaboração para construir consenso entre governos, parceiros do setor privado, think tanks e sociedade civil para ajudar a enfrentar problemas urgentes na ALC, e atrair capital privado.

Para ele, a população da ALC “precisa de melhores empregos, ruas mais seguras, serviços de saúde de qualidade, internet mais rápida, serviços públicos melhores, necessidade de energia limpa, infraestrutura melhor e outros elementos essenciais da vida a que merecidamente aspiram”, afirmou.

As áreas prioritárias para o BID serão as questões sociais, climáticas e de infraestrutura. As questões sociais incluem pobreza, desigualdade em várias dimensões, necessidades de saúde e insegurança alimentar.

De acordo com Goldfajn, os 10% superiores e inferiores dos níveis de renda na ALC eram duas vezes mais desiguais do que países desenvolvidos semelhantes antes da pandemia. Duzentos milhões de pessoas são pobres e 60 milhões passam fome.

Ao abordar a mudança climática, Goldfajn disse que o BID vai se esforçar para facilitar o investimento na mitigação e adaptação climática e ajudar os países de forma mais ambiciosa a cumprir suas metas do Acordo de Paris.

A região atualmente experimenta três vezes mais eventos climáticos destrutivos a cada década do que 50 anos atrás. Esses eventos causam cerca de 10 vezes mais danos econômicos. “Precisamos ser mais responsivos, ágeis e criativos para lidar com eles”, afirmou.

Sobre investir mais em infraestrutura física e digital sustentável, seria para impulsionar a integração regional. Entre 2008 e 2017, a ALC investiram apenas 2,8% do PIB em infraestrutura, metade da porcentagem dos países do Leste Asiático e do Pacífico.

Goldfajn também disse que se esforçará para garantir que os projetos do BID produzam resultados mais eficazes, com trabalho orientado por dados e evidências. Em 2021, apenas 53% dos projetos do BID com relatórios de conclusão receberam uma avaliação positiva do Escritório de Avaliação e Supervisão do BID. “Podemos e devemos fazer melhor”, disse.

Outra chave para alcançar esta visão é continuar ampliando as operações com o setor privado por meio do BID Invest e BID Lab, com planos para liberar o grande potencial que possuem. “Devemos assegurar que as operações no setor privado tenham um impacto efetivo no desenvolvimento, fornecendo bens públicos para a região”, disse.

Fonte: <https://www.iadb.org/pt/noticias/presidente-do-bid-goldfajn-apresenta-visao-e-prioridades-em-discurso-de-posse>

## **Perspectivas Econômicas Globais**

Durante o lançamento do Relatório de Perspectivas Econômicas Globais de janeiro de 2023, o presidente do Banco Mundial (BM), David Malpass, mostrou as projeções econômicas dos países.

De acordo com Malpass, foi projetado que a economia global cresça 1,7% em 2023, abaixo dos 3% esperados há seis meses. O crescimento médio global entre 2020-2024 será inferior a 2%, a média de crescimento mais lenta de 5 anos desde 1960. Na opinião de Malpass, isso arrisca uma reavaliação generalizada dos ativos, uma vez que o fraco crescimento persiste e o aumento das taxas de juros reduz o acesso ao capital.

Ainda em seu discurso, o presidente enumerou as principais etapas a serem trabalhadas. Incentivar mais investimentos para criar empregos, aumentar a produção e impulsionar a produção, permitindo o crescimento do consumo; melhorar o ambiente propício às empresas e reforçar o Estado de direito, reduzir os custos de arranque das empresas e reforçar os direitos de propriedade também pode ajudar a permitir o crescimento das empresas; aumentar a transparência e a sustentabilidade da dívida, especialmente para a crescente parcela de países pobres que estão em alto risco de dificuldades de endividamento; integrar o clima e o desenvolvimento de forma a aumentar o acesso à energia e acelerar a transição para a energia de baixo carbono. Isto tem de ser complementado por um maior investimento na adaptação às alterações climáticas; reforçar o comércio transfronteiriço, medidas protecionistas, incluindo a última onda de proibições de exportação de alimentos e fertilizantes, devem ser evitadas.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2023/01/10/opening-remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-during-the-launch-the-january-2023-global-economic-prospects>

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), projeta-se que o crescimento global caia de uma estimativa de 3,4% em 2022 para 2,9% em 2023, depois suba para 3,1% em 2024. A previsão para 2023 é 0,2 ponto percentual maior do que o previsto no World Economic Outlook (WEO) de outubro de 2022, mas abaixo da média histórica (2000-19) de 3,8%. O aumento das taxas do banco central para combater a inflação e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam a pesar sobre a atividade econômica. A rápida disseminação da COVID-19 na China diminuiu o crescimento em 2022, mas a recente reabertura abriu caminho para uma recuperação mais rápida do que o esperado. A inflação global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, ainda acima dos níveis pré-pandemia (2017-19) de cerca de 3,5%.

De acordo com o documento, o balanço de riscos permanece inclinado para o lado negativo, mas os riscos adversos se moderaram desde o WEO de outubro de 2022. Do lado positivo, um impulso mais forte da demanda reprimida em várias economias ou uma queda mais rápida da inflação são plausíveis. No lado negativo, os graves resultados de saúde na China poderiam atrasar a recuperação, a guerra da Rússia na Ucrânia poderia escalar e os custos de financiamento global mais apertados poderiam piorar a angústia da dívida. Os mercados financeiros também poderiam repentinamente reprecificar em resposta a notícias adversas

sobre a inflação, enquanto uma maior fragmentação geopolítica poderia dificultar o progresso econômico.

O relatório traz alguns alertas e propõe alternativas. Argumenta que, na maioria das economias, em meio à crise do custo de vida, a prioridade continua sendo alcançar uma desinflação sustentada. Com condições monetárias mais restritivas e um crescimento mais baixo potencialmente afetando a estabilidade financeira e da dívida, é necessário implantar instrumentos macroprudenciais e fortalecer os quadros de reestruturação da dívida. Acelerar a vacinação contra a COVID-19 na China salvaguardaria a recuperação, com repercussões transfronteiriças positivas. O apoio orçamental deve ser mais bem orientado para as pessoas mais afetadas pela elevação dos preços dos alimentos e da energia, e devem ser retiradas medidas de desagravamento orçamental de base alargada. Uma cooperação multilateral mais forte é essencial para preservar os ganhos do sistema multilateral baseado em regras e para mitigar as alterações climáticas, limitando as emissões e aumentando o investimento verde.

Fonte: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023> e <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/01/31/tr-13123-world-economic-outlook-update>

De acordo com o relatório do *Observatório do Mercado de Trabalho* do **BID**, a ALC registrou uma recuperação total dos empregos no segundo semestre de 2022, atingindo níveis superiores aos observados antes da pandemia. Em setembro de 2022, as economias da região ganharam 8 milhões de empregos extras em comparação com os disponíveis em março de 2020, quando a pandemia atingiu. Esta é uma das principais conclusões do relatório que analisa os mercados de trabalho de 15 países de nossa região. O estudo mostra uma recuperação desigual entre os diferentes países e setores da economia e destaca o crescimento do emprego formal ao longo do ano.

Mesmo com as boas notícias, o relatório destaca que o crescimento líquido do emprego nos últimos 30 meses ainda é lento e que, embora a recuperação econômica de 2021 tenha levado o emprego ao pico em novembro daquele ano, ele voltou a cair nos primeiros meses de 2022.

Mesmo quando o impacto da crise sanitária foi mais forte para os grupos menos favorecidos da região, afetando principalmente os trabalhadores mais jovens e informais, os de menor escolaridade e principalmente as mulheres, a recuperação total do emprego observada no segundo semestre de 2022 é explicada pelo crescimento do emprego feminino. Pela primeira vez na pandemia, a recuperação do emprego das mulheres excedeu marginalmente a recuperação do emprego dos homens.

Além disso, o estudo aponta para um crescimento do emprego formal no segundo semestre que supera o crescimento do emprego informal, mostrando um aumento do emprego de qualidade, embora não no ritmo e na velocidade que a região exige.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-job-recovery-region-was-attained-2022-after-shock-pandemic>

O **BM** elaborou um documento baseado em relatórios recentes, dirigidos aos formuladores de políticas e à sociedade brasileira. O relatório fornece o diagnóstico do BM dos principais desafios de desenvolvimento econômico e social do Brasil e traça um possível caminho para abordá-los.

Segundo relatório, diante de um novo governo, o Brasil enfrenta a tarefa de garantir a recuperação de choques passados e construir um futuro com oportunidades para toda a população. Nesse sentido, o relatório apresenta uma agenda prioritária em torno de temas de fundamental relevância para a recuperação e resiliência futura do Brasil.

Fonte: <https://www.worldbank.org/em/country/brazil/brief/opportunities-for-all-brazil-policy-notes>

## **Projetos**

O BM aprovou um projeto de US\$ 500 milhões para expandir o financiamento vinculado à sustentabilidade e fortalecer a capacidade de o setor privado acessar os mercados de crédito de carbono. Em colaboração com o Banco do Brasil, uma das maiores instituições financeiras da ALC, o projeto adotará uma abordagem de empréstimo vinculada à sustentabilidade para ajudar o Brasil a atingir suas metas climáticas.

O projeto visa a oferecer benefícios robustos de mitigação de emissões de carbono. A expectativa é de até 90 milhões de CO<sub>2</sub> e em reduções até 2030, o equivalente a cerca de 4,5% do que o Brasil precisa para cumprir seus compromissos de zerar as emissões. O projeto também deverá mobilizar até US\$ 1,4 bilhão em capital privado por meio da ampliação do financiamento do Banco do Brasil e de investidores privados. Líder do agronegócio brasileiro, com cerca de 60% de todo o crédito rural no mercado financeiro, o Banco do Brasil tem o compromisso de apoiar clientes, parceiros e a sociedade na transição para uma economia de baixo carbono, com metodologias, linhas de crédito e soluções sustentáveis.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/12/22/banco-mundial-banco-do-brasil-desenvolvem-solucao-financiamento-climatico>

Foi aprovado pelo FMI um desembolso de US\$ 105 milhões para o Haiti sob a Janela de Choque Alimentar da Facilidade de Crédito Rápido (FCR). A população do Haiti já vivia uma situação grave de desnutrição grave e insegurança alimentar antes da guerra na Ucrânia, sendo intensificada pelo aumento dos preços das commodities alimentares.

Fonte: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/01/24/imf-executive-board-approves-us-105-million-food-shock-window-to-haiti>

O BID aprovou um empréstimo de US\$34,5 milhões para financiar um programa de eficiência energética para o setor residencial e público na região costeira caribenha da Colômbia. O programa tem dois objetivos: o primeiro é reduzir o consumo de eletricidade e reduzir os subsídios do governo nacional, lançando medidas de eficiência energética em famílias de baixa renda e edifícios públicos. O segundo objetivo é educar as pessoas na região sobre a importância de economizar energia, treinando técnicos e consumidores de energia sobre como gerenciar eficientemente o uso de eletricidade.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/colombia-promotes-more-efficient-and-sustainable-energy-caribbean-region-idb-support>

## **Agenda Política das Instituições Financeiras Multilaterais**

A presença de um novo presidente no BID não altera a agenda da Visão 2025, mas sim, reitera o compromisso com as diretrizes do documento. A saber, a Visão 2025 é centrada na recuperação e no crescimento sustentável e apresenta oportunidades e maneiras pelas quais o Banco pode efetivamente atender as principais áreas que necessitam de ações urgentes na ALC.

O desafio para combater as mazelas econômicas, sociais e estruturais da região é gigante. Mesmo diante de alguns dados positivos – recuperação de empregos melhorou o crescimento na região –, há sólidas fraquezas em diversos setores. Esta agenda, que foi

amplamente apoiada durante a Reunião Anual do BID no de 2021, precisa continuar ajudando na redução destas mazelas, e que, sendo assim, contribuirá para um melhor desenvolvimento na ALC.

**Evento principal: Reunião Anual BID e BID Invest – 16 -19 de março de 2023, Panamá**

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-idb-invest-gain-board-support-vision-2025-and-path-toward-capitalization> e <https://events.iadb.org/calendar/?lang=es>

Com uma agenda política alinhada em “acabar com a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada de forma sustentável”, as prioridades do BM estão focadas no combate à insegurança alimentar, nas alterações climáticas, nos projetos financiados pelo seu “braço direito”, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e divulgação de dados do próprio Banco.

Como parte de uma resposta abrangente e global à crise de segurança alimentar, em maio de 2022, o BM anunciou a disponibilização de até US\$ 30 bilhões em um período de 15 meses, incluindo US\$ 12 bilhões em novos projetos. De abril a setembro, o Banco destinou US\$ 8,1 bilhões para novos projetos em 47 países – a maior parte desse apoio é na África, uma das regiões mais atingidas pela crise alimentar. Nesse financiamento está incluído esforços para incentivar a produção de alimentos e fertilizantes, melhorar os sistemas alimentares, facilitar um maior comércio e apoiar famílias e produtores vulneráveis.

A saber, em maio de 2022, o BM e a Presidência do Grupo dos Sete (G7) convocaram a Aliança Global para a Segurança Alimentar, que visa catalisar uma resposta imediata à crise de fome global em desenvolvimento. A Aliança desenvolveu o Painel Global de Segurança Alimentar e Nutricional acessível ao público, que fornece informações oportunas para tomadores de decisão globais e locais para ajudar a melhorar a coordenação da resposta política e financeira à crise alimentar.

Ainda em 2022, os chefes do BM, FMI, da FAO, PAM e OMC divulgaram uma Segunda Declaração Conjunta sobre a Crise Global de Segurança Alimentar e Nutricional, que observa que progressos consideráveis foram feitos nas quatro áreas principais: fornecer apoio imediato aos vulneráveis, facilitando o comércio e o abastecimento internacional de alimentos, aumentando a produção e investindo na agricultura resiliente ao clima.

Sobre a agenda climática, o Banco é hoje o maior financiador mundial de ações climáticas em países em desenvolvimento – mais de US\$ 26 bilhões somente em 2021 – respondendo por mais da metade do financiamento climático multilateral para países em desenvolvimento – e mais de dois terços do financiamento de adaptação.

Uma prioridade urgente considerada pelo BM é apoiar um pequeno grupo de países com altas emissões com a transição de baixo carbono - interrompendo o novo carvão e desativando as usinas a carvão existentes. Para os países mais pobres do mundo, que respondem por menos de um décimo das emissões globais, este apoio significa impulsionar investimentos em energia limpa em grande escala, para que eles evitem ficar presos à infraestrutura poluente enquanto atingem suas metas de acesso à energia.

Em junho de 2021, o BM lançou seu segundo Plano de Ação para Mudanças Climáticas (2021-25), marcando uma mudança de paradigma na abordagem do Banco de investir em projetos “verdes” para tornar todas as economias verdes; e de insumos para medição de impactos. O Plano inclui: impulsionar para integrar ainda mais clima e desenvolvimento em várias frentes, mas particularmente por meio de novos Relatórios de Desenvolvimento e Clima

de País (CCDRs), avançar no financiamento climático, aumentar o apoio aos países para moldar uma recuperação verde, resiliente e inclusiva e promover metas de transição de baixo carbono.

Como importante colaborador dos projetos do BM, a AID ajuda os países mais pobres do mundo. Estabelecido em 1960, o AID visa reduzir a pobreza fornecendo empréstimos com juros zero a baixos (chamados “créditos”) e subsídios para programas que impulsionam o crescimento econômico, reduzem as desigualdades e melhoram as condições de vida das pessoas.

Sobre a iniciativa de manter os dados abertos do BM, a intenção do Banco é de qualquer pessoa, país ou instituição possa ter acesso livre aos dados globais de desenvolvimento.

### **Evento principal: Reuniões Anuais e de Primavera (março/abril) em parceria com o FMI**

Fontes: <https://www.worldbank.org/en/news/video/2022/04/28/financing-the-climate-transition>; <https://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/overview#2>; [https://data.worldbank.org/?intcid=ecr\\_hp\\_BeltD\\_en\\_ext](https://data.worldbank.org/?intcid=ecr_hp_BeltD_en_ext) e <https://www.worldbank.org/en/events/all>

O FMI possui em sua agenda política temas relevantes da atual arquitetura global. Os temas em destaque são: alterações climáticas, gênero, desigualdade de renda, países de baixa renda e fintechs.

O FMI tem se comprometido em desempenhar para ajudar os seus membros a enfrentar os atuais desafios para os quais as políticas orçamentais e macroeconômicas são uma componente importante da resposta política adequada. O Fundo publica pesquisas sobre as implicações econômicas das mudanças climáticas e fornece aconselhamento político aos nossos membros para ajudá-los a capturar as oportunidades de crescimento resiliente e de baixo carbono. Sobre gênero, a integração do tema no FMI começa com o reconhecimento de que a redução das disparidades de gênero anda junto com maior crescimento econômico, maior estabilidade e resiliência econômica e menor desigualdade de renda. Em 2022, o Fundo lançou um documento contendo a primeira Estratégia de Gênero, que visa a integrar o gênero nas suas principais atividades.

Para combater a desigualdade de renda, o FMI analisa as tendências da desigualdade e apoia os países na concepção de políticas para combater a desigualdade. A extensão do trabalho do FMI sobre a desigualdade pode ser vista em seus documentos de política e em um grande corpo de trabalho analítico entre países. Com os países de baixa renda, o grande teste para o FMI foi a pandemia no início de 2020. Os países de baixa renda precisaram de apoio financeiro emergencial e o Fundo conseguiu atender de forma célere. Neste momento, os desafios continuam e o FMI segue monitorando estes países.

Sobre a tecnologia financeira – fintech, o FMI entende que este tema abre oportunidades para impulsionar o crescimento econômico e o futuro das moedas digitais, especialmente para a inclusão financeira. O Fundo tem feito cada vez mais pesquisas neste setor, incluindo vídeos e podcasts.

### **Evento principal: Reuniões Anuais e de Primavera (março/abril) em parceria com o BM**

Fontes: <https://www.imf.org/en/Topics/IMF-Topics> e <https://www.imf.org/en/News/Seminars>

## **Multilateralismo em crise: perspectivas para o bem comum global em saúde e comércio**

***Claudia Chamas***

Durante a pandemia da Covid-19, muitos depositaram esperança no sistema multilateral de comércio para o alívio das múltiplas crises, de natureza econômica, social, e também de abastecimento, estas últimas causadas pelas interrupções de produção, ruptura de cadeias globais de valor e a crise no transporte marítimo de cargas. Houve propostas com foco em acesso a tecnologias e análises sobre dívidas que castigam os países mais pobres. No entanto, o sistema se mostrou lento e pouco capaz de oferecer respostas para redução das inequidades, mesmo com uma crise sanitária longa e de dimensão global e com populações devastadas com problemas financeiros. Como esperado, os mais vulneráveis sofreram as consequências mais corrosivas, perdendo renda e oportunidades.

Por outro lado, esses mesmos fatores, somados ao aumento da tensão geopolítica internacional, com a guerra na Ucrânia e o acirramento da rivalidade EUA-China, promoveram o renascimento das políticas industriais, especialmente após a crise financeira de 2008 e o debate sobre o fortalecimento da produção local de bens e plataformas estratégicas nos Estados Unidos. A discussão já vinha sendo desenvolvida por intelectuais como Mariana Mazzucato, Joseph Stiglitz e Dani Rodrik, que defendem o alargamento das capacidades produtivas com base em potentes investimentos estatais com vista à atenuação das desigualdades, ao fortalecimento da cadeia de suprimentos e à exploração de oportunidades no campo climático. O CHIPS and Science Act, de 2022, e a Bipartisan Infrastructure Law, de 2021, são bons exemplos desse retorno da capacidade industrial local e das tentativas de corrigir os efeitos da globalização evidenciados sobremaneira nas dificuldades logísticas da pandemia da Covid-19 (Wong and Tucker, 2023).

A Europa faz movimentos semelhantes, alocando recursos públicos para fazer frente às necessidades contemporâneas e ao desafio chinês, asiático e dos países emergentes. As mudanças na Europa e nos Estados Unidos certamente impactarão as regras da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), em especial o processo de reforma da Organização ora em curso e aprovado na sua última Conferência Ministerial. Medidas unilaterais para assegurar acesso a suprimentos enfraquecem as regras multilaterais de comércio e o princípio da não-discriminação. O debate sobre a atualização da Organização é, portanto, urgente e o Brasil pode desempenhar papel importante na construção de regras que favoreçam os países de modo equilibrado e na vitalização da OMC, inclusive alinhando o conjunto de regras aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas ([United Nations Sustainable Development Goals](#) - SDGs).

No Brasil, o novo Governo reaviva o protagonismo das políticas industriais e o fortalecimento das capacidades estatais. Em mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforça seu compromisso com o fomento ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde e a modernização da estrutura produtiva por meio da reindustrialização. A recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (MDIC) foi a primeira ação concreta do Governo para reverter o quadro no setor produtivo, buscando impulsionar a inovação tecnológica, o aumento de produtividade e competitividade e a promoção de uma economia verde e descarbonizada. O texto enfatiza:

*“O País irá reverter o processo de desindustrialização e promover a reindustrialização de amplos e novos setores e daqueles associados à transição para a economia digital e verde. É imperativo elevar a taxa de investimentos públicos e privados e reduzir o custo do crédito a fim de avançar com uma reindustrialização nacional de novo tipo, acoplada aos novos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. Faz parte desse esforço o desafio de reverter a desnacionalização do parque produtivo brasileiro, e modernizá-lo. A principal missão da política industrial será promover o engajamento da indústria na transição tecnológica, ambiental e social. Para isso, a política industrial deve manter o foco nas prioridades do País e alavancar a capacidade tecnológica nacional e a inovação. Será também estimulada pelo poder de compra governamental em complexos industriais estratégicos, como saúde, energia, alimentos e defesa.” (Brasil, 2023)*

O documento restaura o compromisso com o multilateralismo, com ênfase no respeito à soberania das nações, à paz, à inclusão social e à sustentabilidade ambiental, contemplando os interesses brasileiros e das populações vulneráveis e impactando diretrizes para o comércio exterior, a integração comercial e as parcerias internacionais. A política externa se alinha a esse cenário com o objetivo de promover inserção internacional mais competitiva e a retomada em bases sólidas da atividade econômica do país (Brasil, 2023).

A reforma da OMC está entre as prioridades do governo. Em 27 de janeiro, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, [conversou](#), por telefone, com a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala. Um dos assuntos abordados foi o compromisso do Brasil com “o fortalecimento e a modernização do Sistema Multilateral de Comércio e da OMC”. O Chanceler destacou as seguintes prioridades para a próxima conferência ministerial da Organização, que ocorrerá em fevereiro de 2024: “reforma da organização, incluindo o sistema de solução de controvérsias, e resultados em agricultura, em benefício da segurança alimentar global e do desenvolvimento sustentável”. O Brasil propõe reuniões anuais da OMC, visando a “aprimorar a capacidade da organização de responder a crises e a ampliar o engajamento dos membros, contribuindo para o processo de reforma e revigoramento da organização”. Além disso, o Governo brasileiro se comprometeu com a ratificação do Acordo sobre Subsídios à Pesca, concluído na última conferência ministerial da OMC, e que constitui importante contribuição para o multilateralismo e os SDGs.

Okonjo-Iweala divulgou a conversa na rede [Twitter](#), declarando: “Conversa muito afirmativa com SE Mauro Vieira Ministro dos Negócios Estrangeiros. Obrigado por reafirmar o compromisso do Brasil com o multilateralismo e uma OMC reformada e fortalecida. Esperamos entregar resultados concretos juntos para nossa 13ª reunião ministerial.”<sup>30</sup> Em 2 e 3 de fevereiro, os membros da OMC se reuniram para discussões focadas na dimensão do desenvolvimento da agenda de reformas da OMC. A reunião informal do Conselho Geral sobre a reforma ofereceu oportunidade de “iniciar intercâmbio sobre aspectos transversais da

---

<sup>30</sup> Do original em inglês: “Very affirmative conversation with HE Mauro Vieira Minister of Foreign Affairs. Thanks for reaffirming Brazil’s commitment to multilateralism and a reformed and strengthened WTO. Look forward to delivering concrete results together for our 13th ministerial.”

dimensão do desenvolvimento com o objetivo de encontrar caminhos mutuamente aceitáveis” (OMC, 2023).

Os desafios do multilateralismo e do comércio entre as nações foram objeto da visita do chanceler federal alemão, Olaf Scholz, ao Brasil, em 30 de janeiro. O presidente Lula sinalizou confiança em relação à finalização do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul até a metade de 2023. Essa etapa envolve encerramento da revisão jurídica e votação pelo Parlamento Europeu e para os 27 congressos nacionais na União Europeia e legislativos dos quatro países do Mercosul. Pontos críticos abarcam questões ambientais, carnes, compras governamentais, entre outros. Em momento de grave crise energética e inflação no lado europeu, a aliança com o Mercosul traz perspectivas de aportes de alimentos, e energia. Para o Brasil, o acordo dinamiza os aspectos geopolíticos e o reposicionamento do país no cenário internacional. O protagonismo da agenda ambiental no governo Lula ajudou a retomada das conversas e a determinação para a conclusão do acordo. No quadro da visita do chanceler, o Presidente Lula manifestou que a recuperação da OMC é crítica para um “diálogo mais justo entre os países” e espera a contribuição da Alemanha para o pleno funcionamento da organização (Correa, 2023; Käufer, 2023; Opera mundi, 2023).

Vale recordar recente discurso de Scholz no Fórum Econômico Mundial, em Davos. O chanceler mencionou mudanças estruturais a partir da “criação de um mundo multipolar, no qual países e regiões muito diferentes reivindicam maior participação política em função de sua crescente influência econômica e demográfica.” Ele enfatizou que essa tendência “não representa nenhuma ameaça” e propôs criar caminhos e campos de cooperação para coordenar de maneira confiável muitos centros de poder em benefício de todos. Por fim, reafirmou que “o multilateralismo funciona” (Bundeskanzler, 2023).

A adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais da OMC, solicitada em maio de 2020, é tema sensível e complexo e parece pouco provável que irá adiante no momento corrente. O instrumento possibilitaria que empresas estrangeiras tivessem acesso a licitações do setor público. A tendência protecionista global e a cautela do novo governo indicam necessidade de reavaliação para decisão dessa natureza (Moreira, 2023).

No campo da propriedade intelectual o destaque foi a realização em 16 de dezembro de 2022 de um simpósio organizado pela [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS), pela OMC e pela [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI). O objetivo do evento foi examinar os desafios da pandemia de COVID-19 e discutir possíveis caminhos a seguir nas estruturas de saúde, propriedade intelectual e comércio, com foco em resposta, preparação e resiliência. O [programa](#) contou com a participação dos diretores das organizações (Daren Tang, Tedros Adhanom Ghebreyesus, Ngozi Okonjo-Iweala) e representantes das seguintes instituições: Centre for the Aids Program of Research in South Africa, The South Centre, Africa CDC, Gilead Sciences; The International Generic and Biosimilar Medicines Association, MSF/Working Group on Intellectual Property; Directorate-General Health; Emergency Preparedness and Response Authority; European Commission; Ministry of Health, Argentina; Director General for Pharmaceutical, Indonesia; WHO Intergovernmental Negotiating Body; Developing Countries Vaccines Manufacturers Network; Coalition for Epidemic Preparedness Innovations e Oxfam.

Durante o primeiro painel, os palestrantes compartilharam suas respectivas experiências em relação aos principais desafios enfrentados durante a pandemia do COVID-19, incluindo P&D, ampliação e diversificação da fabricação, transferência de tecnologia e know-how e acesso equitativo a tecnologias médicas. Os palestrantes do segundo painel revisaram as iniciativas

para responder e se recuperar da atual crise de saúde e criar resiliência para futuras pandemias (OMPI, 2022).

Na interface entre propriedade intelectual e saúde, a decisão sobre possível extensão da Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)) para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e terapêuticas no combate à COVID-19 é item pendente na OMC. Certamente, haverá debates e pareceres, que embasarão a escolha dos países em 2023.

Em um mundo de crises sobrepostas ou policrises (guerra na Ucrânia, crise climática, crise energética e crescente escassez de alimentos), a crise da dívida exerce imensa pressão sobre as finanças públicas, especialmente nos países em desenvolvimento que precisam investir em educação, saúde e adaptação às mudanças climáticas. Nesse escopo, merece distinção artigo publicado pela diretora-geral da [UNCTAD](#), Rebeca Grynspan, no Financial Times, em 2 de fevereiro. A autora expõe que o enfrentamento da “atual crise global da dívida não é apenas um imperativo moral. Em contexto de crescentes dificuldades climáticas e geopolíticas, é uma das maiores ameaças à paz e segurança global e à estabilidade financeira. Sem apoiar os países a se tornarem sustentáveis, suas dívidas nunca serão pagas de forma realista.” A solução proposta envolve via multilateral mais potente. Segundo Grynspan:

*“É urgentemente necessária uma autoridade de dívida soberana independente que se comprometa com os interesses dos credores e devedores, tanto institucionais como privados. No mínimo, essa autoridade deve fornecer diretrizes coerentes para suspender o pagamento da dívida em situações de desastre, garantindo que os SDGs sejam considerados nas avaliações de sustentabilidade da dívida e fornecendo consultoria especializada aos governos necessitados.”*

O ano de 2023 exigirá dos países muita disposição para lidar com as incertezas globais e os desafios do desenvolvimento. Soluções equitativas já foram propostas e, nesse cenário de combate à distribuição desigual de recursos e oportunidades, o Brasil tem muito a contribuir, ofertando perspectivas de construção de capacidades locais com foco em compartilhamento do conhecimento e amplas parcerias internacionais. Rodrik e Stantcheva (2021) sugerem agenda de prosperidade inclusiva, pela qual muitas pessoas de diferentes origens podem se beneficiar do crescimento econômico, das novas tecnologias e dos frutos da globalização. É importante que as escolhas políticas sejam feitas com base na solidariedade e no multilateralismo, promovendo justiça, saúde, educação e oferta adequada de empregos. O comércio global deve contribuir para a redução das vulnerabilidades, promovendo o bem comum e considerando os SDGs e o crescimento sustentável.

## Referências

Bundeskanzler, 2023. Shaping a multipolar world through “new paths of cooperation”. Disponível em: <https://www.bundeskanzler.de/bk-en/news/federal-chancellor-davos-2044070> Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

Correa, Fabio. O que falta para concluir o acordo UE-Mercosul. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-falta-para-concluir-o-acordo-ue-mercosul/a-64575902> Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

Käufer, Tobias. Os avanços econômicos da viagem de Scholz à América do Sul. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-avan%C3%A7os-econ%C3%B4micos-da-viagem-de-scholz-%C3%A0-am%C3%A9rica-do-sul/a-64582770> Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

Moreira, Assis. Adesão do Brasil a um acordo da OMC subiu no telhado. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/adesao-do-brasil-a-um-acordo-da-omc-subiu-no-telhado.ghtml> Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

OMC. Members address development dimension of WTO reform agenda. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news23\\_e/devel\\_03feb23\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/devel_03feb23_e.htm) Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

Opera mundi. Em encontro com Scholz, Lula afirma que Brasil 'está disposto' a contribuir pela paz entre Rússia e Ucrânia. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/78855/em-encontro-com-scholz-lula-afirma-que-brasil-esta-disposto-a-contribuir-pela-paz-entre-russia-e-ucrania> Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

Rodrik, Dani, and Stefanie Stantcheva. *A policy matrix for inclusive prosperity*. No. w28736. National Bureau of Economic Research, 2021.

OMPI. WHO, WIPO, WTO Joint Technical Symposium on the COVID-19 Pandemic: Response, Preparedness, Resilience. Disponível em: <https://www.wipo.int/meetings/en/2022/wipo-wto-who-technical-symposium.html> Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

Wong, Felicia e Todd Tucker. A Tale of Two Industrial Policies. How America and Europe Can Turn Trade Tensions Into Climate Progress. Disponível em: [https://www.foreignaffairs.com/united-states/tale-two-industrial-policies?check\\_logged\\_in=1&utm\\_medium=promo\\_email&utm\\_source=lo\\_flows&utm\\_campaign=registered\\_user\\_welcome&utm\\_term=email\\_1&utm\\_content=20230205](https://www.foreignaffairs.com/united-states/tale-two-industrial-policies?check_logged_in=1&utm_medium=promo_email&utm_source=lo_flows&utm_campaign=registered_user_welcome&utm_term=email_1&utm_content=20230205) Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

**Entre perspectivas e realidades:  
os desafios persistentes das Organizações da Sociedade Civil na agenda global**

*Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique  
Patiño Escarcina, Laurenice de Jesus Alves Pires,  
Marciglei Brito Morais, Maria Christina Silva  
Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan  
Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

## **Introdução**

As manifestações públicas que compõem este informe evidenciam a diversidade de temáticas de interesses entre as OSC. Há, contudo, uma transversalidade que sempre aponta para a responsabilidade coletiva e a urgência em esforços globais para atenuar os impactos dos problemas que propagam a violência, a fome e as doenças.

A preocupação com a emergência e a reemergência de doenças infecciosas se associa com a questão do acesso às vacinas. A negação da proteção oferecida pelas mesmas tem acionado um alerta, por representar uma ameaça à saúde global.

A persistente produção de negligência no enfrentamento de doenças não transmissíveis segue como objeto de atenção. Além de uma lista bastante conhecida e que se repete exaustivamente, há um esforço das organizações em reforçar a consciência sobre o impacto dessas doenças nas populações pobres e o quanto a permanência das mesmas está relacionada à condição de vulnerabilidade social.

A existência de conflitos violentos e crises humanitárias amplifica as demandas das instituições humanitárias, com repercussões negativas sobre os sistemas de saúde e o modo de vida das populações atingidas. Apesar da permanência em pauta, chama a atenção o fato de que o número de conflitos que são objetos de manifestações públicas é muito inferior ao número de conflitos em curso no mundo.

A desigualdade de gênero, em particular no que concerne à saúde sexual e reprodutiva, também se destaca nas manifestações e dá origem a apelos para que não se negligencie o fato de que os problemas atingem a vida das mulheres e meninas com maior intensidade, colocando em risco a sua existência.

Os problemas de saúde mental e a crise ambiental se somam a aos temas acima mencionadas, configurando a complexidade da agenda da saúde global. Nesses temas, há uma grande convergência entre as publicações das OSC de interesse público e e as de interesse privado.

## **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**

### **Vacinação**

No dia 07 de dezembro, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)<sup>31</sup> repercutiu o compromisso assumido pela Federação Internacional dos Farmacêuticos em promover a [confiança nas vacinas](#) e combater a hesitação vacinal, vista como uma grande ameaça à saúde global.

---

<sup>31</sup><https://www.wfpha.org/>

No dia 24 de janeiro, a WFPHA publicou recomendações para desenvolver e [implementar programas de vacinação](#) para a força de trabalho de saúde nos países de baixa e média-baixa renda, ressaltando as estratégias de mobilização e conscientização das pessoas e o investimento em infraestrutura e logística.

A [Federação Internacional sobre Envelhecimento](#)<sup>32</sup> (IFA) publicou nos últimos dois meses uma série de notas sobre a [imunização ao longo da vida](#), destacando que para garantir o envelhecimento saudável e proteger a saúde das populações em risco, a vacinação deve ser priorizada.

[Médicos sem fronteiras](#)<sup>33</sup> (MSF), junto ao Ministério de Saúde de Malawi, participou da campanha de [vacinação contra o papilomavírus humano \(HPV\)](#) em meninas entre 9 e 14 anos no distrito de Phalombe. A organização realizou 11 palestras para conscientizar sobre a necessidade e o uso da vacina contra o HPV a 336 auxiliares de vigilância em saúde dos Distritos, além de diretores e professores das 91 escolas.

No dia 6 de janeiro, [The People's Vaccine](#)<sup>34</sup> reagiu ao [comunicado da BioNTech e do governo do RU](#) sobre os acordos para promover pesquisas de vacinas mRNA para o câncer, indicando que o governo do Reino Unido deve garantir o acesso a essa tecnologia em países em desenvolvimento.

No dia 14 de janeiro, The People's Vaccine Alliance se manifestou contra o [aumento de preço da vacina](#) anunciado pela Moderna. Com o aumento, o preço estará 4000% acima do custo de produção. Julia Kosgei, co-líder da organização, lembra que as vacinas mRNA foram desenvolvidas com financiamento público e, portanto, deveriam estar disponíveis para todo mundo, em todo lugar.

No dia 16 de janeiro, The People's Vaccine Alliance reagiu à denúncia feita pelo The Intecerp sobre as tentativas da [BioNTech e do governo alemão de censurar as críticas à companhia no Twitter](#) sobre a falta de equidade no acesso à vacina da COVID-19. Maaza Seyoum, Convocadora do Sul Global, criticou as tentativas de silenciar críticas legítimas e assim fez um chamado ao governo alemão para se colocar do lado da saúde pública no lugar dos interesses lucrativos.

No dia 18 de janeiro, The People's Vaccine Alliance criticou a [atualização do Acordo para um mundo mais saudável da Pfizer](#), questionando o poder da companhia para decidir que países podem ter acesso a vacinas a preços baixos. Saliente-se que esse acordo exclui a América Latina, a maior parte do Caribe, parte da Ásia e a Oceania.

No dia 31 de janeiro, The People's Vaccine Alliance reagiu ao [informe da Pfizer](#) sobre o lucro gerado em 2022, equivalente ao gasto total em saúde de mais de 100 países combinados, enquanto, em países em desenvolvimento, milhões de pessoas não têm acesso a tratamentos para COVID-19.

---

<sup>32</sup> <https://ifa.ngo/>

<sup>33</sup> <https://www.msf.es/>

<sup>34</sup> <https://peoplesvaccine.org/>

## Conflitos e guerras

No dia 10 de janeiro, a WFPHA se manifestou publicamente condenando [os ataques à democracia no Brasil](#), praticados no dia 8 de janeiro de 2023, por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No dia 25 de janeiro, a WFPHA repercutiu artigo de Wahid Majrooh, ex-ministro da Saúde Pública do Afeganistão, que compartilhou sua experiência sobre como [o conflito no Afeganistão](#) afetou o sistema de saúde. A WFPHA se posicionou, instando os líderes globais a trabalhar pela paz de modo mais efetivo do que tem sido feito até aqui.

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)<sup>35</sup> posicionou-se sobre a atual [crise social e política no Peru](#), reafirmando seu compromisso de apoiar o direito à saúde, à vida e à saúde universal.

A [CARE International](#)<sup>36</sup> alertou sobre o clima severo de inverno e os ataques deliberados à infraestrutura civil de energia na Ucrânia ameaçam dar início a uma segunda crise de refugiados. Após um ano de guerra na Ucrânia, a CARE destacou [histórias de famílias](#) e ações [na linha de frente](#) para discutir as dimensões dos impactos do conflito.

A CARE retoma as ações de [saúde e nutrição no Afeganistão](#) depois de obter as garantias de que as funcionárias femininas poderão realizar seu trabalho com segurança. A CARE havia suspenso as operações em resposta à decisão de 24 de dezembro de 2022 das autoridades afegãs de proibirem todas as mulheres de trabalharem para ONGs.

A [International Federation of Social Workers](#)<sup>37</sup> deu continuidade ao trabalho social na Ucrânia, com cursos, grupos de apoio para crianças e adultos no [distrito de Kamianets-Podilskyi](#).

MSF denuncia energicamente o plano do governo israelense de [expulsar pela força a palestinos](#) da zona de Masafer Yatta, na Cisjordânia. Além de demolir suas casas, foram erguidos postos de controle, confiscados veículos e imposto toque de recolher. As equipes de MSF que trabalham na área testemunham como essas medidas afetam a liberdade de movimento dos residentes, sua saúde mental e sua capacidade de acessar serviços básicos, incluindo cuidados médicos.

## Desigualdade de gênero, saúde sexual e reprodutiva

A IFMSA, junto com a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia e a Associação Mundial de Estagiários em Obstetrícia e Ginecologia, publicou declaração sobre [aborto e contracepção](#) na educação médica, apoiando a inclusão dessas questões nas políticas de saúde sexual e reprodutiva e na educação de todos os estudantes de medicina.

A [CARE Iraque](#) tem fortalecido as campanhas de comunicação, via mídias sociais, para mudança de comportamento social. No Iraque, a estratégia é utilizada para ampliar o conhecimento sobre saúde materna, especialmente cuidados pré-natais.

---

<sup>35</sup><https://www.globalfamilydoctor.com/>

<sup>36</sup><https://www.care.org/>

<sup>37</sup> <https://www.ifsw.org/>

A [Progressive International](#)<sup>38</sup> publicou um artigo sobre os [desafios dos movimentos feministas da África para 2023](#), dado que a decisão da corte suprema dos Estados Unidos para derrubar a proteção federal do direito ao aborto terá repercussões jurídicas, políticas e de serviço público no continente africano todo. Os movimentos feministas da África terão que reinvestir em sua própria defesa da autonomia corporal, de acordo com o Protocolo de Maputo, um tratado adotado pela União Africana em 2003, para legalizar o aborto em determinadas condições. As mulheres não serão as únicas afetadas, mas também empurrará os cidadãos LGBTIQ para as margens.

CARE e Cargill renovam parceria para [apoiar mulheres na agricultura](#) durante o agravamento da crise global de fome. O programa Promovendo um Mundo Sustentável e com Segurança Alimentar, PROSPER, apoiará 11 projetos em dez países, incluindo Benin, Costa Rica, Costa do Marfim, Gana, Guatemala, Honduras, Indonésia, Peru, Filipinas e Vietnã. Com mais de 50% dos alimentos do mundo sendo produzidos por mulheres, o PROSPER se concentrará em três áreas principais: possibilitar o acesso das mulheres a mercados inclusivos para liberar maior produção, expandir os lucros da agricultura de pequena escala e garantir a segurança alimentar.

O recente relatório da CARE sobre [Violência Baseada em Gênero e Insegurança Alimentar](#) revela como a insegurança alimentar e a pobreza reforçaram o privilégio, o poder e o controle masculinos, por meio do casamento infantil. Essas condições desiguais para mulheres e meninas contribuíram para a pobreza das comunidades e aprofundaram a insegurança alimentar.

O [Conselho Internacional de Enfermeiras](#)<sup>39</sup> (ICN) e a Associação Canadense de Enfermeiras (CNA) estarão realizando o Congresso Internacional de Enfermeiras em Montreal, Canadá, de 1 a 5 de julho de 2023, que contará com uma sessão intitulada “Transformando a opressão em oportunidade para as mulheres em todo o mundo”.

[Consortium of Universities for Global Health](#)<sup>40</sup> disponibilizou um artigo sobre [intervenções de planejamento familiar](#) no projeto Youth Voices Agency and Access (YUVAA)-Índia. A YUVAA concentrou-se em anticoncepcionais reversíveis, garantindo a entrega ao domicílio de informações relacionadas ao planejamento familiar, por meio de uma abordagem que envolva igualmente homens e mulheres.

A [Women in Global Health](#)<sup>41</sup> tornou pública suas [prioridades políticas de Saúde Global para o ano de 2023](#): 1) 1. Liderança diversificada e com igualdade de gênero na saúde global com base na liderança transformadora de gênero; 2. Novo contrato social para mulheres trabalhadoras de saúde e assistência; 3. Cobertura universal de saúde sensível ao gênero (CUS); 4. Equidade de gênero na preparação e resposta a emergências de saúde; 5. Movimento e construção de alianças para a equidade de gênero na saúde global.

### **Doenças negligenciadas**

A WONCA registrou a passagem do [Dia Mundial das Doenças Tropicais Negligenciadas](#), celebrado em 30 de janeiro, lembrando que a Assembleia Mundial da Saúde reconheceu este dia para criar consciência sobre o impacto dessas doenças nas populações pobres.

---

<sup>38</sup> <https://progressive.international/>

<sup>39</sup> <https://www.icn.ch/>

<sup>40</sup> <https://www.cugh.org/>

<sup>41</sup> <https://www.womeningh.org/>

Governo holandês renova apoio a projetos da [Drugs for Neglected Diseases initiative](#) (DNDi) <sup>42</sup> sobre [doenças relacionadas à pobreza](#) que afetam desproporcionalmente as mulheres, com uma doação de 14 milhões de euros ao longo de cinco anos (2022-2027).

A DNDi publicou [artigo sobre as helmintíases](#), que estão entre os problemas de saúde pública mais persistentes. Roteiro da OMS destaca lacunas críticas e ações necessárias para atingir as metas da Agenda 2030, entre elas a necessidade de tratamentos mais eficazes. A DNDi divulgou o estudo sobre os desfechos cardiológicos a longo prazo em crianças após tratamento precoce da [doença de Chagas](#). Poucos estudos investigaram a eficácia clínica do tratamento da doença de Chagas, avaliando os eventos cardiológicos a longo prazo. Também foi destaque o estudo sobre a orientação do tratamento para crianças e idosos afetados pela [leishmaniose cutânea](#), haja vista a pequena representação desses grupos em ensaios clínicos.

[World Heart Federation](#)<sup>43</sup> chamou a atenção para a [eliminação da doença de Chagas como um problema de saúde pública](#), na matéria em que destaca seis compromissos para avançar nessa pauta: 1) Acesso ao diagnóstico, tratamento e atenção integral às pessoas que vivem com a doença; 2) Estimulo à pesquisa e desenvolvimento de ferramentas diagnósticas e terapêuticas; 3) Notificação compulsórias dos casos da doença e das complicações clínicas; recursos de treinamento e informação para trabalhadores da saúde e pessoas afetadas com a doença; 5) envolvimento multissetorial na prestação de cuidados; 6) manter atividades de promoção no Dia Mundial de Chagas.

Em 30 de janeiro, na comemoração do [dia mundial das doenças tropicais negligenciadas](#) (DTN), o assessor da Campanha de Acesso a Medicamentos de MSF declarou que as DTN, que afetam a sétima parte da população mundial, precisam de uma resposta global e um financiamento internacional urgente.

## Saúde mental

No dia 31 de janeiro, a WFPHA anunciou uma parceria com a Associação Psiquiátrica Mundial para discutir estratégias de superação da cisão entre saúde mental e saúde física, acrescentando que a [saúde mental é um problema de saúde pública](#) em todo o mundo.

A [World Federation for Mental Health](#)<sup>44</sup> divulgou o lançamento de seu Relatório Anual de 2022. A Federação pontua suas contribuições para a campanha [“Fazer Saúde Mental e Bem-estar para todos uma prioridade global”](#) que foi realizada através de eventos acadêmicos e culturais em 22 países do mundo (Brasil não incluso).

A [Mental Health Foundation](#)<sup>45</sup> divulgou que o tema da Semana de Conscientização sobre Saúde Mental 2023 será a [ansiedade](#). Essa escolha se deveu a dados divulgados de que um quarto dos adultos se sente extremamente ansioso. As causas da ansiedade advêm de vários fatores, desde vulnerabilidades econômicas até problemas pessoais.

Pesquisa realizada no Reino Unido informou que cerca de um terço dos britânicos tem dormido menos, devido a preocupações financeiras; um quarto deles tem encontrado amigos menos frequentemente; e poucos relatam se exercitar fisicamente ou praticar hobbies. A

---

<sup>42</sup> <https://dndi.org/>

<sup>43</sup> <https://world-heart-federation.org/>

<sup>44</sup> <https://wfmh.global/>

<sup>45</sup> <https://www.mentalhealth.org.uk/>

Mental Health Foundation analisa esses dados mostrando as [correlações que as dificuldades financeiras têm com a saúde mental e o bem-estar](#).

A Mental Health Foundation reportou que o Governo Britânico voltou atrás em sua proposta de um Plano Intergovernamental para a Saúde Mental. Segundo a Fundação, isso é um retrocesso, em vista que o governo irá [mesclar as demandas de saúde pública de saúde mental com as de condições crônicas de saúde](#), o que prejudicará a atenção aos diferentes grupos como jovens e crianças com transtornos mentais que não são indivíduos focais em políticas de condições crônicas de saúde (como câncer, questões cardiovasculares etc.).

### **Crises humanitárias**

A CARE *International* celebrou em dezembro de 2022 a decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre a [isenção humanitária](#) em todos os regimes de sanções da ONU, ou seja, as sanções aplicadas a Estados que representarem uma ameaça à paz e à segurança não podem impedir as agências de fornecer assistência humanitária.

O relatório anual “[Breaking the Silence](#)” da CARE destaca as dez crises mais “esquecidas” de 2022, todas em países africanos: *Angola* – 3,8 milhões de pessoas não têm o que comer; *Malawi* – 37% das crianças estão desnutridas; *República Centro-Africana* – 3,1 milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária; *Zâmbia* – 50 por cento das pessoas vivem com 1,90 dólares por dia; *Chade* – segunda maior taxa de mortalidade materna do mundo; *Burundi* – 50 por cento das crianças menores de cinco anos estão desnutridas; *Zimbábue* – 7 milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária; *Mali* – oitava maior taxa de mortalidade infantil do mundo; *Camarões* – 3,9 milhões de pessoas necessitadas; *Níger* – 4,4 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar aguda. Ressalte-se que todas essas crises estão relacionadas às mudanças climáticas.

A [seca na Somália](#) resultou na perda de milhões de gado e alimentos básicos que formam a espinha dorsal da vida da maioria das famílias. Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas em busca de comida, água e pasto. Milhares fugiram do país para países vizinhos, como o Quênia.

Na Zâmbia, 22 distritos estão inundados por chuvas acima da média [provocadas pelas mudanças climáticas](#). Relatório recente da Unidade de Gestão e Mitigação de Desastres da Zâmbia (DMMU) projetou que 78 distritos em todas as 10 províncias da Zâmbia correm alto risco de inundações.

No dia 21 de dezembro, [The World Medical Association](#)<sup>46</sup> (WMA) fez um [chamado para ação urgente sobre a crise humanitária na Armênia](#) que deixou mais de 120.000 civis sem assistência médica e milhares de pessoas sem receber alimentos, devido ao bloqueio de ajuda para os armênios que vivem na República de Nagorno Karabagh.

### **Doenças crônicas não transmissíveis**

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) continuou a promover a [saúde da visão de pessoas com diabetes](#) por meio da colaboração com especialistas em retina, organizações não governamentais e a indústria.

---

<sup>46</sup> <https://www.wma.net/>

NCD Alliance<sup>47</sup> publicou notícia em que destacada “as organizações da sociedade civil saúdam a expulsão da gigante do tabaco Philip Morris da Medicago Inc, a corporação envolvida na maior colaboração de vacinas COVID-19 do Canadá, apoiada pelo governo. A notícia se segue à rejeição da vacina Medicago Covifenz pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2022, devido aos vínculos da corporação com a indústria do tabaco”. Na notícia a [organização convoca todos os governos a rejeitar parcerias com a indústria do tabaco](#).

### **Crise climática**

A Public Citizen<sup>48</sup> em conjunto com mais 75 grupos de defesa ambiental pediu, em 20 de dezembro, ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos que avalie como a [mudança climática está prejudicando aos consumidores de seguros](#). Enquanto a crise climática se intensifica, a indústria de seguros está forçando os consumidores mais vulneráveis a pagar a conta, aumentando o custo das prestações, reduzindo a cobertura e abandonando comunidades inteiras, especialmente em áreas atingidas pelas mudanças climáticas.

A WONCA publicou uma declaração sobre o impacto ambiental das terapias inalatórias. Se poluição do ar é um fator de risco bem conhecido para doenças respiratórias, também as terapias inalatórias usadas para tratar essas condições também podem contribuir para as mudanças climáticas. A declaração está acessível [aqui](#).

O Greenpeace Brasil<sup>49</sup> relatou que o [Pacote do Veneno](#) foi aprovado pela Comissão de Agricultura (CRA) do Senado brasileiro. Segundo a ONG, o Brasil é um dos líderes globais em uso de agrotóxicos e os danos à saúde pública têm sido excluídos da tramitação do projeto, não tendo passado pelas comissões do Senado que analisam os riscos socioambientais do texto.

Greenpeace Brasil ressalta que, mesmo após 4 anos do [crime da Vale em Brumadinho](#), as vítimas continuam enfrentando graves consequências ambientais, não só com sua água contaminada com superbactérias, mas também com a poluição do solo e do ar.

### **Cobertura universal de saúde**

Na passagem do dia 12 de dezembro, a International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA)<sup>50</sup> registrou o [Dia Internacional da Cobertura Universal de Saúde](#), estabelecido em 2017, quando a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução para instar os países a alcançar a cobertura universal de saúde.

A DNDi divulgou um documento com as intervenções realizadas na [152ª sessão do Conselho Executivo da OMS](#), destacando a necessidade de reorientar os sistemas de saúde para os cuidados primários de saúde como base resiliente para a cobertura universal de saúde e a necessidades de maior coordenação para garantir o acesso equitativo a novos tratamentos e tecnologias.

---

<sup>47</sup><https://ncdalliance.org/>

<sup>48</sup> <https://www.citizen.org/>

<sup>49</sup> <https://www.greenpeace.org/brasil/>

<sup>50</sup> <https://ifmsa.org/>

## Segurança alimentar

A [CARE Gana](#) implantou o uso de campanhas de comunicação, em mídia social, para a mudança de comportamento visando a melhorar o estado nutricional de mulheres em idade reprodutiva e crianças menores de 2 anos na região central de Gana.

A [CARE destacou](#) um projeto piloto lançado em 2022 com a myAgro para ajudar os pequenos agricultores da área de Ludewa, na Tanzânia, incluindo: acesso a bons insumos agrícolas, treinamento agrônomo, vínculo a mercados e segurança alimentar.

Consortium of Universities for Global Health divulgou artigo sobre [o consumo de alimentos altamente processados](#). Esses alimentos contribuem para o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que são as principais causas de mortalidade e morbidade no mundo. É necessário reduzir o consumo desses produtos e interromper a sua comercialização nos hospitais.

## Força de trabalho em saúde

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN) reiterou suas preocupações sobre enfermeiros em países de baixa renda sendo alvo de recrutamento por nações mais ricas. O ICN acredita que todos os países, especialmente os de alta renda, devem almejar a autossuficiência na criação de enfermeiros suficientes para atender às necessidades de suas populações.

O Consortium of Universities for Global Health divulgou uma série de estudos de casos clínicos, [Raciocínio sem Recursos](#), inspirados em situações reais da zona rural de Uganda. Trata-se de um material pedagógico destinados a médicos que atuam em territórios com poucos recursos, residentes de Medicina de Família e estudantes de medicina com interesse em saúde clínica global. A série é baseada na premissa de que os livros de medicina modernos são incompatíveis com as demandas da maioria dos hospitais do mundo.

## Governança em saúde e tratados de saúde

No dia 18 de janeiro, a WFPHA divulgou uma reflexão sobre a [importância de construir confiança entre as pessoas](#) para poder se enfrentar os problemas de saúde pública, assinada por Ilona Kickbusch, professora do Graduate Institute of International and Development Studies, em Genebra.

No dia 13 de dezembro, a WFPHA publicou uma nota, afirmando a importância do [Órgão Intergovernamental de Negociação \(INB\)](#), criado pela OMS para discutir novos instrumentos de prevenção e controle de pandemias, e destacando sua participação em prol de uma abordagem baseada nos direitos humanos e na equidade. No dia 13 de janeiro, a WFPHA atualizou as informações sobre o andamento dos [trabalhos do INB](#).

A presidente do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN), Pamela Cipriano, pediu aos governos que tomem medidas ousadas [para fortalecer os sistemas de saúde](#) e aumentar os recursos em uma tentativa de minimizar as ameaças que podem impedir a realização da Saúde Universal (UHC) até 2030.

A [Framework Convention on Global Health Alliance](#)<sup>51</sup> deu início a uma petição para que Governos, Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde comecem um processo de negociação de um tratado global sobre o direito à saúde, a [Convenção-Quadro sobre Saúde](#)

---

<sup>51</sup> <https://fcghalliance.org/>

**Global (FCGH).** Segundo a petição, a FCGH deveria estabelecer padrões claros e novos mecanismos para: implementar princípios-chave dos direitos humanos na saúde, incluindo igualdade, participação, responsabilidade, e cooperação e assistência internacional, e; assegurar a responsabilidade pelo direito à saúde em todos os setores e para todos os atores, e de nível local a global. Acesse para assinar a [petição](#). No dia 21 de fevereiro haverá uma conferência online sobre o tema.

### **Mobilizações para a 76ª Assembleia Mundial de Saúde**

Atenta aos preparativos para a 76ª Assembleia Mundial de Saúde, a NCD Alliance publicou um [relatório](#) com informações e mensagens chave de advocacy sobre os itens relevantes da agenda provisória EB152 (EB152/1 anotada), construído pela comunidade da sociedade civil de DCNT. Destacam a importância de envolver pessoas que vivem com DCNT no desenvolvimento e planejamento das políticas.

A World Heart Federation em parceria com a FCGH, Federação Internacional de Diabetes, entre outras sete organizações, também enviou declaração para a reunião do 152ª reunião do Conselho Executivo da OMS, com recomendações para o alcance de [sistemas de saúde mais resilientes](#), e, com outras nove organizações, para acelerar [o progresso da Cobertura Universal de Saúde](#), visando alcançar as metas do ODS 3.

### **Emergências de Saúde Pública**

A [Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública](#)<sup>52</sup> (IANPHI) parabenizou ao Instituto Nacional de Saúde Pública da Zâmbia pela [inauguração](#) do seu novo Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública, que conta com apoio do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos.

A [WADDEM](#)<sup>53</sup> publicou um artigo sobre "[A preparação para emergências dos centros de atenção primária à saúde \(PHCCs\) na Faixa de Gaza: uma avaliação das competências dos provedores de atenção primária e da preparação das instalações](#)". O estudo conclui que os provedores de cuidados primários carecem de competências adequadas para resposta de emergência, e muitos PHCCs carecem de infraestrutura para apoiar a Atenção Primária de Emergência (PEC).

### **Genocídio indígena**

Greenpeace Brasil fez um alerta para o genocídio indígena que está ocorrendo em [território lanomami](#). A fome, a violência e a contaminação por mercúrio são fatores gerados pelo garimpo ilegal que aumentou nessas terras em 1.963% entre 2019 e 2021. O Greenpeace é categórico em afirmar que o governo federal anterior foi leniente e deixou a catástrofe se expandir para centenas de mortes e doentes.

### **Desigualdade econômica**

A [Oxfam Brasil](#)<sup>54</sup> divulgou relatório em que constata que [a desigualdade global está cada vez mais aguda](#). O 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada de 2020 a 2022 – cerca de US\$ 42 trilhões -, seis vezes mais que os outros 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiram no mesmo período. Segundo a organização um imposto anual

---

<sup>52</sup> <https://www.ianphi.org/>

<sup>53</sup> <https://wadem.org/>

<sup>54</sup> <https://www.oxfam.org.br/>

de até 5% sobre esses super-ricos poderia arrecadar US\$ 1,7 trilhão por ano, o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza; financiar as ajudas humanitárias em todo o mundo; por em prática um plano de 10 anos para acabar com a fome no planeta; apoiar os países mais pobres que estão sendo devastados pelos impactos climáticos; e ainda garantir saúde pública global e proteção social para todos que vivem em países com baixa e média rendas.

### **Liberação de patentes**

Em dezembro, The People's Vaccine se manifestou contra a decisão do governo dos Estados Unidos de [adiar os acordos da World Trade Organization \(WTO\)](#) sobre a liberação de patentes de tratamentos e testes para a COVID-19, uma decisão que custará muitas vidas em países de baixa e média renda. Mais de [170 organizações fizeram um chamado à WTO](#) para liberar as patentes antes de finalizar 2022, como uma segunda chance para fazer uma diferença após do fracasso com as vacinas.

### **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado**

#### **Vacinação**

Bill and Melinda Gates Foundation<sup>55</sup> divulgou texto que apresenta que as desigualdades em saúde provocam a morte de crianças em países de média ou baixa renda por infecções simples. Como solução, propõe que as gestantes sejam imunizadas, gerando um processo de imunização passiva para os bebês. Para isso, é necessário que a ciência se debruce sobre vacinas e medicamentos que possam ser utilizados por gestantes. A Fundação anunciou então novas doações para apoiar o desenvolvimento de [duas vacinas promissoras para gestantes](#) de combate ao RSV e GBS.

A GAVI, The Vaccine Alliance<sup>56</sup> anunciou o lançamento do INFUSE 2.0, [O desafio de US\\$ 500 milhões](#), para ampliar inovações em imunização. INFUSE é um centro de escala de inovação que combina investidores com inovadores e empreendedores para ajudar a expandir novas formas de melhorar a cobertura vacinal em países de baixa renda.

A GAVI alertou sobre as consequências da [reação da vacina contra o sarampo na Ucrânia](#). Uma falsa atribuição de meningite bacteriana à vacina contra o sarampo na Ucrânia em 2008 levou a mais de 130.000 casos de sarampo, 40 mortes e quase US\$ 140 milhões em danos econômicos em todo o mundo. Também anunciou um estudo sobre as [vacinas bivalentes COVID e sua eficácia contra a OMICRON](#). Além disso, destacou como a [vacinação no Paquistão](#) foi crucial para conter o risco de hepatite, ante as enchentes e deslocamentos de pessoas e desabrigados.

A GAVI também destacou que 2023 o [programa de erradicação da pólio](#) tem que manter o foco e conseguir se adaptar em meio a emergências humanitárias. Trata-se de um ano crítico para o esforço global de erradicação da pólio, em que toda a transmissão restante do poliovírus globalmente está programada para ser totalmente interrompida, de acordo com a Estratégia de Erradicação da Pólio GPEI 2022-2026.

A GAVI discutiu o desafio dos pesquisadores para o [desenvolvimento das vacinas nasais](#) contra a COVID-19, que prometem parar o vírus antes que chegue aos pulmões. Ainda sobre a

---

<sup>55</sup> <https://www.gatesfoundation.org/>

<sup>56</sup> <https://www.gavi.org/>

COVID-19, destaca que [a parceria de entrega de vacina](#) impulsiona vacinação em Serra Leoa com a doação de US\$ 2,8 milhões.

A Rockefeller Foundation<sup>57</sup> destacou, por outro lado, a importância de aprimorar a capacidade de manufatura de [vacinas](#) na África com o propósito de aprimorar a preparação para futuras pandemias, melhorar a segurança no abastecimento de vacinas e afrontar melhor as endemias. Sendo necessário o suporte de diversos stakeholders e doadores que permitam dar sustentabilidade à iniciativa. A Rockefeller Foundation, também destacou [a iniciativa Equity-first Vaccination Initiative](#) para apoiar mais de 100 organizações baseadas na comunidade nos Estados Unidos para melhorar o acesso a vacinas

### **Crise climática**

A GAVI alerta que [a crise climática na África é uma crise de saúde](#), com a elevação de riscos crescentes para a saúde, face ao aumento das temperaturas e das mudanças nas condições climáticas.

Sobre a crise climática e a crise alimentar, a Wellcome Trust destacou a participação no [Weforum](#), juntamente com a Fundação Rockefeller, sobre os devastadores impactos das mudanças climáticas na saúde e sobre o que é possível fazer para mitigar estes efeitos. Mencionou também a importância da iniciativa [Net Zero](#), para mitigar as emissões de carbono, e limitar os efeitos na saúde da população.

Nesse sentido, destacou o lançamento de prêmios e financiamento a pesquisas sobre os [impactos](#) das mudanças climáticas na saúde da população, que coloquem destaque nos impactos nas comunidades. A Wellcome Trust destacou a importância de produzir maiores [evidências](#) sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde da população e tomar melhores e rápidas decisões, como financiar o desenvolvimento de [ferramentas](#) tecnológicas que permitam identificar e notificar sobre o risco de surtos de cólera ou outras doenças associadas às mudanças climáticas.

A Wellcome Trust destacou a importância dos [estudos longitudinais](#) no rastreamento dos efeitos das mudanças climáticas na saúde das pessoas a longo prazo, e anunciou o lançamento de uma nova chamada para [financiamento](#) de pesquisas sobre o impacto das mudanças climáticas na saúde e o desenvolvimento de novas [diretrizes](#) mais inclusivas para incorporar pesquisas em soluções em saúde mais equitativas.

### **Acesso equitativo a serviços de saúde**

A Rockefeller Foundation destacou que no Grupo de Trabalho de Saúde em Kerala, Índia, foi discutido como pode-se apoiar o acesso equitativo à saúde com enfoque na prevenção da pandemia e aprimorando a detecção e respostas a ameaças de doenças infecciosas agravadas pela mudança climática, visando acelerar a transição para um sistema de saúde mais resiliente. Destacou também a importância da [vigilância](#) em águas residuais para identificação oportuna e custo efetiva de doenças como parte de uma melhor preparação para o enfrentamento de pandemias.

A Rockefeller Foundation destacou a participação no [Fórum Global](#) de Energia do Painel do Conselho do Atlântico, onde foi discutido o Acelerador de Transição Energética.

---

<sup>57</sup> <https://www.rockefellerfoundation.org/>

A Rockefeller Foundation destacou também a importância de entender melhor os custos de produção para construir um melhor [sistema alimentar](#) mais rentável e sustentável, assim como a participação juntamente com o Programa Mundial de Alimentos para expandir o acesso a [alimentação escolar](#) para milhões de crianças.

A Wellcome Trust também destacou o lançamento da Ideathon para junho do 2023, em London, visando identificar soluções para urgentes desafios na saúde da população. A Wellcome Trust mencionou que foi lançado o [investimento](#) em um milhão e meio de libras apoiando Pesquisa de Descoberta na vida, saúde e bem-estar, e visando tomar ações urgentes sobre o clima, saúde mental e doenças infecciosas.

## **Doenças infecciosas**

GAVI, The Vaccine Alliance apresentou uma série de artigos sobre doenças infecciosas, com destaque para a descoberta de uma técnica eficaz para prever a idade dos mosquitos [vetores da malária](#), que pode auxiliar no controle da disseminação da doença. Outro artigo salienta porque [a cólera continua a ameaçar muitos países africanos](#), face ao agravamento das situações de higiene e saneamento nas áreas urbanas.

Há também uma advertência sobre [vírus de primatas africanos semelhantes ao ebola](#) que poderão se espalhar para humanos. Os riscos de transmissão de doenças animal-humano aumentam cada vez mais, ante a crescente invasão das populações humanas no espaço dos animais selvagens. A GAVI alerta ainda que uma [tripledeemia de vírus](#) está alimentando um surto de pneumonia ( RSV, influenza e COVID-19), sobrecarregando hospitais em muitos países.

A GAVI destacou uma reflexão sobre como a [dieta e estilo de vida podem fortalecer o sistema imunológico](#) e o que precisamos fazer diariamente para ajudar o nosso sistema imunológico e combater infecções. Também compartilhou uma explicação sobre possíveis causas de um [recente aumento de estreptococos A e escarlatina](#). A GAVI divulgou alerta sobre [as vacinas de rotina e o impacto extraordinário na hepatite B](#). A hepatite B mata mais pessoas a cada ano, do que a AIDS e doenças a ela relacionadas, mas existe uma vacina eficaz e deve ser garantida o amplo acesso a todas as crianças. A GAVI advertiu ainda que [as infecções fúngicas estão ficando cada vez mais perigosas](#) e se apresenta como uma preocupação global, com potencial para elevar o número de óbitos.

Sobre doenças infecciosas, a Wellcome Trust<sup>58</sup> destacou o seu [trabalho](#) no apoio à prevenção de doenças infecciosas, como para desenvolver melhores métodos para prevenir e limitar o avanço de [doenças](#) transmitidas por mosquitos.

Também a Global Fund destacou a importância do screening digital para identificar pessoas com Tuberculose e tratar o maior número de pessoas. Por outra parte, a Wellcome Trust destacou que a primeira vacina contra a Malária tem atingido mais de um milhão de crianças em Ghana, Kenia e Malawi, reduzindo significativamente as ameaça contra a vida a causa da Malária.

O Global Fund<sup>59</sup> destacou a atuação de [trabalhadores comunitários da saúde](#) na Tanzânia, na luta contra a Malária em suas comunidades, assim como o avanço do acesso à quimioterapia e a prevenção principalmente em crianças. De igual forma, aponta o avanço no acesso a tratamento para o HIV com antirretrovirais na Uganda, o trabalho da educação por

---

<sup>58</sup> <https://wellcome.org/>

<sup>59</sup> <https://www.theglobalfund.org/en/>

pares no aconselhamento a jovens com HIV para melhorar a adesão ao tratamento em Sudão, o trabalho de jovens na Quênia para o combate ao HIV e a reunião de colaboração de 12 países para aprimorar o combate contra o HIV em crianças na África.

## **Pandemia**

A GAVI alerta acerca da [COVID-19 em 2023 e dificuldade em prever a tendência do vírus 3 anos depois](#), pois uma coisa é certa a pandemia ainda não acabou. Em outro documento, explica como a [COVID-19 pode atrapalhar o sono e os sonhos](#) e o que poderia ser feito para mitigar tais problemas. Também alerta que os [casos mais longos e graves de COVID-19](#) tiveram um efeito brutal na força de trabalho e explica a possível similitude entre a [Síndrome da fadiga crônica e os casos de COVID-19](#) mais graves e de longa duração.

## **Qualidade da produção científica**

A Bill and Melinda Gates Foundation publicou um artigo criticando os [estudos científicos “pouco informativos”](#). Segundo a Fundação, apenas 5% dos estudos envolvendo testes de medicamentos para COVID-19 incluíram pessoas em número suficiente em suas amostras para gerar um resultado validado estatisticamente. Ainda cita outro estudo norte-americano que revela que apenas 26% dos ensaios clínicos relacionados a doenças cardíacas, diabetes e câncer de pulmão tiveram resultados informativos.

## **Financiamento**

Bill and Melinda Gates Foundation divulgou sua [carta anual aberta](#) sobre o ano de 2022 e o que espera para 2023. A previsão de fundos da Fundação para o ano de 2023 terá um aumento de 15% em relação ao ano anterior, atingindo um orçamento de 8.3 bilhões de dólares. Ao analisar as críticas à capacidade da Fundação influenciar a agenda para a saúde e o desenvolvimento global, o conselho de curadores destaca que são guiados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## **Doenças negligenciadas**

GAVI, The Vaccine Alliance comunica a descoberta no Sri Lanka de uma [resposta caseira para o flagelo da picada de cobra](#), que causa 60.000 mortes por ano em todo o mundo é perfaz um problema de saúde negligenciado.

GAVI, The Vaccine Alliance fez um relatório sobre a união com outras duas organizações, a Unilever Lifebuoy e The Power of Nutrition, em um [programa tripartido de imunização, lavagem das mãos e nutrição](#) no combate a doenças que poderiam ser evitáveis. A higiene inadequada das mãos, a desnutrição e as doenças infecciosas causam, todos os anos, milhões de mortes infantis evitáveis e contribuem para um ciclo vicioso de problemas de saúde, crescimento atrofiado, pobreza e exclusão.

GAVI, The Vaccine Alliance alerta acerca dos cuidados com a pesca. As comunidades pesqueiras do lago Turkana no Quênia estão atentas na prevenção de doenças. Agentes de saúde pública estão monitorando as praias e mercados para garantir que os “corredores” dos comerciantes de peixe não se transformem em [estradas epidêmicas](#).

## **Saúde materno-infantil**

GAVI, The Vaccine Alliance ressalta a [importância da amamentação infantil, com o exemplo do acampamento de Wassa IDP na Nigéria](#). Na Nigéria, uma minoria de mães

amamenta exclusivamente seus bebês, mas as mulheres que vivem nos acampamentos de pessoas deslocadas internamente (IDP) no Território da Capital Federal da Nigéria estão descobrindo que podem ajudar a proteger seus filhos com a amamentação.

## **Eventos**

### **Promoção da saúde e prevenção de doenças**

Em 25 de janeiro de 2023, a Rede Europeia da IANPHI organizou um [webinar](#) sobre a priorização da promoção da saúde e prevenção de doenças. Neste webinar, os líderes dos INSP da Estônia, Suécia, Finlândia, Alemanha e Holanda compartilharam as experiências de seus institutos para melhorar a promoção da saúde e a prevenção de doenças em nível nacional, incluindo a obtenção de recursos dentro do processo orçamentário.

### **Institutos nacionais de saúde pública africanos**

A IANPHI África organizará o [webinar](#) intitulado “A ascensão dos institutos nacionais de saúde pública africanos e as lições aprendidas com o envolvimento das partes interessadas em sua operacionalização”, que será realizado em 7 de fevereiro.

### **Saúde global**

A Associação Mundial de Medicina de Emergência e Desastres<sup>60</sup> (WADDEM) convida para o seu [congresso](#) a ser realizado entre 9 a 12 de maio de 2023 na Irlanda com o tema “Complexidade e continuidade: cuidar, enfrentar e superar em um mundo cada vez mais desafiador”.

Consortium of Universities for Global Health informou que em 31 de janeiro foi realizado um [Webinar CUGH Cancer Cervical](#): O que podemos fazer para enfrentar essa tragédia global?

Consortium of Universities for Global Health divulgou o [podcast melhorando a saúde global em todas as disciplinas](#) com Keith Martin, MD - como podemos reformar a saúde global para sermos mais eficazes, equitativos e impactantes ao lidar com as ameaças globais contemporâneas.

### **Crise climática**

International Hospital Federation divulga a [6ª Conferência Asiática de Hospitais Verdes](#) de 01 à 03 de fevereiro de 2023 na Índia, cujo tema é Equidade em saúde e mudanças climáticas: Liderança em saúde para descarbonização, resiliência e recuperação.

### **Considerações Finais**

As manifestações, em geral, adotam um tom de alerta sobre os principais problemas que persistem e preocupam as OSC. A experiência da pandemia e suas consequências repercutem na atenção vigilante em relação à vacinação e à propagação de velhas e novas doenças. A intervenção diante dos conflitos e guerras visam proteger as instituições que prestam socorro e assistência às vítimas, além do apelo pela paz. E no cenário de múltiplas crises vivenciadas nos últimos anos, a saúde mental desponta como problema de saúde pública mundial. Em suma, as temáticas são variadas, sendo evidente a sua permanência de no campo de interesse e atuação das OCS.

---

<sup>60</sup> <https://wadem.org/>

**Sul Global**  
**(UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul)**

**Regina Ungerer**

**Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

**Destaques do UNOSSC entre 01 de dezembro de 2022 a 06 de fevereiro de 2023**



**Sra. Dima Al-Khatib**, nomeada nova diretora do UNOSSC e assumirá suas funções no dia 01 de março de 2023.

Ela é originária do Líbano e seus estudos foram na área da Saúde Ambiental. Dima é uma profissional da área de desenvolvimento sustentável com mais de 25 anos de experiência em liderança e gerenciamento em vários postos de trabalho. Nos últimos quatro anos, Dima Al-Khatib serviu como Representante Residente do PNUD na

República da Moldávia.

Antes disso, ela foi Coordenadora de Programas e Políticas no Centro Regional do PNUD em Amã, Vice Representante Residente do PNUD no Kuwait e Vice-Diretora do PNUD na Líbia.

**South-South Galaxy**

Já mencionado em informes anteriores, o South-South Galaxy é uma plataforma global de intercâmbio de conhecimento e de parcerias, apoiada pelo UNOSSC, agências da ONU e parceiros para o desenvolvimento. Opera como um balcão único de soluções, com o objetivo de conectar as plataformas existentes de compartilhamento de conhecimento Sul-Sul, em diversas áreas, tornando mais fácil para os parceiros do Sul acessar, navegar e encontrar soluções e experiências relevantes, voltadas para parceiros do Sul e o sistema da ONU.

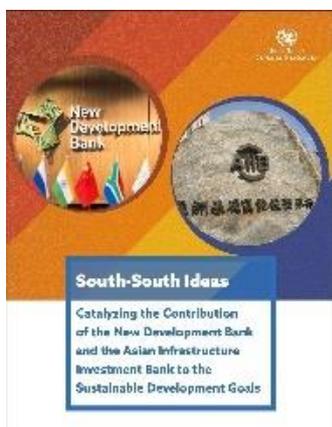
**Alguns destaques do South-South Galaxy entre 01 de dezembro de 2022 a 06 de fevereiro de 2023**



1) Eliminação da transmissão de HIV e sífilis de mãe para filho na Tailândia por meio da Cooperação Sul-Sul. Ligado ao ODS 3

A eliminação da transmissão de mãe para filho do HIV e da sífilis na Tailândia está sendo atribuída ao encontro entre ciência, medicina e compromisso político. Através da agenda de Cooperação Sul-Sul e Triangular do governo gerida pela Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), órgão do Ministério das Relações Exteriores, o governo tem compartilhado sua experiência, conhecimento e expertise técnica com outros

países globalmente. Desde 2017, a TICA tem tido a UNICEF, o Departamento de Saúde, o Departamento de Controle de Doenças, a UNAIDS, a OMS, o TUC (uma colaboração do Ministério da Saúde Pública da Tailândia com o Centro de Controle de Doenças dos EUA), além de especialistas independentes e organizações civis, resultando em um conjunto abrangente de conhecimento técnico, experiência, insumos, percepções e recursos. Por meio das iniciativas de Cooperação Sul-Sul da Tailândia, vários países em todo o mundo tiveram a chance de aprender com a experiência da Tailândia e receber apoio para adaptar soluções ao seu contexto. Estes incluem China, Índia, Cazaquistão, Myanmar, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.



2) Documento Ideias Sul-Sul: [Catalisando a contribuição do novo Banco de Desenvolvimento e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura para os ODS](#). Esses dois bancos trazem uma abordagem asiática para a cooperação Sul-Sul baseada no desenvolvimento de infraestrutura para catalisar a industrialização, estimular o crescimento econômico e, ajudar os países a alcançar seus ODS.

3) Boa prática Sul-Sul: [Contribuindo para o ODS16, PNUD Egito está usando a Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento de capacitação para prevenir, gerenciar e resolver conflitos e desafios em prol da paz e segurança na África](#).



Este destaque baseia-se em um relatório do Banco Mundial e da ONU de 2018 que afirma que, devido à ausência de ações concretas, mais da metade das pessoas que viverão na pobreza em 2030 serão de países afetados por conflitos violentos. Isso certamente poderia se aplicar à África. O continente vem testemunhando uma enorme recaída em conflitos e tensões. Além

disso, seis dos dez países que agora representam mais de 75% da população mundial de refugiados, estão na África. O conflito armado tornou-se mais prolongado, complexo e mortal. A fragilidade de Estados, a proliferação de grupos armados não estatais e as ameaças não convencionais, como os desastres climáticos e epidemias de doenças, estão entre os vários desafios que impedem e retardam o desenvolvimento humano e econômico nas regiões árabes e africanas.

À luz destes desafios, e com base em uma análise abrangente da evolução de ameaças na África e com capacidade reduzida para prevenir conflitos e manter a paz, a comunidade internacional destaca a importância da prevenção e abordando as raízes dos conflitos. O PNUD e seus parceiros apoiam o Centro Internacional do Cairo para Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Consolidação da Paz (CCCPA), um centro africano de excelência para treinamento e capacitação para aumentar as possibilidades africanas para prevenir, gerenciar e resolver conflitos, e para combater conflitos transnacionais ameaças e desafios à paz e segurança africanas.

4) [Consolidação dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe utilizando a metodologia Escolas Sustentáveis para fortalecer e consolidar programas de alimentação escolar](#)

A região da América Latina e do Caribe enfrenta muitos desafios na área da segurança alimentar. De acordo com o Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2021, durante a pandemia da COVID-19, a fome afetou um total de 59,7 milhões de pessoas. Além disso, 40% dos habitantes da região, ou 267 milhões de pessoas, vivenciaram algum tipo de insegurança alimentar de moderada a grave, em 2020. Enquanto isso, também aumentou o número de pessoas obesas e com sobrepeso, incluindo crianças menores de 5 anos. Dados do [UNICEF de 2021](#) mostram que quase quatro milhões de crianças estão acima do peso na região.

Estes números refletem a falta de acesso a dietas saudáveis e a baixa qualidade dos alimentos, principalmente entre as populações mais vulneráveis, em um contexto de aumento dos preços dos alimentos. Para reverter esse cenário, é necessário fortalecer os programas nacionais de alimentação escolar que atendem 85 milhões de alunos por dia na região.

### **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>61</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>62</sup>, Paris (UNESCO)<sup>63</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>64</sup>, Viena (UNIDO)<sup>65</sup> e Washington ((G-24)<sup>66</sup>.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba.

### **Destaques do G-77 entre 01 de dezembro de 2022 e 06 de fevereiro de 2023**

Neste período, o G-77 e a China participaram de 20 reuniões da AGNU.

#### **New York, 05 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa para 2023: Planejamento de investimentos de capital no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O grupo reconhece que o presente relatório está sendo apresentado de acordo com o endosso da Assembleia Geral às recomendações da ACABQ sobre a necessidade de ter informações abrangentes sobre gastos globais em todo o secretariado, incluindo gastos de capital em TIC e ações abrangentes para lidar com a segurança cibernética.

O gasto médio anual com TIC entre 2017 e 2021 foi da ordem de US\$ 773 milhões; com 28% dos gastos relacionados com postos de trabalho e 24% dos gastos relacionados a serviços

---

<sup>61</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>62</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>63</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>64</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>65</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>66</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

contratuais. No entanto, consideramos que estes valores não capturam completamente os gastos com TIC em toda a organização e esperamos ter dados mais abrangentes nos próximos relatórios.

Em relação a avaliação dos equipamentos de TI, o grupo considera apropriado revisar o ciclo de vida dos ativos de forma a estabelecer uma média de vida útil para diferentes tipos de equipamentos em diferentes localidades, dependendo de ambientes ou condições operacionais.

No que diz respeito à segurança cibernética, o grupo observa que, após uma avaliação abrangente, a arquitetura exata da tecnologia e o portfólio para o programa de segurança cibernética para 2024 a 2028 serão determinados em 2023; que abordará esta questão de forma holística e com um roteiro de implementação para a 78ª sessão da AGNU.

Observamos e apreciamos a aplicação da lição aprendida de outros projetos de construção ao projetar a infraestrutura de TI para a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCA), Comissão Econômica para África (ECA) escritório da ONU em Genebra e escritório da ONU em Nairóbi que possa garantir uma conectividade mais forte e backups nas operações.

#### **New York, 05 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os itens 138 e 151 da agenda: Proposta de orçamento-programa 2023: Progresso no projeto de planejamento de recursos empresariais (UMOJA), no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O Grupo aprecia o papel da UMOJA<sup>67</sup> como sendo um dos elementos-chave da reforma e modernização administrativa. Promove a simplificação de processos, gerenciamento orientado a dados e interoperabilidade entre diferentes sistemas de suporte, incluindo gerenciamento de projetos, recursos humanos, cadeias de suprimentos e planejamento estratégico.

Observa-se as transformações na gestão do capital humano, novo modelo de processo de folha de pagamento; análise orçamentária comparativa na solução de formulação orçamentária; e desembaraço alfandegário simplificado e manuseio de remessas. Houve integração do UMOJA com outros sistemas e com o sistema de Fundo de Pensões das Nações Unidas, que está em desenvolvimento. Houve também melhoria na segurança cibernética e implantando um estado de solução de alta disponibilidade de última geração.

O Grupo também observou que as recomendações pendentes do Conselho de Auditores foram reduzidas de 60 para 23. Em seu décimo primeiro e último relatório anual de progresso sobre a implementação do Sistema de Planejamento de Recursos Empresariais das Nações Unidas, o Conselho de Auditores observou que o UMOJA continua sendo um facilitador essencial para a modernização e reformas na administração das Nações Unidas.

#### **New York, 05 de dezembro de 2022**

---

<sup>67</sup> UMOJA é uma solução única e global que permite o gerenciamento eficiente e transparente dos recursos financeiros, humanos e físicos das Nações Unidas e melhora os resultados programáticos

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa 2023: Estimativas relacionadas ao estabelecimento do escritório das Nações Unidas para a Juventude durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O Grupo parabeniza os esforços do Secretário-Geral para aumentar ainda mais o perfil da agenda jovem no sistema da ONU e por avançar na institucionalização desta agenda para a juventude por meio de sua recomendação no relatório Nossa Agenda Comum.

O Grupo reconhece a importância dos jovens de hoje, que são a maior, mais interconectada e mais instruída da história, com 1,6 bilhão de jovens vivendo principalmente no Sul global. Ao mesmo tempo, o G-77 e a China reconhecem o importante papel que os jovens desempenham no enfrentamento das crises multifacetadas de hoje que afetam desproporcionalmente suas vidas, seus meios de subsistência e seu futuro.

O Grupo considera válida e realista a proposta do Secretário-Geral, em termos de recursos e capacidades necessárias para o estabelecimento do Escritório da Juventude da ONU e o cumprimento de seu mandato conferido pelos Estados Membros.

O Grupo incentiva que os Estados Membros trabalhem produtivamente com o novo Escritório da Juventude da ONU, com o objetivo de capacitar e melhorar a vida dos jovens como um segmento demográfico chave para o avanço dos princípios e propósitos da Carta da ONU, e capacitá-los para serem os condutores da agenda de Desenvolvimento Sustentável.

#### **New York, 08 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa 2023: - pedido de subvenção ao tribunal especial para o Líbano para 2023 no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O Grupo destaca o Governo do Líbano por honrar sua obrigação financeira acordada com o Tribunal Especial desde a sua criação em 2007. No entanto, o Governo do Líbano tem testemunhado uma crise socioeconômica e financeira sem precedentes, resultando na inadimplência das dívidas do país, pela primeira vez em sua história, bem como suas contribuições ao Tribunal. Estas circunstâncias deixaram o Governo do Líbano incapaz de cobrir sua parcela de 49% das contribuições ao orçamento do tribunal.

Apesar da subvenção concedida pela AGNU para 2022, o Tribunal enfrentou um déficit significativo de recursos no primeiro semestre do ano. A fim de evitar uma liquidação prematura do Tribunal no início de 2022, o Governo do Líbano, apesar de seus desafios econômicos, empreendeu esforços significativos para suprir com US\$ 900.000 como parte de sua contribuição estimada. O Tribunal continuou com seus esforços de arrecadação de fundos e, com o benefício adicional do plano de conclusão, conseguiu levantar fundos suficientes para permitir que continuasse suas operações até o final de 2022.

Apesar dos esforços significativos de arrecadação de fundos, as contribuições voluntárias para o Tribunal continuaram diminuindo ao longo dos anos e até o momento, não havia contribuições previstas para 2023.

O Grupo também observou que, de acordo com a estrutura de desempenho de funções residuais, as Nações Unidas e o Governo do Líbano concordaram com um plano de conclusão para a finalização do trabalho e encerramento ordenado do Tribunal até o final de 2023. Prevê-se que um final a renovação do mandato do Tribunal seria limitado ao mandato não judicial. Durante esta fase residual, o Tribunal realizará suas atividades, preservando seus registros e arquivos, apoiando a proteção de testemunhas e vítimas e prestando assistência às autoridades nacionais e respondendo a solicitações de informações.

O Grupo ressalta que o Tribunal Especial para o Líbano é o primeiro Tribunal ad hoc da ONU a fechar após a conclusão das funções residuais e reconhece os esforços significativos feitos para alcançar esse fim.

Um pedido final de subvenção totalizando \$ 2,9 milhões, é necessário para garantir o encerramento ordenado do Tribunal para que este possa desempenhar as suas funções residuais.

O Grupo está firmemente ao lado do povo do Líbano e da justiça internacional e solicita a todos os Estados Membros a fazerem o mesmo, aprovando esta subvenção solicitada pelo Secretário-Geral para complementar o orçamento do Tribunal para 2023.

#### **New York, 08 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa 2023: Estimativas revisadas sobre as atividades das Nações Unidas para mitigar a insegurança alimentar global e seu impacto humanitário no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O G-77 e a China reiteram sua profunda preocupação com o atual estado de insegurança alimentar global, que está exacerbando as necessidades humanitárias e aumentando o risco de fome em todo o mundo. Um aumento repentino nos preços globais do trigo, outros suprimentos de alimentos e fertilizantes essenciais colocou em risco a segurança alimentar de muitos países vulneráveis.

O Grupo parabeniza o compromisso construtivo deste comitê por adotar a [resolução A/77/3](#) em 27 de outubro de 2022 para operacionalização das duas iniciativas do Secretário-Geral: a Iniciativa de Facilitação do Comércio e a Iniciativa de Grãos do Mar Negro, que promovem o acesso e o transporte seguro de produtos alimentícios e fertilizantes para o mercado mundial.

O requisito total de recursos para o ano de 2023 é de US\$ 10,9 milhões, dos quais US\$ 2,3 milhões seriam necessários para apoiar o Memorando de Entendimento sobre a facilitação do comércio e US\$ 7,89 milhões seriam necessários para a iniciativa de grãos do Mar Negro para o ano de 2023.

O G-77 e a China esperam o mesmo espírito construtivo de todas as partes interessadas para levar em consideração as necessidades urgentes dos países em desenvolvimento e propõe que se fortaleça o Secretário-Geral na provisão dos recursos necessários para o ano de 2023.

#### **New York, 08 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento-programa 2023: Estratégica de TIC durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O Grupo parabeniza o plano estratégico de 5 anos para as TIC (2023-2028) com foco em cinco áreas tecnológicas que são Infraestrutura e sistemas empresariais, experiência e alinhamento, dados e informações, inovação tecnológica e sistema ecológico de tecnologia e dados. A estratégia visa auxiliar as entidades da ONU a cumprir seus mandatos, possibilitar a transformação digital por meio da inovação e segurança dos ativos de informação do secretariado.

De acordo com a estratégia proposta, as TIC serão integradas com as prioridades da organização com coerência holística no funcionamento geral do secretariado, elevando a infraestrutura de TI da ONU ao próximo nível.

O Grupo observa com cautela que o aumento da interdependência e interconectividade do ambiente digital do secretariado exige uma abordagem consistente, estreitamente coordenada e transparente para a segurança cibernética que permita que todas as entidades do secretariado cumpram as práticas, políticas e padrões básicos, estabelecendo responsabilidade com os serviços globais com visibilidade e supervisão de acordo com [a resolução 69/262](#) da AGNU.

#### **New York, 09 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 150 da agenda: financiamento do mecanismo residual internacional para os tribunais penais para 2023 no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O Grupo deseja expressar nossa mais profunda gratidão ao apoio contínuo ao trabalho do Mecanismo Residual para o Tribunal Criminal e aproveita esta oportunidade para reafirmar seu suporte ao trabalho do Mecanismo Residual e reiterar que a consideração do orçamento proposto e a alocação dos recursos necessários para o seu mandato constituem uma parte importante dos interesses coletivos.

O Grupo recorda que o Mecanismo Residual é uma estrutura pequena, temporária e eficiente, cujas funções e tamanho diminuirão com o tempo. O grupo registra o início das atividades de julgamento para o caso Kabuga<sup>68</sup> e espera que este procedimento tenha um resultado oportuno e bem-sucedido, pois é o único caso em julgamento. No entanto, o grupo

---

<sup>68</sup> Félicien Kabuga foi o Presidente do Comité d'initiative da Radio Télévision Libre des Mille Collines ("RTL") em Ruanda durante o período dos crimes alegados na acusação e Presidente do Comité provisoire do Fonds de défense nationale ("Fundo de Defesa Nacional") de cerca de 25 de abril de 1994 a julho de 1994.

continua preocupado com o caso de Kabuga e seu julgamento em Haia. De acordo com o estatuto do Mecanismo Residual, a filial de Arusha<sup>69</sup> tem mandato para a reunião e julgamento de todos os casos criminais envolvendo fugitivos indiciados pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR).

O Grupo também nota o relatório da Junta de Auditores sobre as contas do Mecanismo Residual para o ano que terminou em dezembro de 2021, bem como o status da implementação das recomendações relacionadas e apresentadas pelo Secretário-Geral.

### **New York, 15 de dezembro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência Bilawal Bhutto Zardari, Ministro de Relações Exteriores do Paquistão na plenária de abertura da Conferência Ministerial do G-77 sobre o alcance dos ODS: enfrentando os desafios do presente e desenvolvendo resiliência contra crises futuras

Dando as boas-vindas aos presentes, o Ministro afirmou que o futuro imediato parece sombrio para a maioria dos membros do G-77. Prevê-se que o crescimento econômico global no ano de 2023 seja inferior a 3%. Os preços dos alimentos, combustíveis e outras commodities permanecem altos e voláteis. O aumento das taxas de juros do dólar utilizou o dobro dos fluxos de investimento estrangeiro direto e desvalorizou as moedas dos países em desenvolvimento. Isso aumentará ainda mais o peso da dívida e a capacidade de receber empréstimos nos mercados internacionais. Com o Norte também recuando da globalização, o crescimento liderado pelas exportações está se tornando difícil para a maioria dos países do Grupo.

Além disso, a mudança climática transformou o desafio do desenvolvimento. Além da dificuldade de atingir as metas dos ODS, é preciso recuperar simultaneamente as perdas e danos causados pelos impactos climáticos; adaptar para evitar impactos futuros e contribuir para as metas globais de mitigação.

A superação dos desafios do desenvolvimento e do clima requer esforços hercúleos de nossos governos. E requer ampla solidariedade e cooperação internacional. A “lacuna” de financiamento dos ODS aumentou de US\$ 2,5 trilhões em 2019 para mais de US\$ 4 trilhões hoje (2022). Com o custo dos objetivos climáticos, será necessário vários trilhões de dólares adicionais para atingir os ODS e os objetivos climáticos.

A fome assombra e 250 milhões de pessoas passam fome. 82 países membros do G-77 são vulneráveis às dívidas e 54 estão em dificuldades financeiras. A austeridade financeira congelará seu crescimento e consolidará e aumentará a fome e a pobreza. Deve-se traçar um caminho para sair da armadilha da pobreza.

O objetivo desta **Conferência Ministerial do G-77 sobre o alcance dos ODS: enfrentando os desafios do presente e desenvolvendo resiliência contra crises futuras**, é iniciar ações que respondam aos desafios urgentes enfrentados pelos países e delinear uma estratégia para garantir as reformas do sistema financeiro e econômico internacional necessárias para alcançar os ODS e os objetivos de Paris.

Deve-se agradecer ao Secretário-Geral da ONU por estabelecer a Força-Tarefa de Emergência e apoiar muitas de suas recomendações, assim como a iniciativa de Grãos do Mar Negro. Apelamos ao Programa Alimentar Mundial (PAM) para garantir o abastecimento de

---

<sup>69</sup> Arusha é uma cidade na Tanzânia

alimentos para os 250 milhões de pessoas que estão passando fome. Deve-se apoiar totalmente a proposta de estímulo aos ODS do secretário-geral.

O recém-publicado Relatório de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, o Relatório da Dívida do PNUD e a análise do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) identificaram várias medidas para apoiar o crescimento e o desenvolvimento, tais como: um apelo aos principais Bancos Centrais e ao FMI para reverter o aumento das taxas de juros; interromper os programas de austeridade; oferecer espaço fiscal para os 82 países vulneráveis e com problemas de dívidas, inclusive por meio da redistribuição do Fundo de Reserva Especial não utilizados e suspensão do serviço e alívio da dívida.

Os órgãos relevantes da ONU também precisam examinar um mecanismo para limitar os preços de commodities e combustíveis para os países em desenvolvimento, garantir seu acesso a alimentos, combustíveis e fertilizantes e desencorajar a especulação de commodities.

Além disso, os países em desenvolvimento que continuam a sofrer os graves impactos das mudanças climáticas devem ser assistidos, urgente e generosamente, para que possam se recuperar, mesmo quando se trabalha na operacionalização do fundo de perdas e danos acordado na CoP 27. Nesse contexto, o Governo do Paquistão agradece ao Secretário-Geral da ONU por coorganizar a Conferência Internacional para um Paquistão Resiliente em Genebra em 9 de janeiro de 2023.

O Grupo dos 77 e a China devem assumir a liderança na promoção das mudanças sistêmicas e estruturais necessárias em prol do crescimento global sustentável, induzir a equidade nas relações econômicas internacionais e restaurar as economias em um caminho que conduza à realização dos ODS e objetivos ambientais.

Para tal, deve-se ouvir o apelo do Secretário-Geral para a reforma da arquitetura financeira internacional através de um mecanismo multilateral para a gestão sustentável da dívida soberana; cumprimento da meta acordada pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento de 0,7% do PNB dos países desenvolvidos; ampla utilização do Fundo de Reserva Especial para gerar financiamento para os ODS e ação climática; mecanismos para reduzir os custos dos empréstimos para os países em desenvolvimento que devem, por sua parte, promover a mobilização de recursos internos.

Ao mesmo tempo, a agenda de mudanças climáticas e os compromissos climáticos devem ser implementados plena e fielmente de acordo com o princípio da equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades. Apela-se aos países desenvolvidos para que cumpram sua promessa de disponibilizar mais de US\$ 100 bilhões anualmente em financiamento climático; alocar metade disso para adaptação climática; e operacionalizar com urgência o fundo para "perdas e danos". Estes países devem assumir o ônus da mitigação e alcançar emissões líquidas zero bem antes de 2050.

A transição para uma economia global sustentável exigirá a rápida instalação de infraestrutura sustentável (energia, transporte, habitação, manufatura, agricultura). Estima-se um investimento de US\$ 1 trilhão por ano. Deve-se acolher iniciativas como as do Cinturão e Rota da China e a Iniciativa de Infraestrutura Global do G7. Deve-se utilizar capital privado para investimento em infraestrutura sustentável de alta qualidade em países em desenvolvimento, inclusive por meio da redução do risco de tais investimentos e permitindo que os bancos de desenvolvimento multilaterais e bancos nacionais de desenvolvimento utilizem seu capital para acessar financiamento privado. Ao mesmo tempo, a preparação de um portfólio considerável

de projetos de infraestrutura viáveis é indispensável para atrair investimentos públicos e, principalmente, privados. Deve-se mobilizar os 125 escritórios nacionais da ONU para ajudar os países em desenvolvimento a preparar esses projetos de infraestrutura sustentável de alta qualidade.

Deve-se também reestruturar o sistema de comércio internacional para estimular o crescimento liderado pelas exportações nos países em desenvolvimento. Esse tem sido o principal caminho para o crescimento em todos os países em desenvolvimento "bem-sucedidos". Infelizmente, os defensores tradicionais do comércio aberto agora querem construir muros protecionistas contra um Sul cada vez mais competitivo. No entanto, com exceção de alguns grandes mercados emergentes, a maioria dos países em desenvolvimento ainda necessita de acesso preferencial, isento de impostos e não discriminatório aos mercados dos países industrializados. Esses países também devem ter o espaço político necessário para a industrialização, por ex: através de renúncias dos acordos TRIPS e TRIMS. E as proteções e restrições comerciais unilaterais, incompatíveis com os Acordos da OMC, devem ser rapidamente eliminadas.

Deve-se adotar um acordo tecnológico internacional, alinhado com os ODS, e deve-se oferecer acesso preferencial aos países em desenvolvimento a tecnologias avançadas relevantes e acabar com as restrições discriminatórias.

Paralelamente, é vital adotar um regime internacional equitativo de Tecnologia da Informação que sirva para reduzir a divisão digital e permita que os países em desenvolvimento "saltem" para a economia digital global do futuro que pode ser absorvido pelo Pacto Digital Global proposto pelo Secretário-Geral.

E para finalizar, o ministro admitiu que esta é uma agenda ambiciosa, mas essencial. Os países membros do G-77 não podem assumir os ODS ou as metas climáticas a menos que haja progressos nessa agenda. Sem essas ações emergenciais e sistêmicas, o mundo caminhará para uma divisão e abismo intransponível em relação ao desenvolvimento das nações, transformando o mundo em um pesadelo, afligido por enorme sofrimento humano, instabilidade social e política e conflitos, mesmo quando o nosso planeta e nossa espécie se confrontam a crescente ameaça existencial de uma catástrofe climática. Essa perspectiva apocalíptica deveria gerar a vontade política e a solidariedade entre todas as nações para agirem juntas para salvar as gerações atuais e futuras do flagelo da guerra, da peste, da pobreza e de um planeta inabitável.

#### **New York, 16 de dezembro de 2022**

Considerações finais de sua Excelência Bilawal Bhutto Zardari, Ministro de Relações Exteriores do Paquistão na plenária de encerramento da Conferência Ministerial do G-77 sobre o alcance dos ODS: enfrentando os desafios do presente e desenvolvendo resiliência contra crises futuras

O Ministro de Relações Exteriores do Paquistão aproveitou a oportunidade e revisou a atuação do G-77 e da China no ano de 2022.

Considerou que o mundo, especialmente os países em desenvolvimento, enfrentou enormes desafios econômicos, talvez a mais profunda recessão econômica em um século, afetando desproporcionalmente os países mais pobres e revertendo uma década de desenvolvimento;

Destacou que a Guerra na Ucrânia e as restrições que a acompanham, causaram um forte aumento nos preços de commodities essenciais e os desastres climáticos afetaram os países mais vulneráveis, como as inundações épicas no Paquistão.

Nesta época de múltiplas crises ficou evidente que o sistema econômico internacional vigente, foi incapaz de responder à situação difícil dos países em desenvolvimento. Mais de cem países enfrentam colapso financeiro; mais de um bilhão de pessoas estão passando fome e estão desamparadas.

O G-77 e a China demonstraram unidade e solidariedade excepcionais e o Ministro aproveitou a oportunidade para elogiar o pacote de estímulo aos ODS, a iniciativa sobre grãos do Mar Negro e o pedido de reforma da arquitetura financeira internacional solicitados pelo Secretário Geral.

O G-77 e a China mantiveram a prioridade para a implementação da Agenda 2030 e dos ODS, conforme refletido nas discussões do relatório "Nossa Agenda Comum" do Secretário-Geral e nos resultados do Fórum Político de Alto Nível e Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento.

Na atual AGNU, o G-77 e a China conseguiram o consenso em resoluções sobre as principais questões econômicas, financeiras, de desenvolvimento e meio ambiente. Na CoP 27, o Grupo logrou o estabelecimento de acordos de financiamento de "perdas e danos".

E o Grupo conseguiu adotar, por consenso o "documento final" da Conferência Ministerial do G-77, refletindo a convergência que existe entre os países em desenvolvimento sobre as ações urgentes e sistêmicas necessárias para superar a crise de desenvolvimento e alcançar os ODS e as metas climáticas.

Ainda são necessárias soluções viáveis para os problemas da dívida insustentável e deve-se garantir o reencaminhamento do Fundo de Reserva Especial não utilizados para os países em desenvolvimento e pressionar por outra rodada de alocação geral do Fundo de Reserva Especial não utilizados, conforme proposto pelo Secretário-Geral. Deve-se adotar uma Convenção Tributária da ONU, conforme proposto pelo Grupo Africano. Deve-se insistir no desenvolvimento do Pacto Digital Global e deve-se assegurar a operacionalização antecipada do Fundo de Perdas e Danos e o seu provisionamento adequado. E deve-se investir maciçamente em infraestrutura sustentável.

Esses objetivos deverão ser promovidos em todos os fóruns relevantes, incluindo as Instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio.

### **New York, 30 de dezembro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no encerramento da parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

Destacada a total confiança na agenda de reformas do Secretário-Geral ao revisar o ciclo orçamentário.

Conseguiu-se concluir, o Planejamento do Programa, Projetos de Construção, Subvenções e, mais importante, o próprio Orçamento-Programa para 2023, apesar do desvio do 5º Comitê para a Reforma Orçamentária Anual. No entanto, no espírito de conclusão do item da

agenda e com base no compromisso de engajamento construtivo, o G-77 e a China abriram mão de muitos itens importantes do orçamento para 2023.

### **New York, 12 de janeiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência Bilawal Bhutto Zardari, Ministro de Relações Exteriores da República Islâmica do Paquistão em nome do país presidente do G-77 para o ano de 2022 (**VIDEO Pré Gravado**). **Na íntegra:**

Sua Excelência, Presidente Miguel Díaz-Canel de Cuba, Sua Excelência, Presidente da Assembleia Geral, Sr. Csaba Korösi, Sua Excelência, Secretário-Geral, António Guterres, Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores Bruno Rodriguez Parilla de Cuba,

É uma honra hoje transferir a presidência do Grupo dos 77 e da China para meu querido amigo, o ministro das Relações Exteriores Sua Excelência, Bruno Rodriguez Parilla de Cuba.

Foi uma grande honra e privilégio para mim e para o Paquistão presidir o Grupo em Nova York durante o ano de 2022. Agradeço aos 134 membros do Grupo por depositarem sua confiança na presidência do Paquistão, nestes tempos difíceis.

Desejo agradecer ao Secretário-Geral da ONU, ao Secretário-Geral Adjunto, ao Administrador do PNUD, Achim Steiner, ao Subsecretário-Geral do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN-DESA), Li Junhua, ao Escritório de Cooperação Sul-Sul da ONU e ao Secretariado do G-77 por seu apoio e assistência ao Paquistão durante sua Presidência do Grupo.

O Grupo dos 77 e a China é o maior grupo dentro das Nações Unidas. É uma parte interessada vital no sistema econômico internacional. É o principal motor que impulsiona mudanças positivas nas relações econômicas internacionais para acabar com a pobreza em todas as nações e promover maior igualdade e justiça entre elas.

O Paquistão teve o privilégio de presidir o Grupo dos 77 e a China três vezes no passado. No entanto, liderar o Grupo este ano, quando nossas nações enfrentaram coletivamente a "tempestade perfeita" dos múltiplos choques externos do Covid, clima e conflito, foi especialmente desafiador e, ainda assim, gratificante. Nosso Grupo respondeu às múltiplas crises de alimentos, combustíveis e finanças enfrentadas pelos países em desenvolvimento com visão coletiva, determinação e unidade.

O Grupo dos 77 e a China podem se orgulhar de sua resposta unificada e coletiva às crises múltiplas e em cascata. O Grupo liderou o caminho na formulação e obtenção de acordo sobre as respostas urgentes e sistêmicas necessárias para superar esses múltiplos desafios:

- 1) No Fórum de Financiamento do Desenvolvimento, em abril, o Grupo conseguiu um acordo sobre medidas para financiar a recuperação da crise e o alcance dos ODS;
- 2) No Fórum Político de Alto Nível, em julho passado, o Grupo negociou coletivamente os meios de implementação para alcançar os ODS na atual difícil "década de ação";
- 3) Na 77ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, o Grupo conseguiu obter consenso para ação sobre as principais questões econômicas, financeiras, de desenvolvimento e ambientais;
- 4) Na CoP-27, por meio de esforços mútuos e coletivos, o Grupo conseguiu uma decisão histórica para a criação do fundo "perdas e danos";
- 5) Na Conferência Ministerial do nosso Grupo no mês passado (dezembro de 2022), concordamos com um Documento Final que expõe nossas posições sobre as medidas imediatas

e estruturais que são essenciais para aliviar as crises alimentar, de combustível e financeira que nossos países enfrentam e para reformar a arquitetura econômica global para alcançar os ODS e implementar a Agenda 2030 e o Acordo de Paris e outros acordos ambientais.

Essas demonstrações de unidade do Grupo e de sua capacidade de ação coletiva são um sinal claro de que, agindo em conjunto, podemos tomar as decisões necessárias para superar os desafios ao nosso desenvolvimento e prosperidade decorrentes dos impactos externos e de um sistema econômico internacional desigual. Para tal, o Grupo deve manter a sua unidade, coordenação e ação coletiva. Deve garantir a implementação das posições que definiu no Documento Final adotado em dezembro de 2022, inclusive na Cúpula dos ODS, na CoP28 e nos vários outros processos e reuniões agendadas para 2023.

Algumas das ações que propusemos precisam ser implementadas com urgência:

1. Alívio e reestruturação da dívida dos 60 Integrantes do nosso Grupo que se encontram em situação de "distress" de dívidas;
2. o Redirecionamento do Fundo de Reserva Especial não utilizados para oferecer espaço fiscal e liquidez conforme necessário para mais de 100 países em desenvolvimento;
3. o Abastecimento de alimentos para os 250 milhões que vivem com fome;
4. a assistência financeira e de outra natureza aos países mais vulneráveis às mudanças climáticas para permitir que eles se reconstruam após os desastres naturais e se adaptem aos impactos climáticos cada vez mais frequentes e ferozes.

Tais ações são urgentes e essenciais. O ambiente econômico externo pode se tornar ainda mais hostil se os Bancos Centrais das principais economias continuarem a aumentar as taxas de juros; se as rivalidades entre grandes potências restringirem ainda mais os fluxos de comércio e investimento; e se a economia global entrar em recessão prolongada.

O Paquistão está confiante de que o Grupo dos 77 e a China têm a capacidade de confrontar e superar coletivamente os crescentes desafios econômicos externos e promover uma ordem econômica internacional mais justa e igualitária. A nossa união é, obviamente, o nosso maior trunfo. Isso ficou claro na CoP 27. Além disso, diferentemente do passado, hoje o Grupo tem uma capacidade de autoajuda significativamente maior, por meio da modalidade cada vez mais ampla de cooperação Sul-Sul. Alguns de nossos membros são hoje as principais economias do mundo e oferecem o modelo e o mercado para outros países em desenvolvimento. E temos aliados no Norte global, aqueles que concordam conosco que a abordagem histórica do crescimento explorador e desigual prejudicou o meio ambiente global, exacerbou a pobreza, a fome e as doenças e desencadeou conflitos em todo o mundo. Devemos continuar a juntar forças com pessoas, organizações e instituições conscientes.

Estou confiante de que em 2023, sob a competente liderança de Cuba e a orientação de Sua Excelência, Bruno Rodriguez Parrilla e a delegação cubana, o Grupo dos 77 e a China responderão ativa e corajosamente aos nossos desafios e aproveitarão todas as oportunidades disponíveis para avançar com os nossos objetivos comuns de alcançar os ODS e as metas ambientais. Desejo a Cuba todo o sucesso em orientar o Grupo durante o ano de 2023 para a realização de nossas aspirações comuns por uma ordem econômica, social e ambiental internacional justa.

O Paquistão estenderá sua total cooperação neste esforço e continuará a desempenhar um papel ativo e positivo como membro do Grupo dos 77 e da China. Muito Obrigado

**New York, 12 de janeiro de 2022**

Discurso de Sua Excelência, Miguel Díaz Canel Bermúdez, Presidente da República de Cuba  
**(VIDEO Pré Gravado)**

**Transcrição na íntegra.**

Em nome do povo e do governo de Cuba, gostaria de expressar nossa profunda gratidão ao Grupo dos 77 e à China pela confiança depositada em Cuba para presidir, durante este ano, este amplo e representativo universo de nações.

Da mesma forma, elogiamos o elevado trabalho realizado pelo Paquistão à frente do Grupo durante o ano de 2022.

Sentimo-nos muito honrados em representar este grupo diverso e dinâmico em tempos de desafios monumentais para os países em desenvolvimento.

Faremos isso com total dedicação e o compromisso comprovado de nunca decepcionar aquelas nações com as quais compartilhamos a história de abusos a que nossos povos foram submetidos, sabendo que também estamos unidos pelos objetivos e aspirações que perseguimos.

Orgulhamo-nos do valioso patrimônio que alcançamos enquanto Grupo ao longo de suas quase seis décadas de existência, ao constatarmos, com espanto, que ainda temos um longo caminho a percorrer até que as nossas reivindicações comuns, genuínas e históricas sejam de fato satisfeitas. Lutaremos por elas, convictos de que, em meio à nossa diversidade, compartilhamos a mesma aspiração de viver em um mundo mais justo e melhor.

Nossas nações continuam na retaguarda do desenvolvimento global, carregando sobre nossos ombros as consequências das inúmeras crises e desigualdades decorrentes da atual ordem internacional injusta.

Falamos de uma ordem profundamente antidemocrática concebida para perpetuar o desequilíbrio que, apesar das reivindicações históricas dos países deste Grupo, sustenta o enriquecimento de alguns em detrimento do empobrecimento da maioria, colocando assim nossos povos em situação de desvantagem econômica e mergulhando-os para sempre no subdesenvolvimento, pobreza e fome.

Isso não é algo que estamos dizendo pela primeira vez. Desde a sua fundação, na promissora década de 1960, o Grupo dos 77 tem clamado por mudanças na injusta ordem global para que possamos nos livrar da posição de absoluta desvantagem para a qual fomos empurrados após séculos de colonialismo e dependência. Falar sobre isso em todos os fóruns nunca será suficiente.

Em 1979, o líder histórico da Revolução Cubana definiu o que éramos com estas palavras inesquecíveis, e passo a citar: *"Se o Movimento dos Países Não Alinhados, iniciado alguns anos antes, passou a ser a consciência política dos países que saindo do colonialismo e do neocolonialismo e tentando realizar sua plena independência, o Grupo dos 77 emergiu como sua consciência econômica"*, finaliza a citação.

Essa consciência trouxe unidade entre países, regiões, identidades, culturas e diferentes níveis de desenvolvimento. A história corroborou o valor da unidade. Apostamos nisso desde a primeira Conferência da UNCTAD, a Declaração sobre uma Nova Ordem Econômica

Internacional, passando pela Cúpula do Rio, o tratamento especial e diferenciado, a Assistência Oficial para o Objetivo de Desenvolvimento, incluindo a Agenda de Ação de Adis Abeba e até os ambiciosos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Sul tem sido a pedra angular das negociações multilaterais sobre a questão do desenvolvimento.

E para afirmar que "**o Sul também existe**", como escreveu o poeta latino-americano Mario Benedetti, agimos juntos.

E é com a força desses dois terços do mundo que representamos que conseguimos avançar para a concretização de determinados objetivos e aspirações.

Mas há muitas questões substanciais ainda pendentes, que se somam aos problemas atuais que o mundo pós-pandemia enfrenta.

Como foi reconhecido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas perante o Grupo dos 77 e a China em setembro passado, e passo a citar: *"Ao chegarmos à metade do caminho para a Agenda 2030, sejamos claros, estamos retrocedendo. A pandemia do Covid-19 e uma recuperação desigual nos custaram pelo menos três anos de progresso no desenvolvimento. Os países em desenvolvimento estão se afogando em dívidas, sem espaço fiscal ou acesso a recursos financeiros para investir na recuperação"*, finaliza a citação.

Hoje, mais do que nunca, é imperativo chegar a um consenso sobre as questões que nos afetam como países e como grupo. Somente por esse caminho poderemos nos aproximar da satisfação das aspirações daqueles povos historicamente negligenciados e de seus anseios de justiça social.

Excelências;

Nesses tempos desafiadores e conturbados, proliferaram as apostas na fratura dos países do Sul. Ensinemos uma lição de unidade; mostremos o valor da cooperação e da solidariedade.

Como proclamava Fidel, o fundador e incansável defensor da unidade como premissa ineludível de toda ação, precisamos nos fundir nestes tempos para construir o futuro que almejamos, para reivindicar os que sempre foram excluídos e recuperar a fé na humanidade.

Podem contar com Cuba e seu invariável compromisso de trabalhar incansavelmente, juntamente com todos os membros deste indispensável Grupo, na defesa dos interesses de nossas nações.

Cuba também contará com todos, na esperança de que o espírito de unidade e solidariedade que levou à fundação do G-77, prevaleça sobre os mesquinhos interesses daqueles que pretendem perpetuar a injusta ordem econômica vigente.

Acreditamos fortemente no multilateralismo e no poder ilimitado da unidade na diversidade, que o General de Exército Raúl Castro Ruz, líder da Revolução, tem defendido como bandeira guiando a construção do consenso indispensável para superar os desafios atuais e construir o mundo justo que todos anseiam.

Sempre será o tempo da união. Mas hoje é um imperativo; é a urgência mais premente. Articulemos ações para desatar, de uma vez por todas, os nós que prendem as possibilidades de verdadeiro progresso dos povos. Têm direito a uma existência mais humana, digna e orgulhosa e é dever dos seus dirigentes lutar por isso. Sim, nós podemos (**Yes, we can**).

## **New York, 12 de janeiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência Bruno Rodríguez Parrilla, Ministro de Relações Exteriores da República de Cuba, na cerimônia da passagem do cargo de Presidente do G-77 e da China

Com a presença do representante permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, Sr. Munir Akram, do Presidente da 77ª UNGA, Sr Csaba Körösi, do Secretário geral da ONU, António Guterres e do Secretário executivo do G-77 e da China, o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Sr Bruno Rodriguez Parrilla, agradeceu o apoio e confiança depositados em Cuba para liderar os trabalhos do G-77 e da China no ano de 2023. Disse ainda que será um ano de muitos desafios que exigirão uma ação determinada dos países do Sul.

Ele parabenizou o Paquistão pelo trabalho bem-sucedido realizado à frente do Grupo em 2022 e continuou dizendo que os grandes desafios impostos pela atual ordem econômica do mundo em desenvolvimento atingiram seu ápice nestes tempos de crise sanitária, climática, energética e alimentar, complementadas pela escalada de tensões geopolíticas e outras formas renovadas de dominação e hegemonia.

Lembrou que ainda não foram devidamente abordados os temas do acesso desigual às vacinas; o vácuo digital; o ônus da dívida externa; a reforma estrutural da arquitetura financeira internacional; fluxos de financiamento do desenvolvimento; insegurança alimentar; medidas restritivas ao comércio; o financiamento climático entre outros.

Da mesma forma, está evidente que o discreto avanço alcançado na implementação da Agenda 2030 corre o risco de ser revertido e o mundo pós-pandêmico encontra-se mais dividido e egoísta.

É necessário mobilizar entre U\$ 3,3 e U\$ 4,4 trilhões por ano para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Considerando os atuais níveis de investimentos públicos e privados em setores relacionados aos ODS, os países em desenvolvimento já enfrentam, em média, um déficit de financiamento anual da ordem de U\$ 2,5 trilhões que ocorre em meio à mais grave crise multi sistêmica já enfrentada pela humanidade.

Os países em desenvolvimento têm acesso apenas a 24 doses de vacinas contra o Covid-19 para cada 100 habitantes, enquanto os mais ricos contam com quase 150 doses por cada 100 pessoas.

Os países do Sul viram suas dívidas externas praticamente dobrarem nos últimos dez anos. E foram estes países que tiveram que pagar cerca de U\$ 379 bilhões de suas reservas para defender suas moedas em 2022, quase o dobro do valor dos novos Direitos Especiais de Saque que lhes foram atribuídos pelo FMI.

Os países menos desenvolvidos contribuem com apenas 4% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas sofreram 69% das mortes causadas por desastres relacionados ao clima.

As necessidades de adaptação ao clima aumentarão para cifras entre U\$ 140 bilhões e U\$ 300 bilhões por ano até 2030. No entanto, atualmente, o financiamento dos países desenvolvidos representa menos de um décimo desse montante.

Ao mesmo tempo, mais de trinta medidas e sistemas de medidas coercitivas unilaterais contra os países em desenvolvimento continuam a ser plenamente implementados. É uma tendência que, longe de se inverter, se agravou nos últimos anos.

O Ministro enfatizou que a união deve ser a palavra de ordem nestes tempos difíceis e que somente construindo consensos é que se poderá avançar na concretização das legítimas aspirações de desenvolvimento.

Com a presidência de Cuba no G-77 e China, o país se compromete a consolidar a unidade, presença e influência do Grupo nos numerosos e relevantes processos multilaterais que decorrerão em 2023. Ele apelou para que os interesses comuns dos países do Sul, sejam devidamente levados em consideração.

O trabalho do Grupo será realizado de forma flexível e sempre construtivo para concretizar a visão transformadora defendida pelo G-77 e a China.

Será prioridade da presidência de Cuba, promover a solidariedade e a cooperação internacional em apoio à recuperação pós-pandemia de nossas nações.

#### **Em suas palavras....**

Trabalharemos para concretizar projetos cooperativos do Sul nas áreas de saúde, biotecnologia, educação, combate às mudanças climáticas e prevenção de desastres, que possam ser um exemplo de unidade, complementaridade e verdadeira vontade política.

Continuaremos com as justas reivindicações para que os países desenvolvidos honrem seus compromissos em termos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, financiamento climático e Cooperação Norte-Sul.

Promoveremos compromissos tangíveis em termos de financiamento em condições favoráveis e capacitação para os países do Sul.

Defenderemos o uso da ciência, tecnologia e inovação como motores do desenvolvimento sustentável. Tomaremos como ponto de partida a expertise do Grupo nestes itens e promoveremos um roteiro comum diante dos desafios presentes e futuros.

Atualmente, o desenvolvimento científico e tecnológico é monopolizado por um clube de países que detém a maioria das patentes, tecnologias e centros de pesquisa e incentiva a fuga de cérebros de nossos países e com este espírito convocaremos uma **Cúpula sobre Ciência, Tecnologia e Inovação** como premissa para o desenvolvimento e para enfrentar futuras pandemias, a ser realizada em Havana durante este ano.

O Sul tem um grande potencial em termos de ciência, tecnologia e inovação. Devemos nos unir, nos complementar e alinhar nossas capacidades nacionais para evitar sermos relegados em caso de futuras pandemias. A reunião em Havana terá esse objetivo em particular: aproveitar nossa rica experiência nessa área.

No que diz respeito ao clima, trabalharemos para consolidar uma posição sólida do Grupo perante a CoP 28. Defenderemos resultados substantivos nas áreas de especial interesse do Grupo, em particular as relacionadas com o fundo de perdas e danos, financiamento climático e adaptação.

A dívida externa, cujo principal montante já foi pago várias vezes, tornou-se um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de nossos povos e um poderoso instrumento para perpetuar o saque financeiro e a dependência econômica dos países do Sul

Nesse sentido, defenderemos a adoção de novas abordagens para a arquitetura da dívida, que possam oferecer um espaço fiscal para nossas nações investirem na recuperação pós-pandemia, ação climática e ODS; e contribuir para evitar futuras crises de dívida.

Insistiremos na reestruturação integral do sistema de governança financeira internacional, atualmente nas mãos de algumas instituições que lucram com as reservas do Sul, perpetuam o subdesenvolvimento e aplicam fórmulas conjunturais com o objetivo de replicar seu esquema de colonialismo moderno.

Também reforçaremos a coordenação entre os capítulos do G-77 em outros espaços multilaterais para identificar as prioridades de trabalho à luz dos numerosos processos de negociação que ocorrerão em 2023.

Empenharemos todos os esforços para garantir o sucesso da **3ª Cúpula do Sul**, cuja Declaração e Programa de Ação deverão fortalecer o patrimônio histórico do Grupo e abrir caminho para nossas ações nestes tempos de grandes desafios.

Os tempos atuais não admitem hesitações nem divisões. Estes são tempos para agirmos juntos na defesa de nossas reivindicações negligenciadas.

A Declaração Conjunta de 1964 estabeleceu que a unidade ocupava um lugar de destaque diante dos problemas básicos do desenvolvimento. Essa unidade tem sido o pilar fundamental das conquistas do Sul ao longo das últimas seis décadas.

No limiar do nosso sexagésimo aniversário, abracemos os princípios fundadores que deram vida a este heterogêneo e representativo grupo de nações. Trabalhem para que, ao final deste ano, estejamos mais fortes e unidos.

Para Cuba, essa será a melhor expressão de um trabalho bem feito. Para o Grupo, esse será um novo passo inestimável no caminho para a realização de nossas aspirações como nações em desenvolvimento.

### **New York, 17 de janeiro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o informe do Presidente da 77ª Assembleia Geral da ONU sobre suas prioridades para 2023

Nestes tempos desafiadores, particularmente para os países em desenvolvimento, que foram afetados desproporcionalmente pelos efeitos negativos da pandemia de Covid-19, as tensões geopolíticas, conflitos, medidas coercitivas unilaterais e as múltiplas crises, incluindo a crise econômica e financeira, o aumento da pressão sobre alimentos, energia, deslocamento de pessoas, frágil perspectiva econômica global, volatilidade dos mercados, inflação, dívida crescente, impactos adversos contínuos das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, estão todos interligados.

Estas situações de crise necessitam de ações imediatas e de longo prazo para dar seguimento à proposta do Secretário-Geral da ONU para um “Estímulo ao ODS” para os países mais vulneráveis e uma recapitalização precoce e considerável dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para atender às necessidades financeiras dos países em desenvolvimento.

É necessário também apoiar o trabalho do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Programa

Alimentar Mundial (PAM), incluindo a distribuição de alimentos de emergência para mais de 250 milhões de pessoas em situação de carência alimentar.

Deve-se garantir a disponibilidade universal de terapias, diagnósticos e outras ferramentas de saúde, vacinas e tratamentos para o Covid-19 e construir sistemas de saúde fortes e resilientes com o objetivo de fortalecer a prevenção, preparação e resposta à pandemia e contribuir para alcançar uma cobertura universal de saúde de qualidade.

Deve-se implementar a agenda de mudanças climáticas de acordo com o princípio da equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades. O Grupo lembra as decisões adotadas durante a CoP 27 em Sharm el-Sheikh, Egito, incluindo o Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh, assim como a operacionalização antecipada do Fundo de Perdas e Danos e seus recursos adequados.

É preciso promover urgentemente a transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a fim de promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e a plena implementação da Agenda 2030.

É essencial reformar a arquitetura financeira internacional para ampliar e fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais. Isso implica mais reformas de governança nas Instituições Financeiras Internacionais, especialmente no FMI e no Banco Mundial, para dar mais visibilidade aos países em desenvolvimento. Importante melhorar a arquitetura global da dívida e utilizar outros critérios, além do PIB para elegibilidade ao financiamento concessional e plataformas eficazes para desenhar e discutir regras e normas tributárias internacionais na ONU e racionalizar o papel das agências de classificação de crédito.

Necessário ainda reformar o sistema de comércio internacional para garantir o acesso preferencial ao comércio para os países em desenvolvimento e promover o crescimento liderado pelas exportações como uma forma eficaz de alcançar os ODS.

Mobilizar urgentemente pelo menos US\$ 1 trilhão por ano para investimento em infraestrutura sustentável nos países em desenvolvimento para impulsionar os ODS na década restante de ação.

Lembrando que o ano de 2023 está repleto de marcos e eventos fundamentais para a agenda do desenvolvimento sustentável, tais como a segunda parte da 5ª Conferência dos países menos desenvolvidos e a Conferência das Nações Unidas sobre a revisão integral de meio termo da implementação dos objetivos da Década Internacional de Ação sobre a Água para o Desenvolvimento Sustentável - 2018-2028.

### **New York, 19 de janeiro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no informe conjunto do presidente do ECOSOC e do presidente da AGNU

Os dados mais recentes sobre a implementação dos ODS revelam um grande retrocesso. A pandemia reverteu mais de quatro anos na erradicação da pobreza em todo o mundo. Algumas estimativas conservadoras apontam que 1 em cada 10 pessoas no mundo passa fome. As necessidades humanitárias aumentaram, o que prejudicou o desenvolvimento sustentável

em todas as suas dimensões. Os sistemas de saúde entraram em colapso com a pandemia de Covid-19, afetando também os progressos alcançados na contenção de doenças transmissíveis como o HIV/AIDS e a tuberculose. As emissões de gases de efeito estufa mostram que quase uma década após o Acordo de Paris, os esforços para conter o aumento da temperatura global em 1,5 grau Celsius, têm sido insuficientes, assim como têm sido insuficientes, os compromissos dos países desenvolvidos relacionados ao financiamento do clima, transferência de tecnologia e capacitação.

Esse cenário exige que a AGNU e o ECOSOC retomem o rumo e impulsionem a implementação da Agenda 2030. Nesse espírito, o G7-7 e a China destacam as seguintes prioridades:

1) A AGNU e o ECOSOC devem contribuir para reformular a arquitetura financeira internacional. O ECOSOC deve ter uma mensagem clara considerando o Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento a ser realizado na semana de Alto Nível da 78ª AGNU.

Muitos países em desenvolvimento correm o risco de inadimplência e o acesso ao financiamento concessional é consideravelmente baixo para enfrentar os enormes desafios relacionados com as alterações climáticas, assim como na saúde e educação.

Além disso, é fundamental manter um sistema de desenvolvimento da ONU eficiente para alcançar os ODS e prevenir futuras crises antes que elas ocorram.

Consciente dessa realidade, o Secretário-Geral reiterou a necessidade urgente de reformar o sistema financeiro global, estabelecer critérios que vão além do PIB para acessar financiamento e pressionar por um estímulo aos ODS para evitar uma crise com consequências inimagináveis.

2) O Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento precisa deliberar sobre a importância de cumprir as metas globais de mobilização de recursos para evitar custos maiores no futuro. Embora reconhecendo que a cooperação Norte-Sul é fundamental para reduzir o ônus imposto aos países em desenvolvimento, o Grupo está empenhado em continuar seus esforços para solidificar a cooperação Sul-Sul, especialmente no que diz respeito à ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de para se tornar cada vez mais independente.

A AGNU tem um papel importante, considerando o seu poder convocatório e os diferentes processos deliberativos que decorrem desta 77.ª sessão. Em particular, as discussões relacionadas ao relatório Nossa Agenda Comum devem enfatizar a necessidade de uma cooperação mais forte e sem fins lucrativos entre as nações.

3) A AGNU e o ECOSOC devem estar empenhados para obter bons resultados nas principais conferências e reuniões de alto nível agendadas para os próximos meses. De particular interesse para o G-77 e a China é a 5ª Conferência dos países menos desenvolvidos; a Conferência das Nações Unidas sobre a Revisão Integral Intermediária da Implementação dos Objetivos da Década Internacional para a Ação, "Água para o Desenvolvimento Sustentável", a Revisão Intermediária da Estrutura de Sendai e a Cúpula dos ODS.

O Fórum Político de Alto Nível do ECOSOC deve ser uma plataforma importante para as discussões construtivas e deve estabelecer um compromisso político para a obtenção de resultados ambiciosos nas Cúpulas e Conferências que ocorrerão na ONU, e em particular na Assembleia Geral na segunda parte do ano.

## **New York, 20 de janeiro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na primeira reunião de embaixadores do G-77

### **Discurso na íntegra:**

É uma honra para Cuba assumir pela primeira vez a Presidência do G-77 e a China e constitui uma grande responsabilidade e desafio que assumimos com toda a seriedade e empenho. Reitero minha gratidão pelo apoio e confiança depositados em Cuba.

Gostaria de reconhecer o excelente trabalho realizado pelo Paquistão em 2022, que conduziu com sucesso o Grupo nos processos ocorridos durante esse período.

Assumimos a presidência em um momento complexo, em que nossos países enfrentam as consequências interrelacionadas de diversas crises. A questão da dívida impagável, a insegurança alimentar, a crise climática, as medidas restritivas ao comércio, o acesso desigual às vacinas, a persistência de uma arquitetura financeira internacional injusta, só para citar alguns itens, não foram resolvidos, aprofundando ainda mais as vulnerabilidades de nossos países e criando mais obstáculos ao nosso desenvolvimento.

Os diversos e importantes processos que vamos enfrentar em 2023 exigirão maior unidade do grupo a fim de garantir os interesses do Sul. No passado, o nosso grupo foi decisivo em muitos processos de negociação e este não será exceção. Teremos a responsabilidade de transformar nossa diversidade e as especificidades de nossos países em nossa força.

A reunião de hoje é uma importante oportunidade para identificar nossas prioridades e desenvolver um plano de ação para 2023.

Gostaria de ouvir suas propostas e pontos de vista, mas primeiro gostaria de detalhar mais sobre as ações e prioridades que a presidência cubana do G-77 em 2023 será pauta, de acordo com o discurso inaugural do nosso Chanceler no dia 12 de janeiro.

1) Consolidar a unidade, presença, influência e liderança do Grupo nos múltiplos e relevantes processos multilaterais a serem realizados em 2023, em particular: a Cúpula dos ODS, a reunião ministerial preparatória para a Cúpula do Futuro, a COP 28 sobre mudanças climáticas e a 3ª Cúpula do Sul.

É nossa intenção continuar coordenando as possíveis posições do Grupo nos processos derivados do relatório do Secretário-Geral "Nossa Agenda Comum".

2) Fomentar a solidariedade e cooperação internacional para apoiar a recuperação pós-pandêmica de nossos países.

3) Apoiar a execução de projetos de cooperação do Sul nas áreas de saúde, biotecnologia, educação, mudança climática e prevenção de desastres. Fortalecer o trabalho do Fundo Perez-Guerrero, buscando aumentar a base de doadores.

4) Promover o uso da ciência, tecnologia e inovação como motores do desenvolvimento sustentável. Criar um roteiro comum para enfrentar os desafios presentes e futuros nesta área.

5) Realizar em Havana/Cuba, em setembro de 2023, uma Cúpula sobre ciência, tecnologia e inovação como premissa para o desenvolvimento e enfrentamento de futuras pandemias. O evento deverá:

- Fazer um balanço dos principais desafios e potencialidades do Sul em matéria de ciência, tecnologia e inovação no contexto pós-Covid-19 e face a futuras pandemias.

- Aprovar projetos de cooperação na área de ciência e tecnologia onde os países do Sul tenham capacidade comprovada.

- Realizar uma Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sul para mostrar os avanços de nossos países nessa área, promover projetos conjuntos de pesquisa e fomentar vínculos produtivos para reduzir a dependência dos mercados de países desenvolvidos.

- Relançar o Consórcio de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Sul (COSTIS), criado na Primeira Cúpula do Sul em 2000.

- Adotar um documento final que se torne o roteiro para nossas nações na promoção da ciência, tecnologia e inovação como força motriz para o desenvolvimento sustentável.

6) Fortalecer um posicionamento sólido do Grupo para as negociações climáticas, em particular na COP 28, o que permitirá a operacionalização das regras de funcionamento do mecanismo de perdas e danos estabelecido na COP 27, bem como avançar nas questões relacionadas ao financiamento da adaptação, o novo objetivo financeiro global e o Objetivo Global de Adaptação.

7) Defender o acesso universal à educação e saúde de qualidade para superar os desafios estruturais no contexto de recuperação pós-pandemia.

8) Consolidar uma posição comum do Grupo sobre a reforma integral da arquitetura financeira internacional, o tratamento da dívida externa e a revisão das atuais abordagens de acesso ao financiamento concessional. Realizar uma reunião dos Ministros das Finanças do G-77 e da China.

9) Reforçar a coordenação entre os capítulos do G-77 e da China de outras instâncias multilaterais para identificar as prioridades de trabalho, de acordo com os múltiplos processos de negociação em 2023.

10) Assegurar o sucesso da 3ª Cúpula do Sul, incluindo a adoção de seu documento final que definirá as diretrizes para o trabalho do Grupo nos próximos anos.

Contamos com o apoio de todos os membros do Grupo para promover os interesses do Sul nos processos de negociação que ocorrerão este ano no âmbito da AGNU e do ECOSOC, bem como na implementação das ações que temos proposta para desenvolver em 2023.

### **New York, 23 de janeiro de 2022**

Declaração feita pela Sra Dália Torres Seara, terceira secretária da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas nas consultas informais sobre a identificação do tema para o ECOSOC e HLPF e o conjunto de metas de desenvolvimento a serem revisadas para o HLPF de 2024

Desde 2020, o 1% mais rico do mundo garantiu quase dois terços de toda a nova riqueza do mundo, quase o dobro do ganho dos 99% mais pobres da população mundial.

Em 2015, a Agenda 2030 e seus 17 ODS almejavam erradicar completamente o flagelo da pobreza extrema até 2030. Agora, na metade deste período, as previsões estimam que, pelo menos, 75 milhões de pessoas a mais do que o esperado antes da pandemia estarão vivendo em extrema pobreza.

Nesse contexto, deve-se questionar até quando a eliminação da pobreza será uma questão pendente na agenda internacional? Até quando a comunidade global manterá a pretensão de que a pobreza não é uma privação dos direitos humanos e das necessidades mais básicas das pessoas?

Este cenário exige que se discuta com urgência a erradicação da pobreza, incluindo a pobreza extrema, em todas as suas formas e dimensões, sendo este, o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Este deverá ser o tema central do ECOSOC e do Fórum Político de Alto Nível para 2024, com o objetivo de renovar a vontade política de cumprir os compromissos internacionais para a erradicação da pobreza.

Em relação ao conjunto dos ODS a serem revisados, o G-77 e a China propõem dividir os 17 ODS em grupos de 4 em cada ano, além do ODS 17, que é revisto anualmente. Isso significa a avaliação de 5 ODS anualmente. Isso permitiria avaliar profundamente um conjunto razoável de ODS e abordá-los de maneira equitativa, sem sobrecarregar a agenda. Também contribuiria para um documento final conciso permitindo a concentração de esforços com mais eficiência.

Alinhado com esta proposta, o Grupo propõe iniciar o próximo ciclo com o ODS 1- Erradicação da Pobreza. Considerando que as pessoas que vivem em extrema pobreza também são mais afetadas pela fome, é também urgente abordar o ODS 2 – Fome Zero. Estima-se que entre 702 e 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021.

As desigualdades crescentes também contribuem para a persistência da pobreza e por esta razão, deve-se considerar também o ODS 10 - redução das desigualdades.

A mudança climática já está afetando bilhões de pessoas em todo o mundo e causando mudanças potencialmente irreversíveis nos ecossistemas globais, que contribuem para aumentar as desigualdades e ameaçam não apenas os sistemas alimentares, mas a própria existência humana. Assim, o ODS 13 – Ação Climática também deve ser considerado no início do próximo ciclo.

### **New York, 30 de janeiro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na primeira consulta informal sobre o pacto digital global

O Grupo reconhece que este processo será de natureza interdisciplinar e, portanto, as delegações dos Estados Membros em Nova York precisarão recorrer à experiência e ao conhecimento técnico de várias instituições e entidades nacionais.

É preciso garantir sinergias e evitar a duplicação entre várias entidades e processos relacionados à cooperação digital global, e aproveitar o que já foi alcançado. Para tanto, deve-se destacar outras plataformas existentes, incluindo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Fórum de Governança da Internet e a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) e é preciso maior clareza sobre as interrelações entre o Pacto Digital Global e essas plataformas.

O Pacto Digital Global deve abordar os aspectos de desenvolvimento de forma eficaz e focar na expansão do papel das tecnologias digitais como facilitadores da Agenda 2030 e dos ODS.

Outro ponto a ser destacado, incluem acabar com a exclusão digital, evitar a fragmentação da internet, aumentar o investimento em infraestruturas digitais, expandir o papel das tecnologias digitais na luta contra a pobreza extrema, combater a desinformação, proteger os dados avançando na transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, acabando com o monopólio tecnológico, abstendo-se de promulgar e aplicando quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais, avançando na capacitação e conectividade global, expandindo o empreendedorismo digital e fortalecendo estruturas regulatórias relevantes.

### **New York, 31 de janeiro de 2022**

Declaração feita pela Sra Dália Torres Seara, terceira secretária da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas no fórum de parceria do ECOSOC 2023 sobre “Acelerando a recuperação do Coronavírus (Covid-19) e a implementação completa da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis

Diante dos efeitos socioeconômicos negativos da pandemia do Covid-19, os países em desenvolvimento têm lutado por suas economias, investindo no fortalecimento de seus sistemas de saúde e pagando suas dívidas externas. Os países do Sul viram suas dívidas externas quase dobrar nos últimos anos, e tiveram que pagar cerca de 379 bilhões de dólares de suas reservas para defender suas moedas em 2022, quase o dobro do valor das novas Direitos Especiais de Saque atribuídos a eles pelo Fundo Monetário Internacional.

Para melhorar a situação é necessário acelerar a recuperação inclusiva e sustentável do Covid-19 e a plena implementação da Agenda 2030 em todos os níveis e alcançar a Cobertura Universal de Saúde com sistemas de saúde fortes e resilientes.

Deve-se dar seguimento à proposta do Secretário-Geral da ONU para um "Estímulo ODS" para impulsionar o desenvolvimento sustentável para os países em desenvolvimento.

Deve-se enfrentar os desafios do financiamento imediato, médio e de longo prazo. É imperativo um aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, financiamento concessional; a redistribuição voluntária de Direitos Especiais de Saque não utilizados, bem como um plano para a solução da dívida.

Deve-se reformar a arquitetura financeira internacional para fortalecer a voz e participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais.

Importante promover a transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

São também necessárias reformas no sistema comercial para promover o crescimento econômico e investimento em infraestrutura sustentável, assim como o combate às mudanças climáticas e seus efeitos negativos e moderar os preços dos alimentos, ampliando a produção de alimentos para construir um sistema global em que nenhum país seja deixado para trás.

O sistema de desenvolvimento da ONU tem um papel crítico a desempenhar no apoio aos países para superar seus desafios de desenvolvimento.

O Grupo reconhece o papel do ECOSOC na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e incentiva o Conselho a aumentar o engajamento na implementação dos

ODS. Para atingir as metas até 2030, é preciso um compromisso renovado com a solidariedade e cooperação internacional.

### **New York, 01 de fevereiro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na primeira sessão ordinária de 2023 da diretoria do segmento PNUD/UNFPA/UNOPS-PNUD: Diálogo interativo com o administrador

Enquanto o mundo continua enfrentando múltiplos desafios, os países em desenvolvimento lutam por sua recuperação econômica e para combater os efeitos devastadores da pandemia do Covid-19, que foram agravados por tensões geopolíticas, aumento da pressão sobre alimentos, crise econômica e financeira, volatilidade dos mercados, inflação, sobre-endividamento crescente, deslocamento de pessoas, medidas coercitivas unilaterais e os impactos adversos contínuos das mudanças climáticas que prejudicam sua capacidade de recuperação e sua confiança para superar todos os desafios econômicos e sociais atuais.

O Embaixador Pedro Luis destacou o retrocesso em relação aos ODS e que as perspectivas atuais não são animadoras. Estimando que o crescimento do PIB per capita nos países em desenvolvimento em 2022 foi abaixo do crescimento médio antes da pandemia, 2023 não será melhor. Da mesma forma, o PNUD estima que cada 1% de aumento adicional nos preços dos alimentos e energia tem o potencial de impulsionar 71 milhões de pessoas adicionais para a linha de pobreza.

São necessárias ações concretas e o G-77 e a China destacam as seguintes prioridades para acelerar a implementação dos ODS.

1) O acesso às vacinas contra a Covid-19 não deve mais ser um desafio. A disponibilidade de terapias, diagnósticos e outras ferramentas de saúde, vacinas e tratamentos para a Covid-19 deve ser universal.

2) É necessário ajuda financeira para os países em desenvolvimento e um incremento na Assistência Oficial ao Desenvolvimento, financiamento concessional e um plano abrangente, inclusivo e eficaz para a solução da dívida.

3) Essencial reformar a arquitetura financeira internacional para garantir a participação significativa dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais.

4) Deve-se implementar a agenda de mudanças climáticas de acordo com o princípio da equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas, de acordo com as decisões adotadas durante a COP 27 em Sharm el-Sheikh, incluindo o Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh e a operacionalização antecipada do Fundo de Perdas e Danos e seus recursos adequados são cruciais.

5) É preciso investimentos adequados em infraestrutura sustentável e resiliente, promover a transferência de tecnologia e capacitação, construir cadeias de abastecimento estáveis e promover sistemas de produção de alimentos para fomentar o desenvolvimento sustentável.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. Em 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

## **Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 01 de dezembro de 2022 05 de fevereiro de 2023**

**14 de dezembro de 2022**

### **Reunião do Movimento dos não alinhados (MNA) do capítulo UNESCO – Paris**



Realizada sob a presidência de Elman Abdullayev, delegado permanente da República do Azerbaijão junto à UNESCO e com a presença dos delegados permanentes dos Estados Membros do MNA junto à UNESCO.

Na ocasião, o Sr Elman Abdullayev informou sobre as atividades da Presidência do Azerbaijão frente ao MNA, incluindo a reunião anual de coordenação da MNA em Nova York à margem da AGNU, o Bazar Internacional de Caridade, as atividades da Organização de Jovens da MNA, a reunião dos Ministros da Educação do MNA, entre outras.

A presidente do Conselho Executivo da UNESCO falou sobre as atividades de sua pasta, as sessões informativas e consultas informais e encorajou os Estados Membros a sempre trazerem suas necessidades enfatizando sua disposição de ouvi-las.

A presidente do Grupo de pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) apresentou os desafios destes países e falou sobre a recém-elaborada estratégia operacional para os SIDS.

No final da reunião, discutiu-se as novas candidaturas pra o MNA-UNESCO e foi destacada a importância do apoio mútuo como sinal de solidariedade e para que o Movimento seja bem ouvido.

### **Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados**



O Movimento jovem dos não alinhados celebrou a semana mundial da harmonia inter-religiosa entre 1 e 7 de fevereiro de 2023.

No dia 11 de maio de 2022, foi organizado o “Fórum para promover os valores comuns entre os seguidores de religiões” na cidade de Riyadh na Arábia Saudita.

A Declaração de Riyadh sobre os Valores Humanos Comuns é uma conquista histórica que surgiu de um encontro

excepcional entre os seguidores de religiões sobre suas semelhanças universais, enfatizando que a harmonia entre todos, em torno dessas semelhanças compartilhadas é uma necessidade urgente para contribuir efetivamente para a paz do mundo e a harmonia de sociedades, sem prejuízo da identidade religiosa de qualquer um dos seguidores de religiões.

### **Centro Sul (*South Centre*)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

#### **Destaque do Centro Sul entre 01 de dezembro de 2022 e 5 de fevereiro de 2023**



Nos dias 5 e 6 de dezembro de 2022, foi realizada a **Reunião Regional de Alto Nível sobre Políticas de Propriedade Intelectual para Promover o Alcance de Objetivos de Saúde Pública** na cidade de Cartagena, organizada em cooperação com o Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia

Para saber mais, [clique aqui](#).

#### **3 de janeiro de 2023**

#### **Declaração do Centro Sul sobre a extensão da isenção do TRIPS para diagnósticos e terapias para Covid-19**

Os países desenvolvidos frustraram a iniciativa da Organização Mundial do Comércio (OMC) de estender o não pagamento de patentes para as vacinas contra o Covid-19. Isso dificulta o acesso oportuno a testes e tratamentos acessíveis para Covid-19 para a maior parte do mundo.

A Decisão Ministerial sobre o Acordo TRIPS (Acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio), adotada em 17 de junho de 2022, estabeleceu um prazo para um pacto sobre a extensão do acordo até 17 de dezembro.

Mais uma vez, os interesses da indústria farmacêutica parecem prevalecer sobre a saúde pública global, ignorando que, no contexto de uma crise sanitária global, é necessária uma resposta coordenada, rápida e eficaz para garantir o acesso em igualdade de condições aos produtos necessários para combatê-la. [Saiba mais](#).

## Novas lideranças nos grupos de países em 2023: G7, G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,  
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

### O G7- e as prioridades do Japão

Neste ano de 2023, o Japão assume a presidência do G7, que terá como principal evento sua cúpula anual, em Hiroshima, na qual os líderes das sete maiores economias se reunirão para discutir as maiores preocupações globais. O tema da presidência será: “*Japan Addressing Crises, Reigniting Sustainable Development, Bridging the G7 and G20.*” No contexto doméstico, o Japão se recupera do assassinato de uma importante personalidade política do país, o ex-primeiro-ministro do país Shinzo Abe. A economia tenta crescer, desde a pandemia de Covid-19, mas a guerra da Ucrânia tem impactado os preços de energia no país, contribuindo para aumento da inflação. No contexto externo, o Japão se preocupa com as tensões com a China, o desenvolvimento de ameaça nuclear pela Coreia do Norte e a instabilidade no Taiwan. É uma presidência a ser acompanhada de perto, principalmente diante da continuidade da Guerra da Ucrânia.

O atual primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, tem feito visitas aos países do G7. No Reino Unido, assinou um tratado de “acesso recíproco” em que forças militares de ambas as nações podem se posicionar nos solos uma da outra; Com Macron, foi fortalecida a aliança para segurança no indo-pacífico; Com a Itália, discutiu-se o desenvolvimento de tecnologia de inteligência artificial<sup>70</sup>; Já em relação aos EUA, o ministro japonês da economia, comércio e indústria (sigla em inglês: METI), Yasutoshi Nishimura, apresentou uma palestra no *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), uma importante instituição de política pública em questões de política externa e segurança nacional estadunidense<sup>71</sup>. No encontro, foi reforçado o mecanismo “Economic 2+2”, que é a coordenação de políticas entre os dois países no âmbito da tecnologia, segurança nacional, economia e política externa. Reforçou-se também o alinhamento aos Estados Unidos como um pilar na diplomacia japonesa.

Na palestra, Nishimura deu ênfase na solidariedade à Ucrânia e afirmou ter 3 áreas prioritárias: fortalecer a segurança econômica, a cooperação internacional entre países que possuem interesses similares e a capacidade de coerção. Nishimura também defendeu investimentos na inovação global, especificamente no mercado de semicondutores, junto à Toyota, Sony e outras corporações do setor privado, com o aporte de USD 15 milhões para os próximos meses e anos. Ainda, afirmou o aporte de investimentos em campos de biologia sintética e biomanufatura (USD 8 milhões). Prometeu apoio na diversificação energética de países asiáticos para redução de CO2 e conversão para hidrogênio, diminuindo drasticamente a dependência do gás liquefeito. Além disso, investimentos em fortalecimento cibernético e diversificação de cadeia de suprimentos também estiveram entre os tópicos mencionados<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> The West and Japan work to enhance their ties, post-Ukraine. Arab News. 2023. Disponível em: <<https://www.arabnews.com/node/2244851>>. Acesso em: 04/02/2023.

<sup>71</sup> Japan's 2023 G7 Priorities and the Future Economic Order. Strategic and International Studies. 2023. Disponível em: <<https://www.csis.org/events/japans-2023-g7-priorities-and-future-economic-order>>. Acesso em: 04/02/2023.

<sup>72</sup> Ibid.

O sherpa do Japão e embaixador, Kazuhiko Nakamura, afirmou ao T7 (think tank do grupo das 7 economias) que a presidência deste ano tem interesse em “fortalecer a cooperação multilateral para impulsionar a recuperação econômica, mitigação da mudança climática, saúde pública e não-proliferação”<sup>73</sup>. No que tange à ponte que será feita com o G20, interessantes questionamentos surgem a partir das divergências políticas que cada presidência adota. Enquanto a Índia manteve o consumo do petróleo russo o Japão se posiciona claramente contra a Rússia. Ainda, as alianças entre EUA x Japão, e o afastamento EUA x Índia. No entanto, as duas presidências possuem desafios em comum e áreas de colaboração, como por exemplo a mitigação do aquecimento global – especialmente quanto a emissão de gases de efeito estufa –, assistência após desastres naturais e modelos de desenvolvimento econômico.

Por fim, a escolha da cidade em que o *summit* terá lugar tem o seu simbolismo. Hiroshima, por ter se sofrido e se recuperado de situação catastrófica causada por bomba atômica, abre portas para uma discussão pela paz e não-proliferação de armas nucleares. O evento ocorrerá entre 19 e 21 de maio de 2023.



Fonte: G7 Twitter<sup>74</sup>

### **G20 sob nova direção: prioridades e primeiros passos da presidência indiana**

A partir de uma abordagem planetária e sustentável solidificada no tema "Uma Terra, Uma Família, Um Futuro", a Índia assumiu oficialmente a presidência do G20 em dezembro de 2022. Em decorrência da troca de gestão, ainda que exista uma continuidade de importantes iniciativas da antiga presidência, é comum que prioridades distintas sejam elencadas em um novo mandato. Nesse sentido, o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, destacou algumas das metas e objetivos fundamentais que guiarão o novo percurso do bloco neste ano<sup>75</sup>.

Para além da atenção colocada em uma abordagem voltada para ações coletivas e concretas, um dos principais destaques da presidência indiana será expressar as necessidades e perspectivas do Sul Global no G20. O país pretende se consolidar como porta-voz da região e ser a ponte na conciliação de interesses de nações desenvolvidas e em desenvolvimento<sup>76</sup>. Como a gestão do bloco será liderada por economias emergentes até 2025, visto que após a Índia o

<sup>73</sup> Senior Officials, Global Experts Outline T7 Japan Roadmap for Fostering Urgent G7 Policy Breakthroughs. T7. 2023. Disponível em: <<https://www.adb.org/adbi/news/senior-officials-global-experts-outline-t7-japan-roadmap-for-fostering-urgent-g7-policy-breakthroughs>>. Acesso em: 04/02/2023.

<sup>74</sup> G7 Japan Twitter. 2023. Disponível em: <<https://twitter.com/G7/status/1614808110144827393/photo/1>>. Acesso em: 04/02/2023.

<sup>75</sup> India's G-20 Presidency. **Narendra Modi**. 01 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.narendramodi.in/today-india-commences-its-g20-presidency--566168>> Acesso em: 04 fev. 2022.

<sup>76</sup> What India's G20 presidency offers the world. **The Week**. 08 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.theweek.in/columns/amitabh-kant/2022/12/31/the-essence-of-india-s-g20-presidency.html>> Acesso em: 03 fev. 2022.

Brasil e a África do Sul assumirão respectivamente a posição, há uma oportunidade para refletir as aspirações do Sul Global na agenda política. Com base nos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, o crescimento inclusivo e o progresso na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas aparecem como pontos prioritários.

**Imagem:** Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, em cerimônia de posse do G20



Fonte: G20, 2022.

Em consonância com a administração da Indonésia, a pauta climática e o movimento de digitalização, especialmente associado à saúde, também figuram no centro dos interesses indianos. A partir da campanha "*Lifestyle for Future*" (LiFE), o país pretende impulsionar os membros a fazerem escolhas sustentáveis e responsáveis a fim de criar um futuro mais limpo e inclusivo. Pautas como a transição energética, o financiamento climático, a diversificação e a resiliência de cadeias de abastecimento para alimentos e energia, são algumas das direções inicialmente apontadas pelo Primeiro Ministro.

Em relação ao desenvolvimento digital, é urgente para a Índia uma ampliação do acesso. Atualmente 4 bilhões de pessoas não possuem identidades digitais e mais de 2 bilhões não detém contas bancárias, ao passo que 130 países ainda não dispõem de mecanismos de pagamento digital<sup>77</sup>. O país aproveitará, então, a sua experiência de sucesso com o modelo indiano de infraestrutura digital para gerar boas práticas a nível global. Neste ponto, uma das novidades será o impulsionamento da Saúde Digital no G20<sup>78</sup>.

Com a pandemia da COVID-19, houve um aumento na demanda pela incorporação de tecnologias digitais em áreas como telemedicina, vigilância e gerenciamento clínico remoto. O país tem como destaque nessa seara o desenvolvimento da plataforma CoWIN (Winning Over Covid-19), criada pelo governo para impulsionar e ampliar a vacinação contra a COVID-19. A CoWIN é um sistema que facilita o cadastramento, imunização e emissão de certificados de

<sup>77</sup> What India's G20 presidency offers the world. **The Week**. 08 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.theweek.in/columns/amitabh-kant/2022/12/31/the-essence-of-india-s-g20-presidency.html>> Acesso em: 03 fev. 2022.

<sup>78</sup> Shot in the arm for global health. **The Hindu BL**. 08 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.thehindubusinessline.com/opinion/shot-in-the-arm-for-global-health/article66354064.ece/amp/>> Acesso em: 03 fev. 2023.

vacinação, e foi considerado um dos elementos vitais para o progresso da imunização no país<sup>79</sup>. Assim, a Saúde Digital aparece como um grande equalizador e facilitador para apoiar uma cobertura universal de saúde.

Outras contribuições originais para o bloco são a criação de um grupo de trabalho sobre desastres, riscos e resiliência e um novo grupo de engajamento focado em *startups*, o Startup 20<sup>80</sup>. A reforma multilateral de igual forma será trazida à discussão, tendo em vista a necessidade de ampliar as fontes de financiamento para preencher as lacunas de investimento enfrentadas pelos países em desenvolvimento, especialmente no que tange aos processos de transição energética. O papel do financiamento misto, do capital privado e dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) serão enfatizados.

De certa maneira, os primeiros encontros que aconteceram nos meses que antecedem a publicação deste Informe refletem essas prioridades da nova presidência. A primeira reunião dos Vice-ministros das Finanças e dos Bancos Centrais do G20, realizada nos dias 13 a 15 de dezembro de 2022 na cidade de Bengaluru, é um exemplo. As discussões, divididas em 7 sessões, concentraram-se em questões relacionadas ao (i) fortalecimento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs); (ii) ao gerenciamento da dívida global; (iii) ao financiamento de ações climáticas, dos ODS e da construção de cidades resilientes; (iv) ao monitoramento do progresso do pacote tributário de Dois Pilares formulado junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); (v) ao fortalecimento e expansão para países de baixa renda do acordo para a Preparação, Resposta e Prevenção de Futuras Pandemias (PPR), dentre outras<sup>81</sup>.

O primeiro encontro do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento (DWG) também deve ser mencionado. A reunião que aconteceu em 13 de dezembro foi dividida em quatro painéis que destacaram as prioridades do grupo<sup>82</sup>. As sessões 1 e 2 focaram na aceleração do cumprimento dos ODS, nos gargalos existentes para o acesso a um financiamento sustentável e na necessidade de fortalecer os esforços para alcançar a igualdade de gênero. A sessão 3, por sua vez, contemplou a importância da qualidade e da confiança de dados para o desenvolvimento, enquanto a última discussão girou em torno da implementação do LiFE. Sobre este último tópico, os delegados do G20 saudaram o foco trazido ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e deliberaram sobre maneiras de integrá-lo com realidades e conhecimentos locais.

Já na área da saúde, as metas foram ressaltadas em dois encontros, um primeiro que aconteceu virtualmente em 20 de dezembro de 2022, na 1ª Reunião da Força-Tarefa Conjunta

---

<sup>79</sup> India's fight against pandemic aided by successful CoWIN app. **UNDP**. 21 jan 2022. Disponível em: <<https://www.undp.org/asia-pacific/blog/india%E2%80%99s-fight-against-pandemic-aided-successful-cowin-app>> Acesso em: 04 fev 2023.

<sup>80</sup> 2023 Golden Year for India. **G20 Newsletter**. jan 2023. Disponível em: <[https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty\\_new/document/G20\\_Newsletter%20English\\_Issue.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_Newsletter%20English_Issue.pdf)> Acesso em: 03 fev. 2023.

<sup>81</sup> India hosts the First G20 Finance and Central Bank Deputies Meeting under the G20 India Presidency in Bengaluru, Karnataka. **G20**. 14 dez 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/december-2022/fin-14/>> Acesso em: 04 fev 2023.

<sup>82</sup> First Meeting of G20 Development Working Group. **G20**. 16 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/december-2022/first-working/>> Acesso em: 05 fev. 2023.

de Finanças e Saúde<sup>83</sup>, e um segundo realizado na cidade de Thiruvananthapuram, nos dias 18 a 20 de janeiro deste ano, na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde (HWG). Durante os eventos, a Índia ressaltou que pretende consolidar as principais atividades das presidências anteriores e expôs três linhas principais para a atuação ao longo do ano: (i) a prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde com foco em uma abordagem de Saúde Única e resistência antimicrobiana (RAM); (ii) o fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico para ampliar o acesso e a qualidade de vacinas, tratamentos e diagnósticos; e (iii) inovações e soluções digitais para melhorar a prestação de serviços e atingir uma cobertura universal de saúde<sup>84</sup>.

Por fim, em relação à agenda oficial do bloco, ao longo do ano estão planejadas a realização de mais de 200 reuniões, com a Cúpula prevista para acontecer na capital Nova Délhi, em setembro de 2023. De forma geral, o saldo dos primeiros encontros foi positivo e os membros demonstraram apoio ao direcionamento da presidência indiana. Contudo, é cedo para prospectar o sucesso da nova gestão, principalmente com a guerra na Ucrânia ainda em andamento. O que se pode afirmar é que dada a natureza complexa dos desafios políticos globais, as instituições multilaterais continuam a ser extremamente importantes para fornecer soluções e funcionar como espaço de diálogo. Sob nova direção, espera-se que o G20 consiga recuperar esse papel.

#### **OCDE: Buscando melhorias para o futuro**

Desde o período após o lançamento do último informe de 2022 até o fim do período analisado por este informe, é possível observar e destacar alguns feitos dentro da miríade de realizações, estudos, avanços e continuidades produzidas e promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

A exemplo, ainda em dezembro de 2022, a OCDE conquistou a adoção de seus países-membros de um histórico acordo intergovernamental sobre a salvaguarda da privacidade e de outros direitos humanos e liberdades no acesso aos dados pessoais para fins de segurança nacional e aplicação da lei<sup>85</sup>. Desse modo, através da Declaração da OCDE sobre o Acesso do Governo aos Dados Pessoais Retidos por Entidades do Setor Privado<sup>86</sup> procura-se promover melhorias no que diz respeito à matéria de confiança e transparência nos fluxos de dados transfronteiriços – que são essenciais para a transformação e evolução digital da economia global –, marcando não só um importante compromisso político das nações participantes da organização, como também aberto à adesão de outros para a iniciativa. Assim, há a promoção

---

<sup>83</sup> 1st Joint Finance and Health Task Force Meeting. **G20**. 20 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/december-2022/first-taskforce/>> Acesso em: 05 fev. 2023.

<sup>84</sup> 1st G20 Health Working Group Meeting to Commence from 18-20 January at Thiruvananthapuram, Kerala. **G20**. 16 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/january-2023/hwg1/>> Acesso em: 05 fev. 2023.

<sup>85</sup> Landmark agreement adopted on safeguarding privacy in law enforcement and national security data access. **OCDE**. 14 dez 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/landmark-agreement-adopted-on-safeguarding-privacy-in-law-enforcement-and-national-security-data-access.htm>>. Acesso em: 03 fev 2023.

<sup>86</sup> OCDE. **Declaration on Government Access to Personal Data Held by Private Sector Entities**. 13 dez 2022. Disponível em: <<https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0487>>. Acesso em: 03 fev 2023.

coletiva de sua abordagem em favor dos valores democráticos e do Estado de direito frente às preocupantes inseguranças da manutenção da ausência de princípios comuns em tais temas.

Outra pauta válida de destaque foi a movimentação ao longo do mês de janeiro de 2023 da organização internacional de anúncios de algumas mudanças de pessoal para certos cargos estratégicos em sua estrutura organizacional. A primeira delas foi a nomeação de Manal Corwin como a próxima diretora do Centro de OCDE para Política Fiscal e Administração Tributária<sup>87</sup>, com a missão de liderar a partir do mês de abril o trabalho do Centro em todas suas áreas e projetos, como, por exemplo, a proposta da solução de dois pilares para os desafios fiscais da digitalização e seu tão aguardado desenrolar na comunidade internacional<sup>88</sup>. Já o cargo de Economista-Chefe da OCDE também sofrerá alterações, com Clare Lombardelli sendo a próxima pessoa a ocupá-lo a partir de maio deste ano<sup>89</sup>. É esperado que Lombardelli consiga cumprir sua função de coordenar a análise econômica da organização e de prestar aconselhamento de políticas para os países-membros a fim de otimizar seus desenvolvimentos e crescimentos econômicos mesmo enfrentando um momento crítico para a economia global, que permanece com as consequências econômicas e sociais da pandemia da Covid-19, o conflito russo-ucraniano, a necessidade de transformações estruturais para garantir as transições verdes e digitais e o envelhecimento da população em muitas economias.

Na esteira de tais anúncios, outro interessante para ressaltar foi sobre a adesão de Fabrizia Lapecorella para o grupo de secretários da Secretaria-Geral Adjunta<sup>90</sup>. Dessa forma, a instância que pertence ao Secretariado da OCDE passa a ter finalmente uma paridade de gêneros entre seus membros, além de se beneficiar da *expertise* de sua nova integrante.

Em paralelo, no que tange às atualizações relevantes dos temas relacionados diretamente à saúde, duas publicações são aqui ressaltadas. A primeira, lançada em dezembro, foi o estudo chamado “Primary Health Care for Resilient Health Systems in Latin America”<sup>91</sup>. Nele, a organização intergovernamental chama a atenção sobre a experiência de sete países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru) e seus sistemas de saúde às suas populações, dado que os mesmos já eram sobrecarregados por uma série de desafios desde doenças e o acesso desigual aos serviços de saúde até questões como ineficiências sistêmicas e subinvestimento geral em saúde e que foram duramente afetados pela emergência da pandemia de Covid-19.

Assim, são consideradas no estudo as políticas de atenção primária à saúde promovidas pelos países analisados e as ações tomadas para absorver o impacto da pandemia e para se

---

<sup>87</sup> OECD appoints Manal Corwin as new Director of its Centre for Tax Policy and Administration. **OCDE**. 13 jan 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-appoints-manal-corwin-as-new-director-of-its-centre-for-tax-policy-and-administration.htm>>. Acesso em: 3 fev 2023.

<sup>88</sup> Revenue impact of international tax reform better than expected: OECD. **OCDE**. 18 jan 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/revenue-impact-of-international-tax-reform-better-than-expected.htm>>. Acesso em: 03 fev 2023.

<sup>89</sup> OECD appoints Clare Lombardelli as Chief Economist. **OCDE**. 13 jan 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-appoints-clare-lombardelli-as-chief-economist.htm>>. Acesso em: 3 fev 2023.

<sup>90</sup> OECD appoints Fabrizia Lapecorella as Deputy Secretary-General. **OCDE**. 25 jan 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-appoints-fabrizia-lapecorella-as-deputy-secretary-general.htm>>. Acesso em: 03 jan 2023.

<sup>91</sup> OCDE. **Primary Health Care for Resilient Health Systems in Latin America**. OECD Health Policy Studies. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/743e6228-en>>. Acesso em: 03 fev 2023.

recuperar da mesma. Dessa forma, o relatório procura fornecer conclusões e orientações às autoridades públicas da região a fim de otimizar seus esforços através do fortalecimento da atenção primária para o fomento e desenvolvimento de sistemas de saúde mais resilientes e preparados tanto para enfrentar os desafios e problemáticas estruturais locais, quanto para o possível risco da emergência de futuras pandemias.

Ademais, em janeiro deste ano foi publicado também o estudo “The Covid-19 Pandemic and the Future of Telemedicine”<sup>92</sup>, que propõe destacar de modo geral os desenvolvimentos e avanços no uso da telemedicina após escalada da pandemia de Covid-19 e a suspensão massiva do atendimento presencial no início de 2020. O que antes eram recursos bastante limitados, impedidos por barreiras regulatórias e inclusive com hesitação de pacientes e provedores de serviço rapidamente passou a desempenhar um papel vital na manutenção do acesso aos cuidados com a redução das trocas presenciais em favor do atendimento remoto, se tornando mais uma rica possibilidade na saúde mesmo no cenário pós-crise de Covid-19. Contudo, ainda restam questões importantes de serem debatidas e analisadas propriamente sobre sua regulamentação, uso, custo e integração com outros tipos de atendimento e, por isso, o documento busca apresentar, a partir da análise da experiência de países da OCDE, as prioridades para informar formuladores de políticas e assim promover a discussão sobre o melhor uso dos serviços de atendimento remoto no futuro.

Por fim, no que concerne às progressões da adesão brasileira ao grupo internacional é interessante salientar a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a possibilidade de um pedido para mudanças na proposta da adesão do Brasil e também sobre a não existência de algum impedimento para que o país pleiteie tais alterações para uma maior conformidade com seus interesses<sup>93</sup>. Outro elemento possivelmente significativo de modo complementar, todavia, foi a mais recente atualização do Relatório de Transparência Internacional<sup>94,95</sup>, que indica o índice de percepção de corrupção no mundo. O mesmo aponta um desempenho bastante abaixo da média da OCDE para o Brasil, o que pode vir a gerar impactos negativos e impasses para o país latino-americano.

---

<sup>92</sup> OCDE. **The COVID-19 Pandemic and the Future of Telemedicine**. OECD Health Policy Studies. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/ac8b0a27-en>>. Acesso em: 03 fev 2023.

<sup>93</sup> NASCIMENTO, Luciano. Haddad diz que não há impedimento para Brasil pleitear adesão à OCDE. **Agência Brasil**. 18 jan 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/haddad-diz-que-nao-ha-impedimento-para-brasil-pleitear-adesao-ocde>>. Acesso: 03 fev 2023.

<sup>94</sup> Índice de corrupção: Brasil fica abaixo da média mundial de integridade. **OBSERVATÓRIO 3º SETOR**. 01 fev 2023. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/indice-de-corrupcao-brasil-fica-abaixo-da-media-mundial-de-integridade/>>. Acesso em: 03 fev 2023.

<sup>95</sup> BASSI, Fernanda. Brasil está estagnado em índice de corrupção global, diz ONG. **PODER 360**. 31 jan 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-esta-estagnado-em-indice-de-corrupcao-global-diz-ong/>>. Acesso em: 03 fev 2023.

## **O BRICS no discurso de Lula, a África do Sul na PPT do BRICS sob o lema BRICS e África, lançamento da primeira vacina nasal da Índia e o potencial conflito EUA vs. China em 2025**

*Claudia Horisch*

Em seu discurso de posse, Lula disse que é preciso fortalecer o BRICS e as organizações multilaterais para buscar a soberania e romper o isolamento a que o país foi relegado. Ainda em março Lula pretende visitar a China.

A África do Sul presidirá o BRICS nesse ano sob o lema "BRICS e África: parceria para crescimento mutuamente acelerado, desenvolvimento sustentável e multilateralismo inclusivo". Tudo indica que a próxima Cúpula do grupo ocorrerá no final de agosto em Durban, África do Sul. O país tentará reforçar as relações intraBRICS e a parceria com os principais atores do Sul Global em questões relacionadas à governança global e sua reforma, e ao desenvolvimento. Espera-se que a presidência sul-africana aborde a possível expansão do BRICS em resposta ao interesse manifestado por alguns países, como a Argentina em ingressar no grupo. Em visita recente à Angola, o chanceler russo, Sergei Lavrov, indicou que os países do BRICS irão analisar a iniciativa de criação de uma moeda comum na Cúpula que ocorrerá na África do Sul<sup>96</sup>.

O governo brasileiro pediu para os demais membros do grupo o adiamento da presidência rotativa do grupo pelo Brasil, em 2024, para não coincidir com sua presidência do G20. Em resposta, o MRE da Rússia confirmou que irá assumir a presidência do BRICS em 2024 e será sucedido pelo Brasil no ano seguinte.

### **A primeira vacina nasal Cov-19 foi lançada pela Índia, um dos BRICS**

A Índia lançou no final de janeiro sua primeira vacina nasal contra a Covid-19 a iNCOVACC da Bharat Biotech<sup>97</sup>.

### **Oficial da Força Aérea dos EUA prevê guerra com a China em 2025**

Um documento interno da Força Aérea americana expõe as estimativas do chefe do Comando de Mobilidade Aérea e pede aos militares que intensifiquem as preparações para um "potencial conflito" com a China em breve prazo<sup>98</sup>. O comunicado prevê que daqui a dois anos os EUA e a China poderão estar em guerra. Nunca uma estimativa por parte das autoridades norte-americanas tinha apontado uma data tão próxima.

Quem assina o documento, enumera uma série de datas-chave, partindo do pressuposto de que o conflito será desencadeado por uma invasão chinesa à Taiwan, ilha reivindicada por Pequim que é governada de forma autônoma desde 1949 e é aliada de Washington.

---

<sup>96</sup> [MRE russo: BRICS debaterá criação de moeda comum na próxima cúpula na África do Sul - 25.01.2023, Sputnik Brasil \(sputniknewsbrasil.com.br\)](https://sputniknewsbrasil.com.br/mre-russo-brics-debater%C3%A1-cria%C3%A7%C3%A3o-de-moeda-comum-na-pr%C3%B3xima-c%C3%BApula-na-%C3%A1frica-do-sul-25-01-2023); [Lavrov sobre moeda única do BRICS: não se pode confiar nos mecanismos financeiros do Ocidente - 24.01.2023, Sputnik Brasil \(sputniknewsbrasil.com.br\)](https://sputniknewsbrasil.com.br/lavrov-sobre-moeda-%C3%BAnica-do-brics-n%C3%A3o-se-pode-confiar-nos-mecanismos-financeiros-do-ocidente-24-01-2023)

<sup>97</sup> [India gets first nasal Covid vaccine: How it can be the 'game changer' | India News - Times of India \(indiatimes.com\)](https://indiatimes.com/india-gets-first-nasal-covid-vaccine-how-it-can-be-the-game-changer)

<sup>98</sup> <https://www.publico.pt/2023/01/28/mundo/noticia/oficial-forca-aerea-eua-preve-guerra-china-2025-2036793>

Os EUA vêm fazendo provocações à China. A presidente da Câmara dos EUA Nancy Pelosi visitou Taiwan em agosto de 2022 e na ocasião disse queria deixar “inequivocamente claro” que os americanos não abandonarão Taiwan. A visita da política irritou Pequim. Na ocasião da visita, a presidente de Taiwan Tsai Ing-wen declarou que Taipé fará “o que for preciso” para fortalecer sua capacidade de autodefesa, que vem enfrentando ameaças militares intensificadas, mas Taiwan não irá recuar. Tsai acrescentou que defenderão firmemente sua soberania e continuarão a manter a linha de defesa da democracia.

Os dirigentes norte-americanos têm intensificado os alertas para a possibilidade de eclosão de um conflito com a China. O próprio presidente Joe Biden já afirmou que Washington não deixará de intervir em caso de invasão ou ataque contra Taiwan. Por outro lado, Pequim tem reafirmado a intenção de reintegrar a ilha de 21 milhões de habitantes e embora defenda uma “reunificação pacífica”, não exclui a via da força.

Dois meses depois da visita de Pelosi, Xi montou o seu conselho de guerra. As eleições de Taiwan serão em 2024 e fornecerão a Xi uma razão; as eleições presidenciais dos EUA serão em 2024 e irão propiciar à Xi uma América distraída.

As razões e oportunidades de Xi estão alinhadas para 2025.

Putin e Xi saudaram os "melhores laços de sua história" e se comprometeram a aprofundar as relações de seus países. Xi disse que "trabalhará com a Rússia para promover a expansão do BRICS via adesão dos países interessados a fim de potencializar a força dos países do grupo"<sup>99</sup>

No final de 2022, Putin e Xi Jinping saudaram um relacionamento próximo que descreveram como "desfrutando do melhor período da história dos dois países" e se comprometeram a aprofundar os laços estratégicos em meio a suas respectivas tensões com o Ocidente.

Putin disse à Xi que "No contexto das crescentes tensões geopolíticas, a importância da parceria estratégica russo-chinesa como fator de estabilidade, está crescendo. Disse que suas relações atuais estão desfrutando do melhor período de suas histórias e podem ser consideradas como um modelo de cooperação entre as grandes potências no século XXI".

Conversaram sobre a Ucrânia e Xi "ênfatisou que a China observou a declaração da Rússia de que nunca se recusou a resolver o conflito por meio de negociações diplomáticas e a China elogia isso".

Putin criticou as sanções ocidentais e disse que "apesar da situação externa desfavorável, das restrições ilegítimas, a Rússia e a China alcançaram taxas de crescimento recorde no comércio mútuo", que aumentaram 25% em 2022 e estão a caminho de atingir uma meta de US\$ 200 bilhões até 2024. "Em 2022, a Rússia se tornou um dos líderes nas exportações de petróleo para a China", e em 2023 prometeram aumentar ainda mais a oferta.

Xi em seus comentários a Putin alertou para "uma mentalidade da Guerra Fria, que leva à divisão e antagonismo, e alimenta o confronto entre blocos"; disse que a China "está pronta para dar as mãos à Rússia e a todas as outras forças progressistas ao redor do mundo que se opõem à hegemonia e à política de poder". **Ele acrescentou que a China "trabalhará com a Rússia para promover ativamente a expansão da adesão ao BRICS para reforçar a força dos países do grupo".**

---

<sup>99</sup> [Putin, Xi hail 'best in history' ties, commit to deepen relations - The Hindu](#)

## Saúde Global e Diplomacia da Saúde na ALC

*Sebastián Tobar e Miryam Minayo*

### **Panorama Político da América Latina – uma breve atualização**

O ano de 2023 dá início a um novo ciclo político da região. A América Latina começa o ano sendo palco das importantes mudanças de rumos políticos de alguns países em 2022, como foi a participação do presidente Lula na Cúpula da CELAC em Buenos Aires, marcando o retorno do país à cooperação regional.

No entanto, a região também viverá um complexo processo eleitoral ao longo do ano, que culminará com as eleições na Argentina, em outubro deste ano.

Esse momento de incertezas sobre as futuras novas (?) direções políticas em muitos países, encontra a região em uma fase extremamente polarizada. Muitos partidos progressistas que se encontram no poder têm perdido apoio e estão apresentando dificuldade em implementar mudanças ou reformas substanciais.

O contexto da pandemia e as crises sociais aprofundadas pelas consequências da Covid-19 nos mais diversos setores parecem haver contribuído para a eleição de governos de esquerda no ano de 2022. No entanto, à diferença do que ocorreu no início do século XXI, não há indícios de um firme movimento ideológico progressistas na região, ao contrário, as atuais esquerdas no poder são significativamente heterogêneas e com pautas distintas entre si.<sup>100</sup>

Por tanto, acompanhar e as alternâncias entre governos de esquerda e de direita na América Latina vai ser chave nos processos de integração e alinhamentos e de equilíbrio regional. Muitas das atuais lideranças regionais, embora tenham assumido com grandes expectativas de suas populações – Presidente Lula no Brasil, Petros na Colômbia e Boric no Chile, estão enfrentando (ou enfrentarão) grandes problemas internos para aprovar e operacionalizar as reformas necessárias ou prometidas em seus países.

As movimentações políticas já começaram. No dia 5 de fevereiro, no **Equador**, o povo escolheu as suas autoridades municipais, estaduais e deputados, além de ter respondido a uma consulta pública sobre alguns pontos que podem levar a uma reforma da constituição.

Em 26 de março, em **Cuba**, pelo menos oito milhões de cubanos vão eleger os seus representantes para a Assembleia Nacional. Apenas 27% dos atuais representantes na Assembleia Nacional estão concorrendo à reeleição<sup>101</sup> e 44% dos candidatos são mulheres. O número total de candidatos sobe para 26.746. O novo Parlamento proporá e elegerá os principais cargos políticos do país, incluindo o de Presidente da República, ao qual o atual presidente, Miguel Díaz-Canel, pode aspirar por mais cinco anos.

Com as eleições gerais de 26 de março, completa-se o ciclo iniciado em 27 de novembro de 2022, com o primeiro turno das eleições para delegados municipais – vereadores de bairro, que bateram um recorde histórico de abstenção desde o triunfo da revolução em 1959, segundo

---

<sup>100</sup> <https://blogfca.pucminas.br/colab/existe-uma-nova-onda-rosa-na-america-do-sul/>

<sup>101</sup> <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20221127-cuba-inicia-nuevo-ciclo-electoral-con-la-elecci%C3%B3n-de-delegados-a-las-asambleas-municipales>

dados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CEN). A principal opção para quem não apoia o partido de governo é abster-se, votar em branco ou nulo.

Em 30 de abril, no **Paraguai**, haverá eleições para Presidentes, 45 senadores, 80 deputados e 17 governadores. Paraguai é sempre uma incógnita pela longa hegemonia do partido colorado e um esquema predominantemente bipartidista muito longo na América Latina. Mas, tudo parece apontar na direção de uma reconfiguração da oposição e existência de grandes tensões dentro do partido colorado. Horacio Cartes ganhou as primárias frente ao atual presidente Mario Abdo Benitez. Na oposição, a Concertação é uma aliança de oposição que reúne 23 partidos e dois movimentos sob a liderança do liberal Pedro Efraim Méndez

A **Guatemala** também passará por eleições presidenciais este ano. O atual Presidente Alejandro Giammatteri não poderá se reeleger, mas espera que seu partido ganhe as eleições, por meio do Congressista Manuel Conde Orellana. Porém, segundo pesquisa de opinião realizada em dezembro de 2022, Conde ocupava o nono lugar com apenas 1% das intenções de voto. Segundo o mesmo levantamento, a ex-deputada Zury Rios lidera as intenções de voto com 16% do apoio da população.

Em outubro do 2023, a **Argentina** passará pelo processo eleitoral para presidente, 130 deputados nacionais e 24 senadores nacionais, além de eleições para governador em muitas províncias. As eleições da Argentina no mês de outubro terão um grande impacto regional. O país exerce forte liderança na CELAC e tem retomado relacionamento bilateral com Brasil, simbolizado pela recente visita do presidente Lula à Buenos Aires.

O Presidente Petro de **Colômbia** mantém uma imagem favorável entre os colombianos de quase 48.7% de acordo com diferentes pesquisas de opinião. No mês de outubro o país vai ter eleições regionais. O presidente Petro tem como principal desafio a reconciliação e novos acordos de paz com a guerrilha terrorista do Exército de Libertação Nacional (ELN), a Reforma Tributária necessária para impulsionar reformas sociais de seu governo.

No **Chile**, depois do fracasso do processo da reforma da Constituição, será convocada em maio as eleições para escolher os encarregados do novo projeto de reforma, que tem que ser aprovado no mês de novembro, num cenário em que o presidente Boric vem sofrendo grande queda de sua aprovação.

O Presidente Lopez Obrador, do **México**, também vai passar por um grande desafio para ganhar no Estado de México e em Coahuila. Os resultados nestas governações é chave para o avanço de seu projeto político.

O **Peru** é um país onde se manifesta grande incerteza após a saída do presidente Castillo. A atual presidente Dina Boluarte e o Congresso peruano não conseguiram acalmar a população, que exige nas ruas clareza sobre o futuro político do país. Embora a Presidente Boluarte tenha pedido adiantar as eleições para 2023, o Congresso ainda não aprovou.

Os resultados de todos esses processos eleitorais vão ser chaves para a possibilidade de uma ação coletiva comum regional, por meio da diplomacia e do posicionamento geopolítico da região em fóruns multilaterais.

Nesse contexto, o grande desafio é poder construir e alavancar uma integração regional que resolva ou caminhe na direção da solução dos problemas concretos de sua população. Mais ainda, quando a América Latina é uma das regiões mais impactadas econômica e socialmente pela pandemia e pela atual guerra na Ucrânia.

Neste relatório, abordaremos os principais acontecimentos nos organismos regionais e, em particular, a situação recente de Equador e a Saúde na VII Cúpula da CELAC.

### **Equador: eleições e referendo para emendar a Constituição** <sup>102 103 104</sup>

Mais de 13 milhões de equatorianos foram convocados às urnas no domingo, dia 5 de fevereiro. Os eleitores tiveram que usar até sete cédulas em algumas áreas urbanas e elegeram as autoridades seccionais, incluindo 23 governadores, 221 prefeitos e mais de mil vereadores e deputados em todo o país. Além dos sete diretores do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS), órgão independente que representa a sociedade civil.

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, submeteu ao escrutínio da população de seu país uma série de emendas constitucionais, por meio de um referendo.

A presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) informou que a participação foi de 80,74%. Com os dados provisórios, estima-se que Jorge Yunda, da coligação Juntos por la Gente, teria sido eleito prefeito de Quito (cargo que já ocupou em 2019-21) e a correísta Paola Pabón teria sido governadora da província de Pichincha, segundo pesquisas de boca de urna.

Enquanto isso, Susana González e Cynthia Viteri, ambas da coalizão do Partido Social Cristiano-Madera de Guerrero (PSC-MG), foram respectivamente eleitas governadoras da província de Guayas e reeleitas prefeitas de sua capital, Guayaquil, segundo o jornal El Universo e o portal Primicias.

O processo de votação foi marcado pelo atentado fatal contra Omar Menéndez, candidato correísta a prefeito de Puerto López, em Manabí. Como resultado do ataque, o líder morreu no local e uma adolescente também perdeu a vida. Da mesma forma, a Polícia informou mais de 1.000 detidos e 65 armas de fogo apreendidas durante o dia.

A mídia local relatou 12 ataques e cinco candidatos mortos na campanha anterior, segundo a agência de notícias Sputnik.

Sobre o referendo, Lasso disse esperar aceitar os resultados “com maturidade” por “amor à pátria”. “Ninguém tem o direito de desrespeitar a democracia, ninguém tem o direito de ignorar a voz do povo”, disse, segundo a agência Europa Press. Isso acontece em um momento em que a popularidade do Lasso está em níveis muito baixos, entre 12 e 30% de aprovação, de acordo com diferentes pesquisas.

Além da escolha das autoridades locais, as perguntas que os equatorianos responderam foram:

1. A extradição de equatorianos é proibida em todos os crimes, incluindo aqueles relacionados ao crime organizado transnacional, como tráfico de drogas, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: Você concorda em permitir a extradição de equatorianos que

<sup>102</sup> <https://www.fmlapatriada.com.ar/expectativa-por-el-referendo-en-ecuador/>

<sup>103</sup> [https://es-us.noticias.yahoo.com/cambios-votan-ecuatorianos-inusual-referendo-115856041.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQAAABD9\\_db\\_WBzrjoPIG1i1AowTNAOSYRyHsD0v817TygduFIQiNhw9fe0aAPRY0ZqtLu54O\\_Q5jKIG\\_2gMfeUGZcESyYkuALQYJk7lpZ5vre-Dp9ecyp-Bc5s4Q55zDUSGBhdGJ5IWqWdZxhjNhUC2II0T9ub7Vor2jAyRgdrA4izgW](https://es-us.noticias.yahoo.com/cambios-votan-ecuatorianos-inusual-referendo-115856041.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAABD9_db_WBzrjoPIG1i1AowTNAOSYRyHsD0v817TygduFIQiNhw9fe0aAPRY0ZqtLu54O_Q5jKIG_2gMfeUGZcESyYkuALQYJk7lpZ5vre-Dp9ecyp-Bc5s4Q55zDUSGBhdGJ5IWqWdZxhjNhUC2II0T9ub7Vor2jAyRgdrA4izgW)

<sup>104</sup> <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/02/06/lento-escrutinio-en-el-referendum-de-ecuador-los-primeros-resultados-marcan-un-rechazo-a-las-propuestas-de-guillermo-lasso/>

cometeram crimes relacionados ao crime organizado transnacional, através de processos que respeitem direitos e garantias, alterando a Constituição de acordo com o Anexo 1?

2. Atualmente, o Conselho do Judiciário seleciona, avalia, promove, capacita e sanciona os procuradores: Você concorda em garantir a autonomia da Procuradoria Geral do Estado, para que ela selecione, avalie, promova, capacite e sancione os servidores que o conformem por meio de Conselho Fiscal, alterando a Constituição nos termos do Anexo 2?

3. Atualmente, a Assembleia Nacional é composta por 137 deputados e estima-se que, com base no recenseamento da população de 2022, este número suba para cerca de 152 deputados: Concorda com a redução do número de deputados e que eles ser eleito, de acordo com os seguintes critérios: 1 Deputado por província e mais 1 Deputado Provincial por cada 250.000 habitantes; 2 deputados à Assembleia Nacional por cada milhão de habitantes; e 1 Deputado para cada 500.000 habitantes residentes no exterior, alterando a Constituição Nacional de acordo com o Anexo 3?

4. Atualmente existem 272 movimentos políticos no Equador: Você concorda em exigir que os movimentos políticos tenham um número mínimo de filiados equivalente a 1,5% do registro eleitoral de sua jurisdição e obrigá-los a manter um registro periodicamente auditado de seus membros? o Conselho Nacional Eleitoral, alterando a Constituição de acordo com o Anexo 4?

5. O Conselho de Participação Cidadã e Controlo Social (CPCCS) é uma entidade pública que tem atualmente o poder de designar 77 autoridades: Você concorda com a eliminação do poder de designação de autoridades que o CPCCS tem e implementar processos públicos que garantam a participação cidadã, meritocracia e escrutínio público, de modo que é a Assembleia Nacional que designa através destes processos as autoridades atualmente eleitas pelos CPCCS que alteram a Constituição nos termos do Anexo 5?

6. O CPCCS é uma entidade pública que atualmente é eleita por sufrágio universal: Você concorda com a alteração do processo de designação dos membros do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, para que sejam eleitos por um processo que garanta a participação cidadã, meritocracia, escrutínio público, realizada pela Assembleia Nacional que altera a Constituição de acordo com o Anexo 6?

7. A Constituição exclui as áreas de proteção de águas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas: Você concorda que um subsistema de proteção de águas seja incorporado ao Sistema Nacional de Áreas Protegidas, alterado a constituição de acordo com o Anexo 7?

8. A Constituição não prevê indenização para quem apoia a geração de serviços ambientais: Você concorda que indivíduos, comunidades, povos e nacionalidades possam ser beneficiários de indenização devidamente regularizada pelo Estado, por seu apoio à geração de serviços ambientais, alterou a Constituição de acordo com o Anexo 8?

Os resultados finais desta consulta ainda não estão disponíveis, mas alguns dos resultados preliminares indicam que os equatorianos seriam contra essas emendas promovidas pelo presidente Lasso.

## **Peru: instabilidade social, protestos, mortes e incerteza sobre eleições presidenciais e parlamentares** <sup>105</sup> <sup>106</sup>

O Peru vive um período de grande instabilidade social e violência. Desde a queda do presidente Pedro Castillo, em dezembro do ano passado, protestos vem ocorrendo em diversas partes do país, com bloqueios de estradas, assaltos a aeroportos e, até o momento, 69 mortes.

As últimas três mortes foram imigrantes haitianos, incluindo uma criança, que morreram em Desaguadero, na fronteira com a Bolívia, depois de não conseguirem receber atendimento médico devido a bloqueios de estradas realizados por manifestantes, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Sob o lema “Que se vayan todos”, os manifestantes exigem a renúncia da atual presidente Dina Boluarte, a dissolução do Congresso e eleições imediatas. Alguns também exigem uma nova Constituição para o Peru.

Embora a princípio tenha garantido que esgotaria o mandato de Pedro Castillo e permaneceria no cargo até 2026, Boluarte vem modificando sua posição sob a pressão de protestos e pesquisas que mostram que a maioria dos peruanos vê eleições imediatas como o único caminho a seguir fora da crise. Segundo o Instituto de Estudos Peruanos, quase 75% da população quer que as eleições ocorram o mais rápido possível.

Primeiro, promoveu a realização das eleições em abril de 2024, o que foi aprovado liminarmente no Congresso. Mas isso não acalmou as manifestações e depois ele defendeu um processo eleitoral já em 2023.

Na passada semana, o Congresso do Peru recusou-se mais uma vez a adiantar as eleições para 2023. a última proposta, apresentada pelo deputado da Fuerza Popular (Fujimorismo) Hernando Guerra, não obteve os votos necessários.

Como havia anunciado dias antes, diante de nova recusa do Congresso, o governo da presidente Dina Boluarte apresentou um projeto de lei para que as eleições possam ser realizadas este ano.

“Há instantes entramos na mesa das partes do Congresso um projeto de lei que por mandato constitucional tem caráter de urgência e prioridade, iniciativa legislativa na qual estamos propondo a antecipação de eleições gerais para o ano de 2023”, declarou seu primeiro-ministro, Alberto Otárola.

“Esperamos que o Congresso prontamente, se possível nos próximos dias, coloque este projeto de lei em pauta e mais uma vez discuta e reflita sobre a necessidade de paz e tranquilidade que o país exige”, disse Otárola.

Boluarte tem pedido reiteradamente ao Congresso, que tem o poder de antecipar as eleições, que chegue a um acordo que permita ao país pacificar e dar uma saída à crise política em que está imerso desde a queda de Pedro Castillo.

---

<sup>105</sup><https://cnnspanol.cnn.com/2023/01/19/peru-54-muertos-estado-emergencia-violentas-protetas-orix/>

<sup>106</sup><https://www.infobae.com/peru/2023/02/03/protetas-en-peru-en-vivo-minuto-a-minuto-de-marchas-vias-bloqueadas-y-crisis-en-regiones-por-escasez-de-combustible-y-alimentos/>

Suas tentativas esbarraram até hoje com a recusa do Congresso, que também aparece nas pesquisas com percentual mínimo de aprovação. Manifestantes no Peru e comentários na mídia acusam os parlamentares de se agarrarem à cadeira e impedirem uma solução para o país.

O presidente do Congresso, José Williams, informou esta semana serão retomadas as novas sessões e serão analisadas as propostas apresentadas. Uma nova tentativa está por vir.

O que o projeto de lei propõe?

Segundo disse Otárola após apresentar o projeto, ele marca o primeiro turno para o segundo domingo de outubro deste ano.

As eleições seriam gerais e um novo presidente, vice-presidente e membros de um novo Congresso seriam eleitos. O objetivo é que todos eles possam assumir seus cargos nos primeiros meses de 2024.

O Governo reconhece que o país se encontra numa situação de emergência, que também tem graves repercussões econômicas. Bloqueios de estradas causaram escassez de alimentos, combustível e outros produtos básicos em vários departamentos do país. Algumas das principais minas tiveram que suspender suas atividades e o turismo internacional quase desapareceu.

Desde que a crise estourou, o Congresso já debateu várias vezes o possível avanço eleitoral. Numa primeira votação, aceitou-se adiantá-los para abril de 2024, mas, como implicaria uma reforma constitucional, é necessária uma segunda votação numa legislatura posterior, o que ainda não ocorreu.

Com o objetivo declarado de desobstruir a situação, o fujimorista Hernando Guerra promoveu um texto alternativo para a realização das eleições em 2023. Após intenso debate, a proposta incluía eleições "complementares", pelas quais as novas autoridades teriam mandato abreviado até 2026. Mas a proposta também foi rejeitada.

Algumas posições parecem inconciliáveis. Os porta-vozes das bancadas mais à direita, como Renovación Popular ou Avanza País, rejeitam a dissolução do Congresso e as eleições para deputados.

Enquanto os grupos mais à esquerda, como o Peru Libre ou o Bloco Magisterial, agora sustentam que só apoiarão uma lei que convoque eleições antecipadas se ela também contemplar um referendo sobre uma Assembleia Constituinte. O emaranhado continua e até mesmo a data preliminar aprovada de abril de 2024 não pode mais ser dada como certa.

## **Saúde na VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países da América Latina e Caribe – CELAC**

### **Apresentação**

A VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países da América Latina e Caribe (CELAC) foi realizada em 24 de janeiro de 2023, com a presença de 15 chefes de Estado e de Governo e representantes de 33 Estados da América Latina e do Caribe.

Este artigo analisa a Saúde na Cúpula referindo-se aos aspetos que os Chefes de Estado e de Governo acordaram.

## Introdução

A VII Cúpula contou com uma grande participação dos Estados Partes da CELAC. Estiveram presentes os presidentes Luis Inácio Lula da Silva (Brasil), Gustavo Petro (Colômbia), Gabriel Boric (Chile), Luis Arce (Bolívia), Xiomara Castro (Honduras), Mia Monttley (Barbados), Mario Abdo Benitez (Paraguai), Luis Lacalle Pou (Uruguai) e Miguel Díaz-Canel (Cuba).

Muito se especulou sobre a ausência do mexicano Andrés Manuel López Obrador, defendendo o distanciamento da CELAC e um maior alinhamento com os países da América do Norte, mas a verdade é que ele enviou seu chanceler e um dos homens mais fortes de seu gabinete, o secretário de Relações Exteriores Assuntos Marcelo Ebrard Casaubon, além de enviar um vídeo de 8 minutos para o encontro.

Outra ausência de última hora foi a do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro, que não compareceu argumentando *“motivos alheios à nossa própria vontade”*, *“...a perseguição permanente e as emboscadas que são calculadas”*. O Governo Bolivariano emitiu um comunicado oficial, argumentando a existência de *“um plano elaborado dentro da direita neofascista cujo objetivo é realizar uma série de ataques contra a delegação”*<sup>107</sup>.

Nesse sentido, tanto a República Bolivariana da Venezuela quanto a Nicarágua participaram por meio de seus chanceleres: Yvan Gil e Denis Moncada, respectivamente.

A CELAC se firmou como um instrumento de articulação e defesa da identidade, aspirações e cultura regional, com uma visão humanista, que reafirmava o conceito de uma região unida e soberana, comprometida com um destino comum.

A ideia que sustentou a sua criação da foi ser um instrumento político dedicado a unir vontades, respeitar a diversidade, resolver diferenças, além de cooperar para o bem comum e a solidariedade, agrupando permanentemente os 33 países da região em um mecanismo de diálogo e consulta, que se tornará um ator político chave para promover a integração política, econômica, social e cultural, alcançando um equilíbrio entre unidade e diversidade.

Algumas presenças na VII Cúpula chamaram a atenção, como a participação do assessor do presidente Biden para as Américas, Chris Dodd. A presença do representante dos EUA está associada à ideia de reforçar a CELAC *“como um fórum multilateral de diálogo interamericano e global baseado na solidariedade, na cooperação e na solução pacífica de conflitos”*<sup>108</sup>.

A outra presença que chamou a atenção foi a participação por meio de um vídeo do presidente da China, Xi Jinping, no qual destacou que *“a China tem trabalhado com a América Latina e o Caribe para reforçar constantemente a construção do Fórum China-Celac”*. Xi Jinping reconheceu que *“atualmente, o mundo entrou em um novo período de turbulência e transformação”*. Vale ressaltar que uma das principais tensões ocorridas durante a Cúpula foi a intenção expressa por Lacalle Pou em um acordo bilateral entre Uruguai e China, fora do MERCOSUL.

Diferentemente de outros âmbitos multilaterais, a Cúpula da CELAC não conta com uma Agenda estruturada de temas, mas após a abertura do Presidente Fernández da Argentina, como

---

<sup>107</sup> <https://mppre.gob.ve/comunicado/venezuela-denuncia-plan-derecha-neofascista-contra-delegacion-asistira-cumbre-celac-argentina/>

<sup>108</sup> Declaração do Presidente Alberto Fernández sobre a participação dos Estados Unidos na VII Cúpula da CELAC

anfitrião, e a apresentação de um relatório sobre as tarefas realizadas durante a presidência Pro Tempore da Argentina, foi aberta aos diferentes países para que façam suas intervenções, colocando os temas ou assuntos que considerem prioritários para seus países, em virtude da heterogeneidade dos Estados que compõem a CELAC e de seus interesses.

### **Saúde na Declaração de Buenos Aires**

O documento final da Cúpula *Declaração de Buenos Aires*<sup>109</sup>, assinado pelos presidentes dos países participantes, destacou o compromisso com a democracia e a promoção da integração regional.

A declaração de 28 páginas e 111 parágrafos, enfatiza que *“a democracia é uma conquista da região que não admite interrupções”* em clara referência à tentativa de golpe vivida no Brasil. Também reafirmam que a realização de *“eleições livres, periódicas e transparentes”* é uma *“expressão da soberania do povo”*. Mesmo quando as críticas de alguns líderes sobre eleições livres na Venezuela, Nicarágua ou respeito pelos direitos humanos não foram superadas.

Sob o título de *“Estratégia da Saúde”* o comunicado apresenta 5 artigos referentes ao setor.

O ponto 17 afirma *“a importância de melhorar a coordenação das capacidades nacionais para enfrentar melhor os desafios atuais e futuros em saúde, promovendo uma abordagem de solidariedade e cooperação”*. Este parágrafo é importante na medida em que os países têm buscado respostas individuais para o enfrentamento da pandemia, quando se sabe que os desafios de saúde transcendem as fronteiras e uma maior coordenação e cooperação nos esforços de enfrentamento podem permitir respostas mais eficazes.

Nesse sentido, em agosto de 2020, os presidentes da Argentina e do México promoveram uma iniciativa para fabricar 200 milhões de doses da vacina de Oxford e AstraZeneca. A transferência de tecnologia foi proposta para que a empresa argentina mAbxience desenvolva o IFA (Pharmaceutical Chemical Substance) na Argentina<sup>110</sup> e o laboratório Liomont no México seu envase para a região das Américas, com exceção do Brasil, antecipando tê-lo disponível para o primeiro trimestre de 2021. Vale ressaltar, porém, que a iniciativa foi anunciada para garantir o acesso à vacina na América Latina, de forma universal e gratuita, mas demorou muito para ser executada, devido à dependência da planta do México por insumos importados dos Estados Unidos.

Posteriormente, no mesmo ponto 17, exorta-se que as políticas *“coloquem a pessoa no centro das políticas de saúde e resiliência, garantindo que a prestação de serviços tenha em conta as necessidades específicas de grupos em situação de vulnerabilidade e/ou historicamente discriminados, como indígenas, afrodescendentes, mulheres, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, incorporando o reconhecimento do papel que os cuidadores desempenham”*. A referência a esses grupos em situação de vulnerabilidade é muito importante em um continente tão desigual e sem equidade, onde existem barreiras de acesso significativas para essas populações. Talvez seja importante que os Estados membros da CELAC se comprometam a

---

<sup>109</sup> <https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/cumbre-celac-declaracion-de-buenos-aires>

<sup>110</sup> <https://www.infobae.com/sociedad/2020/08/13/el-empresario-argentino-que-producira-la-vacuna-contra-el-coronavirus-confirmando-que-estara-lista-en-diciembre/>. Acesso 7 de abril de 2021.

trocar experiências de políticas de saúde para atender a esses grupos vulneráveis, retroalimentando o processo de formulação de políticas (*policy making*).

No ponto 18, os Presidentes comemoram “*os resultados da Reunião de Ministros da Saúde da CELAC promovida pela Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA)*”. Conforme mencionado em outros artigos, a CELAC não possui áreas formalizadas de governança em saúde. As Reuniões de Ministros são uma iniciativa do PPTA, mas não está claro se terá continuidade na próxima presidência pro tempore. Um dos elementos da governança são as regras do jogo e, nesse sentido, não foram claramente estabelecidas para as reuniões setoriais da CELAC.

Ainda no mesmo ponto, menciona-se o “*Plano de Autossuficiência em Saúde da CELAC*”, lembremos que este foi desenvolvido *ad hoc* pela CEPAL<sup>111</sup> em uma importante publicação. Mas, seria desejável que essa iniciativa fosse articulada com a Resolução aprovada pelos 35 Ministros da Saúde da Região na OPAS, sobre o “*Aumento da Capacidade de Produção de Medicamentos Essenciais e Tecnologias em Saúde*”. Dada a ausência de governança setorial na CELAC, considera-se que o mais adequado seria que a Organização Pan-Americana da Saúde fosse a entidade coordenadora das diversas iniciativas em andamento na região, o que poderia garantir o avanço rumo a uma “*soberania sanitária da a região*”.

A OPAS pode ser o órgão que permitirá avançar na concretização do Plano de Autossuficiência em Saúde da CELAC, pois conta com mecanismos de compra conjunta de vacinas, medicamentos e insumos estratégicos, bem como vem trabalhando com as autoridades reguladoras para a harmonização dos registros farmacêuticos na região e outros aspectos mencionados no ponto 19 da Declaração.

Nesse sentido, vale ressaltar que a OPAS não participou da reunião realizada na Presidência Pro Tempore da Argentina sendo a Agência Especializada para as Américas da Organização Mundial da Saúde.

O ponto 20 da Declaração valoriza as contribuições das atividades realizadas durante o CELAC PPTA, que, embora constituam documentos importantes, são insumos para continuar trabalhando para a realização da compra de medicamentos de alto custo, o IV Encontro da Rede de Especialistas/os em Agentes Infecciosos e Doenças Emergentes e Reemergentes; o “*Relatório sobre as capacidades de pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas nos países da CELAC*” e o “*Documento de Trabalho para o Fortalecimento dos Mecanismos de Compra Internacional Conjunta de Vacinas e Medicamentos Essenciais*”.

Como já observamos anteriormente<sup>112</sup>, o relatório sobre as capacidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de vacinas nos países da CELAC aponta como propósito “*dispor de*

---

<sup>111</sup> Plan, define y prioriza siete líneas de acción: 1.fortalecer los mecanismos internacionales de adquisición conjunta de vacunas y medicamentos esenciales; 2.utilizar los mecanismos públicos de compra de medicamentos para el desarrollo y el fortalecimiento de los mercados regionales; 3.crear consorcios para el desarrollo y la producción de vacunas; 4.implementar una plataforma regional para ensayos clínicos; 5. aprovechar las flexibilidades regulatorias para acceder a la propiedad intelectual; 6. fortalecer los mecanismos de convergencia y reconocimiento normativo vigentes en los países; y 7.fortalecer los sistemas primarios de salud para el acceso universal a las vacunas y su distribución equitativa. Ver BUSS, P.; TOBAR, S. & MINAYO, M. Cúpula da Celac reafirma aliança regional para enfrentar a pandemia e produzir vacinas. Rio de Janeiro: Bloco do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, set. 2021. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=Cupula-da-Celac-reafirma-alianca-regional-para-enfrentar-a-pandemia-e-produzir-vacinas-por-Paulo-Buss-Sebastian-Tobar-e-Miryam-Minayo>>. Acesso em: 28 set. 2021.

<sup>112</sup> <https://revistamovimiento.com/internacional/reunion-de-ministras-y-ministros-de-la-celac-en-argentina-abriendo-una-ventana-de-oportunidades-para-la-diplomacia-de-la-salud/>

*informações estratégicas que permitam promover intercâmbios e deliberações entre os representantes das delegações que compõem a CELAC com vistas à elaboração de um plano de trabalho específico...".* O documento sinaliza que, embora muitos projetos de pesquisa e desenvolvimento tenham se dedicado a enfrentar a emergência da pandemia de COVID-19, também há pesquisas dedicadas a vacinas para doenças negligenciadas de relevância regional em saúde e à busca de novos adjuvantes. O

Relatório identifica 85 instituições da região com capacidade para desenvolver P&D em 178 projetos. Foi possível realizar 32 ensaios clínicos de diferentes fases sobre vacinas, nos quais participam 38 instituições de diversos países. Existem capacidades produtivas anteriores, sendo relevante, por exemplo, o desenvolvimento alcançado na produção de vacinas contra a gripe. No total, foram identificadas 24 instituições produtivas que executam 83 projetos produtivos de vacinas, sendo 17 privados, 62 públicos e 4 projetos de aliança produtiva público-privada.

O outro documento de trabalho desenvolvido durante a Presidência Pro Tempore da Argentina no âmbito da implementação do Plano de Autonomia de Suficiência em Saúde. A Argentina apresentou uma proposta de mecanismos de negociação regional conjunta para o Plano de Autoabastecimento em Saúde e detalhou os resultados do grupo de trabalho para fortalecer os mecanismos de compra conjunta internacional de vacinas e medicamentos essenciais. Os seguintes objetivos estratégicos são propostos para a negociação conjunta internacional de medicamentos e vacinas essenciais:

- Promover competição, eficiência e transparência no mercado institucional de medicamentos e insumos de saúde, incluindo vacinas;
- Promover instrumentos regionais de negociação de preços, a fim de reduzir o gasto agregado com medicamentos e seu impacto orçamentário;
- Promover, após os mecanismos regionais de negociação de preços, a utilização dos mecanismos da OPAS para realizar compras conjuntas de medicamentos e vacinas selecionados e negociados em conjunto pela CELAC;
- Analisar os instrumentos mais adequados para reduzir o custo agregado dos medicamentos e seu impacto orçamentário na região;
- Consolidar as capacidades regionais ligadas à análise e caracterização do mercado farmacêutico.

Como apontado anteriormente, é possível identificar pelo menos dois pontos chaves para avançar neste sentido:

Em primeiro lugar, os produtos a serem adquiridos requerem registro em todos os países membros da CELAC. Isso constitui um gargalo, pois reduz drasticamente o número de fornecedores e os concentra em grandes empresas multinacionais. Para superar esse obstáculo, será necessário implementar mecanismos de homologação de registro. Isso implica um trabalho de harmonização regulatória entre os países, juntamente com a priorização conjunta para definir uma cesta de medicamentos essenciais e estratégicos cujos preços serão negociados, ou que serão adquiridos em conjunto. A dificuldade reside no fato de que a CELAC não dispõe de competências técnicas ou políticas para tanto, já que suas decisões não são supranacionais e não são vinculantes.

Novamente, é necessário trabalhar conjuntamente e simultaneamente em outros âmbitos. A Rede Pan-Americana para a Harmonização da Regulamentação Farmacêutica (Rede PARF) é uma iniciativa das Autoridades Reguladoras Nacionais da Região e da Organização Pan-

Americana da Saúde que apoia os processos de harmonização da regulamentação farmacêutica nas Américas, no âmbito das políticas nacionais e sub-regionais realidades e políticas de saúde e o reconhecimento das assimetrias pré-existentes. A rede Parf poderia ser uma grande facilitadora da harmonização dos registros farmacêuticos na região. Outros âmbitos que poderiam facilitar a tarefa é o Subgrupo de Trabalho N°11 Saúde do MERCOSUL e a COMISCA que tem trabalhado na harmonização dos registros farmacêuticos.

Em segundo lugar, a possibilidade de capturar economias de escala requer um modelo de financiamento adequado. É possível obter os medicamentos a preços mais acessíveis agregando a demanda e convocando mais licitantes para participar do processo de compra. No entanto, um terceiro componente chave – além da escala e do número de licitantes – é implementar um esquema de pagamento adequado que reduza a incerteza para os provedores e evite o aumento dos custos de transação devido a dificuldades e atrasos na cobrança. Portanto, a engenharia financeira dos mecanismos de compras conjuntas é outro requisito fundamental para o sucesso da iniciativa. Talvez o uso do Fundo Estratégico da OPAS possa ser um meio de superar esse ponto-chave. Mas outras opções também devem ser consideradas, por exemplo, os países da América Central priorizaram uma política de combate à gravidez na adolescência e o UNFPA tem seu Serviço de Compras que oferece economia significativa em métodos anticoncepcionais modernos. Nesse sentido, a criação de um Fundo para compra de medicamentos e insumos estratégicos que contribuam todos os países da CELAC poderia ser um grande facilitador para avançar e concretizar a compra conjunta.

A partir da análise da estratégia de saúde, postulada pela CELAC, considera-se necessário dar continuidade ao trabalho iniciado pela Argentina em relação ao Plano de Autossuficiência Sanitária. Vale ressaltar que essas linhas de trabalho também foram propostas por outras iniciativas de integração regional, como as Reuniões de Ministros da Saúde do Mercosul, o Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA) e as Reuniões de Ministros da Saúde Andinos e sua Agência Andina de Saúde. Nesse sentido, é importante haver um diálogo entre essas iniciativas, promovendo a convergência e a complementaridade nesse sentido, bem como dando continuidade para além do PPTA. A questão é se São Vicente e Granadinas terá liderança para continuar trabalhando nesse área-chave mesmo quando a emergência da pandemia parece ter sido superada?

Para dar passos firmes nos processos de integração sanitária e na concretização do Plano de Autossuficiência em Saúde, é necessário estabelecer acordos vinculantes que permitam avançar na aprovação dos registros farmacêuticos e no reconhecimento mútuo dos medicamentos a adquirir gratuitamente agrupados.

A CELAC poderia constituir uma oportunidade de inestimável valor para avançar na "*soberania sanitária regional*", o que implica a vontade de integrar as experiências e conhecimentos dos Estados Membros no campo da saúde, cooperando e resolvendo problemas de saúde que transcendem as fronteiras (global ou regional de Saúde).

O caráter rotativo das Presidências Pro Tempore da CELAC não permite avançar com a rapidez e eficiência necessárias para muitos desses desafios, e mesmo sua mudança de um país para outro pode gerar perdas de acúmulos institucionais. Nesse sentido, a criação de uma secretaria executiva de saúde, como COMISCA, ORAS-CONHU ou a Agência de Saúde Pública do Caribe, poderia permitir avançar nessas direções.

## **CEPAL propõe políticas de cluster para superar a armadilha do baixo crescimento em que se encontram a América Latina e o Caribe<sup>113</sup>**

O secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), José Manuel Salazar-Xirinachs, propôs a implementação de políticas baseadas em clusters como um poderoso instrumento para promover o crescimento e a diversificação produtiva, que ajudam a levar a região do prolongada crise de desenvolvimento que o caracteriza e que o impediu de crescer de forma elevada, sustentada e sustentável nas últimas décadas, exceto quando houve bonanças nos preços dos produtos primários.

Durante o Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, o Executivo Secretário da CEPAL na sessão “Soluções Sustentáveis para a América Latina”, realizada em 18 de janeiro, com a presença do Presidente do Equador, do Vice-Presidente da República Dominicana e de destacadas autoridades do setor público, empresários e acadêmicos, enfatizou que a produtividade não cresceu em 30 anos na América Latina e no Caribe, que é a região do mundo com o pior desempenho de produtividade nos últimos 40 anos. Ele acrescentou que a taxa média de crescimento dos últimos dez anos (de 2014 a 2023 inclusive, considerando a projeção de crescimento de 1,3% para o ano corrente) é de apenas 0,9%, ou seja, menos da metade do crescimento que a região experimentou em a famosa “década perdida” dos anos 1980.

Portanto, segundo ele, “esta década será mais perdida do que aquela 'década perdida'. Esta é a verdadeira crise de desenvolvimento que a América Latina e o Caribe enfrentam: a região falhou miseravelmente em promover a sofisticação tecnológica, a complexidade econômica e a diversificação da produção e das exportações, o que fez com que todos os países caíssem na armadilha da renda média”.

Neste contexto, Salazar-Xirinachs alertou que sem crescimento da produtividade não se sustenta a prosperidade, não se sustenta a criação de emprego e as políticas sociais, não se consegue a mobilidade social, e sem tudo isto a redução das desigualdades e os pactos sociais estão em risco.

O secretário observou que os clusters são formas específicas de parcerias público-privadas onde se cria um espaço de governança no qual todos os atores relevantes colaboram para promover a competitividade, a geração de empregos, a inovação, as competências, o financiamento e a remoção de obstáculos ao desenvolvimento. crescimento do cluster, setor ou aglomeração. Os clusters mais bem-sucedidos são os liderados pelo setor privado, com estreita cooperação de agências governamentais e instituições educacionais e de treinamento vocacional.

“Os países da América Latina e do Caribe devem adotar abordagens baseadas em clusters e ampliá-los em suas políticas de desenvolvimento produtivo. Nesse sentido, queremos transformar a CEPAL em um Centro de Excelência em Conhecimento sobre políticas de cluster, entre outros temas”, especificou o Secretário Executivo da Organização.

Em outra sessão do Fórum, enfatizou a necessidade de acelerar o ritmo das transformações econômicas na região, afirmando que as mudanças econômicas, sejam elas induzidas pelo comércio e globalização, seja pela revolução tecnológica, seja pelo crescimento verde e o grande impulso ambiental, são um processo de “destruição criativa” ou mudança

---

<sup>113</sup><https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-propone-politicas-clusters-superar-la-trampa-crecimiento-que-se-encuentra-america>

estrutural onde há setores, trabalhadores e territórios que ganham, e outros que perdem. E destacou que o grande desafio das políticas públicas para promover uma transição justa e equitativa é fazer com que os aspectos criativos da mudança superem os aspectos destrutivos em termos de desemprego e obsolescência das capacidades produtivas existentes.

Acrescentou que para haver uma transição equitativa e justa, um dos aspetos fundamentais é investir fortemente na educação e formação. “Uma das maiores restrições para fazer a transição para o novo é não ter o talento e as competências que os novos setores do futuro exigem”, afirmou. Além disso, recomendou o fortalecimento das chamadas políticas ativas do mercado de trabalho para ajudar os trabalhadores deslocados a obter novas oportunidades de trabalho, por meio de políticas de treinamento, reciclagem e reinserção no trabalho.

Por outro lado, em coluna publicada de forma especial no blog da Reunião Anual 2023 do Fórum Econômico Mundial, a secretária-executiva da CEPAL abordou como reverter o ciclo de baixo crescimento sofrido pela América Latina e Caribe. No texto, Salazar-Xirinachs aponta que o crescimento médio dos países da região será de 1,3% em 2023, refletindo uma armadilha estrutural de baixo crescimento, alta desigualdade, instituições fracas e má governação, aliada a condições internacionais adversas. Por isso, “as prioridades das políticas devem se concentrar em reativar os mercados de trabalho, limitar o aumento do custo de vida, melhorar a arrecadação de impostos e proteger os grupos vulneráveis e investir em políticas sociais bem desenhadas e saúde universal”, indica o post.

#### **Secretário Executivo da ORAS-CONHU destaca o trabalho regional em saúde, durante Reunião da SAI<sup>114</sup>**

Foi realizada em La Paz, na Bolívia, o Encontro de Órgãos e Instituições do Sistema Andino de Integração, SAI, cujo objetivo foi conhecer as ações que vêm realizando e analisar o processo de reengenharia da Comunidade Andina.

María del Carmen Calle, Secretária Executiva de ORAS-CONHU, apresentou o trabalho que esta organização de integração da saúde vem realizando junto aos Comitês Andinos dos Ministérios da Saúde dos países que a constituem há 51 anos: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Como ações concretas, em relação à pandemia da COVID-19, citou a formação de um grupo de trabalho, com troca de informações que facilitou a cooperação regional. Ele também comentou que a atualização semanal da situação epidemiológica do COVID-19 nos países andinos e no mundo foi mantida; bem como a instalação do Encontro mensal das Autoridades Sanitárias Nacionais; a realização de 157 webinars com informação científica com oradores de renome mundial; a formação do Comitê Andino de Imunização; e a coordenação de processos binacionais de vacinação em zonas fronteiriças; entre outras.

Calle Dávila mencionou que a região já conta com uma Política Andina de Saúde Renal, um problema urgente que afeta 10% da população, mas que, detectado a tempo e com tratamento adequado, é possível não atingir formas graves. Ele também destacou os avanços nos planos de saúde da fronteira andina; e a dos Migrantes, que são prioritários para atender as populações mais vulneráveis.

---

<sup>114</sup> <https://www.orasconhu.org/es/secretaria-ejecutiva-del-oras-conhu-destaca-el-trabajo-regional-en-salud-durante-reunion-del-sai>

“Dentro da questão da soberania sanitária, temos que produzir vacinas, equipamentos de proteção, métodos de diagnóstico, não podemos mais depender de outras economias, temos que fazer cooperação sul-sul”.

Esta importante reunião contou com a presença de representantes da Secretaria Geral da Comunidade Andina; a Corte Andina de Justiça; da Universidade Andina Simón Bolívar, entre outros.

#### **ORAS-CNHU: Continúa o proceso de capacitación en la herramienta SistemODS3 en los países andinos<sup>115</sup>**

A Mesa Redonda Intersectorial Andina de Coordenação contra as Desigualdades em Saúde da ORAS-CNHU, com a cooperação da OPAS/OMS, avança no processo de capacitação na ferramenta SistemODS3. O objetivo é desenvolver a linha de base das desigualdades em saúde na região andina, com base em um conjunto de indicadores quantitativos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: “Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”.

Desde novembro de 2022, tem sido prestada assessoria específica por país: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, com a participação de membros da Mesa Redonda Andina dos Ministérios Andinos da Saúde e dos Institutos Nacionais de Estatística. Cabe destacar que na reunião de 10 de janeiro de 2023 também participou a Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas do Estado Plurinacional da Bolívia.

#### **SEGIB: A Ibero-América se compromete a estabelecer mecanismos políticos e econômicos para a igualdade das mulheres<sup>116</sup>**

A IV Conferência Ibero-Americana de Gênero, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana, destacou a necessária relação entre inclusão e democracia, a igualdade e o empoderamento das mulheres. A última reunião deste caráter havia sido realizada há mais de 10 anos, em 2011.

O encontrou deu atenção a questões como a sustentabilidade, a prevenção da violência de gênero, a imensa desigualdade de gênero, a necessidade de autonomia econômica e o papel das mulheres na construção de sociedades mais justas e democráticas. Foi abordado, portanto, a importância da participação das mulheres na tomada de decisões em todos os níveis.

Durante a conferência foi aprovada uma declaração<sup>117</sup> a ser apresentada aos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Ibero-Americana que se realizará nos dias 24 e 25 de março em Santo Domingo, sob o lema “Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável”.

Embora na Ibero-América tenha havido avanços importantes em matéria de direitos das mulheres, ainda há desafios muito importantes pela frente, como enfatizou o ministro dominicano Jiménez em entrevista à EFE.

---

<sup>115</sup> <https://www.orasconhu.org/es/continua-proceso-de-capacitacion-en-la-herramienta-sistemods3-en-los-paises-andinos>

<sup>116</sup> [https://www.segib.org/wp-content/uploads/NP\\_ClausuraIVConfIBGenero\\_PT.pdf](https://www.segib.org/wp-content/uploads/NP_ClausuraIVConfIBGenero_PT.pdf)

<sup>117</sup> [https://www.segib.org/wp-content/uploads/Declaracao\\_de\\_Santo\\_Domingo\\_IVCIG\\_Pt.pdf](https://www.segib.org/wp-content/uploads/Declaracao_de_Santo_Domingo_IVCIG_Pt.pdf)

Entre esses desafios está a violência contra a mulher, tema de especial importância em um país como a República Dominicana, que está entre os mais perigosos da América Latina para as mulheres.

Segundo relatório da CEPAL, em 2021, foram registrados pelo menos 4.473 feminicídios em 29 países da região. As maiores taxas de feminicídio por 100.000 mulheres foram registradas em Honduras, com 4,6 casos, República Dominicana (2,7), El Salvador (2,4), Bolívia (1,8) e Brasil (1,7 casos).

## Saúde Global e Diplomacia da Saúde: o Contributo Africano

*Augusto Paulo, Tomé Cá  
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

### CDC África

#### **II Conferência Internacional de Saúde Pública em África (2nd International Conference on Public Health in Africa, CPHIA 2022), 13-15 de dezembro 2022**

A II Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África ([CPHIA 2022](#)), realizada em dezembro passado, em Kigali, capital do Ruanda, contou com a presença de alguns Chefes de Estado africanos, Ministros da Saúde e os principais pesquisadores e cientistas. A conferência, que já vai na sua segunda edição, continuando as discussões iniciadas na CPHIA 2021, enquanto plataforma para acelerar o progresso sobre os desafios de saúde mais significativos do continente e a construção de sistemas de saúde mais resilientes.

#### **Áreas temáticas da CPHIA2022**

- **1.ª área:** Epidemiologia, Diagnóstico e Gestão Clínica de Doenças Infecciosas com Graves Consequências (HCID, sigla inglesa), Emergentes e Reemergentes, em África;
- **2.ª área:** Aumento da produção local em África: Capacidade de Advocacia, Investigação e Desenvolvimento em Diagnósticos, Terapêuticas e Produção de Vacinas;
- **3.ª área:** Reforço dos Sistemas de Saúde para uma Cobertura de Saúde Equitativa e Universal em África;
- **4.ª área:** As Mulheres na Saúde (*Women In Health*) - desde as beneficiárias às prestadoras e líderes;
- **5.ª área:** A pandemia de Covid-19 – lições aprendidas para futuras ameaças à saúde, prevenção, preparação e resposta;
- **6.ª área:** Digitalização, modelagem e análise de apoio a uma resposta eficaz em saúde pública, desde surtos a pandemias e para além delas;
- **7.ª área:** Toda a sociedade – o poder de envolver a sociedade civil, os atores comunitários e o sector privado;
- **8.ª área:** Um enfoque renovado nas principais doenças infecciosas em África: HIV, tuberculose, malária e DTN;
- **9.ª área:** Doenças não transmissíveis – uma ameaça crescente para a saúde pública em África;

Merece ainda destaque nessa conferência, a apresentação formal pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) da Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica, sua nova iniciativa que ajudará a União Africana a impulsionar a capacidade de África de produzir medicamentos, vacinas, diagnósticos e terapêuticas ao longo de toda a cadeia de valor, para ajudar a construir o seu setor farmacêutico.

A Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica (APTF) foi [o foco de um fórum](#) organizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento sob o tema "Acesso à Tecnologia para a Indústria Farmacêutica: A Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica" a 14 de dezembro.



De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, o continente importa mais de 70% dos medicamentos de que necessita, ao custo de 14 bilhões de dólares anuais. Virar o jogo para permitir aos países africanos desenvolverem a sua capacidade de fabricar produtos farmacêuticos tem razões de saúde pública, estratégicas e económicas.

"Esta nova iniciativa surge como uma solução, uma vez que a maioria dos países [africanos] ainda enfrenta desafios para receber [medicamentos] a tempo", comentou o Dr. Yvan Butera, Ministro de Estado para a Saúde do Ruanda. A Fundação, sediada pelo Governo do Ruanda em Kigali, deverá começar a funcionar no início de 2023.

Nas suas observações iniciais, Solomon Quaynor, Vice-Presidente para o Setor Privado, Infraestruturas e Industrialização do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, disse que a Covid-19 tinha exposto as lacunas do sistema de saúde africano.

"A pandemia de Covid-19 expôs a fragilidade dos sistemas de saúde globais e as lacunas na produção de medicamentos críticos no continente", afirmou, acrescentando: "A APTF é uma instituição pioneira que irá melhorar significativamente o acesso de África às tecnologias que sustentam o fabrico de produtos farmacêuticos".

Ao apresentar a APTF no evento, a Prof. Padmashree Gehl Sampath, Conselheira Especial em produtos farmacêuticos e infraestruturas sanitárias do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, salientou que a Fundação foi concebida para ajudar os países africanos a colmatar as lacunas tecnológicas no fabrico doméstico sustentável.

A Prof. Sampath afirmou: "As empresas farmacêuticas em África têm três impedimentos específicos ao acesso à tecnologia: acesso à tecnologia e know-how relacionado para a produção, mobilização de recursos nacionais para a atualização tecnológica, e a falta de possibilidades de diversificação horizontal e vertical de produtos. Muitos riscos tecnológicos

*precisam de ser repensados para construir o setor farmacêutico africano, incluindo o afastamento de uma abordagem produto a produto que coloca as empresas africanas em risco".*

A copresidente do Organismo Internacional de Negociação da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia, Dra. Precious Matsoso, refletiu sobre a importância das questões tecnológicas para uma futura preparação para uma pandemia. Ela disse que a criação da Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica "*forneceria o apoio muito necessário para abordar as barreiras tecnológicas para um acesso equitativo*".

Descrevendo a criação da Fundação como "*oportuna*", dada a experiência de Covid-19, o Dr. Richard Hatchett, Diretor Executivo da Coligação de Iniciativa de Preparação para Epidemias, salientou que a iniciativa "*ajudará a salvar vidas no continente*".

Espera-se que a Fundação, aprovada pelo Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento em junho de 2022, impulse o acesso de África à tecnologia para o fabrico de toda a gama de produtos farmacêuticos, concentrando-se na construção de cadeias de abastecimento e na expansão do acesso a tecnologias de blocos de construção de vários tipos.

A Fundação servirá também como intermediário transparente, avançando e intermediando os interesses do setor farmacêutico africano na cena mundial, para melhorar o acesso a tecnologias exclusivas, *know-how*, e processos industriais relacionados, através de licenciamento e outros mecanismos baseados e não baseados no mercado.

A OMS, a Coligação para a Prevenção de Epidemias, o Centro Sul, Genebra, e o Ministério Federal para a Cooperação Económica e Desenvolvimento da Alemanha manifestaram grande interesse em trabalhar com a Fundação no próximo ano.

Outro painelista, Prof. Carlos Correa, Diretor Executivo do South Centre, de Genebra, disse que era importante para África ter o seu próprio quadro que permita o desenvolvimento da sua indústria farmacêutica. "*A propriedade intelectual confere monopólios, e estes monopólios dão direitos aos proprietários para controlarem a partilha de tecnologias; é importante criar a capacidade de facilitar a transferência atempada de tecnologia para África*", afirmou.

Os participantes sublinharam a necessidade de estabelecer parcerias entre empresas farmacêuticas africanas e as suas congéneres de outros continentes, tais como a Europa.

Brigit Pickel, Diretora-Geral para África do Ministério Federal para a Cooperação Económica e Desenvolvimento da Alemanha, disse que a Covid-19 trouxe de volta o enfoque sobre a forma como o fabrico local de produtos de saúde cruciais pode ser melhorado. A Alemanha congratula-se com a criação da APTF e com o seu papel vital na resolução dos estrangulamentos na tecnologia e no lado do desenvolvimento do mercado.

Fredrick Abbott, da Edward Ball Eminent Scholar, Universidade Estadual da Florida, dos EUA, falou sobre como criar verdadeiramente um setor farmacêutico de sucesso: "*É preciso dar ênfase à gestão da propriedade intelectual no sentido lato da palavra...também é preciso dar ênfase à promoção de 'joint ventures', como as que facilitaram a criação de muitas vacinas Covid-19*".

Recorde-se que a Fiocruz foi convidada em 2022 e aceitou fazer parte do **Eminent Advisory Council of the Pharmaceutical Technology Foundation** do Banco Africano de Desenvolvimento. Para o referido órgão, foram indicados pela então Presidente da Fiocruz, Nísia

Trindade, o Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde, Marco Aurelio Krieger, seu assessor Jorge Carlos Santos da Costa e representante do CRIS, Augusto Paulo Silva.

### União Africana

O Presidente da Comissão da União Africana (CUA), Moussa Faki Mahamat, recebeu na sede da União Africana, em Adis Abeba, capital da Etiópia, a 11 de janeiro, Qin GANG, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, na sua primeira visita oficial à UA desde a sua tomada de posse.



A visita teve início com uma reunião entre o Presidente e o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, durante a qual trocaram pontos de vista sobre várias questões continentais e internacionais de interesse e preocupação comuns.

O Presidente da CUA e o Ministro dos Negócios Estrangeiros continuaram a sua conversa na presença de altos funcionários da Comissão da UA e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China durante os quais discutiram amplamente sobre questões relacionadas com o reforço da parceria entre a UA e a China, e formas de reforçar a cooperação no apoio aos esforços desenvolvidos pela UA no continente. Após o diálogo estratégico, o Presidente e o Ministro chinês [inauguraram a nova sede](#) do Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África), localizado na denominada Aldeia Africana, ao sul de Adis Abeba.

Em seus comentários na cerimônia de inauguração, o presidente da AUC disse que a sede do CDC África é apenas a face visível de uma cooperação em saúde que tem suas raízes nas profundezas das relações sino-africanas. O Presidente acrescentou que a Comissão da UA e o CDC África, juntamente com as Comunidades Econômicas Regionais e os Estados-Membros, tendo feito um balanço das fraquezas estruturais que caracterizaram o sistema de saúde de África, lançaram a Nova Ordem de Saúde para África em 2021, que se concentrou no fortalecimento de instituições de saúde pública, profissionais de saúde pública, fabricação de vacinas, parcerias orientadas para a ação e aumento dos recursos nacionais para a segurança da saúde.

*Em última análise, o objetivo é alcançar a autossuficiência dos sistemas de saúde pública na África e remediar os desequilíbrios globais atuais, dando mais peso à voz da África, quando se trata de problemas de saúde no mundo" acrescentou o Presidente da CUA, salientando que este objetivo está gradualmente a ganhar forma com a adoção pelos Chefes de Estado e de Governo da UA da decisão que cria a Agência Africana de Medicamentos. Ele apelou aos vários parceiros para apoiarem este importante projeto para sua plena realização. "Se a África se sair bem, o resto do mundo sentirá isso... É, portanto, um esforço coletivo", concluiu.*

Por seu lado, o Ministro chinês dos Negócios Estrangeiros reiterou que o reforço da solidariedade e da cooperação com os países africanos será sempre uma prioridade diplomática para a China, independentemente da forma como o ambiente internacional mude. Acrescentou que *"na última década, com a orientação conjunta e o compromisso dos líderes chineses e africanos, as relações China-África fizeram conquistas históricas que impressionaram o mundo inteiro e entraram em uma nova era de construção de uma comunidade de alto nível China-África com um futuro compartilhado. Nossa cooperação contra a Covid-19 trouxe bons resultados. Tudo isso incorpora o vibrante espírito de amizade e de cooperação China-África."*

Os dois dirigentes visitaram a nova sede do CDC África e foram informados pelo responsável do projeto sobre diferentes departamentos e os modelos do projeto. Eles plantaram árvores no final da cerimônia. O projeto de construção da sede do CDC África é apoiado pelo governo chinês na sequência dos compromissos assumidos em 2018 na Cimeira de Pequim e da 7.ª Conferência Ministerial do Fórum sobre a Cooperação China - África (FOCAC, *Forum on China - Africa Cooperation*) realizada na capital da China. Espera-se que a nova sede se torne um dos centros mais bem equipados para o controle de doenças na África, permitindo que o CDC África desempenhe seu papel como instituição técnica que coordena a prevenção de doenças, vigilância e controlo no continente em parceria com os Institutos Nacionais de Saúde Pública e os Ministérios da Saúde dos Estados-Membros.



A view of the Africa Center for Disease Control and Prevention Headquarter in Ethiopia's capital of Addis Ababa. Photo: Courtesy of CCECC

De acordo com a assessoria de imprensa da UA, a nova sede do CDC África, abrange uma área de 90.000 m<sup>2</sup> com uma área total de construção de quase 40.000 m<sup>2</sup>. O edifício consiste em um centro de operações de emergência, um centro de dados, um laboratório, um centro de recursos, salas de reuniões, um centro de formação, um centro de conferências, escritórios e apartamentos.

## **Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) mobiliza 10 bilhões de dólares para a produção alimentar em África**

O presidente do [Banco Africano de Desenvolvimento](#) (BAD) anunciou em janeiro que vai alocar 10 bilhões de dólares nos próximos cinco (05) anos para impulsionar a produção alimentar, através de programas específicos desenhados para cada país.

*"O Grupo BAD está a comprometer 10 bilhões de dólares americanos nos próximos cinco anos para impulsionar os esforços de África para acabar com a fome e tornar-se um fornecedor de alimentos básicos para si e para o resto do mundo"*, lê-se num comunicado divulgado durante a Cimeira Alimentar Africana, que decorreu em Dacar, capital do Senegal.

Com a presença de mais de 30 chefes de Estado e 70 ministros e representantes do setor privado e parceiros de desenvolvimento, a Cimeira Alimentar de Dacar 2 é realizado em conjunto pelo BAD e pelo Governo do Senegal, tendo sido apresentados diversos Compactos desenhados tendo em conta a especificidade de cada país, incluindo os lusófonos **Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Moçambique**.

Nas intervenções durante a reunião, o presidente do BAD, *Akinwumi Adesina*, desafiou os líderes a *"transformarem a vontade política em ações decisivas para garantir a segurança alimentar em África"*, defendeu um *"forte apoio aos jovens e mulheres agricultores"* e considerou que *a agricultura "deve ser um negócio, não uma atividade de desenvolvimento"*.

De acordo com o comunicado, o Secretário-Geral das Nações Unidas, *António Guterres*, enviou uma mensagem ao encontro, na qual reconheceu que *"África enfrenta atualmente os desafios das alterações/mudanças climáticas e da insegurança alimentar"* e prometeu o apoio da ONU para *"ajudar África a tornar-se uma potência alimentar global"*.

O continente africano foi duramente atingido pela invasão da Ucrânia pela Rússia e pelas consequentes sanções às exportações russas, o que afetou a capacidade de os governos e empresas africanas comprarem fertilizantes, não só pela escassez, mas também pelo aumento dos preços, a que se juntou a subida dos preços energéticos.

O Compacto de produção alimentar lançado pelo BAD para dezenas de países em África inclui metas e objetivos específicos para cada país, apontando as principais prioridades em termos de aumento da produção.

*"Espera-se que os governadores dos bancos centrais e os ministros das finanças desenvolvam acordos de financiamento para implementar os compactos de distribuição de alimentos e agricultura, em conjunto com os ministros da agricultura, atores do setor privado, instituições financeiras dos bancos comerciais, e parceiros e organizações multilaterais"*, lê-se no comunicado.

No caso de Angola, o BAD diz que *"a implementação do Compacto irá contribuir diretamente para aumentar a produção e produtividade, melhorar a segurança alimentar e a nutrição, em consonância com a estratégia do Governo para transformar a agricultura e a pecuária angolanas num setor próspero e uma força motriz do crescimento inclusivo e da diversificação económica"*.

As áreas prioritárias de produção são *arroz, trigo, milho, soja e aves de capoeira*, e o banco salienta que *"o financiamento e a implementação do Compacto dependerão de um plano ambicioso para atrair investidores do setor privado para o setor agrícola"*.

A execução do plano "exigirá um investimento de 5,7 bilhões de dólares, a ser obtido através de um plano ambicioso para atrair investidores do setor; estima-se que o investimento público direto do Governo de Angola seja de 60 milhões de dólares, atribuídos ao financiamento de investimentos em infraestruturas rurais", conclui-se no documento.

### **UE, Angola, Moçambique e Cabo Verde integram fórum dedicado a comércio e clima**

A União Europeia (UE) e 26 países parceiros, incluindo *Angola, Cabo Verde e Moçambique*, constituíram em janeiro, um ano após o lançamento, uma "[aliança de ministros do Comércio em matéria de clima](#)".

A aliança, segundo um comunicado do executivo da UE, é "o primeiro fórum mundial a nível ministerial dedicado ao comércio, às questões climáticas e de desenvolvimento sustentável" e tem como objetivo a promoção de "políticas comerciais que possam ajudar a combater as alterações climáticas através de iniciativas locais e mundiais".

Um elemento fulcral da agenda desta aliança consiste em identificar formas de as políticas comerciais apoiarem os países em desenvolvimento mais vulneráveis e os países menos desenvolvidos que enfrentam os maiores riscos decorrentes das alterações climáticas.

Os quatro colíderes da aliança são o Equador, a UE, o Quênia e a Nova Zelândia.

O fórum conta ainda com a participação de *Angola, Austrália, Barbados, Cabo Verde, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Islândia, Gâmbia, Japão, República da Coreia, Maldivas, Moçambique, Noruega, Filipinas, Ruanda, Zâmbia, Singapura, Suíça, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos e Vanuatu*.

A aliança em matéria de clima foi oficialmente lançada na reunião anual do Fórum Económico Mundial, em Davos, na Suíça, há exatamente um ano e a primeira reunião ministerial está agendada para o início de 2024, à margem da próxima Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

### **Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês termina no Egito périplo por África**

O [chefe da diplomacia chinesa](#) reuniu-se no mês de janeiro no Cairo com responsáveis egípcios e da Liga Árabe, no ponto alto de um périplo por África para consolidar a presença chinesa no continente.

*Qin Gang* reuniu-se em separado com o Presidente egípcio, *Abdel Fattah el-Sissi*, e com o Secretário-Geral da Liga Árabe, *Ahmed Aboul-Gheit*. Encontrou-se também com o seu homólogo egípcio, *Sameh Shoukry*.

Numa conferência de imprensa conjunta, o ministro *Sameh Shoukry* disse que as conversações abordaram as relações sino-egípcias e o aumento do turismo chinês no país do Médio Oriente, que durante anos luta para reavivar o seu setor turístico vital.

Os dois ministros disseram que também discutiram questões regionais, incluindo o conflito israelo-palestiniano. As tensões aumentaram após o regresso ao poder, no mês passado, do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que lidera um Governo de extrema-direita e religiosamente conservador em Israel.

Em resposta à pergunta de um jornalista chinês, *Qin Gang* exortou Israel a "parar com as incitações e provocações, e a abster-se de tomar ações unilaterais que possam agravar a situação".

Apelou também à "*manutenção do status quo*" no local sagrado mais importante de Jerusalém, depois de um ministro ultranacionalista do Governo israelita o ter visitado no início do ano a Esplanada das Mesquitas. A visita suscitou uma condenação feroz de todo o mundo muçulmano e uma forte crítica dos Estados Unidos.

No encontro com Abdel Fattah el-Sissi, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês disse que Pequim continuará a investir em projetos de infraestruturas do Egito, incluindo os que têm ligações com as iniciativas "*China's Belt*" e "*Road Initiative*", de apoio de bilhões de dólares para financiar infraestruturas na Ásia, Europa e África.

A China investiu bilhões de dólares em projetos liderados pelo Estado egípcio, como a Zona Económica do Canal de Suez e a nova capital administrativa, que está a ser construída a leste do Cairo.

A viagem de uma semana de Qin Gang incluiu a Etiópia, onde é a sede da União Africana, bem como ao Gabão, Angola e Benin. Foi a primeira viagem de Qin Gang ao estrangeiro após a sua nomeação em dezembro.

A viagem à África acontece um mês após o Presidente norte-americano Joe Biden ter recebido dezenas de líderes africanos em Washington, prometendo financiamento governamental e investimento privado para ajudar o continente a desenvolver-se nos campos da saúde, infraestruturas, negócios e tecnologia.

Merece ser salientado que durante mais de três décadas, os ministros dos Negócios Estrangeiros chineses iniciaram os seus mandatos visitando África, cuja população crescente (enquanto continente) rivaliza com a da China. Pequim tem investido fortemente em infraestruturas em países africanos, incluindo estradas, infraestruturas energéticas, telecomunicações, caminhos-de-ferro e hospitais.

Os grupos e fundos financeiros chineses também concederam empréstimos a África no valor de 160 bilhões de dólares americanos entre 2000 e 2020, de acordo com a Base de Dados de Empréstimos Chineses a África.

Qin Gang afirmou que a China tem sido o maior parceiro comercial de África nos últimos 13 anos, prevendo-se que o comércio mútuo exceda 260 bilhões de dólares em 2022.

Além de fornecer vacinas contra a Covid-19 a África, a China financiou a construção de uma nova sede para o CDC África na capital da Etiópia, Adis Abeba. O novo centro foi inaugurado em janeiro durante a visita de Qin Gang.

### **Banco Mundial aprova mais de 18 milhões de dólares contra doenças na África Ocidental**

O Banco Mundial anunciou em dezembro de 2022 a aprovação de mais 18 milhões de dólares em financiamento para fortalecer a vigilância e preparação para epidemias na África Ocidental, que se juntam aos 657 milhões do programa REDISSE (*Regional Disease Surveillance Systems Enhancement*).

O [REDISSE](#) é um programa multissetorial regional que envolve 16 países da África Ocidental, entre os quais estão os lusófonos Angola e Guiné-Bissau, e tem como objetivo o fortalecimento das capacidades regionais para lidar com ameaças de saúde, nomeadamente os surtos de doenças que podem evoluir para epidemias.

O programa REDISSE foi aprovado em quatro fases em 2016, 2017, 2018 e 2019, com um financiamento total do Banco Mundial de 657 milhões de dólares, a que se juntam os dois novos financiamentos adicionais, perfazendo um total de 688,13 milhões de dólares.

*“A existência do programa REISSE nos países antes da Covid-19 permitiu o uso de uma plataforma que já estava estabelecido e um financiamento para implementar rapidamente a resposta de emergência à pandemia, graças à flexibilidade do programa”,* comentou a diretora regional de Integração do Banco Mundial para a África subsaariana, *Boutheina Guermazi*.

*“Estes dois novos financiamentos, concluiu, vão ajudar o Benim, Senegal e a OMS da África Ocidental a completarem as atividades inicialmente previstas para melhorar a vigilância e os sistemas de informação, fortalecer os sistemas de laboratório e construir capacitação para fomentar a colaboração entre os países e a coordenação da vigilância e a preparação para as epidemias na África Ocidental”.*

### **10ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Organização dos Estados Africanos, Caribe e do Pacífico (OEACP)**



Recorde-se que o ato constitutivo da OEACP é o Acordo de Georgetown, assinado em 1975. O principal objetivo concentra-se no desenvolvimento sustentável dos Estados-membros e na sua integração gradual na economia global. A partir de 2022, Angola assume a presidência da Organização dos Estados Africanos, Caribe e do Pacífico para os próximos três (3) anos.

O lema da cúpula: Três Continentes, Três Oceanos, um Destino Comum: Construamos uma OEACP Resiliente e Sustentável.

No seu [discurso inaugural](#), o Secretário-Geral da organização, o angolano Georges Chikoti começou por dizer que esta cúpula se realiza numa altura em que o mundo está em tumulto. A pandemia de Covid-19 não só teve um impacto negativo na saúde, nas economias e nos meios de subsistência, mas também aprofundou a pobreza e as desigualdades. Os efeitos desastrosos das mudanças/alterações climáticas, tais como a seca, as cheias, as queimadas e o calor extremo constituem uma ameaça à existência humana, tal como a conhecemos. De referir ainda os efeitos devastadores da perda de biodiversidade nos ecossistemas e economias.

De acordo com o Secretário-Geral da OEACP, o aumento do protecionismo, os problemas com as cadeias de abastecimento, a diminuição do papel desempenhado por instituições globais, as mudanças e alinhamentos geopolíticos, a rivalidade tecnológica e a queda do investimento estrangeiro, bem como as crises energéticas, alimentares e financeiras, ocorrem no meio de conflitos como a guerra na Ucrânia, e outras regiões mais próximas de África. Realçou que este é o momento ideal para a OEACP agir em conjunto, melhorar a sua solidariedade e fortalecer a sua unidade, exprimir as suas preocupações e tornar-se uma ardente

defensora de um multilateralismo reforçado. Afirmou que este é o momento oportuno para a OEACP assumir o seu lugar de entidade global eficaz e de parceiro valioso e de confiança.

Disse que a OEACP pode e deve continuar a apelar à reforma das Nações Unidas e das suas agências. As instituições multilaterais e organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio, devem ser reformados para se tornarem mais eficientes, inclusivos e representativos de uma ordem mundial equitativa. A arquitetura financeira global deve também ser revista para assegurar um acesso simplificado a subvenções e a recursos de ajuda que sejam adequados ao objetivo da ação climática, à construção da capacidade de recuperação e à garantia da durabilidade. Na busca que empreende com vista a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, e executar o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, a OEACP pode e deve mobilizar recursos internos e, em colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento, trabalhar com vista a erradicar a pobreza extrema nos nossos países.

Afirmou que é dever da OEACP prevenir conflitos e resolvê-los quando e onde ocorrerem, em particular nas suas regiões, em prol da paz, segurança e estabilidade internacionais. Em simultâneo, a OEACP deve enveredar por uma cooperação interna mais forte e parcerias diversificadas, através da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Por conseguinte, o tema escolhido para esta cúpula é o mais apropriado. Centra-se na necessidade de construir uma OEACP com capacidade de recuperação, que seja duradoura, mediante a construção de economias baseadas no conhecimento, e mediante o domínio da ciência e da tecnologia porque num mundo caracterizado por mudanças científicas e tecnológicas cada vez mais rápidas e por crises emergentes, a pesquisa e inovação são, mais do que nunca, reconhecidas como motores vitais do desenvolvimento duradouro e inclusivo. São fundamentais para enfrentar os desafios sociais e económicos prementes, acelerar a transição verde, reforçar o risco de recuperação face a mudanças climáticas, perigos naturais, e outros choques exógenos, criar novos empregos e empresas, e ajudar a reduzir a pobreza. A pesquisa e a inovação oferecem um grande potencial visando contribuir para a concretização dos objetivos do desenvolvimento internacional e nacional.

Mencionou o diálogo com parceiros convidados a esta Cúpula sobre o aproveitamento de oportunidades de parceria estratégica num mundo em rápida mutação. O diálogo abrangeu áreas importantes como a segurança alimentar e energética, infraestruturas para a diversificação económica, alterações climáticas, e paz e segurança.

Angola elegeu a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a boa governação e a transparência como "[bandeira](#)" para o seu mandato de três anos à frente da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP).

Segundo o Chefe de Estado angolano, João Lourenço, Angola vai priorizar, igualmente, durante o mandato, a valorização da produção interna de cada país-membro, com a parceria de instituições internacionais. Destacou que no quadro do combate à pobreza, os membros da organização não podem deixar de investir em programas que garantam a segurança alimentar e a resiliência dos respectivos sistemas alimentares.

### **Os Estados-Membros da União Africana comprometem-se a reforçar a segurança nutricional em África**

Os Estados-Membros da União Africana renovaram seus compromissos com a nutrição no continente no [evento de alto nível do Ano Africano da Nutrição de 2022](#). A reunião foi

coorganizada pela Comissão da União Africana, o Governo da Costa do Marfim, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), parceiros e partes interessadas. O lema do ano da União Africana para 2022 sobre nutrição foi proposto pelo Governo da Costa do Marfim e posteriormente adotado pela União Africana: "[Fortalecimento da resiliência na nutrição e segurança alimentar no continente africano](#)".



Durante a cerimônia de abertura, o Presidente da Comissão da União Africana apelou à cooperação multissetorial na implementação de todos os programas de nutrição, tendo sublinhado que todas as partes interessadas têm um papel crítico a desempenhar. *"Nutrição e segurança alimentar são obrigação de todos. Se todos nós unirmos forças sob a forte liderança do governo, com ações multissetoriais, seremos capazes de responder aos desafios nutricionais que o continente está enfrentando"*, disse ele.

O Líder de Nutrição da União Africana, o Rei Letsie III do Reino do Lesoto, em suas observações exortou todas as partes interessadas a redobrar os esforços para acabar com a fome e a desnutrição no continente.

A reunião foi oficialmente aberta pelo Vice-Presidente da Costa do Marfim, Tiemoko Meyliet Kone, que pediu a operacionalização da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) para enfrentar os desafios nutricionais de forma eficaz e coletiva. O evento culminou com a adoção de uma declaração conjunta sobre compromissos renovados para adotar estratégias multissetoriais destinadas a combater a desnutrição e a segurança alimentar, garantindo maiores investimentos em nutrição e enfatizando novamente a necessidade de prestação de contas.

A reunião de alto nível reuniu mais de trinta (30) Estados-Membros da União Africana para discutir e compartilhar experiências sobre como alocar recursos financeiros, materiais e humanos para intervenções nutricionais prioritárias nos níveis nacional e local de forma mais otimizada. O evento focou ainda na promoção de um forte impulso político para mobilizar compromissos e investimentos para combater a fome e a desnutrição no continente.

### **16ª Sessão do Comité de Diretores-Gerais dos Institutos Nacionais de Estatística**

A [16ª sessão do Comité de Diretores-Gerais dos Institutos Nacionais de Estatística](#), teve lugar em 6 de dezembro de 2022, no Centro de Conferências Internacional de Sipopo, em Malabo, na Guiné Equatorial, sob o tema União Africana para 2022, *"Fortalecimento da resiliência na nutrição e segurança alimentar no continente africano: fortalecimento dos sistemas agroalimentares, saúde e sistemas de proteção social para aceleração do desenvolvimento do capital humano, social e econômico"*.

Falando na abertura, em nome do Presidente da Comissão da União Africana, a senhora Leila Ben Ali, Chefe da Divisão de Estatística da Comissão da União Africana (*Statistics Division at the African Union Commission - STATAFRIC*), salientou o compromisso demonstrado pela Comissão de prestar o apoio necessário aos Estados-Membros para reforçar as suas capacidades de produção e divulgação de estatísticas harmonizadas, de qualidade e atualizadas.

Ela referiu aos principais passos dados para o desenvolvimento estatístico em África, nomeadamente a adopção da Carta Africana de Estatística em 2009, a Estratégia para a Harmonização de Estatística em África (*the Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa, Shasa*) em 2010, bem como a segunda Estratégia para a Harmonização de Estatística em África (*second Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa, Shasa 2*) e o Instituto de Estatística da União Africana (*the African Union Institute for Statistics, STATAFRIC*) em 2018.

"Desde a sua entrada em vigor em 2015, a Carta Africana de Estatística foi assinada por apenas 35 Estados-Membros da União Africana e foi ratificada e depositada nela por 25 Estados-Membros", disse ela, pedindo a ratificação da Carta pelos 55 Estados-Membros, que permitirá aos diversos intervenientes do sistema estatístico africano dispor de um instrumento jurídico adequado para a produção e divulgação de estatísticas de qualidade para África.

Falando anteriormente em nome de Diretor do Centro Africano de Estatística, o senhor Ilboudo Joseph elogiou o facto de a escolha do tema para a reunião dos Diretores-Gerais estar estreitamente ligada à situação global com o seu impacto no continente e, mais particularmente, na segurança alimentar. No entanto, ele observou que apenas alguns países africanos realizaram um censo agrícola, enquanto o censo da agricultura continua a desempenhar um papel fundamental na coleta de dados estruturais sobre o setor agrícola. "Essa situação nos leva a repensar nossa abordagem de estatísticas e geração e uso de dados. Ela interpela a todos nós a transformar e modernizar nossas operações com o objetivo final de responder adequadamente às necessidades atuais e futuras", disse ele. Ele mostrou as atividades da UNECA para o desenvolvimento de estatísticas, incluindo a criação do Programa de Jovens Estatísticos Africanos Takwimu para apoiar a transformação, modernização e harmonização no continente.



Para fortalecer e modernizar o Sistema Estatístico Africano, o Ministro das Finanças, Economia e Planeamento da Guiné Equatorial, Valentín ELA MAYE, enfatizou em suas observações iniciais que os Estados-Membros devem reformar seu sistema estatístico nacional, modernizar os sistemas de registo civil, os serviços nacionais de estatística, incorporando questões emergentes como a revolução dos dados, os dados geoespaciais, a implementação da Estratégia de Harmonização da Estatística em África (Shasa2) e, acima de tudo, garantir o

financiamento das estatísticas. O Ministro acrescentou que o seu país está convencido de que um sistema estatístico africano forte e modernizado é o que é necessário para informar sobre o progresso no desenvolvimento socioeconómico, o processo de integração do continente, a livre circulação de bens e pessoas e os estrangulamentos que ainda impedem o desenvolvimento do nosso continente.

Organizada pela Comissão (STATAFRIC) como reunião estatutária da União Africana, a 16ª Sessão dos Diretores-Gerais deliberou, ao longo de três dias, sobre o desenvolvimento estatístico em África. Em particular, discutiu os progressos realizados na aplicação da Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África, o intercâmbio de experiências e as melhores práticas sobre os esforços desenvolvidos pelas regiões, organizações internacionais, bem como nos esforços dos países em sua busca para apoiar suas iniciativas de desenvolvimento nacionais, regionais e internacionais com estatísticas de qualidade baseadas na revisão por pares desenvolvida pela Comissão da União Africana e definindo as modalidades para a coordenação de atividades estatísticas no continente.

Em relação ao tema da Nutrição e Segurança Alimentar da União Africana de 2022, a sessão avaliou e fez um balanço dos progressos realizados na implementação dos compromissos em matéria de nutrição no continente, a nível regional e nacional e as dificuldades que estão impedindo o alcance das metas nutricionais. Também facilitou a aprendizagem mútua sobre os censos populacionais e pesquisas agrícolas e o compartilhamento de experiências entre os Estados-Membros da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e através do Quadro de Cooperação Sul-Sul e Triangular sobre produção, compilação e disseminação de dados sobre o tema da União Africana de 2022.

Esta 16ª sessão contou com a presença de Diretores-Gerais dos Institutos Nacionais de Estatística dos Estados-Membros da União Africana, Comunidades Económicas Regionais, centros de formação em estatística, organizações regionais e africanas, agências da ONU, sub-regionais, regionais e internacionais, intergovernamentais e não-governamentais, organizações governamentais, instituições académicas e de pesquisa, organizações da sociedade civil entre outras.

## **Calendário da União Africana**

### **2ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da UA (15-16 de fevereiro)**

#### **Objetivo da sessão ordinária:**

[A 42ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo](#) examinará o projeto de ordem do dia, os projetos de decisões e as declarações, com recomendações adequadas para apreciação pelos Chefes de Estado e de Governo durante a sua 36ª Sessão Ordinária da Assembleia, prevista para **18 e 19 de fevereiro de 2023**.

Durante dois dias, os Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores e outros ministros ou autoridades devidamente designadas deliberarão sobre os diferentes pontos da sua ordem de trabalhos, incluindo: consideração do Relatório da 45ª Sessão Ordinária do Comité dos Representantes Permanentes, realizada em 16-27 de janeiro de 2023.

A Sessão analisará, entre outros, o Relatório Anual da União e dos seus órgãos, Relatório sobre a operacionalização do CDC África, Relatório de progresso sobre a criação e operacionalização da Agência Africana de Medicamentos (AMA), Relatório Anual sobre a implementação de atividades no roteiro do Tema da União Africa para 2022 sobre nutrição,

Consideração da nota conceitual e roteiro do tema para 2023 "Aceleração da implementação da AFCFTA", Relatório sobre a situação social e humanitária (situação humanitária e agência humanitária), relatório de avaliação do plano de implementação de *the first-ten year implementation plan* (FTYIP) e desenvolvimento do plano de implementação de *the agenda 2063 second-ten year implementation plan* (STYIP).

Entre os momentos altos durante a Sessão do Conselho Executivo estarão a eleição de Dois (2) Juízes do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, eleição de seis (6) Membros do Conselho Consultivo da União Africana Contra a Corrupção, nomeação de Três (3) Juízes do Tribunal Administrativo da União Africana e nomeação de um (1) Membro do Conselho de Auditores Externos da União Africana para o mandato de dois anos, 2022 e 2023.

## **OMS AFRO**

### **Dezembro 2022**

Uma desaceleração no progresso feito durante a última década contra a mortalidade materna e infantil é projetada na Região Africana, segundo [um novo relatório da Organização Mundial da Saúde](#) (OMS).

O Atlas das Estatísticas de Saúde Africanas 2022 avaliou as nove metas relacionadas com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em saúde e descobriu que, no ritmo atual, é necessário um maior investimento para acelerar o progresso em direção às metas. Entre os mais difíceis de alcançar estará a redução da mortalidade materna.

Na África subsaariana, estima-se que 390 mulheres morrerão no parto para cada 100 mil nascidos vivos até 2030, informa o Atlas 2022. Isso é mais de cinco vezes acima da meta dos ODS para 2030 de menos de 70 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos e muito acima da média de 13 mortes por 100 mil nascidos vivos testemunhados na Europa em 2017. É mais do que a média global de 211. Para atingir a meta dos ODS, a África precisará de uma redução de 86% em relação às taxas de 2017, a última vez que os dados foram relatados, um feito irrealista na taxa atual de declínio.

A taxa de mortalidade infantil na região é de 72 por 1000. Na atual taxa de declínio anual de 3,1%, haverá uma expectativa de 54 mortes por 1000 até 2030, muito acima da meta de redução de menos de 25 por 1000.

*"A África obteve algumas das taxas de redução mais rápidas a nível global nos principais objetivos de saúde, mas o impulso está a diminuir. Isso significa que, para muitas mulheres africanas, o parto continua sendo um risco persistente e milhões de crianças não vivem o suficiente para comemorar seu quinto aniversário", disse a Diretora Regional da OMS para a África. "É crucial que os governos façam uma correção radical do curso, superem os desafios e acelerem o ritmo em direção às metas de saúde. Esses objetivos não são meros marcos, mas as próprias bases de uma vida mais saudável e bem-estar para milhões de pessoas."*

Embora a região esteja testemunhando um impulso de desaceleração em direção aos principais objetivos de saúde, como a cobertura vacinal, fez progressos notáveis em algumas áreas durante a primeira década do século XXI. A mortalidade de menores de 5 anos caiu 35%; as taxas de mortalidade neonatal caíram 21%; e a mortalidade materna diminuiu 28%. Na última década, os avanços nas três metas pararam, particularmente para a mortalidade materna. Enquanto a África avançou no planejamento familiar, com 56,3% das mulheres em idade reprodutiva (15-49) tendo suas necessidades de planejamento familiar satisfeitas com os

métodos contraceptivos modernos em 2020, a região ainda está muito abaixo da média global de 77% e o pior desempenho.

A desaceleração foi exacerbada pelo efeito disruptivo da pandemia do Covid-19. Serviços de saúde cruciais, como atendimento pós-natal para mulheres e recém-nascidos, unidades de terapia intensiva neonatal e serviços de pré-natal, os serviços de imunização foram interrompidos durante a pandemia. Desde 2021, a África também enfrentou um ressurgimento em surtos de doenças evitáveis por vacinas. Os casos de sarampo aumentaram 400% entre janeiro e março de 2022 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O investimento inadequado em saúde e o financiamento para programas de saúde são algumas das principais desvantagens do cumprimento dos ODS em saúde. Por exemplo, uma pesquisa da OMS de 2022 com 47 países africanos descobriu que a Região tem uma proporção de 1,55 profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e parteiras) por 1000 pessoas, abaixo da densidade-limite da OMS de 4,45 trabalhadores da saúde por 1000 pessoas necessários para fornecer serviços de saúde essenciais e alcançar a cobertura universal de saúde.

Na região africana, 65% dos nascimentos são atendidos por pessoal de saúde qualificado - o mais baixo globalmente e longe da meta de 90% de 2030, de acordo com o Atlas 2022. Assistentes de parto qualificados são cruciais para o bem-estar de mulheres e recém-nascidos. As mortes neonatais representam quase metade de toda a mortalidade de menores de 5 anos. Acelerar a agenda para atingir sua meta de redução será um passo importante para reduzir a taxa de mortalidade de menores de 5 anos para menos de 25 mortes por 1000.

O Atlas 2022 também apresenta os dados mais recentes para mais de 50 indicadores relacionados à saúde dos ODS e fornece estatísticas abrangentes em nível de país para a região.

### **Reforçar a prontidão e resposta de emergência sanitária em África**

O Escritório Regional da OMS para África em parceria com os CDC África, a Organização Oeste Africana da Saúde, os CDC dos Estados Unidos, a Agência de Segurança da Saúde do Reino Unido, o Instituto Robert Koch da Alemanha e a Fundação Bill e Melinda Gates realizaram em dezembro [o maior exercício de simulacro de centro de operações](#) de emergência de saúde pública (*Public Health Emergency Operation Centre, PHEOC*) da região para aumentar a prontidão para responder a emergências de saúde pública, com 36 países participando dos dois dias de exercício funcional.



Bolstering Africa's health emergency readiness and response

O exercício buscou avaliar e melhorar a funcionalidade das estruturas de gerenciamento de emergências de saúde pública dos países, simulando a detecção precoce de um surto de Ebola em um país fictício e sua subsequente disseminação para vários países da região por meio de viagens e comércio.

*"Com mais de 100 emergências de saúde pública relatadas na Região Africana a cada ano, o maior fardo global, é fundamental garantir que estruturas robustas e coordenadas estejam em vigor para responder a essas ameaças", disse Abdou Salam Gueye, Diretor de Emergência Regional do Escritório Regional da OMS para África. "Este exercício de simulacro é uma ferramenta importante na identificação de pontos fortes, bem como áreas que exigem melhoria dentro de tais estruturas e construção de um plano de ação em conformidade."*

O exercício funcional tratou da resposta eficaz a emergências de saúde pública através do centro de operação de emergência de saúde pública (PHEOC), um centro que reúne todos os especialistas relevantes, grupos e partes interessadas envolvidas na prontidão e resposta a emergências de saúde pública sob a égide do Ministério da Saúde.

O Escritório Regional da OMS para África estabeleceu uma rede regional PHEOC em 2015 e continuou a apoiar os países a desenvolver este componente crítico da gestão eficaz de emergências de saúde. Durante uma reunião regional da rede PHEOC em outubro de 2017 e reuniões subsequentes, os países africanos recomendaram que a OMS e os parceiros conduzissem exercícios de simulacro para avaliar a funcionalidade dessas estruturas, bem como a comunicação e o compartilhamento de informações entre os países. Dois desses exercícios de simulacro regional foram anteriormente realizados em 2018 e 2019.

O último simulacro ocorreu no contexto de um surto de Ebola em andamento em Uganda. Uganda notificou 142 casos confirmados e 22 casos prováveis (total de 164 casos) e 56 confirmados e 22 óbitos prováveis (total de 78 mortes).

Uma avaliação realizada pela OMS em novembro concluiu que o risco de propagação do surto para os países vizinhos era elevado devido à extensão dos movimentos transfronteiriços entre o Uganda e os seus vizinhos para fins comerciais, sociais e culturais. Além disso, Uganda abriga muitos refugiados que continuam a manter laços com seus países de origem.

*"As epidemias passadas de Ebola, bem como a pandemia da Covid-19, ressaltaram a necessidade de harmonizar nosso modo de operação diante de emergências de saúde pública cada vez mais transnacionais e de rápida disseminação", disse Gueye. "A OMS, seus parceiros e os países africanos continuarão a trabalhar juntos para garantir que a Região esteja pronta para responder a futuros surtos de forma eficaz, colaborativa e coesa."*

## Na Europa, nada de novo no front...

*Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

A guerra não acabou, assim como a pandemia: entramos em 2023, como saímos de 2022. A guerra, prestes a completar um ano, segue sem um horizonte de paz. Já a pandemia, prestes a completar quatro anos, dá sinais de arrefecimento, mas não o suficiente para descaracterizar o quadro de emergência sanitária global.

Em cimeira histórica realizada em Kiev, capital da Ucrânia, líderes europeus se encontraram, pela primeira vez, num país em guerra. Um dos pontos de pauta do encontro foi a adesão da Ucrânia ao bloco europeu, que não contará com mecanismo de facilitação ou aceleração. A continuidade e reforço do apoio europeu à Ucrânia também foram debatidos. Um novo pacote de sanções está sendo elaborado para ser anunciado no aniversário do conflito. Foram implementadas medidas sobre o mercado petrolífero, como a proibição de importação de produtos petrolíferos refinados russos pelos países da União Europeia e a imposição de um teto máximo de preço para estes produtos, quando transportados por operadores europeus.

A Covid-19 segue ensejando uma emergência sanitária global, de acordo com a OMS. [O surto de casos vivido pela China, não é visto como uma ameaça ao continente europeu](#). Hans Kluge, diretor da OMS Europa, estima que o aumento de casos na China não deva ter um impacto significativo na situação epidemiológica europeia. Isto porque as variáveis que circulam na China, já são conhecidas dos europeus. Segundo ele, pelas informações disponíveis à OMS, as variantes do vírus SARS-CoV-2 que circulam na China são as que já foram observadas na Europa e em outros lugares.

Kluge pediu aos países europeus que tomem medidas proporcionais e não discriminatórias em relação aos viajantes procedentes da China. Em suas palavras, não é razoável que os países tomem medidas de precaução para proteger suas populações, enquanto aguardamos informações mais detalhadas, compartilhadas por meio de bancos de dados acessíveis ao público. Para os países da região que estão introduzindo medidas preventivas de viagem neste momento, pedimos que sejam baseadas na ciência, proporcionais e não discriminatórias. Alertando para a importância da vigilância, que caiu no último ano na região europeia, Kluge encerra seu primeiro discurso de 2023, clamando por ciência, vigilância e responsabilidade para enfrentar o 4º ano da pandemia.

Não obstante esta relativização, as preocupações com o inverno europeu, marcaram o final de 2022, quando em pronunciamento conjunto, a OMS Europa, o ECDC e a Comissão para Saúde e Segurança Alimentar da União Europeia, alertaram para o [começo precoce da temporada de gripe na Europa, acompanhada pela Covid-19 e pelo aumento do vírus sincicial respiratório \(RSV\)](#). A região experimentou uma circulação crescente de influenza e RSV, que juntamente com a Covid-19, trouxe alto impacto aos serviços de saúde e populações neste inverno, destacando a importância da vacinação.

O ano mal começou, mas [profissionais da saúde pública da Inglaterra fazem maior greve da história do setor](#). De enfermeiras a motoristas de ambulância, os profissionais da saúde pública inglesa fazem a maior greve de sua história, em um novo capítulo dos protestos que abalam o Reino Unido, em um contexto de disparada do custo de vida. No Reino Unido, a inflação supera os 10% há meses e a tensão social continua a crescer em todos os setores. Professores do ensino fundamental ao superior, ferroviários e funcionários de vários ministérios fizeram, em [1º de fevereiro, a maior greve do país em mais de 11 anos](#).

As novidades ficam por conta da presidência rotativa da Suécia até junho de 2023 e o novo governo brasileiro, que já movimentou diálogos outrora reprimidos. Em visita à América do Sul e ao Brasil, o chanceler alemão Olaf Scholz, tentou costurar apoio latino à Ucrânia, mas o presidente [Lula propõe a criação de um grupo para mediar um acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia](#), citando como exemplo o G20, criado para ultrapassar a crise econômica de 2008. O chanceler alemão foi o primeiro líder europeu a subir as escadas do Palácio do Planalto, nesta nova gestão. Outro tema debatido foi a crise ambiental, para a qual Scholz prometeu mais de 180 milhões de euros, que serão destinados à Amazônia e ao fim da mineração ilegal.

[A nova presidência brasileira, aliada à presidência argentina e à disputa entre EUA e China, trazem de volta discussões sobre o Acordo de Livre Comércio entre UE e Mercosul](#), assinado em 2019, após quase 20 anos de negociações. Em tese, o acordo está concluído, mas está sob revisão jurídica, há quatro anos, sem sinais de avanço.

O acordo UE-Mercosul prevê a criação da maior zona de livre comércio do mundo, com um mercado de 780 milhões de pessoas e que representaria cerca de 20% do PIB mundial e mais de 30% das exportações globais. Há, no entanto, uma série de entraves por parte de setores agrícolas e industriais, tanto do lado dos quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), quanto dos 27 Estados-membros da UE, que podem dificultar a ratificação do texto ainda neste semestre. A conclusão da parceria depende da aceitação dos termos pelos parlamentos de todos os países envolvidos do próprio bloco europeu.

Para além da vontade, no entanto, há questões práticas, que dificultam o fechamento do acordo. "Queremos um acordo com a UE, mas queremos um acordo revisto", advertiu o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, depois de se reunir com o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell. "Entendemos que é necessário discutir documentos complementares, que derivam, em sua maioria, do Pacto Verde Europeu (de 2020) e que modificaram, em parte, as negociações de 2019", explicou Cafiero, cujo país ocupa a presidência rotativa do Mercosul. Como exemplo, o ministro afirmou que 20% das exportações argentinas para a UE são de biodiesel de soja e, com a nova normativa europeia, ficam "virtualmente" excluídas do comércio bilateral.

O Brasil também quer rever o texto. O governo Lula questiona o capítulo das compras governamentais, sob o qual fornecedores de bens e serviços podem participar de licitações em qualquer país do tratado, como se fossem empresas domésticas. No encontro com Scholz, esse ponto foi criticado por Lula. "Em um país em desenvolvimento, como o Brasil, compras governamentais são uma forma de você fazer crescer pequenas e médias empresas. Se a gente abre mão disso, a gente está jogando fora a oportunidade das nossas pequenas e médias empresas crescerem".

O ano de 2023 começa prometendo ser mais do mesmo no continente europeu. A guerra da Ucrânia não dá sinais de arrefecimento e a Europa teme que o conflito se espalhe por seu território. A pandemia arrefece, mas ainda é considerada uma emergência sanitária internacional. Mesmo depois de quatro anos, ainda se faz necessário um discurso rogando aos países europeus que apenas restrinjam mobilidade com base em dados científicos. De novidade mesmo, só o governo Lula, que traz de volta à baila, discussões sobre o Acordo UE-Mercosul. Após tanto tempo de negociado e aprovado, não creio que o Acordo saia do papel.

## Policrise em 2023: riscos e cenários para Ásia Pacífico e Oriente Médio

**Lúcia Marques**

*A pandemia marcou o fim de um período de relativa estabilidade e previsibilidade na geopolítica e na economia. O mundo de hoje é muito mais instável, convulsionado pelas vicissitudes da rivalidade entre grandes potências, os tremores secundários da pandemia, turbulência econômica, clima extremo e rápidas mudanças sociais e tecnológicas. A imprevisibilidade é o novo normal.<sup>118</sup>*

Ano Novo Chinês. O mais importante feriado chinês foi esperado e comemorado em vários países da região e vizinhança, como Filipinas, Malásia, Taiwan, Tailândia, Vietnã, Singapura, Camboja, Hong Kong, Indonésia. Isso porque o turismo voltou à região e os turistas chineses, que estavam proibidos de viajar, fizeram a alegria dos países que vivem do turismo e podem alimentar a recuperação econômica e o intercâmbio cultural. Aliás, cultura e turismo passaram a fazer parte de reuniões e cúpulas, integrando acordos, memorandos de entendimento, declarações conjuntas entre países da Ásia Sul, Sudeste, Central, Oriente Médio e África, como forma de recuperação econômica, geração de conhecimento e respeito mútuo.

Este ano, o feriado lunar chinês foi comemorado entre os dias 22 de janeiro a 9 de fevereiro e entre as festividades estão o Festival da Primavera e o Festival das Lanternas. Segundo a astrologia chinesa, será o ano do Coelho, que significa hora de readquirir equilíbrio interior. Qualidade que será muito importante para o ano que entra, cuja imprevisibilidade parece ser o novo normal.

Como sinalizado no último informe de 2022, 2023 não será um ano fácil.<sup>119</sup> Mas, Ásia e Oriente Médio já vinham cavando as oportunidades para reduzir os riscos e avançar nas boas relações. O final de 2022 confirmava o deslocamento do centro do mundo para a Ásia, embora não sob um único líder. Em 2023, a lógica da rivalidade entre grandes potências continua, mas ganhou novos players mundiais e regionais, com poderes regionais assertivos. A guerra na Ucrânia tem sido responsável por alguns posicionamentos, não a favor da guerra, mas contra a condução do ocidente, especialmente da América, no enfrentamento à Rússia.<sup>120</sup>

Índia assumiu a presidência do G20 e terá apoio do ADB<sup>121</sup>. Indonésia assumiu a presidência da ASEAN. Brasil de volta, fortalecendo o Sul Global. Índia mudou discurso: ainda aliada dos EUA, mas tenta se afastar do ocidentocentrismo. I2U2 reúne quatro países com nada em comum e tenta ser uma nova aliança transregional. Arábia Saudita vai aderir aos Acordos de Abraão? China tentando se equilibrar entre Irã e Arábia Saudita. A região árabe emergiu da

<sup>118</sup> Tom Standage, em editorial do [The World Ahead 2023](#)

<sup>119</sup> Marques, L. *Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023*. In: [Cadernos CRIS Informe 23-2022, p. 201-216](#)

<sup>120</sup> <https://www.terra.com.br/amp/noticias/mundo/proposta-de-scholz-para-reunir-apoio-a-ucrania-na-america-do-sul-fracassa,59a145a4ca304c962bf556734ae16e77hv6smfvy.html>

<sup>121</sup> O ADBI, espécie de think tank do Banco de Desenvolvimento Asiático, já começou a trabalhar com o T20, think tank do grupo, juntamente com think tank indiano (Instituto Manohar Parrikar de Estudos e Análises de Defesa) para orientar a presidência da Índia. Já em janeiro realizaram a primeira [conferência](#) para traçar planos e tratar questões importantes para a presidência da Índia: macroeconomia, comércio e meios de subsistência; para discutir arquitetura pública digital aberta, acessível e inclusiva; para criar um movimento de massa para o consumo sustentável; energia limpa e verde; para reavaliar a ordem financeira global; para acelerar os objetivos de desenvolvimento sustentável; e para criar um roteiro para o multilateralismo.

pandemia de COVID-19 com novas parcerias econômicas e com isso Oriente Médio é centro de disputa de potências<sup>122</sup>. Relatório de riscos de Davos aponta para riscos que parecem totalmente novos e estranhamente familiares, ou seja: riscos antigos amplificados por desenvolvimentos novos. Exploração espacial está de volta – outra corrida? Efeito *Doppler* da guerra na Ucrânia: contaminação da geopolítica<sup>123</sup>, instabilidades e reformulação de alianças. Japão estagnado há três décadas, mas ainda é um G7. Metaverso e Inteligência Artificial na indústria, agricultura, saúde e educação. Envelhecimento da população e queda da natalidade na Ásia – Índia é exceção: o país de Modi ultrapassará a China em população ainda neste primeiro semestre – e é uma população jovem! Resiliência virou palavra de ordem para várias áreas: sistemas de saúde e atenção básica, sistemas urbanos, sistemas alimentares, educação, etc. Corrida contra o tempo para recuperar o atraso na vacinação infantil contra sarampo e pólio.<sup>124</sup> Atenção primária e saúde dos povos indígenas (aplaudida resolução proposta pelo Brasil) em destaque na 152ª EB/OMS. Covid-19 segue sendo uma emergência sanitária internacional. Tudo junto e misturado.

Portanto, não é novidade que, à medida que 2023 começa, o mundo já enfrenta um conjunto de riscos e desafios de natureza global. E esses desafios que serão tendência no mundo estão acoplados, como uma série de engrenagens interligadas. A policrise junta pandemias, mudanças climáticas, catástrofes naturais, recessões e inflação alta, pressões sobre a segurança alimentar e energética, tensões geopolíticas, ameaças à democracia. Tudo isso em um quadro inaceitável de aumento das desigualdades, da pobreza e da fome, como destacou o presidente brasileiro, Lula, em seu discurso na CELAC.<sup>125</sup> Esse cenário exige respostas coletivas. Ásia Sul e Pacífico têm conseguido manter o equilíbrio entre China e EUA. Os países do Sul do Cáucaso e da Ásia Central estão sob pressão para se adaptarem às implicações do conflito. No Oriente Médio e Norte da África, os países vêm tentando se isolar buscando diálogos novos, promovendo cooperação<sup>126</sup> e se esforçando para evitar escolha de lados dessa polarização geopolítica.<sup>127</sup> Não é à toa que os principais líderes (China, EUA, Rússia, Alemanha) viajaram para a região. Uma coisa é certa, os poderes regionais têm mais autonomia na formação do curso de sua política regional do que no passado. Eles se tornaram menos receptivos às pressões dos atores globais. É um jogo que os EUA ainda não sabem jogar.

### **Fórum Econômico Mundial de Davos e Relatório de Riscos Globais 2023**

Acontecendo anualmente no início de cada ano, o programa e a riqueza dos artigos que compuseram o [Fórum de Davos](#) deste ano ( 16-19 de janeiro) refletem as múltiplas discussões e preocupações que circulam no mundo entre governos, economia privada, sociedade civil, acadêmicos e organizações multilaterais: como avançar na economia sem deixar ninguém para trás? Inclusão, migração climática e proteção dos vulneráveis do clima, causa palestina, Ucrânia, Amazônia, descarbonização das cadeias de suprimentos, reglobalização, energia nuclear,

---

<sup>122</sup> [Grande Competição de Poder no Oriente Médio: Uma Competição Sem Visão? \(mecouncil.org\)](#)

<sup>123</sup> Análise de Oliver Stuenkel sobre guerra na Ucrânia. [O difícil caminho do não alinhamento do Brasil - Estadão \(estadão.com.br\)](#)

<sup>124</sup> [No último aniversário da pólio, OMS pede aos países do Sudeste Asiático que acelerem as medidas para também eliminar o sarampo \(who.int\)](#)

<sup>125</sup> [Discurso do Lula na CEPAL](#)

<sup>126</sup> Em Davos, Arábia Saudita, Iraque, Jordânia e o Enviado Especial da ONU para Iêmen participaram de um painel para discutir que medidas concretas a região pode tomar para preservar a sua estabilidade e se um setor de inovação em expansão pode proporcionar novos caminhos para a cooperação. [Programa > Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial | Fórum Econômico Mundial \(weforum.org\)](#)

<sup>127</sup> [Grande Competição de Poder no Oriente Médio: Uma Competição Sem Visão? \(mecouncil.org\)](#)

poluição plástica, preservação do meio ambiente e da biodiversidade, inclusão de minorias e migrantes, crise no capitalismo, filantropia, transição energética, segurança alimentar e nutricional, paridade de gêneros, direitos humanos, direitos dos povos indígenas e direitos LGBTQI+, transformação urbana, equidade racial e étnica, combate à desigualdade e pobreza, saúde para todos, saúde como investimento e não como gasto, saúde no centro da ação climática, uso de tecnologias digitais em setores críticos, IA na agricultura e no combate a incêndios, tecnologia e resiliência, *ciber* resiliência, inclusão digital e Metaverso industrial. Direitos das Mulheres no Irã ganhou um painel exclusivo. As tensões geopolíticas também foram temas de alguns debates.

Sob o tema *Cooperação em um mundo fragmentado*, o fórum reuniu líderes de governo, organizações, executivos e especialistas. Além dos [painéis de discussão](#), os diferentes tópicos foram acompanhados de [relatórios](#) e [artigos](#) que valem uma leitura. [Aqui](#), um interessante infográfico interativo de saúde global e seus determinantes sociais. Aliás, determinantes sociais da saúde foram destaques em artigos, relatórios e recomendações estratégicas.<sup>128</sup> “Com as disparidades de saúde aumentando em todo o mundo, é hora de todas as partes interessadas, incluindo o setor privado, contribuírem para soluções que melhorem as condições que impulsionam os resultados de saúde.” “[...] O que acontece fora do ambiente de saúde tem uma influência muito maior sobre a capacidade de viver uma vida longa, saudável e de alta qualidade.” O painel aponta que reduzir as doenças globais e criar sociedades mais saudáveis e produtivas, principalmente por meio de intervenções destinadas a abordar os determinantes sociais da saúde, poderia adicionar US \$ 12 trilhões ao PIB global até 2040. Nós, da área da saúde, sabemos isso de longa data; mas nunca é tarde para o setor da economia entender que sem uma população saudável e assistida não há progresso e avanço na economia.

Aqui, alguns painéis com foco na saúde: 1) Que medidas são necessárias para colocar a [saúde no centro da ação climática](#) e proteger os indivíduos globalmente?; 2) O que é necessário para desbloquear o [acesso equitativo para todos](#), ao mesmo tempo em que se constroem sistemas de saúde resistentes a crises?; 3) Com a COVID-19 trazendo à tona vulnerabilidades pré-existentes nos sistemas de saúde e a importância de ter dados de qualidade disponíveis para a tomada de decisões, qual é o equilíbrio certo entre incentivos e regulamentos para alcançar o [acesso sustentável aos dados](#) para melhores cuidados de saúde?

Entre os exemplos de uso de tecnologia de ponta com foco na saúde, a **Índia** apresentou o bem sucedido projeto para levar assistência básica, com rapidez, a locais de difícil acesso: o uso de drones. Ficou conhecido como [Medicina do Céu](#), cujo projeto piloto foi entrega de vacinas a locais remotos. Um uso para salvar vidas de uma tecnologia que tem sido usada para matar.

---

<sup>128</sup> [Fórum Econômico Mundial \(weforum.org\)](https://www.weforum.org)

Entre os painéis de interesse, destacamos o painel do Brasil, com a participação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que destacou que era emblemática a presença das pastas Fazenda e Meio Ambiente no mesmo painel de discussão. Com o tema [Brasil: um novo roteiro](#), a dupla falou do evento de 8 de janeiro e da desaceleração econômica global às demandas domésticas, dos desafios enfrentados pelo novo governo brasileiro e das grandes oportunidades que se apresentam.



Haddad e Marina participaram ainda de outros painéis. Haddad participou do painel sobre [liderança na América Latina](#), ao lado dos presidentes Rodrigo Chaves Robles, da Costa Rica, Gustavo Francisco Petro Urrego, da Colômbia, Guillermo Lasso Mendoza, do Equador, Raquel Peña, da República Dominicana. O painel trouxe as diversas visões de liderança que estão reformulando a política interna da América Latina, suas políticas sociais e econômicas e o papel global e como a região pode se unir para cumprir uma agenda comum voltada para o futuro. Marina participou de painel sobre [Amazônia](#), que trouxe a preocupação com a urgência de ação imediata sobre a degradação dos ecossistemas, uma vez que afetará a vida de seus habitantes e a estabilidade dos sistemas climáticos globais. Os painelistas também abordaram como fortalecer a colaboração e permitir que a bioeconomia da Amazônia proporcione benefícios sustentáveis para as pessoas e o planeta.<sup>129</sup>

O Secretário Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, [participou no terceiro dia](#) e foi enfático: o mundo está no olho do furacão. O secretário alertou para as perspectivas sombrias com a crise econômica global a curto prazo, para o aprofundamento da divisão Norte-Sul – desigualdade na distribuição de vacinas, injustiça climática e falta de recursos - e que o mundo segue despreparado para pandemias futuras. Falou sobre o “modelo de negócios” irresponsável dos combustíveis fósseis, que segue valendo; das profundas implicações da guerra na Ucrânia. Guterres alertou para o risco da divisão geopolítica Leste-Oeste (EUA e China) implicando na dissociação das economias ou mesmo na possibilidade de confronto futuro.

[China](#), [Arábia Saudita](#), [Japão](#), [Índia](#), Marrocos, Filipinas, [ASEAN](#), [Coreia do Sul](#) apresentaram suas visões. O Oriente Médio foi foco de debate uma vez que está no centro das disputas entre potências. Assim como Norte da África, Ásia Sul, Sudeste e Central também foram temas de debates. A grande questão: tanto na Ásia, quanto na região árabe, as economias podem superar as diferenças históricas para encontrar áreas de cooperação estratégica, como ação climática e redução da pobreza? Temos exemplos positivos neste sentido desde meados de 2022.<sup>130</sup> Mas interferência política de grandes potências, principalmente dos EUA que tenta ocupar o vácuo que ele mesmo deixou no OM, desde agosto de 2021, e sua pressão sobre os

<sup>129</sup> Falando em Amazônia, um artigo publicado na [Nature Sustainability](#) analisa imagens de satélite para estimar a área florestal anual e, em seguida, sobrepõe essas informações com conjuntos de dados nacionais sobre diferentes sistemas de governança e gerenciamento. Os resultados revelam o "papel vital" dos territórios indígenas e áreas protegidas na conservação florestal na Amazônia, escrevem os autores. A pesquisa analisa dados do período de 2000 a 2021.

<sup>130</sup> Marques, L. *Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023*. In: [Cadernos CRIS Informe 23-2022, p. 201-216](#)

Estados produtores de petróleo, e suas rivalidade com a Rússia e China, dois grandes que atuam na região, podem estragar a frágil estabilidade regional.

Embora o Oriente Médio esteja vivendo essa pressão, com riscos de novos conflitos, o efeito *Doppler* da guerra na Ucrânia, da pandemia e da urgência climática alimentam os 10 maiores riscos apontados no [Relatório de Riscos de 2023](#) divulgado em Davos. O documento aponta que retorno a um "novo normal após a pandemia de COVID-19 foi rapidamente interrompido pela eclosão da guerra na Ucrânia, inaugurando uma nova série de crises em alimentos e energia – desencadeando problemas que décadas de progresso procuraram resolver”. Hoje, a crise energética está no topo do registro de riscos, seguida pela crise alimentar e pelo custo de vida. Conforme o relatório, à medida que estamos à beira de uma era de baixo crescimento e baixa cooperação, *trade-offs* mais rígidos correm o risco de corroer a ação climática, o desenvolvimento humano e a resiliência futura.

Como aponta o relatório, o mundo enfrenta um conjunto de riscos que parecem totalmente novos e estranhamente familiares. Riscos "mais antigos" – inflação, crises de custo de vida, guerras comerciais, saídas de capital de mercados emergentes, agitação social generalizada, confronto geopolítico e o espectro da guerra nuclear - estão a ser amplificados por desenvolvimentos comparativamente novos no panorama dos riscos globais, incluindo níveis insustentáveis de endividamento, uma nova era de baixo crescimento, baixo investimento global e

desglobalização, um declínio no desenvolvimento humano após décadas de progresso, desenvolvimento rápido e irrestrito de tecnologias de dupla utilização (civis e militares) e a crescente pressão dos impactos e ambições das alterações climáticas numa janela cada vez menor para a transição para um mundo de 1,5°C. Juntos, eles estão convergindo para moldar uma década única, incerta e turbulenta por vir. Em resumo, a próxima década será caracterizada por crises ambientais e sociais, impulsionadas por tendências geopolíticas e econômicas subjacentes.<sup>131</sup>



Source: World Economic Forum, Global Risks Perception Survey 2022-2023

Completando essa sequência de riscos e cenários, o *The Economist* publicou a edição especial [The World Ahead 2023](#) apontando 10 cenários e tendências que devemos ficar de olho em 2023 e envolvem 1) a guerra na Ucrânia e seu efeito *Doppler* - preços de energia, inflação,

<sup>131</sup> [Estes são os maiores riscos que o mundo enfrenta | Fórum Econômico Mundial \(weforum.org\)](#)

taxas de juros, queda do crescimento econômico, escassez de alimentos e a possibilidade da [Rússia escolher prolongar o conflito](#) na esperança de que a escassez de energia e as mudanças políticas nos Estados Unidos prejudiquem o apoio ocidental à Ucrânia - as sanções impostas já estão penalizando as nações mais vulneráveis; 2) economias em recessão, atingindo os mais vulneráveis com aumento de preços dos alimentos e da energia; 3) aquecimento climático, com o retorno dos países a usar combustíveis fósseis sujos, consequência da crise de energia; 4) um possível crescimento mais lento da China, que enfrenta declínio da população<sup>132</sup>; 5) EUA dividido política, social e culturalmente; 6) a tensão da divisão do mundo em função da guerra russo-ucraniana pode fazer explodir conflitos regionais, principalmente onde já existem tensões;<sup>133</sup> 7) em meio a mudanças geopolíticas, mudança nas alianças e troca de aliados: OTAN revitalizada; dois blocos surgem envolvendo Estados do Oriente Médio – os signatários dos Acordos de Abraão<sup>134</sup> e uma possível adesão da Arábia Saudita e o emergente I2U2, composto por Índia, Israel, Emirados Árabes e EUA;<sup>135</sup> 8) com a inflação alta, a retomada do turismo não conseguirá retornar ao patamar anterior e ajudar na recuperação econômica; 9) Metaverso e o surgimento de “chaves de acesso” para substituir as senhas; 10) novos jargões e vocabulários, como [criptografia pós-quântica](#), ou uso cada vez mais frequente dos conceitos guerra congelada<sup>136</sup> - diferente de guerra fria.

### **Índia entra em uma nova era?**

Mais ousada na sua política externa. A Índia começou a ousar mais quando os EUA se retiraram desastrosamente do Afeganistão, em agosto de 2021, deixando para trás caos e dezenas de pessoas (que ajudaram os EUA e seus aliados e a OTAN) largados à própria sorte; deixando aos países vizinhos e da região a responsabilidade pelo futuro e pela segurança regional<sup>137</sup> Outro movimento americano que ligou o alerta da Índia, foi o acordo AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA) para transferência de tecnologia para construção de submarinos de propulsão nuclear.<sup>138</sup> Embora Nova Delli ainda seja um parceiro dos EUA, Índia tenta se afastar do ocidentocentrismo. À despeito das “ameaças” americanas, segue mantendo boas

---

<sup>132</sup><https://www.economist.com/the-world-ahead/2022/11/18/china-is-struggling-to-adjust-to-new-realities>

<sup>133</sup> Com a Rússia distraída, os conflitos estouram em seu quintal. A China pode decidir que nunca haverá um momento melhor para fazer [um movimento em Taiwan](#). As tensões Índia-China podem aumentar no Himalaia. E a [Turquia](#) pode tentar capturar uma ilha grega no mar Egeu?

<sup>134</sup> Acordo de paz que já completou dois anos entre Israel, Emirados Árabes e Bahrein, também conhecido como Normalização. Marrocos e Sudão já assinaram e se juntaram à Jordânia e ao Egito. Essa paz pode ser sentida hoje em uma variedade de campos: político, econômico, comercial, segurança e investimentos. O volume de comércio entre Israel e os países árabes aumentou no último ano em cerca de 100% e os acordos assinados criam empregos para a nova geração no Oriente Médio e abrem uma janela para um futuro melhor.

<sup>135</sup> Quatro países com nada em comum, mas dispostos a cooperar em água, energia, transporte, espaço, saúde e segurança alimentar. Primeira reunião em julho de 2022 - [Declaração conjunta inaugural](#)

<sup>136</sup> Conflito congelado é uma expressão própria das relações internacionais que descreve a situação de um conflito internacional em que após uma crise ou mesmo uma guerra, o conflito se encontra latente, não sendo realmente resolvido, embora não haja um tratado de paz ou outro mecanismo para resolver o conflito de forma satisfatória para ambas as partes. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito\\_congelado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_congelado)

<sup>137</sup> Ainda em abril de 2021, em [pronunciamento](#), o presidente americano, Joe Biden, anunciando a saída do país, disse que iria estimular outros países da região a fazer mais para apoiar o Afeganistão, especialmente o Paquistão, bem como a Rússia, a China, a Índia e a Turquia). De fato, todos eles têm interesse significativo em um futuro estável para o Afeganistão. O que ninguém esperava era que a saída seria precipitada e desastrosa.

<sup>138</sup> [Austrália vai indenizar a França em meio bilhão de euros por quebra de acordo sobre submarinos - Estadão \(estadao.com.br\)](#)

relações comerciais com a Rússia e amplia suas relações com os países do Golfo e da Ásia Central, seguindo o mesmo caminho da China.

E os discursos feitos pelo Primeiro-ministro, Narendra Modi, e pelo ministro das Relações Exteriores (EAM), S. Jaishankar, na Cúpula da Voz do Sul Global em Nova Délhi anunciam esse novo pensamento na política externa. A Índia está habilmente se ajustando ao declínio do Ocidente e saudando a multipolaridade e o multilateralismo emergentes. “Na transição histórica em curso na ordem mundial, a Índia vê o Sul Global como seu “eleitorado natural”.

Para o líder indiano, o povo da região não deve mais ser excluído dos frutos do desenvolvimento e enfatizou que devem ser feitos esforços para redesenhar a governança política e financeira global. Ele apontou que a maioria dos desafios do mundo não foram criados pelo Sul Global, mas o afetam em maior escala, e isto é evidente no impacto da pandemia de Covid-19, da mudança climática, do terrorismo e até mesmo do conflito na Ucrânia.<sup>139</sup>

Segundo, MK Bhadrakumar, ex-embaixador indiano, [em artigo](#), os processos de pensamento refletidos nos discursos de Modi e Jaishankar são ousados e progressivos. Os principais temas podem ser resumidos da seguinte forma: a inquietação da Índia com a crescente fragmentação geopolítica da paisagem internacional e as iniquidades do sistema das Nações Unidas, onde “algumas potências têm sido singularmente focadas em sua própria vantagem”; a necessidade urgente de uma reforma fundamental das principais organizações internacionais, especialmente das instituições de Bretton Woods, com foco em dar voz às preocupações do mundo em desenvolvimento e “refletir as realidades do século 21”; “os fardos de um passado colonial, mesmo quando enfrentamos as desigualdades da atual ordem mundial”; «mais multipolaridade e multilateralismo reformado»; «maior diversificação e localização das capacidades»; e, a composição desequilibrada do G20 que é contra o Sul Global. Os discursos do primeiro-ministro e do EAM sinalizaram que a Índia pretende repelir as tentativas ocidentais de sequestrar a cúpula do G20 programada para ocorrer em Delhi em setembro.

Além disso, a Índia disse que tem interesses vitais na paz e prosperidade no Oriente Médio e, por meio do recém-formado grupo I2U2, está confiante em fazer contribuições significativas para energia, segurança alimentar e crescimento econômico na região e no sul da Ásia.

Índia foi designada *Capital turística e cultural da Organização de Cooperação de Xangai em 2022-2023*, é Membro dos BRICS e agora o presidente do G20, cuja pauta será valorizar o Sul Global e os países da região.

Não, não se trata de grupo POP asiático. O Grupo I2U2 é um agrupamento de quatro países Índia, Israel, Emirados Árabes Unidos e Estados Unidos.<sup>140</sup> Os líderes de se reuniram pela primeira vez em julho de 2022, como parte de um novo formato quadrilátero destinado a incentivar a cooperação em iniciativas geoeconômicas.<sup>141</sup> O grupo terá focada em seis áreas

---

<sup>139</sup> A cúpula *Voice of the Global South*, que reuniu representantes de 120 países em desenvolvimento da África, América Latina e Ásia por dois dias. <https://www.prensalatina.com.br/2023/01/12/cupula-virtual-inaugurada-na-india-voz-do-sul-global/>

<sup>140</sup> [https://en.wikipedia.org/wiki/I2U2\\_Group](https://en.wikipedia.org/wiki/I2U2_Group)

<sup>141</sup> <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2022/11/the-minilateral-i2u2-group>

mutuamente reconhecidas, como água, energia, transporte, espaço, saúde e segurança alimentar. Veja aqui a [declaração conjunta](#) da primeira cúpula.

Para quem acompanha as tentativas dos EUA de manter sua posição de potência hegemônica, fica claro que o I2U2 é só mais um componente da colcha de retalhos dos EUA em sua guerra contra a China, mas não será um QUAD. Aliás, até mesmo o QUAD teve que assumir uma vertente mais focada na resiliência econômica, no avanço em tecnologias verdes e para vacinas no Indo-Pacífico.

Além de mudanças na política externa, uma outra mudança que trará consequências econômicas e sociais para o país: Índia deverá se tornar o [país mais populoso](#) ainda este primeiro semestre, ultrapassando a China. Ao contrário de seus vizinhos, como China, Japão e Coreia do Sul, por exemplo, o país do Sul da Ásia é um país de jovens. Esse marco é um sinal de tendências que terão grandes consequências econômicas e sociais para os dois países.<sup>142</sup> Desde 1950 [Índia e China](#) forneceram 35% do crescimento da população mundial. Mas as rígidas regras de planejamento familiar da China – a chamada política do filho único introduzida em 1980 – reduziram drasticamente a taxa de natalidade e hoje o país enfrenta a redução – e o envelhecimento - da população. Com média etária de 28 anos e uma crescente população em idade de trabalho, a Índia tem agora a chance de colher seu próprio dividendo demográfico. Sua economia recentemente tomou o lugar da economia britânica enquanto quinta maior do mundo e será a terceira até 2029, segundo prevê o Banco Estatal da Índia.

### **152ª Sessão do Executive Board**

Sobre a [152ª Sessão do Executive Board \(EB\)](#) muito está sendo abordado neste primeiro Caderno de 2023 pelos especialistas. Principalmente sobre a resolução apresentada pelo Brasil, na qual insta os Estados Membros a: a) Realizar um levantamento sobre a situação social e sanitária dos povos indígenas que vivem em seus territórios; (b) Desenvolver planos nacionais de saúde com estratégias específicas orientadas para territórios e comunidades indígenas. "Contamos com o apoio de outros estados membros, da OMS, assim como de outras organizações internacionais e de todas as outras que se preocupam em não deixar ninguém para trás, a fim de dar o devido reconhecimento a esta importante questão que tem sido tão frequentemente negligenciada", disse Carlos Gadelha.<sup>143</sup>

Também não há como não reproduzir o parágrafo bem recebido da declaração do Brasil, na fala do Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e Complexo Econômico da Saúde, Carlos Gadelha, que pode ser lida na íntegra [aqui](#):

“O Brasil está de volta! A ciência está de volta! O Brasil está totalmente comprometido com a produção local e regional para apoiar nosso sistema universal de saúde e reduzir as vulnerabilidades em saúde e as assimetrias mundiais. Saúde é prioridade do governo do presidente Lula, considerada como motor do desenvolvimento que reúne as dimensões social, econômica e ambiental.”

Dentre os 34 membros do EB, estão: Índia, Maldivas e Timor Leste, da SEARO; Afeganistão, Marrocos, Oman, Síria e Iémen, da EMRO; China, Micronésia, Japão, Malásia e

---

<sup>142</sup><https://www.economist.com/graphic-detail/2023/01/05/india-will-soon-overtake-china-as-the-worlds-most-populous-country>

<sup>143</sup><https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/30/lula-propoe-acao-internacional-para-garantir-a-saude-dos-povos-indigenas.htm?cmpid=copiaecola>

Coreia do Sul, da WPRO. Rússia, que é membro da OMS Europa também integra o EB.<sup>144</sup> Aqui, vamos destacar a participação dos Estados-membros das regiões observadas, que abriga três regionais da OMS: Pacífico Ocidental (WPRO), Sudeste Asiático (SEARO) e Mediterrâneo Oriental (EMRO).

Cada regional apresentou seu relatório resumido. Os tópicos de discussão global foram os mesmo para a três regiões. Sobre os tópicos de interesse regional, por similaridade, os interesses das duas regionais da Ásia foram semelhantes. Já a regional que abriga os países árabes do Oriente Médio e Norte africano tem assuntos específicos da população da região, que vive conflitos, abriga migrantes e refugiados por clima e por conflitos e extrema pobreza em muitos países.

[SEARO](#) – elaborado durante o encontro do comitê em 5-9 de setembro de 2022 – entre os tópicos de significado regional, como abordagem da Saúde Mental por meio da Atenção Primária e Envolvimento da Comunidade na Região; relatório anual sobre o monitoramento do progresso da cobertura universal de saúde e dos ODS relacionados à saúde; monitorar o progresso e o plano de aceleração para DNTs, incluindo saúde bucal e atendimento oftalmológico integrado, na região do Sudeste Asiático da OMS; progresso regional do Sudeste Asiático em direção às metas da Reunião de Alto Nível da ONU de 2023 e marcos de 2025 para acabar com a TB - desafios e oportunidades; relatório de progresso sobre o Plano de Ação Regional para a Estratégia Global da OMS sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas 2020-2030.

[WPRO](#) – elaborado durante o encontro do comitê em – 24 a 28 outubro 2022 – que apontou como tópicos para discussão global, o fortalecimento da arquitetura global para preparação, resposta e resiliência a emergências de saúde e para tal, os Estados Membros foram convidados a fornecer contribuições para o ponto focal global relevante; Comitê Permanente de Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências de Saúde. Entre os tópicos de importância regional ficaram a Comunicação para a Saúde; Prevenção e controle de doenças não transmissíveis, Atenção Primária à Saúde e Saúde mental.

[EMRO](#) - elaborado durante o encontro do comitê em 10–13 outubro 2022 – apontou como tópicos de significado regional a construção de sistemas de saúde resilientes para promover a cobertura universal de saúde e garantir a segurança da saúde na região; acelerando a prevenção, controle e eliminação de doenças transmissíveis por meio da integração: otimizando o apoio da Gavi e do Fundo Global, promover a saúde e o bem-estar na região: passar da teoria à ação para alcançar os ODS relacionados com a saúde; One Health; saúde digital; promover a saúde e o bem-estar dos refugiados, migrantes, populações deslocadas internamente e outros grupos deslocados.

### **Declarações de Estados Membros das regiões observadas**

Uma das declarações (Ponto2 da agenda) que chamou atenção foi a [declaração](#) do Ministro Interino da Saúde do **Afganistão**, Wahid Majrooh, no cargo desde setembro de 2021, quando o Talibã tomou o poder no país. Ele chama atenção sobre o retrocesso na saúde, a crise humanitária e insegurança alimentar que vive o país, que enfrenta um inverno rigoroso, depois de sofrer uma das piores secas. Destaca a perda de capital humano, principalmente na saúde e, para surpresa, menciona a proibição de educação de meninas e proibição de do trabalho

---

<sup>144</sup> Israel também é Estado-membro da OMS Europa, excepcionalmente. E foi profícuo em declarações sobre os vários itens da agenda.

feminino. “A autoridade de fato no Afeganistão, com quem os EUA, em acordo com a comunidade global, assinaram o Acordo de Doha, proibiu a educação de meninas no nível secundário e universitário e as mulheres não estão autorizadas a trabalhar com organizações nacionais e internacionais e ONGs humanitárias.” Majrooh complementa que “em uma sociedade tradicional e conservadora como a do Afeganistão, banir as mulheres do trabalho humanitário resulta na proibição do acesso das mulheres à ajuda humanitária. A restrição ao acesso das mulheres à educação acontece em um contexto em que o sistema de saúde já sofria com a falta de recursos humanos femininos.”

Entre os principais projetos apresentados, destacamos os de interesse, principalmente dos países da AP, OM e África:

[EB152/CONF./6](#) - Ciências comportamentais para uma melhor saúde - Projeto de decisão proposto pelo **Bangladesh, Brunei Darussalam, Jamaica, Japão, Malásia, Filipinas, Qatar, Singapura, Eslováquia, África do Sul, Tailândia** e Estados Unidos da América

[EB152/CONF./7](#) - Preparação para a reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre cobertura universal de saúde - Projeto de decisão proposto pela **Austrália, Bangladesh, Brasil, Canadá, China, Egito, União Europeia** e os seus 27 Estados-Membros, **Israel, Japão, Malásia, México, Filipinas, Suíça, Tailândia, Timor-Leste, Reino Unido, Estados Unidos da América e Vanuatu**

[EB152/CONF./8](#) - Prorrogação do plano de ação global da OMS para a promoção da saúde dos refugiados e migrantes - Projeto de decisão proposto pela Argentina, **Bangladesh, Cabo Verde, Canadá, Equador, Egito, El Salvador, França, Alemanha, Guatemala, Iraque, Irlanda, Luxemburgo, México, Peru, Filipinas, Portugal, Romênia, Eslováquia, Ucrânia** e Estados Unidos da América.

EB152/CONF./9 – Estratégia global em matéria de medicina tradicional - Projeto de decisão proposto pelo **Bangladesh, China, Eswatini, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nicarágua, República da Coreia, Singapura, África do Sul, Tailândia e Türkiye.**

EB152/CONF./10 Reforço da capacidade de diagnóstico - Projeto de decisão proposto pela **Indonésia e pelos Estados-Membros da Região.**

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

Estamos vendo uma agitação na região (Oriente Médio) e, para a Índia, é melhor estar na mesa do que fora dela” - Navdeep Suri, ex-embaixador da Índia nos Emirados Árabes Unidos<sup>145</sup>

### **Um mundo multipolar e competição no Oriente Médio**

Uma excelente [publicação](#) do [Conselho do Oriente Médio em Assuntos Globais](#), think tank independente de pesquisa de políticas sobre Oriente Médio e Norte da África, traz uma análise sobre a competição de poder entre grandes potências e o impacto significativo na política regional em todo o mundo, principalmente no Oriente Médio. A primeira parte do artigo apresenta um quadro global e regional da rivalidade entre grandes potências, inclusive colocando essa rivalidade em um contexto histórico e como ela se manifesta no Oriente Médio. A segunda parte se concentra em como essa rivalidade é sem visão e carece de metanarrativas.

---

<sup>145</sup> <https://www.news9live.com/world/explained-why-the-new-grouping-i2u2-is-not-a-west-asian-quad-182479>

Dentre as principais conclusões, o estudo aponta o reforço do autoritarismo regional, uma vez que o foco maior nas preocupações geopolíticas e de segurança é prejudicial para o processo de transformação regional e democratização na região.

As visitas de 2022 do presidente dos EUA, Joe Biden, do presidente russo, Vladimir Putin, e do chanceler alemão, Olaf Scholz, ao Oriente Médio foram motivadas pela lógica da rivalidade entre grandes potências e da guerra na Ucrânia. Geopolítica e grande rivalidade de poder moldarão agora grandes internacionais. E dado que o Oriente Médio já é uma região altamente fragmentada, os tomadores de decisão regionais estão no comando de gerenciar cuidadosamente a rivalidade entre os EUA, a Rússia e a China para compensar o potencial dessa competição que leva a uma maior fragmentação e discórdia regional.

A crescente multipolaridade do Oriente Médio em suas relações com potências externas, como demonstrado pelo crescente papel da Rússia na segurança regional e da China nas economias regionais, é reflexo dessa grande competição de poder. A multipolaridade também torna mais fácil para os atores regionais se envolverem em um ato de equilíbrio entre as principais potências externas. As potências regionais tornaram-se mais assertivas e menos receptivas à pressão dos atores globais.

A guerra na Ucrânia tornou a linguagem da rivalidade de grandes potências onipresente nas discussões sobre assuntos globais; no entanto, essa rivalidade já havia definido o espírito e a essência de muitos documentos estratégicos ou de segurança nacional antes desse momento decisivo. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, Washington e Moscou disputaram influência na região, tentando reordená-la ao longo das linhas de suas visões mais amplas do sistema internacional – internacionalismos liberais e socialistas, respectivamente. Enquanto os EUA/Ocidente tentavam apostar em sentimentos de anticomunismo, a União Soviética apostava no anti-imperialismo e no antiocidentalíssimo.

Como se pode ver, durante a Guerra Fria, a construção de alianças das grandes potências repousava sobre certos fundamentos ideológicos e / ou visões de ordens regionais e globais. Atualmente, a rivalidade das grandes potências carece dessa visão ampla. Embora os EUA ainda argumentem que atuam em defesa da democracia, nem a China nem a Rússia estão no negócio de exportar ideologias e modelos. A formação de alianças atuais para essas potências repousa em objetivos mais estreitos, se não paroquiais, e é mais baseada em questões de natureza. Enquanto os EUA estão tentando capitalizar o medo dos Estados árabes-do Golfo do Irã, Moscou usa o descontentamento dos países regionais com a América como a cola de suas parcerias com potências regionais.

E diferente daqueles tempos da Guerra Fria, as potências regionais estão se tornando cada vez mais assertivas e autônomas, aprimorando seus papéis na formação de suas políticas e assuntos regionais, às custas dos atores globais.

Biden e Putin visitaram o Oriente Médio em julho de 2022. Juntas, a turnê de Biden pelo Oriente Médio e a Cúpula de Teerã, que reuniu Putin, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, e o presidente iraniano, Ebrahim Raisi, apresentaram uma antecipação mais evidente da grande competição de poder em ação. As visitas também ilustraram o déficit de grandes visões e metanarrativas na competição atual.

A afirmação da autonomia das potências regionais pode ser vista em todos os conflitos regionais. Turquia, Irã, Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU) estão todos envolvidos em lutas regionais de poder por influência. Da mesma forma, esses atores afirmam

sua autonomia em relação às potências globais. O caso em questão é o ombro frio que os países árabes do Golfo deram ao governo Biden. Apesar da dependência do Golfo do guarda-chuva de segurança dos EUA, os atores do Golfo, ou seja, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, se envolveram em um ato de equilíbrio entre a Rússia e o Ocidente e permaneceram sem resposta aos pedidos dos EUA, como bombear mais petróleo para o mercado global de energia.

Enquanto os Estados Unidos mostraram menos apetite, nos últimos anos, em assumir compromissos de segurança regionais, a Rússia mostrou um apetite crescente. Na mesma linha, a China aumentou sua presença nas economias regionais. Uma infinidade de propostas feitas por Moscou e Pequim relativas à segurança regional no Oriente Médio é ilustrativa de como o lugar das grandes potências no sistema regional mudou e reflete a multipolaridade da região em suas relações com as potências globais.

A Rússia procurou enfatizar que se tornou um ator importante e parte interessada na segurança regional no Oriente Médio em geral, demonstrando que aspira substituir os EUA nessa área de segurança. A China, principalmente uma potência econômica, ainda se abstém de desempenhar um papel importante de segurança no Oriente Médio enquanto tenta navegar pelas falhas da região.<sup>146</sup> Pequim avançou várias propostas e sediou conferências e reuniões sobre segurança regional e conflitos no Oriente Médio e é atualmente o maior parceiro comercial do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). E continua a aprofundar sua pegada econômica na região, inclusive nos campos de tecnologias sensíveis e projetos estratégicos de conectividade.

O crescente envolvimento da China com a região pode criar mais tensão entre os Estados Unidos e os estados regionais. Como resultado, é provável que Washington pressione ainda mais os estados regionais a escolher países ocidentais ou não ocidentais amigáveis aos EUA, como a Coreia do Sul, em vez da China para suas necessidades em tecnologias sensíveis, como o 5G. No entanto, em uma região onde todas as principais decisões – sejam econômicas, energéticas ou diplomáticas – são filtradas através de lentes de segurança, a China não poderá evitar desempenhar um papel de segurança por muito mais tempo.

### **China se equilibra entre Arábia Saudita e Irã**

Embora a China mantenha relações estreitas com o Irã e a Arábia Saudita, este último emergiu como um dos principais parceiros estratégicos de Pequim na região. Teerã está preocupado com a recente adoção da Arábia Saudita pela China e outras nações do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), já que o Irã acredita que a China assumiu uma posição neutra na rivalidade do Irã com a Arábia Saudita na região do Golfo.

O Irã e a China assinaram um acordo de parceria estratégica abrangente de 25 anos. A China também deve discutir cooperação econômica adicional, mas, na maior parte, os acordos permanecem vagos à medida que as tensões geopolíticas aumentam. A recente visita do presidente Xi Jinping à Arábia Saudita, acompanhada por seus outros compromissos diplomáticos na região, deixou Teerã se perguntando se a China está mudando suas prioridades na região, especialmente após o declínio da presença americana. Esta visita está sendo vista como um ponto de virada na política externa de Pequim em relação aos estados do Golfo Pérsico.

---

<sup>146</sup> Atualmente, China tenta se equilibrar entre os grandes rivais históricos: Arábia Saudita e Irã.

As relações da China com a Arábia Saudita e o Irã são muito complexas. A nação dragão tem que gerenciar cuidadosamente suas relações com ambos os países para manter a neutralidade para proteger seus interesses comerciais na região. No entanto, se a China ultrapassar seu limite, terá que enfrentar retaliação do mundo islâmico.<sup>147</sup>

Lembremos que Irã é um “aliado” da Rússia e Arábia Saudita é um Estado próximo dos EUA – já foi um aliado.

### **China e Arábia**

A China espera construir laços mais fortes com a Arábia Saudita e uma zona de livre comércio China-Golfo "o mais rápido possível", como divulgou o Ministério das Relações Exteriores chinês. Desde o ano passado, China vem construindo alianças mais sólidas com os países da região e vem fortalecendo as alianças com os países da Ásia Central. Os dois países devem expandir ainda mais a cooperação em economia, comércio, energia, infraestrutura, investimento, finanças e alta tecnologia.<sup>148</sup>

O Reino saudita é o líder dos países do Golfo. Pequim quer fortalecer a parceria estratégica China-Golfo e construir uma Zona de Livre Comércio China-Golfo. A Arábia Saudita considera as relações com a China como uma pedra angular importante das relações exteriores. Riad adere ao princípio de uma só China.

### **Enquanto isso, investimento da China no Irã diminuiu**

A Arábia Saudita tem sido o maior fornecedor de petróleo bruto para a China desde 2020. A China depende da Arábia Saudita para suas necessidades energéticas e Pequim está fazendo todos os esforços para ter um relacionamento de longo prazo com Riad para atender a essa necessidade. Depois que Xi visitou a Arábia Saudita, o presidente chinês e os líderes do CCG persa emitiram uma declaração conjunta que incluía três artigos com "retórica hostil" contra o Irã.

O Irã está pedindo "compensação" pela declaração conjunta assinada entre a China e as nações do CCG. A declaração conjunta chamou explicitamente a atenção para "o arquivo nuclear iraniano em atividades regionais desestabilizadoras" e o apoio do Irã a organizações terroristas locais.

A China entende que o Irã está em uma posição fraca e precisa expandir sua cooperação mesmo com outros países do Golfo ricos em petróleo, que são hostis ao Irã. No entanto, o Irã tem certos limites que nunca permitirá que qualquer outro atravesse. A China também sabe que o Irã, juntamente com os Estados do CCG, que não confiam plenamente nos EUA como seu aliado, precisam do apoio chinês. Pequim entende a complexidade da região e tenta andar na corda bamba desde que possa vender seus produtos e expandir sua influência dentro do mundo muçulmano.<sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> [Investimento da China no Irã diminui - BBC News English](#)

<sup>148</sup> [Ministro das Relações Exteriores da China busca laços econômicos mais fortes com a Arábia Saudita | Reuters](#)

<sup>149</sup> <https://www.thejakartapost.com/opinion/2023/01/28/has-china-betrayed-iran.html>.

## FOTOGRAFIA DO PERÍODO: OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS NA AP E NO OM

Se o mundo quer paz, tem que trabalhar por ela, não apenas desejá-la. Fernando Haddad<sup>150</sup>

✓ Resiliência e justiça. ONU pede reorganização financeira global radical para ajudar **Paquistão** após inundações mortais. As Nações Unidas e o governo do Paquistão realizaram no início de janeiro, em Genebra, uma conferência internacional para reunir apoio para reconstrução do país após as inundações devastadoras de 2022. O [evento](#) contou com 250 participantes, incluindo chefes de Estado, ministros e líderes de instituições financeiras e de desenvolvimento internacional, além da sociedade civil

✓ No **Afeganistão**, a proibição de educação para meninas segue valendo, mas o governo Talibã, pressionado pela ONU, diz que proibição é permanente.<sup>151</sup> A diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, diz que eles continuarão a encorajar a comunidade internacional a continuar lutando pelo direito à educação para as meninas afegãs. Um [relatório](#) elaborado pela BBC persa, reúne situações e depoimentos de mulheres afegãs que viram seus direitos desaparecerem desde que o Talibã reassumiu o governo no país.

✓ Manifestantes condenados e executados no **Irã**. Mais de 500 manifestantes, incluindo 69 crianças, foram mortos, de acordo com a Agência de Notícias de Ativistas de Direitos Humanos (HRANA). Dois manifestantes foram executados e pelo menos 26 outros enfrentam o mesmo destino, após o que a Anistia Internacional chama de "julgamentos simulados". Grupos de direitos humanos alegam que as condenações ocorreram após julgamentos fraudulentos e injustos. Mohammad Mehdi Karami, um campeão de caratê de 22 anos, foi enforcado em 7 de janeiro, apenas 65 dias após sua prisão. [Fontes disseram ao serviço persa da BBC](#) que ele teve menos de 15 minutos para se defender no tribunal. Todos estão sendo condenados pelo crime de "ódio contra Deus" ou "moharebeh". A Justiça no Irã, que é baseada na Sharia, considera um crime gravíssimo, pois por sua definição dentro do contexto da lei islâmica, trata-se praticamente de uma sentença de morte, sem direito a defesa.<sup>152</sup>

✓ **Nara Fórum 2023**. O [Asia Cosmopolitan Awards](#) é um evento que premia bianualmente indivíduos ou organizações por suas contribuições substanciais e significativas para o desenvolvimento e enriquecimento da Comunidade do Leste Asiático no campo da integração cultural e econômica, estreitando as lacunas de desenvolvimento e estabelecendo o crescimento social sustentável na região. A Secretária Executiva da ESCAP – Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, Armida Salsiah Alisjahbana, fez o [discurso de abertura](#) no qual destacou características importantes da região que tem a maior população mundial: **a região é diversificada**, com mais de metade dos países a serem menos desenvolvidos, sem litoral ou pequenas ilhas. Muitos desses países, especialmente no Pacífico, bem como na Ásia Central e nos Cáucos, alcançaram o autogoverno apenas durante nossas vidas. Como resultado de sua população e tamanho econômico, esses países são facilmente afetados por mudanças econômicas, ambientais e sociais. Além disso, têm muito menos opções e menos recursos para combater choques exógenos devido ao seu isolamento geográfico e fragilidade institucional.

---

<sup>150</sup> Fernando Haddad, Ministro da Fazenda do Brasil, no painel [Brasil: um novo roteiro](#), no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

<sup>151</sup> [Haqqani: Proibição da educação de meninas não é permanente – Pajhwok Afghan News](#)

<sup>152</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63986405>

✓ A Associação das Nações do Sudeste Asiático (**ASEAN**) sob nova presidência, da Indonésia, que foi bastante festejada no país. E inicia o ano com um [workshop virtual](#) em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre segurança alimentar para promover o diálogo político sobre o assunto entre os países membros e os secretariados de ambas as partes.

Ainda, a crise em curso em Myanmar joga tensão na cúpula de Ministros das Relações Exteriores da ASEAN em Jacarta. Protestos silenciosos generalizados para marcar o segundo aniversário do golpe militar levaram a junta governante a estender seu estado de emergência por mais seis meses. O presidente da Indonésia, Joko "Jokowi", disse que Jacarta em breve envolverá os militares indonésios (Tatmadaw) em discussões orientadas para a democracia com a junta militar de Mianmar, sugerindo uma possível replicação da diplomacia militar de 2017, que viu a Indonésia ajudando nos esforços de democratização de Mianmar. Dois anos após o golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito de Aung San Suu Kyi, Myanmar fez pouco ou nenhum progresso em seu compromisso de respeitar o consenso de cinco pontos, uma iniciativa liderada pela ASEAN que pede a cessação imediata da violência e um enviado especial para facilitar o diálogo com todas as partes.<sup>153</sup> As sanções aplicadas por vários países contra o Tatmadaw não afetam os militares, pois a maior parte do financiamento do grupo vem da exploração ilegal de madeiras, da venda ilegal de pedras preciosas e da venda de drogas pesadas produzidas, principalmente, no Norte do país.

✓ **China** inicia construção do maior parque eólico flutuante do mundo.<sup>154</sup> O projeto inclui duas fases de construção, com uma primeira etapa que abrange 12 turbinas para atingir o primeiro objetivo energético. Na segunda fase, está contemplada a produção de energia para gerar mais de 4 mil quilowatts-hora de eletricidade limpa por ano. O projeto vai envolver sistemas tecnológicos nacionais de elevada capacidade em termos de aproveitamento do vento, o que deve poder contribuir para a evolução desta zona industrial em benefício de outras partes da China. Os primeiros 200 megawatts de energia eólica podem ser integrados à sua rede energética até o final de 2025 e os restantes 800 dois anos depois, no final de 2027. A fazenda eólica será instalada na costa da ilha de Hainan, localizada no sul do país asiático e perto da costa leste do Vietnã.

✓ **China na CELAC** – A convite do presidente da Argentina, Alberto Fernández, presidente rotativo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o presidente chinês, Xi Jinping, proferiu [discurso](#) em vídeo na sétima Cúpula da CELAC<sup>155</sup>. O presidente Xi observou que os países da América Latina e do Caribe (ALC) são membros importantes do mundo em desenvolvimento. Eles também participam ativamente da governança global com contribuições importantes. Xi destacou que a CELAC tornou-se uma força motriz indispensável por trás da cooperação Sul-Sul global. E tem desempenhado um papel importante na salvaguarda da paz regional, na promoção do desenvolvimento comum e no avanço da integração regional. Xi ressaltou que a China tem trabalhado com os países da ALC para fortalecer constantemente o Fórum China-CELAC e levar a “relação China-ALC para uma nova era caracterizada pela igualdade, benefício mútuo, inovação, abertura e benefícios para as

---

<sup>153</sup> <https://www.thejakartapost.com/paper/2023/02/03/myanmar-crisis-looms-over-asean-ministers-meeting.html>.

<sup>154</sup> [China inicia construção do maior parque eólico flutuante do mundo \(msn.com\)](#)

<sup>155</sup> O bloco, composto pelos 33 países da região latino-americana e caribenha, se reúne para promover diálogo político e cooperação por saúde, inclusão social, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e infraestrutura

peças", disse ele. Xi disse que mais e mais países da região se envolveram em uma cooperação de alta qualidade do Cinturão e Rota com a China, apoiaram e participaram da Iniciativa de Desenvolvimento Global e da Iniciativa de Segurança Global e estão trabalhando com a China na construção de uma comunidade China-ALC com um futuro compartilhado. Ele ressaltou que o mundo está em um novo período de turbulência e transformação. "Só podemos enfrentar os desafios e a maré sobre este tempo difícil através de uma maior solidariedade e cooperação mais estreita", disse ele.

O presidente Lula, por seu lado, também destacou que há uma clara contribuição a ser dada pela região para a construção de uma ordem mundial pacífica, baseada no diálogo, no reforço do multilateralismo e na construção coletiva da multipolaridade. "Julgamos essenciais o desenvolvimento e o aprofundamento dos diálogos com sócios extra regionais, como a União Europeia, a China, a Índia, a ASEAN e, muito especialmente, a União Africana."<sup>156</sup>

✓ **EUA e CHINA** – Um balão meteorológico descontrolado, como explicou o governo chinês, causou turbulência na América e entre os países. O Secretário de Estado, Antony Blinken que havia cancelado a viagem a Pequim, já reagendou a visita. Quando o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, se encontrar com seu colega chinês em Pequim na próxima semana, haverá muito o que discordar, de Taiwan a chips e comércio. Mas ambos tentarão responder à mesma pergunta: como as duas maiores economias do mundo podem evitar uma nova Guerra Fria<sup>157</sup> O governo do presidente Joe Biden disse que espera construir um " piso para o relacionamento " e garantir que a rivalidade não se transforme em conflito. Biden se reuniu com o presidente chinês, Xi Jinping, em novembro, com esse objetivo em mente e ambos os líderes prometeram comunicações mais frequentes.

✓ Na Índia, polícia diz que prendeu mais de 2 mil homens em operação para reprimir casamentos infantis ilegais entre adultos e meninas menores de 18 anos. No país, a idade legal para casar é 18 anos para mulheres e 21 anos para homens.<sup>158</sup> Pobreza, educação precária e práticas sociais, principalmente nas áreas rurais levam ao casamento de meninas. Durante pandemia, organizações não governamentais denunciaram a volta do casamento infantil em vários países da Ásia e África.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/24/na-celac-lula-cita-vacinas-e-indigenas-e-diz-que-brasil-volta-ao-mundo.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>157</sup> <https://www.thejakartapost.com/paper/2023/02/04/blinken-aims-to-steady-rocky-relationship-with-beijing.html>

<sup>158</sup> [https://www.estadao.com.br/internacional/policia-da-india-diz-que-prendeu-21-mil-homens-por-casamentos-ilegais-com-menores-de-18-anos/?utm\\_source=estadao:app&utm\\_medium=noticia:compartilhamento](https://www.estadao.com.br/internacional/policia-da-india-diz-que-prendeu-21-mil-homens-por-casamentos-ilegais-com-menores-de-18-anos/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento)

<sup>159</sup> Marques, L. *A Covid-19 na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: fragilidades reveladas, tensões exacerbadas e reposicionamento de aliados estratégicos*. In: BUSS, Paulo Marchiori; FONSECA, Luiz Eduardo (org.). *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2020. p. 263-280.

## De portas abertas

**André Costa Lobato**

### Sanitária

A China suspendeu medidas de contenção sanitária quase tão rápido quanto às impôs. Entre novembro e janeiro quase todas as restrições foram suspensas. O ponto de inflexão foi o rebaixamento da Covid-19 de Classe A para Classe B. As mudanças foram vistas por toda parte: os termômetros nas portas de cada estabelecimento comercial e residencial desapareceram, as cabines de testes de PCR em cada comunidade sumiram ou foram esvaziadas, o emaranhado virtual de controle probabilístico dos contágios e seus passaportes sanitários foi desativado, desapareceram os guardas sanitários em suas roupas brancas. Tudo se desmaterializou em dias. As semanas posteriores foram marcadas por um ápice de contágios nas áreas urbanas e, depois, rurais. O uso de máscaras ainda é requerido nos transportes públicos e permanece como uma prática social nas ruas, elevadores e outras áreas públicas. Mas, pouco a pouco, seu uso diminuiu.

Autoridades argumentaram que o inverno ofereceu uma janela de oportunidade. A vacinação dos idosos estaria numa taxa adequada, pois essa população estaria dentro do período de imunidade de sua última dose. A alta transmissibilidade da variante Omicron e a maior disponibilidade de vacinas e terapias também justificaram a decisão da abertura<sup>160</sup>. O fator mais mencionado é a queda da taxa de mortalidade das novas variantes. Os casos graves que eram 16.47% no início de 2020 e passaram a 0.18% no final de 2022. Em dezembro, a estimativa do CDC era de que de 10% a 30% da população fosse contaminada durante o inverno, com a mortalidade entre 0.09% e 0.16%. Na estimativa mais pessimista, cerca de 750 mil pessoas morreriam<sup>161</sup>.

No final de janeiro, a Comissão Nacional de Saúde reportou quase 60 mil mortos, registrados em hospitais entre 8 de dezembro e 12 de janeiro<sup>162</sup>. A idade média das mortes durante esse período é de 80,3 anos, e mais de 90% delas sofriam de doenças crônicas, segundo a Comissão. No dia 4 de fevereiro o CDC<sup>163</sup> divulgou dados relativos ao dia 2 do mesmo mês relativos à China Continental: 98.742 hospitalizações e 7.918 casos graves. Entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro, foram registradas 3.278 mortes, das quais 131 morreram de insuficiência respiratória causada pelo novo Coronavírus e 3.147 por uma combinação de doenças. Segundo dados da Comissão Nacional de Saúde, a pico de internações nas clínicas destinadas a atender pacientes com febre foi em 23 de dezembro, com 2,87 milhões de pacientes. Em 12 de janeiro o número caiu para 477 mil<sup>164</sup>.

Abaixo, gráfico do boletim epidemiológico do CDC China<sup>165</sup>, dados do boletim indicam que não foi identificada nova variante do sars-cov-2.

---

<sup>160</sup> <http://en.people.cn/n3/2022/1230/c90000-10190289.html>

<sup>161</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202212/1282504.shtml>

<sup>162</sup> <https://m.jxnews.com.cn/news/system/2023/01/14/019913265.shtml>

<sup>163</sup> [https://www.chinacdc.cn/jkzt/crb/zl/szkb\\_11803/jszl\\_13141/202302/t20230204\\_263645.html](https://www.chinacdc.cn/jkzt/crb/zl/szkb_11803/jszl_13141/202302/t20230204_263645.html)

<sup>164</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202301/1283797.shtml>

<sup>165</sup> <https://en.chinacdc.cn/news/latest/202301/W020230126558725888448.pdf>

**3.3 No. of deaths with SARS-CoV-2 in hospitals.** The number of deaths with SARS-CoV-2 in hospitals reached a daily peak of 4,273 on January 4 and continued to decline thereafter, falling back to 896 on 23 January, with an 79.0% reduction from the peak number (Figure 3-5).

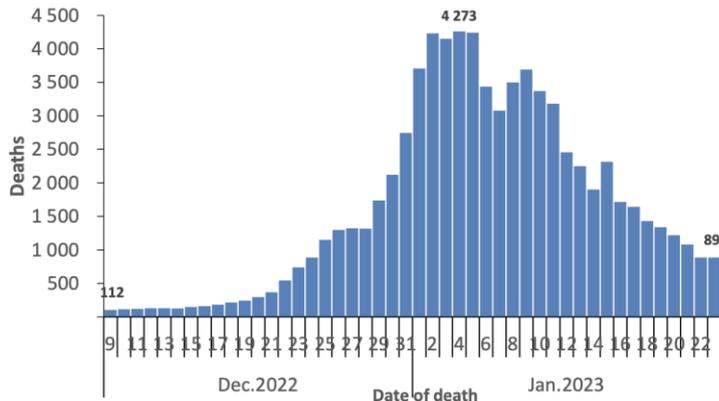


Figure 3-5 No. of deaths with SARS-CoV-2 in hospitals.

Em dezembro, de acordo com slide apresentado no “Webinários CAS-Fiocruz em Doenças Infectocontagiosas”, a China possuía 12 vacinas aprovadas (veja quadro abaixo). Há ainda mais de dez vacinas de mRNA em desenvolvimento. A Sinopharm anunciou uma vacina feita especificamente para a Omicron, que codifica toda a proteína S da variante. Houve também um aumento na produção de insumos médicos, como paracetamol, para o período de esperado crescimento de contágios. Mas muitos doentes acabaram enfrentando a doença sem ter acesso a esses medicamentos, que desapareceram das prateleiras em várias localidades.

**13 COVID-19 vaccines approved for use in China**

Vaccine	Developer	Strategy	Antigen
BBIBP-CorV	Sinopharm, Beijing/China CDC	Inactivated	Inactivated virus
Inactivated	Sinopharm, Wuhan/WIVCAS		
CoronaVac	Sinovac/China CDC		
KCONVAC	Kangtai Bio		
Inactivated	IMB, CAMS	Protein subunit	RBD-dimer
ZF2001	Zhifei/IMCAS		
V-01	Livzon/IBPCAS		
Protein vaccine (Sf9 cell)	West China Hospital		
SCB-2019	Clover		
SCTV01C	SinoCellTech		
Convidecia	CanSinoBIO/Beijing Institute of Biotechnology	Adenovirus-vector	S protein
Intranasal vaccine	XMU/HKU/Wantai Bio	Influenza virus-vector	RBD

### Socioeconômica

Com a abertura, a demanda reprimida Chinesa saiu da toca e não há investidor, economista, empresário ou industrial do planeta que não esteja de olho nela. Estimativa do fundo Matthews Asia indica que as famílias chinesas têm US\$ 4,8 trilhões a mais em suas contas bancárias do que tinham em 2020<sup>166</sup>. O governo chinês tem agora demonstrado esforços de incentivar o consumo interno, que, junto com investimentos em infraestrutura e ciência e

<sup>166</sup> <https://www.ft.com/content/e592033b-9e34-4e3d-ae53-17fa34c16009>

tecnologia, deve estimular o crescimento econômico. De acordo com o professor Zheng Yong, a China precisa superar o crescimento baseado em valorização imobiliária e construir “um sistema empresarial aberto, um sistema financeiro aberto e um sistema aberto de ciência, educação e talentos”<sup>167</sup>.

A movimentação durante o Festival de Primavera (de 21 a 27 de janeiro), ou Ano Novo Chinês, era um esperado indicativo do retorno da atividade econômica. O número de viagens internacionais aumentou em 120% em relação ao ano anterior. Já as viagens domésticas de trem e avião chegaram a 90% dos números de 2019<sup>168169</sup>.

A reabertura chinesa após três anos de rigoroso enfrentamento epidêmico coloca novamente em evidência questões da política internacional que antecedem a pandemia e se agravaram durante seu período. Notadamente, a Guerra Comercial lançada pela Casa Branca contra várias das empresas chinesas vistas como forte competidoras no mercado global.

Diante disso, uma coordenação macroeconômica entre EUA e China para reativar a economia mundial e tratar de temas urgentes - como possível recessão nos EUA, inflação global, abalo estrutural às economias que ainda se recuperavam da crise de 2008, aumento das taxas de juros, para citar alguns – parece cada vez mais difícil. Um encontro, em janeiro, entre Janet Yellen, secretária do Tesouro dos EUA, e Liu He, vice-primeiro-ministro da China, trouxe algum otimismo, que durou pouco. O FMI estima que a divisão do mundo em dois blocos econômicos poderia reduzir a produção global em até 7%<sup>170</sup>.

## Diplomática

Uma anunciada viagem de Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, para Pequim foi cancelada após um balão chinês entrar o espaço aéreo dos EUA. Seria a primeira viagem de um membro do gabinete do governo Biden à China. Blinken e Wang Yi, que foi promovido de chanceler para diretor da Comissão de Assuntos Estrangeiros, conversaram por telefone sobre o assunto. A conversa foi descrita por ele como “cândida, substantiva e construtiva”<sup>171</sup>. Mas, apesar do reconhecimento de que uso da aeronave para espionagem é limitado<sup>172</sup>, e da afirmação chinesa de que o balão era meteorológico e saiu de seu curso original, o assunto foi amplamente tratado nos EUA como um tipo de invasão militar. O balão foi derrubado pelas forças armadas, decisão fortemente condenada pelos Chineses<sup>173</sup>. Pouco antes, os EUA anunciaram a expansão de atividades militares no pacífico, fortalecendo sua presença marítima nas Filipinas, uma ex-colônia<sup>174</sup>.

Outros governos e regiões, porém, mantêm forte interesse em um diálogo com o governo Chinês. A Cúpula da CELAC, realizada em janeiro na Argentina, convidou o presidente

---

<sup>167</sup> [https://www.gingerriver.com/p/reviving-chinas-economy-through-reform?utm\\_source=post-email-title&publication\\_id=603765&post\\_id=101024662&isFreemail=true&utm\\_medium=email](https://www.gingerriver.com/p/reviving-chinas-economy-through-reform?utm_source=post-email-title&publication_id=603765&post_id=101024662&isFreemail=true&utm_medium=email)

<sup>168</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202302/1284706.shtml>

<sup>169</sup> <http://www.nhc.gov.cn/xcs/s3574/202301/8eb4b4eb6e8b469a8f92a789f94055b8.shtml>

<sup>170</sup> <https://www.cnbc.com/2023/01/18/yellen-chinas-liu-agree-to-enhance-communication.html>

<sup>171</sup> <https://news.cgtn.com/news/2023-02-04/China-reiterates-civilian-airship-into-U-S-airspace-by-force-majeure-1h8SWoWA2Fa/index.html>

<sup>172</sup> <https://www.ft.com/content/84ca852e-8653-43ac-ae76-023f8829229c>

<sup>173</sup> <https://www.ft.com/content/397befd1-1bd4-4749-baa1-da30043a3ac6>

<sup>174</sup> <https://www.bbc.com/news/world-asia-64479712>

Xi, que fez uma aparição em vídeo<sup>175</sup>. O presidente brasileiro, Lula da Silva, está organizando viagem para se encontrar com Xi, o que deve ocorrer ainda neste primeiro semestre.

A agenda da viagem ainda está sendo articulada. Há expectativas de que Lula contribua para a reorganização das frentes multilaterais entre países em desenvolvimento e seja capaz de retomar elementos estratégicos da cooperação bilateral. A pandemia mostrou que há imenso espaço para o crescimento no setor saúde entre os países. O programa espacial sino-brasileiro completou 40 anos em 2022, com uma cerimônia virtual no final do ano que atraiu pouca atenção<sup>176</sup>. Além dessas duas áreas, infraestrutura, agricultura e comunicações apresentam, cada uma, amplas possibilidades. Um acordo de livre comércio entre Mercosul e China também está sendo avaliado pelo governo brasileiro<sup>177</sup>.

### **Adendo**

Entre as principais questões estruturais do novo governo brasileiro está a reindustrialização brasileira.

Em um recente artigo na mídia chinesa, o economista Wen Yi<sup>178</sup> faz um pequeno apanhado da história do Brasil. Ele aplica sua teoria do desenvolvimento ao caso brasileiro e faz ponderações que podem trazer boas reflexões. Copio o link do artigo já com tradução do google para o português.

<https://www.guancha-cn.translate.google.com/translate?sl=zh-CN&tl=pt&hl=en-US&pto=wapp#comment>

---

<sup>175</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202301/t20230125\\_11014457.html](https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202301/t20230125_11014457.html)

<sup>176</sup> <http://spanish.xinhuanet.com/20221112/e70ab49aec6044a589b77997509288f7/c.html>

<sup>177</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/01/no-uruguai-lula-diz-que-herdou-pais-semidestruido-defende-acordo-mercosul-china-e-chama-temer-de-golpista.ghtml>

<sup>178</sup> <https://www.nse.pku.edu.cn/en/people/adjunow/245776.htm>

### **Reunião do Plano de Ação Global (GAP) da COVID-19**

Um ano após o lançamento do Plano de Ação Global (GAP) da COVID-19, o secretário Blinken sediará uma quarta e última reunião ministerial em 8 de fevereiro para concluir o trabalho do GAP. A reunião vai focar-se nas necessidades da pandemia, as barreiras remanescentes e a promoção da colaboração para a prevenção, detecção e resposta da próxima ameaça global à saúde.

O Plano de Ação Global Priorizado pela Pandemia de Covid-19 para Engajamento Aprimorado ("GAP") baseia-se nas atuais atividades globais de resposta à pandemia e nos compromissos assumidos em eventos como as Cúpulas Globais de Covid-19. O objetivo geral do GAP é melhorar a coordenação internacional para acabar com a fase aguda da pandemia e fortalecer a prontidão para futuras ameaças pandêmicas.

Seis linhas principais de esforço para a coordenação internacional foram implementadas desde o início dessa atividade:

1. Aumentar a vacinação – Garantir que as doses de vacina se transformem em vacinas em todo o mundo.
2. Reforçar a resiliência da cadeia de suprimentos – Facilitar o fornecimento suficiente e constante de insumos, produtos e materiais críticos para a ação de saúde pública.
3. Diminuir as lacunas de informação – Promover a educação em saúde para aumentar a aceitação de vacinas e terapêuticas.
4. Apoiar os profissionais de saúde – Apoiar a saúde, a segurança, o bem-estar e a eficácia dos profissionais de saúde da linha de frente.
5. Garantir Intervenções além das vacinas (Teste e Tratamento) – Garantir a disponibilidade de intervenções não vacinais e que salvam vidas.
6. Fortalecer a Arquitetura Global de Segurança da Saúde – Avançar nas reformas e governança imediatas e de longo prazo que reforçarão a atual resposta à pandemia, bem como a futura segurança da saúde global e a preparação para a pandemia.

Nessa quarta e última reunião o ministro analisará as realizações do GAP e avaliará o canal político criado pelo GAP e seu valor agregado à resposta à pandemia. Ele diz no seu anúncio que “Segurança da saúde é segurança nacional, e os ministros das Relações Exteriores e representantes de organizações regionais e internacionais desempenham um papel crítico no enfrentamento das ameaças à saúde. O Secretário propôs um novo Escritório de Segurança e Diplomacia da Saúde Global no Departamento de Estado, em reconhecimento à necessidade de garantir que a diplomacia dos EUA esteja elevando e trabalhando para promover esses desafios globais compartilhados.”

Toda a Reunião Ministerial será transmitida ao vivo na [página inicial do Departamento](#) às 8:00 EST de 8 de fevereiro de 2023.

## As armas de fogo se tornaram a causa número um de morte de crianças nos EUA.

Um [artigo](#) publicado pela Kaiser Family Foundation sobre a mortalidade de crianças e adolescentes por armas de fogo nos EUA e em outros países relatou que as armas de fogo recentemente se tornaram a causa número um de morte de crianças nos Estados Unidos, superando as mortes de veículos motorizados e aquelas causadas por outras lesões.

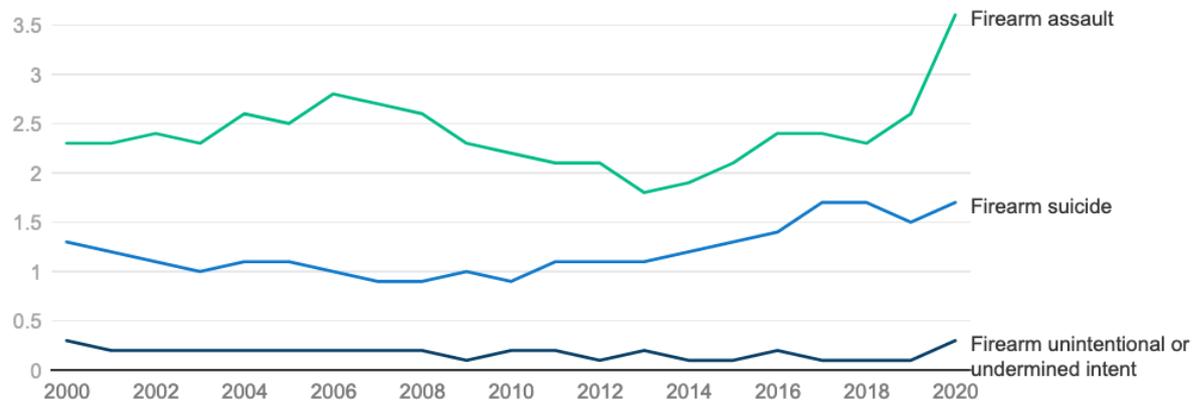
Examinamos como a violência armada e outros tipos de mortes por armas de fogo entre crianças e adolescentes nos Estados Unidos se comparam às taxas em países igualmente grandes e ricos constatou que em nenhum outro país similar as mortes por armas de fogo estão entre as 4 principais causas de mortalidade, muito menos como a causa número 1 de morte entre crianças.

Em 2020 o CDC informou que as armas de fogo tiraram a vida de 4.357 crianças, representando 20% de todas as mortes de crianças nos EUA. Em 2013 a taxa era de 3,1 mortes por arma de fogo por 100.000 crianças, no entanto, até 2020, ela aumentou 81% passando para 5,6 mortes por arma de fogo por 100.000 crianças.

Os EUA também têm uma taxa de suicídio geral alta (com ou sem arma de fogo) entre as nações semelhantes. Nos EUA, a taxa geral de suicídio infantil é de 3,6 por 100.000 crianças enquanto outros países semelhantes a taxa geral de suicídio infantil é de 2,8 por 100.000 crianças. Além da mortalidade, exposição e o uso de armas de fogo também têm implicações para a saúde mental das crianças. Pesquisas sugerem que as crianças podem sofrer impactos negativos na saúde mental, incluindo sintomas de ansiedade, em resposta à violência armada.

## U.S. Child Firearm Assault and Suicide Deaths Have Increased

Firearm mortality rates per 100,000 children ages 1-19 years in the U.S., by type of firearm death, 2000-2020



SOURCE: KFF analysis of CDC Wonder data • PNG



## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Karinne Marieta Carvalho** – Doutora em Ciências pela UFRJ. Membro da Coordenação de Pesquisa do IFF/Fiocruz

**Laurenice de Jesus Alves Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael França** – Faculdade de Saúde Pública USP

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 01/2023**

***Período de 06 de dezembro de 2022 a 06 de fevereiro de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.**

**183 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**